

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

BRUNO RUFFIER

MAX WEBER E O LÍDER FORTE NA REPÚBLICA DE WEIMAR

Porto Alegre
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

BRUNO RUFFIER

MAX WEBER E O LÍDER FORTE NA REPÚBLICA DE WEIMAR

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre em Filosofia

Orientador: Wladimir Barreto Lisboa

Porto Alegre
2021

Bruno Cardoni Ruffier
Max Weber e o líder forte na República de Weimar

BANCA EXAMINADORA
Orientador

Prof. Dr. Wladimir Barreto Lisboa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Membros

Prof. Dr. Alfredo Carlos Storck
UFRGS

Prof. Dr. Paulo Batista Caruso MacDonald
UFRGS

Prof. Dr. Ronaldo Porto Macedo Júnior
USP

Porto Alegre, 14 de junho de 202

CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Ruffier, Bruno Cardoni

Max Weber e o líder forte na República de Weimar / Bruno Ruffier. – 2021.

229 f.:il.

Orientador: Wladimir Barreto Lisboa;

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Porto Alegre, BR – RS, 2021.

1.Direito Constitucional. 2.Filosofia Política 3. Max Weber 4. Pessimismo cultural 5. Relativismo moral I. Lisboa, Wladimir Barreto. II. Dr.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço especialmente aos meus pais, Daniel Ruffier e Ester Cardoni, e aos amigos Marcelo Müller e Gláucia Campregher, pelo ano em que vivemos e sobrevivemos juntos. Nunca vou esquecer o quanto vocês cuidaram de mim, amo vocês. Agradeço às Rãs pelos estímulos, ajudas e diversões sortidas: Gerson Astolfi, Edison Consoglio, Maria Clara Salles, Artur Tonon, Northon Bernardes, Augusto Sperb, Thomaz Spolaor, Mariana Vivian & Jayme Gomes, Fernando Campos, Chico. Allan Cardoso, Gabriel Pozzebon, Bruno Colleto, Ranieri. Fernanda França, Jimi e Joana Vaccarezza. À minha irmã Laura Ruffier e aos Baby Budas: Henrique Cardoni, Henrique Bordini e Gabriela Belnhak. (a música que fazemos é linda.) Mariana Muller. Ao Rodrigo Peixoto, que me ajuda a conhecer nossos inimigos. Ao Ítalo Alves e Emerson Pirola. À Victória Einsfeld. Ao Thiago Calsa, Franco. À Luísa Reginatto. Wellington & Elisa. Ao Wladimir, orientador sempre atento e presente. Ao Paulo MacDonald que compartilhou comigo o interesse por Weber. À Juliana Benoliel que me deu aulas de química na cidade maravilhosa, Sofia e Livia Nestrovski, Alejandro Alvarez, Ricardo Camargo, Luís Barzotto, Silvia Altman, Wagner Feloniuk, Alfredo Storck, Nikolay Steffens, Luiz Bombassaro, Guilherme Boff, Catherine Colliot-Thèllene, Rui Tavares, ao pessoal do Núcleo de Estudos Judaicos da UFRGS e ao pessoal do PPG Filosofia da UFRGS. À Alexandra Elbakyan e seu *Sci Hub* e aos “soviéticos” do *libgen*, sem os quais essa pesquisa não seria possível. À Livraria Navegar, à CAPES, ao Centro de Estudos Europeus e Alemães (CDEA), à Rádio Garibaldi, e ao pessoal da saúde, num agradecimento especial à equipe da UPA – Botafogo, no Rio de Janeiro.

Esta dissertação foi escrita nas cidades de Porto Alegre, Garopaba, Rio de Janeiro, Diamantina e Lençóis, entre 2020 e 2021, também em consideração às pessoas que morreram de covid-19. Bendita seja a sua memória. 777

RESUMO

Esta dissertação consiste em um estudo da ideia de líder forte no pensamento político de Max Weber, que foi influente no desenho constitucional do Presidente Plebiscitário da República de Weimar (1918-1933) e, indiretamente, nos seus desdobramentos ditatoriais. O estudo investiga a hipótese de Wolfgang Mommsen em *Max Weber and German Politics 1890-1920* – de que o conceito de legitimidade carismático-plebiscitária elaborado por Weber informou o argumento de Carl Schmitt em defesa do Golpe contra a Prússia. A recepção de Schmitt, segundo Mommsen, seria consistente com o programa weberiano em razão do agnosticismo moral, pessimismo histórico e nacionalismo de Max Weber. A dissertação indaga quanto à legitimidade dessa recepção, buscando nas manifestações políticas, sociológicas e metodológicas de Weber elementos para descrever uma possível filosofia política. O objetivo do trabalho é questionar se esta filosofia política é ou não compatível com o uso antiliberal que dela foi feito.

Palavras-chave: Direito Constitucional. Filosofia Política. Max Weber. Pessimismo cultural. Relativismo moral. Nacionalismo.

ABSTRACT

This dissertation consists of a study of the idea of the strong leader in Max Weber's political thought, which was influential in the constitutional design of the Plebiscitary President of the Weimar Republic (1918-1933) and, indirectly, in its dictatorial developments. The study investigates Wolfgang Mommsen's hypothesis in *Max Weber and German Politics 1890-1920* - that Weber's concept of charismatic-plebiscitary legitimacy informed Carl Schmitt's argument in defense of the coup against Prussia. Schmitt's reception, according to Mommsen, would be consistent with the Weberian program because of Max Weber's moral agnosticism, historical pessimism and nationalism. The dissertation inquires as to the legitimacy of this reception, searching in Weber's political, sociological and methodological manifestations elements to describe a possible political philosophy, and aims to question whether or not this political philosophy is compatible with the antiliberal use that was made of it.

Keywords: Constitutional Law. Political Philosophy. Max Weber. Cultural Pessimism. Moral Relativism. Nationalism.

Sumário

INTRODUÇÃO:	7
1. O Presidente Plebiscitário de Max Weber na República de Weimar	10
2. A hipótese de Wolfgang Mommsen.....	31
3. A utilidade da crítica de Mommsen	36
CAPÍTULO I: AGNOSTICISMO MORAL	40
1.1 O problema do <i>significado</i>	43
1.2. Como funciona a ciência?	50
1.3. Decisionismo, ética vocacional e <i>amor fati</i>	61
1.4 O humanismo romântico de Max Weber	71
CAPÍTULO II: PESSIMISMO HISTÓRICO	82
2.1 Racionalização, burocratização e capitalismo.....	85
2.2 Efeitos da burocratização sobre a “conduta de vida”	101
2.3 Carisma e rotinização	118
2.4 O agnosticismo causal de Max Weber	130
CAPÍTULO III: NACIONALISMO	142
3.1 Declarações do nacionalismo	146
3.2 <i>Lasciate ogni Speranza</i> : o destino como luta.....	150
3.3 A autonomia do âmbito político.....	161
3.4 Interesse nacional e política responsável.....	170
3.5 O que é uma nação?	181
3.6 Cultura nacional e legitimidade.....	189
3.7 Seleção de líderes, parlamentarização e democracia plebiscitária	199
CONCLUSÃO: Antinomias, antagonismos e paradoxos “até onde se puder aguentar”	212
BIBLIOGRAFIA.....	222

INTRODUÇÃO:

Nesta introdução, contarei a história da concepção do Presidente da República de Weimar por Max Weber, como um “líder plebiscitário,” legitimado simultaneamente pelo seu próprio carisma e pelas estruturas jurídicas da Constituição social-democrática da Alemanha, promulgada em 1919. Em seguida explicarei como essa concepção foi apropriada por Carl Schmitt, futuro teórico do nazismo, para oferecer um argumento jus-político em defesa do Golpe contra a Prússia. No episódio, o mais alto Tribunal alemão reconheceu a legitimidade e a competência do Presidente para usar seus poderes emergenciais contra as leis constitucionais que garantiam o federalismo e a forma democrática de organização dos governos estaduais. A partir do Golpe contra a Prússia abriram-se os caminhos jurídicos para que a ditadura nazista fosse instaurada.¹

Em seguida explicarei a hipótese do historiador Wolfgang Mommsen sobre os motivos que possibilitaram que os argumentos de Max Weber, um intelectual tradicionalmente identificado com o liberalismo alemão, pudessem ser empregados pelo antiliberal Schmitt² para justificar uma ditadura do poder executivo. Mommsen argumentará que isso foi possível porque para Weber o fim último do Estado era a própria força do Estado (ainda que isso não significasse meramente força militar,) e que para Weber a forma de governo seria apenas um instrumento para garantir este fim. Para Mommsen, conforme o “agnosticismo de valores” de Weber, a democracia liberal não era moralmente superior aos outros tipos de regime. Weber ainda teria negligenciado maiores elaborações sobre os limites morais da autoridade carismática do Presidente, pois acreditava que estes limites viriam de um inevitável “processo histórico universal” de burocratização, que tendia a enfraquecer o carisma e avançar o “desencantamento do mundo.” Weber não acreditava que o líder carismático poderia ser uma força capaz de transformar essa tendência, e que no máximo ele poderia desacelerar um movimento imparável. Ele não imaginou que um líder carismático poderia ser capaz de empregar a

¹ Cf. CALDWELL, P. **Popular Sovereignty and the Crisis of German Constitutional Law: The Theory and Practice of Weimar Constitutionalism**. London: Duke University Press, 1997.

² Para uma descrição do antiliberalismo de Carl Schmitt, conferir HOLMES, S. **The Anatomy of Antiliberalism**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1993. cap. 2.

burocracia em favor do carisma, em uma *mobilização total* para o assassinato e para a guerra³ - como Schmitt teorizou e Hitler fez.⁴

O objetivo do trabalho, contudo, não é explicar a recepção do conceito do Presidente plebiscitário com legitimidade carismática por Carl Schmitt, nem os seus desdobramentos no nazismo, na *Shoah* e na Segunda Guerra Mundial. A presente pesquisa é preliminar a todos esses temas. Busca antes uma *filosofia política* em Max Weber, “um conjunto defensável de compromissos éticos aplicados a uma ordem política desejada,”⁵ com o objetivo de compreender quais compromissos éticos e utopias políticas podem ser derivadas licitamente do seu pensamento político. Neste sentido, o trabalho não elaborará sobre os argumentos de Schmitt, mas sobre a hipótese de Mommsen quanto a porque o pensamento de Weber poderia ter sido apropriado pelo antiliberalismo. Espera-se, a partir disso, melhor situar os desafios jurídicos, políticos e filosóficos que estavam colocados ao liberalismo político na Alemanha do começo do século XX.

O historiador Peter Gay diz que nas “raízes emocionais” da política da República de Weimar estava a ideia “de que a humanidade moderna tinha sido despedaçada pela divisão e especialização do trabalho, em um triste declínio em relação à integração [wholeness] dos antigos.” Para Gay, havia uma “fome por totalidade.” A necessidade emocional de superar o sentimento de fragmentação teria sido um elemento significativo na forma como muitos alemães “viram a sua cultura e se desesperaram sobre ela.” Gay aponta que havia também, no ambiente cultural que produziu a República de Weimar, um “apoio inquestionável à máquina político militar que governava o país,” a partir de uma concepção de uma “missão sagrada da Alemanha” que justificava o uso da força bruta para “preservar, defender e espalhar a sua *Kultur*”

³ Cf. JÜNGER, E.; WOLIN, R. Total Mobilization. *In*: THE HEIDEGGER CONTROVERSY. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 119–139. ; Cf. SCHMITT, C. The Age of Neutralizations and Depoliticizations. *In*: THE CONCEPT OF THE POLITICAL EXPANDED EDITION. Chicago: The University of Chicago Press, 2007. p. 80–97. ; Cf. WOLIN, R. Carl Schmitt: Political Existentialism, and the Total State. *Theory and Society*, [s. l.], v. 19, n. 4, p. 389–416, 1990.

⁴ Cf. GROSS, R. *Carl Schmitt et les Juifs*. 1. ed. Paris: Presse Universitaire de Paris, 2005. ; Cf. ZARKA, Y. C. *Un détail nazi dans la pensée de Carl Schmitt*. Paris: Presse Universitaire de France, 2005.

⁵ Cf. WARREN, M. Max Weber’s Liberalism for a Nietzschean World. *The American political Science Review*, [s. l.], v. 82, n. 1, p. 31–50, 1988. p. 33.

contra o barbarismo russo, a decadência estéril da França, o pesadelo mecânico dos EUA e o comercialismo não heroico dos ingleses.⁶

Estas características descritas por Gay podem ser identificadas nas preocupações sociológicas, metodológicas e políticas de Max Weber, e a presente dissertação tratará o enfrentamento destas questões, no seu pensamento, a partir do seguinte recorte: (1) o problema do “agnosticismo moral” na teoria do conhecimento de Max Weber, (2) o problema do “pessimismo” na sua visão da história, (3) e o problema da “primazia valorativa do nacionalismo” no seu pensamento político. Estas são também os temas que informam as premissas do argumento de Wolfgang Mommsen quanto à licitude da recepção das ideias de Weber pelo pensamento antiliberal. Cada uma dessas premissas será endereçada em um capítulo. Pretendo comparar os argumentos de Mommsen com o de outros comentadores e buscar nos textos de Weber uma leitura própria sobre as questões.

⁶ GAY, P. **Weimar Culture: The outsider as insider**. New York, London: W.W. Norton & Company, 2001. cap. Introdução, IV. The Hunger for Wholeness. ebook (sem numeração de página)

1. O Presidente Plebiscitário de Max Weber na República de Weimar

Em setembro de 1918 o exército alemão colapsou, levando consigo a monarquia e o Estado guilhermino. Nos anos finais da Primeira Guerra Mundial, era o General Ludendorff que, junto do General Hindenburg, exercia uma ditadura *de facto* sobre a Alemanha.⁷ Em setembro, ele surpreendeu o *Kaiser* e os líderes parlamentares ao declarar que as tropas alemãs não poderiam aguentar “nem mais 48 horas” no *front* e que, portanto, era necessário que se buscasse um armistício imediato com os Estados Unidos. Até então, Ludendorff havia resistido às demandas dos deputados do *Reichstag* por uma reforma constitucional parlamentarista que desse ao Parlamento voz sobre a condução da guerra, mas perante a derrota iminente ele reviu a sua posição e entregou o governo ao Príncipe von Baden, para que este a implementasse.⁸ Com isso, o projeto de reforma constitucional parlamentarista que Max Weber vinha defendendo desde 1917 subitamente ganhou importância prática.⁹

O programa de reforma constitucional de Max Weber foi, portanto, realizado quase da noite para o dia e de uma forma mais extensiva do que ele jamais teria esperado para o curto prazo. Mas a que preço e em que circunstâncias! O Supremo Comando ordenou a parlamentarização na hora da catástrofe, ainda que tivesse se oposto a ele com tanta força no passado. Agindo assim, eles imputaram ao novo governo democrático o terrível *odium* da derrota. O grande sonho de um *Reich* alemão poderoso que assumiria o seu lugar no mundo junto da Grã-Bretanha, Rússia e Estados Unidos era agora uma coisa do passado. A nação teria de encarar uma humilhação e abatimento extremos.¹⁰

⁷ A nomeação de Hindenburg e Ludendorff, prestigiados vencedores da “batalha de Tannenberg”, elevou o Supremo Comando Militar a um tipo de “monarquia substituta”, ou *Ersatzkaisertum*, na qual a própria monarquia foi efetivamente removida do processo de decisão. Hindenburg e Ludendorff fizeram uso amplo dos poderes administrativos que receberam conforme o artigo sobre estado de sítio vigente na Constituição Imperial. Conforme este artigo, eles possuíam poder de veto sobre todas as políticas promovidas pelo governo civil. cf. MOMMSEN, H. **The Rise and Fall of Weimar Democracy**. Chapel Hill & London: The University of North Carolina Press, 1996. p. 2–6.

⁸ Cf. KOLB, E. **The Weimar Republic**. London and New York: Routledge, 2005. cap. 1.; Cf. MOMMSEN, H., 1996, cap. 1.

⁹ Carl Schmitt comenta na sua *Teoria da Constituição* que “a visão de Max Weber, na época, era o único sistema de ideias poderoso que sobrara ao parlamentarismo”. SCHMITT, C. **Constitutional Theory**. Durham and London: Duke University Press, 2008. p. 362.

¹⁰ MOMMSEN, W. J. **Max Weber and German Politics 1890 -1920**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1984. p. 283.

Nos anos finais da guerra, Weber veio argumentando em uma série de artigos de jornal que uma reforma constitucional vigorosa deveria ser avançada na Alemanha, caso ela desejasse produzir líderes com a “inteligência enérgica” necessária para a reconstrução nacional.¹¹ Ele afirmou que a combinação de um Parlamento fraco, um monarca “intrometido” e um governo de burocratas havia produzido, na era pós-Bismarck, uma política externa ineficiente.¹²

Não me importo com a forma do Estado, se somente políticos, e não tolos diletantes como Guilherme II e congêneres, governassem o país [...] No momento não vejo outra saída além da parlamentarização impiedosa - nem que seja apenas para imobilizar estes incompetentes. Os funcionários públicos devem ser subordinados ao Parlamento. Completamente e sem exceção. São técnicos, [...] as formas do Estado são para mim técnicas, como qualquer outro mecanismo. Eu atacaria o Parlamento e defenderia o monarca, se este último fosse um político ou desse sinais de querer sê-lo no futuro.¹³

Na sua análise da formação da cultura política alemã, Weber apontou que Bismarck, agindo sempre graças a um poder “extraparlamentar,” havia deixado um legado de desinteresse pela política e pelo Parlamento. Com os representantes acostumados “a permitir que o grande líder decidisse” por eles, criou-se uma classe política “habituada a submeter-se,” e esta situação desencorajava o surgimento de novos líderes “estadistas.” O “verdadeiro poder” acabou “nas mãos da burocracia militar e civil” e a Alemanha tornou-se uma “nação sem educação política.”¹⁴

A reforma parlamentar, portanto, era necessária porque o *Reichstag*, sob a monarquia constitucional guilhermina, não possuía nenhum poder para restringir os arroubos do *Kaiser* nem a irresponsabilidade da sua burocracia – incluindo-se a do exército. Weber defendeu que um sistema constitucional parlamentar inspirado no modelo britânico era o tipo recomendado para a Alemanha, pois promovia a supervisão parlamentar sobre o governo e a administração. Ele tinha observado que as nações mais bem sucedidas no conflito mundial: França, Inglaterra e Estados Unidos, eram todas democracias

¹¹ BAEHR, P. Weber and Weimar: The Reich President Proposals. *Politics*, [s. l.], n. 9, p. 20–25, 1989. p. 21.

¹² SPIERS, R.; LASSMAN, P. Introdução. In: *ESCRITOS POLÍTICOS*. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. IX–XXXII. p. XXV.

¹³ WEBER, Max. *Gesammelte Politische Schriften*. Tübingen: J.C.B MOHR, 1971. p. 469.

¹⁴ WEBER, Max. Parlamento e governo na Alemanha reorganizada. In: *ESCRITOS POLÍTICOS*. São Paulo: Martins Fontes, 2014e. p. 167–342. p. 173–186.

governadas por políticos profissionais, selecionados em sistemas que efetivamente testavam as habilidades políticas dos seus líderes para ascender e conservar o poder. O fato destas democracias terem triunfado sobre as autocracias centro europeias: Alemanha, Áustria-Hungria e Império Otomano, evidenciava para ele qual era a forma tecnicamente superior do exercício do poder político.¹⁵

Países governados democraticamente, mesmo quando o seu serviço público é parcialmente corrupto, têm sido muito mais bem sucedidos [...] do que a nossa burocracia impecavelmente moral. Se nós julgarmos a situação à luz da *Realpolitik* e das posições internacionais das nações - e muitos de nós concordam que este deve ser o critério último - então, eu pergunto: que sistema de organização [...] é o mais eficiente *hoje*?¹⁶

Pelos mesmos motivos ele também defendeu o sufrágio universal: o amplo direito ao voto seria necessário, antes de tudo, pois o regime eleitoral de três classes na Prússia - que compreendia três quintos da Alemanha - era um obstáculo para uma condução mais efetiva da guerra.¹⁷ Sem uma reforma no sufrágio, Weber temia uma revolução socialista:

Num “Estado autoritário” burocrático com pseudo parlamentarismo, há somente duas alternativas: deixar a maioria dos cidadãos sem direitos nem liberdade, “administrando-os” como se fossem um rebanho, ou integrá-los ao Estado como *cogovernantes*. Porém, um *povo de senhores [Herrenvolk]* - e somente este *tem permissão para* praticar uma “política internacional” - não tem *nenhuma* escolha nesse sentido. Pode-se muito bem impedir a democratização (por ora), pois grandes interesses, preconceitos e covardia estão aliados para combatê-la. No entanto, logo veríamos que isso aconteceria às custas de todo o futuro da Alemanha. Todas as forças das massas se

¹⁵ RUNCIMAN, D. **Weber on Leadership: The Profession and Vocation of Politics, 1919**. London: Talking Politics - History of Ideas, 2020. Acesso em: 20/03/2021; Já em 1905 Weber endereça às críticas ao “palavrório sobre a obsolescência do parlamentarismo” respondendo que “Esse palavrório [...] leva à comparação crítica entre as realizações atuais dos países com regime parlamentar-democrático e aquelas de países com regime ‘pessoal’. Mesmo na área em que estes últimos são supostamente mais eficientes, a da política externa, eles estão em franca desvantagem [...] qualquer um pode ver que deve ser simplesmente impossível aos diplomatas a condução coerente e a obtenção de resultados permanentes quando seu trabalho é constantemente perturbado por ruidosos intermezzi, discursos, telegramas e decisões inesperadas do monarca, de modo que toda a sua energia acaba por se concentrar em reparar a confusão criada, ou então eles chegam até a querer usar por si próprios esses recursos teatrais”. WEBER, M. Sobre a situação da democracia constitucional da Rússia. In: ESCRITOS POLÍTICOS. São Paulo: Martins Fontes, 2014e. p. 37-96. p. 56. nota C.

¹⁶ *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik*, p. 416. apud MOMMSEN, W. J., 1984, p. 166.

¹⁷ HERRERA, C. M. A Herança Weberiana. In: A POLÍTICA DOS JURISTAS: DIREITO, LIBERALISMO E SOCIALISMO EM WEIMAR. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012. p. 19-44. p. 25-26.

engajariam então *contra* um Estado no qual são apenas objeto, e não participantes. Para alguns círculos, as conseqüências políticas inevitáveis podem ser interessantes. Mas certamente não o são para a pátria.¹⁸

Quando o exército e o Império colapsaram e a parlamentarização tornou-se a única alternativa viável, o programa de reforma constitucional de Max Weber foi então concretizado “quase do dia para a noite.”¹⁹

Mesmo cientes do fato consumado da derrota, os comandantes da marinha alemã decidiram desafiar a Inglaterra para uma batalha final, “até a morte”, no mar do norte. Os marinheiros convocados para o combate, contudo, sabendo do risco inútil às suas vidas, amotinaram-se e deram início à Revolução Alemã de novembro de 1918, que se espalhou rapidamente pelo país, assim como ocorreu na Revolução Russa de 1917. Em ambas, soldados, trabalhadores e camponeses organizam-se em conselhos e tomam o poder. No caso da Alemanha, o *Kaiser* fugiu para a Bélgica ainda ocupada, e em seguida para a Holanda.²⁰

O estouro da Revolução tornou irrelevantes os planos de reforma constitucional parlamentarista que seriam avançados pelo Príncipe von Baden.²¹ Por isso, ele entregou o cargo de Chanceler ao líder do Partido Social-Democrata [*SPD*], Friedrich Ebert, na esperança de que este pudesse conter a vaga revolucionária e restabelecer a ordem e a legalidade. Uma vez no poder, a Social-Democracia proclamou a República. Quase simultaneamente os conselhos revolucionários reunidos em Berlim elegeram Ebert como o líder dos “Comissários do Povo.” Deste modo, o SPD assumiu o governo da Alemanha com uma dupla legitimidade: de um lado pela entrega da chancelaria por von Baden a Ebert, o que o tornaria uma espécie de continuador do governo anterior,²² e do outro, a partir da legitimação revolucionária outorgada a Ebert pela Assembleia dos Conselhos.²³ Ebert fez preponderar entre os conselhistas a proposta por uma Assembleia

¹⁸ WEBER, Max. Sufrágio e Democracia na Alemanha. *In*: MAX WEBER E A POLÍTICA ALEMÃ. São Paulo: Martins Fontes, 2014h. p. 103–166. p. 165–166.

¹⁹ MOMMSEN, W. J., 1984, p. 284.

²⁰ cf. KOLB, 2005, p. 1–8.

²¹ Cf. CALDWELL, 1997, p. 63.

²² Ainda que essa transição tenha ocorrido de modo formalmente inconstitucional. Cf. MOMMSEN, H., 1996, p. 29.

²³ *Ibid.*

Constituinte, e com essa decisão definiu-se que a República alemã não seguiria o modelo soviético, mas o parlamentarismo.²⁴

Em novembro de 1918, quando ainda não restava totalmente claro se uma Assembleia Constituinte democrática seria efetivamente convocada, Max Weber publicou no jornal *Frankfurter Zeitung* uma nova série de artigos nos quais elaborava diretrizes básicas para a futura forma do Estado alemão, sob o título *A forma de governo na Alemanha*.²⁵ Estes artigos já representaram um marco na direção da futura Constituição da República de Weimar,²⁶ e em razão deles Ebert considerou chamar Weber para ser Ministro da Justiça no novo governo.²⁷ Nesta posição Weber coordenaria a comissão que redigiria o projeto de Constituição a ser proposta perante a Assembleia Nacional. Ele acabou sendo preterido por Hugo Preuss, um jurista de esquerda-liberal que já possuía um esboço de constituição pronto, e cujas visões, acreditava-se, corresponderiam a um meio termo que poderia unir as opiniões constitucionais do campo republicano.²⁸ Ainda assim, Weber integrou os debates da comissão, que se reuniu entre os dias 9 e 12 de dezembro de 1918.

O assunto que ele e Preuss mais debateram na comissão foi o problema da hegemonia da Prússia sobre a Alemanha. A questão era se a nova república deveria organizar-se na forma de um estado unitário, para enfraquecer a Prússia, ou se deveria reconhecer a autonomia dos estados e adotar a forma de uma federação. O primeiro rascunho de Preuss contrariava a fórmula que foi estabelecida historicamente no Império alemão, e propunha um Estado unitário.²⁹ Ainda, Preuss defendeu o desmembramento da Prússia em dez novos estados. Quando essa proposta vazou para a imprensa, contudo, ela encontrou ampla oposição e teve de ser abandonada.³⁰

Weber, pelo contrário, defendeu a solução federalista: para ele, os estados federais tinham sobrevivido às turbulências revolucionárias com muito menos perda de poder do que o *Reich*, e não se poderia esperar que eles simplesmente entregassem

²⁴ Cf. CALDWELL, 1997, p. 62.

²⁵ WEBER, Max, 1971, p. 448.

²⁶ Cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 334.

²⁷ O cargo “Secretário de Estado para o Interior” é equivalente ao de Ministro da Justiça.

²⁸ Cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 333.

²⁹ MOMMSEN, H., 1996, p. 54–56.

³⁰ *Ibid.*, p. 55.

voluntariamente este poder ao governo federal.³¹ Para Weber, todo o esforço constitucional estaria condenado à “fraqueza”³² se ignorasse a efetiva posição de poder dos governos dos estados. Se assim acontecesse os estados buscariam meios de afirmar sua influência fora da Constituição.³³ Weber acreditava que a Prússia sobreviveria de qualquer maneira, e que o desafio era construir um sistema que compensasse a sua sobrevivência com o desenho constitucional apropriado. Preocupado com isso, ele defendeu que os estados precisavam reter em suas mãos poderes suficientes para ser capazes de oferecer um contrapeso ao Parlamento Nacional, que acabaria invariavelmente sendo controlado pela Prússia, dado o seu tamanho.³⁴ Por isso, Weber defendeu que os estados deveriam obter uma posição de força no *Bundesrat*,³⁵ a câmara alta do *Reich* alemão. Mas ele também assumiu que no caso de um *Bundesrat*³⁶ poderoso, o *Reichstag*, a câmara baixa, não estaria apta a servir como o contrapeso nacional aos interesses locais dos estados. Por isso, tal contrapeso deveria ser exercido por um Presidente do *Reich*, um líder que não fosse eleito pelo Parlamento, mas pelo voto direto do povo de toda a Alemanha.³⁷

Se antes do fim da guerra e da queda da monarquia Weber havia defendido reformas constitucionais que aumentavam o poder do Parlamento como contrapeso ao poder do *Kaiser*, depois da Revolução e da Proclamação da República ele passou a defender um poder executivo forte como contrapeso ao *Reichstag* e ao *Bundesrat*. Weber duvidava que um governo parlamentar possuiria força suficiente para legitimar-se sozinho aos olhos do povo, e defendeu que o vácuo deixado pela queda da casa real prussiana deveria ser preenchido pela legitimidade carismática de um Presidente do *Reich* que, por meio de uma eleição popular direta, seria “proclamado” como o líder da nação e

³¹ Cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 335.

³² Como se verá durante este trabalho, Weber dá uma importância fundamental ao poder e à falta de poder. Cf. Guzzini, “Max Weber é um dos pais fundadores da análise contemporânea do ‘poder’”. GUZZINI, S. Max weber’s power. In: MAX WEBER AND INTERNATIONAL RELATIONS. [S. l.]: Cambridge University Press, 2017. p. 97–118. p. 98.

³³ Cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 339.

³⁴ Cf. *ibid.*, p. 338.

³⁵ Cf. *ibid.*, p. 335.

³⁶ A proposta de Weber por um *Bundesrat* forte não foi aprovada. O que a Assembleia Constituinte aprovou no seu lugar foi o *Reichsrat*, uma forma enfraquecida do *Bundesrat* na qual os governos dos estados indicavam os seus representantes. O órgão perdeu seus poderes judiciais para decidir conflitos constitucionais e teve as suas funções legislativas reduzidas ao direito de vetar as leis aprovadas pelo *Reichstag* ou pelos cidadãos alemães na forma de um plebiscito. Os seus poderes restaram quase exclusivamente na esfera administrativa, tais como aconselhar o governo em projetos de leis e formar comitês de supervisão em questões relacionadas aos governos locais. Cf. CALDWELL, 1997, p. 70.

³⁷ Cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 340.

“representante das massas.”³⁸ Weber defendeu que havia um inevitável elemento de “cesarismo” em todas as democracias. Curiosamente, ele descreveu a “posição de poder” do herói e ditador da guerra, exemplificado pelo General Hindenburg, em paralelo com a posição de poder do político cesarista em uma democracia, posição que Hindenburg viria ocupar depois, como Presidente da República.

Todo tipo de *eleição* direta *pelo povo* do detentor supremo do poder e, além disso, todo tipo de posição de poder política que se baseie na confiança das massas e não nos Parlamentos- inclusive a posição de poder de um herói de guerra popular, como Hindenburg – está no caminho que leva àquelas formas “puras” de aclamação cesarista. Esse é particularmente o caso da posição de poder do presidente dos Estados Unidos (formalmente) legitimada por nomeação e eleição “democráticas,” sendo que neste fato baseia-se a superioridade dele em relação ao parlamento.³⁹ [...] as grandes decisões da política são tomadas por *indivíduos*, particularmente nas democracias, e essa circunstância inevitável traz consigo o fato de que a democracia de massa, desde os tempos de Péricles, tenha tido sempre de pagar por seus sucessos com amplas concessões ao princípio cesarista de seleção de líderes.⁴⁰

Os editores da edição inglesa dos textos políticos de Weber apontam que os seus argumentos sobre o destino político da Alemanha devem ser inseridos no contexto do seu diagnóstico quanto ao “emergente caráter único da sociedade moderna ocidental.” Weber havia identificado uma crescente tendência de racionalização das práticas sociais, que engendrava a secularização, o crescimento da administração burocrática, o avanço do formalismo e da primazia da calculabilidade nas instituições, assim como uma conseqüente fragmentação dos valores humanos em imperativos autônomos nem sempre compatíveis.⁴¹ Para Weber, este processo de racionalização produzia, como efeito colateral, um *déficit* de legitimidade para as instituições modernas.

Estamos presos numa situação que caminha para isso, de modo que a questão não é como promover e apressar esse processo, mas ao contrário, como opor

³⁸ Cf. *ibid.*, p. 342.

³⁹ WEBER, Max, 2014e, p. 280–281.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 282.

⁴¹ Cf. SPIERS; LASSMAN, 2014, p. XXIV.

resistência para preservar a humanidade desse amesquinamento da alma, dessa dominação do modo de vida burocrático.⁴²

Neste contexto, ele enxergava o governo parlamentar como a expressão daquilo que, em sua teoria sociológica da autoridade, chamava de “dominação legal,” que é a “forma moderna de dominação” mais proximamente relacionada com a burocratização. A “objetivação geral” e a “sujeição a regras abstratas” típicas dos procedimentos parlamentares tornava sua autoridade meramente “formal”, e “jamais uma crença”.⁴³ Ademais, na tradição parlamentar alemã, o *Reichstag* sempre teve pouco poder, suas funções resumiam-se basicamente a aprovar o orçamento. Historicamente, era o monarca e sua administração que eram vistos como o Estado, e este era concebido como uma entidade acima dos interesses partidários parlamentares e capaz de falar à nação como um todo.⁴⁴ Por isso, para Weber, a democracia parlamentar alemã deveria ser complementada por uma democracia plebiscitária.

A “democracia plebiscitária” – o tipo mais importante de democracia de líderes -, em seu sentido genuíno, é uma espécie de dominação carismática oculta sob a forma de uma legitimidade derivada da vontade dos dominados e que só persiste em virtude desta. O líder (demagogo) domina, na verdade, devido à lealdade e confiança de seu séquito político para com a sua *pessoa* como tal. [...] São representativos do tipo os ditadores das revoluções antigas e modernas. [...] onde quer que se procurasse legitimar essa forma de dominação, foi mediante o reconhecimento plebiscitário pelo povo soberano.⁴⁵

Em contraste com o modelo francês, Weber defendeu que o Presidente não deveria tirar sua legitimidade do Parlamento, mas diretamente do eleitorado.⁴⁶ A instituição de uma presidência plebiscitária criaria a liderança forte, criativa, pessoal, e livre para levar adiante suas próprias iniciativas,⁴⁷ com recursos para fazê-lo mesmo contra os interesses do Parlamento. Em *A forma de governo na Alemanha*, Weber defendeu que “Um

⁴² WEBER, Max. Comentário de Max Weber sobre a burocratização em 1909. In: MAX WEBER E A POLÍTICA ALEMÃ. Brasília: Universidade de Brasília, 1985. p. 93–96. p. 94.

⁴³ WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 1.** Brasília: Editora UNB, 1999. p. 142–147.

⁴⁴ Cf. TURNER, S. P.; FACTOR, R. A. **Max Weber and the dispute over reason and value: a study in philosophy, ethics, and politics.** London: Routledge and Kegan Paul, 1984. p. 7–8.

⁴⁵ WEBER, Max, 1999, p. 176–177.

⁴⁶ Cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 340.

⁴⁷ BAEHR, 1989, p. 22.

presidente do *Reich* apoiado sobre a legitimidade da eleição popular, e que, portanto, encara as instituições do *Reich* a partir de um direito próprio e independente, terá uma autoridade incomparavelmente mais forte do que um eleito pelo Parlamento.”⁴⁸ Essa sua nova posição era compatível com a defesa do parlamentarismo que ele havia feito antes da queda da monarquia, pois para Weber era assim que, de qualquer maneira, os grandes Primeiros-ministros governavam:

Na verdade, a posição do atual Primeiro-Ministro Britânico [Lloyd George] não é absolutamente baseada na confiança do Parlamento e dos seus partidos, mas naquela das massas nos campos e do exército nos campos de batalha. O Parlamento apenas aquiesce (com considerável relutância).⁴⁹

Foi em meio a estas considerações que Weber defendeu que o Presidente deveria ter uma posição similar à do monarca constitucional quanto à divisão de poderes na República.⁵⁰ Ele deveria ser dotado das mesmas prerrogativas que tinha o antigo Chefe de Estado do *Kaiserreich*. Isto é dizer: participação no patrocínio dos cargos, na nomeação e demissão de ministros, ter poder de veto suspensivo, e sobretudo, a autoridade para dissolver o *Reichstag*. Ou, como substituto, a possibilidade ignorar o *Reichstag* e apelar diretamente ao povo por meio de referendo.⁵¹ Há registros de que Weber defendeu inclusive que se concedesse ao Presidente também o *Kommandogewalt* – antiga competência do Rei da Prússia, que lhe conferia o comando exclusivo do exército, livre do controle do Parlamento para declarar e conduzir as guerras. Tal sugestão, contudo, foi considerada extrema e rechaçada pelo comitê de Preuss.⁵²

Para equilibrar os poderes presidenciais, Weber defendeu que se deveria oferecer ao Parlamento a possibilidade de convocar um referendo de *recall* do Presidente caso os

⁴⁸ WEBER, Max, 1971, p. 469.

⁴⁹ WEBER, Max. **Economy and Society**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1978. p. 1452.

⁵⁰ “Quando a apropriação do poder pelo governo de partido não é completa, sendo que o príncipe (ou um presidente em posição correspondente, com, por exemplo, um presidente eleito de modo plebiscitário) representa um poder próprio, especialmente no patronato de cargos (inclusive os dos oficiais do exército), trata-se então de um governo constitucional, este pode existir particularmente quando há divisão de poderes formal. Um caso especial é representado pela coexistência de uma presidência plebiscitária e um parlamento representativo: governo representativo-plebiscitário”. in. WEBER, Max, 1999, p. 195.

⁵¹ WEBER, Max, 1971, p. 469.

⁵² DeutscheJuristen-Zeitung 24.3-4 (February I, 1919): 121-22. apud. CALDWELL, 1997, p. 67.

dois poderes entrassem em conflito.⁵³ Também defendeu que a administração burocrática não deveria conduzir as suas atividades independentemente da supervisão do Parlamento. O Presidente deveria ser auxiliado na realização das suas responsabilidades administrativas por um gabinete de ministros parlamentares dependentes da confiança do *Reichstag*,⁵⁴ pois em um Estado moderno, burocratas de carreira tornar-se-iam cada vez mais indispensáveis e só poderiam ser devidamente controlados com a ajuda de um Parlamento com poderes de inquérito.⁵⁵ “Mesmo um monarca constitucional”, disse Weber em outra ocasião, “seria impotente contra os seus burocratas na ausência de corpos parlamentares que exercessem controle administrativo.”⁵⁶ Para ele, um *Reichstag* que não fosse dotado do poder para supervisionar e investigar a administração estaria renunciando ao seu potencial para a seleção de líderes.⁵⁷

A mudança, aparentemente bem modesta, que seria introduzida em nosso país por meio de comissões parlamentares que cooperam com a administração e utilizam o direito de inquérito para garantir o controle contínuo dos funcionários é a condição prévia fundamental para todas as reformas posteriores, que têm como objetivo incrementar o trabalho positivo do *parlamento como órgão estatal*. É também, particularmente, o pré-requisito indispensável para a transformação do parlamento em lugar de seleção de líderes políticos.⁵⁸

No esquema constitucional de Max Weber, restaria ao *Reichstag* a função de oferecer um campo de treinamento fértil para o surgimento e desenvolvimento de líderes políticos. E por meio do voto de desconfiança, ele teria a função de atuar como uma instância de supervisão e controle dos poderes do executivo.⁵⁹

O comitê de Preuss concordou com Weber nos pontos supramencionados⁶⁰ e, quando a comissão foi encerrada, ele enviou uma carta para a esposa Marianne Weber congratulando-se: “tudo certo, a Constituição do *Reich* está a princípio pronta, e é *muito*

⁵³ Este direito foi garantido no artigo 43 da Constituição de Weimar, mas na verdade nunca foi exercido. Cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 343.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 341.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 342.

⁵⁶ WEBER, Max, 1971, p. 337.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 397.

⁵⁸ WEBER, Max, 2014e, p. 230–231.

⁵⁹ Cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 344.

⁶⁰ Cf. CALDWELL, 1997, p. 67.

similar às minhas propostas”.⁶¹ Wolfgang Mommsen descreveu a participação de Weber na comissão constitucional como “o seu maior momento.”⁶² Dias depois Weber candidatou-se como deputado constituinte pelo *Partido Democrata Alemão* [DDP], mas – por ironia do destino - desentendeu-se com a burocracia do partido e desistiu da candidatura.⁶³

Em fevereiro de 1919, ainda em meio às deliberações e procedimentos da Assembleia Nacional Constituinte, Weber publicou o artigo *O Presidente do Reich* no jornal *Berliner Börsezeitung*. Essa seria a sua última declaração sobre a questão constitucional.⁶⁴ O texto explica aos eleitores alemães os motivos que o fizeram sustentar a concepção de Chefe de Estado que ele defendia. Além disso, o artigo tinha como objetivo reivindicar que o primeiro Presidente da República de Weimar não fosse eleito pela Assembleia Constituinte (como de fato Friedrich Ebert acabou sendo), mas sim diretamente pelo povo.⁶⁵

*Um presidente do Reich eleito pelo parlamento, sob determinadas constelações e coalizões de partidos, é um homem politicamente morto quando essas constelações se deslocam. Um presidente eleito pelo povo, como chefe do Executivo e da nomeação de cargos e, eventualmente, como detentor de um veto suspensivo, da autoridade de dissolver o parlamento e de invocar um referendo é o paládio da democracia autêntica, que não significa a entrega impotente a panelinhas, mas sim a subordinação a líderes eleitos pelo próprio povo.*⁶⁶

Weber justificou o seu argumento a partir de duas razões principais: a ameaça de desintegração política da federação alemã em pequenos estados com interesses particularistas, e a necessidade de um sistema que produzisse líderes capazes para a realização dos interesses nacionais da Alemanha.

⁶¹ Weber, Marianne (1975), *Max Weber: A biography*, (New York Wiley), transl H Zohn.p. 640. Apud BAEHR, 1989, p. 23.

⁶² MOMMSEN, W. J., 1984, p. 355.; Cf. Ringer, a importância de Weber nas decisões tomadas pelo comitê não devem ser superestimadas. Outros fatores e referenciais teóricos teriam sido igualmente influentes na construção da orientação constitucional RINGER, F. **Max Weber: an Intellectual Biography**. Chicago: Chicago University Press, 2004.

⁶³ Cf. SELL, C. E. Em busca do centro democrático-progressista: o liberalismo agonístico de Max Weber. **Estudos Avancados**, [s. l.], v. 34, n. 100, p. 321–338, 2020. cap. 323.

⁶⁴ Cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 373.

⁶⁵ WEBER, Max. O Presidente do Reich. In: **ESCRITOS POLÍTICOS**. São Paulo: Martins Fontes, 2014c. p. 383–389. p. 383.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 388.

Se as eleições para Presidente fossem indiretas, pelo Parlamento, Weber argumentou que isso seria visto como “um deboche do princípio democrático em favor dos interesses dos membros do parlamento em fazer toma-lá-dá-cá.”⁶⁷ Como decorrência de um sistema de eleição presidencial indireta, os partidos tenderiam a posicionar representantes corporativos no topo das suas listas, sujeitos a imperativos de interesses econômicos. Ainda, os partidos acabariam por manter o “sistema antiquado de gerenciamento por notáveis” que impediria a ascensão de novos políticos nas fileiras dos partidos, e faria com que as “melhores mentes” da Alemanha rejeitassem a política.⁶⁸ Um tal Parlamento, eleito a partir de listas partidárias e sem o contrapeso da democracia plebiscitária, seria um parlamento formado por “*mentes filisteias*.”⁶⁹ A eleição direta para Presidente ofereceria, por outro lado, oportunidade e ocasião para uma melhor *seleção de líderes*.⁷⁰

Havia ainda a questão da fragmentação política do país e o perigo de um retorno da hegemonia prussiana. Weber afirma que “O [problema do] particularismo demanda um *portador do princípio da unidade do Reich*,”⁷¹ pois sem ele haveria uma proliferação de partidos com interesses apenas locais. Considerando-se que “quase todo o patrocínio de cargos estará nas mãos dos estados individuais,” apenas um Presidente popularmente eleito pode ser mais do que “meramente tolerado” em Berlim, ao lado do Chefe de Estado da Prússia.⁷²

Neste texto, Weber ainda defendeu que se concedessem certos poderes especiais de superação de crise ao Presidente. Dada a quantidade de partidos, ele estimava que seria “muito provável que ocorressem crises recorrentes no Parlamento,” e, portanto, seria necessário que o Presidente do *Reich* tivesse poderes para temporariamente “intervir no maquinário do *Reich*”, fazendo uso do *veto suspensivo*, da designação de ministros e da convocação de *referendos*.⁷³ Ainda, apenas um líder eleito pela totalidade do povo

⁶⁷ WEBER, Max. **Political Writings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. p. 304. trad. livre do termo “horse-trading” na versão em inglês

⁶⁸ Ibid., p. 306.

⁶⁹ Ibid.

⁷⁰ WEBER, Max, 2014c, p. 383–384.

⁷¹ WEBER, Max, 1994.

⁷² WEBER, Max, 2014c, p. 385–387.

⁷³ Ibid., p. 387.

poderia ter autoridade para “iniciar o processo de socialização,”⁷⁴ ou mesmo as reformas econômicas que se mostravam necessárias ao restabelecimento da economia alemã em tempos de paz. “Os Social-Democratas”, provocou Weber, “devem lembrar-se que a tão discutida ‘ditadura’ das massas demanda um ‘ditador,’ um *porta voz eleito pela própria massa* a quem ela se subordine enquanto ele tiver a sua confiança.”⁷⁵ Weber estava consciente dos riscos autoritários da sua proposta, e para corrigi-los, fez as seguintes sugestões: se for necessário, “todos os membros das dinastias aristocráticas devem ser excluídos para que se evite uma restauração monárquica por meio de plebiscito.” Também é necessário que haja mecanismos para que o Presidente seja responsabilizado, caso abuse do seu poder: “Devemos tomar medidas para que o Presidente ‘veja o laço e a força’ caso decida governar autocraticamente.”⁷⁶ Weber termina o artigo exortando os parlamentares reunidos na Assembleia Constituinte a limitarem o seu poder em nome do interesse nacional:

Esperamos que a democracia não coloque nas mãos de seus inimigos essa arma de agitação antiparlamentar. Do mesmo modo que agiram não apenas de maneira mais nobre, mas também mais prudente aqueles monarcas que, no momento apropriado, limitaram o seu próprio poder em favor de representações parlamentares, o parlamento faria bem em reconhecer voluntariamente a Carta Magna da democracia, o direito de eleição direta do líder. Não se arrependerá caso os ministros permaneçam rigorosamente vinculados à confiança do parlamento.⁷⁷

Ainda que não tenha sido eleito deputado constituinte, elementos importantes das concepções de Max Weber foram defendidos pelos representantes do *DDP*, partido que ele ajudou a fundar com Friedrich Naumann. Naumann reproduziu os argumentos de Weber sobre o Presidente do *Reich*, apontando para a necessidade de que ele pudesse governar independentemente do Parlamento em situações em que não houvesse maioria parlamentar funcional. Para isso, seria necessário que o Presidente pudesse iniciar de ofício a dissolução do *Reichstag*, assim como nomear e demitir o Chanceler e convocar

⁷⁴ A socialização de muitos setores da indústria alemã, especialmente a mineração e a metalurgia, era uma das principais exigências dos conselhos revolucionários que outorgaram o poder à Assembleia Constitucional. No fim as suas exigências não foram atendidas nem implementadas. Cf. LOUREIRO, I. M. **A Revolução Alemã 1918 - 1923**. São Paulo: Unesp, 2005.

⁷⁵ WEBER, Max, 2014c, p. 384.

⁷⁶ WEBER, Max, 1994, p. 305.

⁷⁷ WEBER, Max, 2014c, p. 388.

referendo popular sem a contra-assinatura de um Chanceler responsável perante o Parlamento.⁷⁸ Neste sentido, conforme o historiador Hans Mommsen,⁷⁹ as propostas de Weber

introduziram um elemento na Constituição nacional que era estranho aos princípios básicos do parlamentarismo liberal [...] Se o Partido Democrata Alemão, que chegou perto de abraçar o conceito de Presidente de Max Weber como uma personalidade carismática capaz de liderar por plebiscito popular, tivesse tido sucesso em obter aprovação para a sua demanda de que o Presidente exercesse os seus poderes de emergência sem a contra assinatura do Chanceler ou do ministro do gabinete apropriado, a consequência bem poderia ter sido a criação de um chefe de Estado com poderes virtualmente ilimitados.⁸⁰

Ainda que se possa discernir muitas das ideias de Weber no documento aprovado pela Assembleia Nacional Constituinte,⁸¹ a adoção de uma doutrina de “freios e contrapesos” inspirada no trabalho de Robert Redslob deslocou algumas das suas projeções mais Cesaristas, de modo que a independência política total do Presidente não foi garantida.⁸²

A Constituição da República de Weimar, promulgada em agosto de 1919, definiu que o Presidente seria eleito para um mandato de sete anos e serviria como Chefe do Estado e da administração, assim como comandante em chefe das forças armadas. Ele nomearia os ministros e o Chanceler e determinaria as principais linhas da política nacional, mas dentro dos limites da confiança do Parlamento. Ainda, O Presidente teria o poder de dissolver o Parlamento e convocar uma nova eleição. Em contraposição, cem deputados poderiam intimá-lo perante a nova Corte Estatal e acusá-lo de violar a lei.⁸³

Há apenas um registro da possível influência de Weber sobre o conteúdo do famigerado artigo 48, pelo qual o Presidente poderia suspender certas liberdades individuais em caso de emergência. Eduard Baumgarten, seu primo, lhe atribuiu responsabilidade pelo

⁷⁸ MOMMSEN, W. J., 1984, p. 376.

⁷⁹ O historiador Hans Mommsen é irmão gêmeo do historiador Wolfgang Mommsen, que utilizo muito neste trabalho. Ambos são bisnetos do historiador e romanista Theodor Mommsen, que conferiu grau de doutor à Max Weber depois da defesa da sua tese sobre o direito agrário romano.

⁸⁰ cf. MOMMSEN, H., 1996, p. 57.

⁸¹ Cf. BAEHR, 1989, p. 23.

⁸² Cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 348–354.

⁸³ Cf. CALDWELL, 1997, p. 68.

dispositivo,⁸⁴ mas outros, como Wolfgang Mommsen e Peter Caldwell, dizem que Weber não demonstrou interesse por ele.⁸⁵ Mesmo que Weber tenha defendido os poderes de exceção para o Presidente, não há outros registros de que ele tenha discutido especificamente o conteúdo daquilo que se tornaria o artigo 48.⁸⁶ Não apenas Weber, mas a maioria dos delegados na Assembleia estavam mais preocupados em limitar a possibilidade de um “absolutismo parlamentar” do que com um Presidente forte. Na Assembleia o dispositivo mal foi discutido, considerado uma mera reprodução do artigo que tratava do *Estado de Guerra* nas constituições prussiana e imperial de 1871.⁸⁷

Por meio do artigo 48, o Presidente do *Reich* recebeu o poder de convocar as forças armadas para garantir a execução de uma lei federal nos estados, ou para restaurar neles “a segurança pública e a ordem.” Neste segundo caso, o Presidente também teria competência para suspender certos direitos individuais. Por outro lado, conforme o dispositivo, os poderes emergenciais do Presidente restariam limitados pelo direito do *Reichstag* de invalidar as suas medidas. Pretendia-se que o artigo 48 equilibrasse o *Reichstag* e o Presidente um contra o outro, de modo que o Presidente pudesse responder aos perigos imediatos encarados pela República, enquanto o *Reichstag* pudesse limitar as ações do Presidente.⁸⁸ A maioria dos constituintes, apesar dos enfáticos avisos da Social-Democracia Independente [*USPD*], falhou em perceber a amplitude e o potencial deste instrumento. O deputado Oskar Cohn foi profético ao urgir a Assembleia a considerar o que poderia acontecer sob o artigo 48 se “algum carrasco dos Hohenzollern, um General talvez, fosse o líder do Reich ou Ministro da Defesa.”⁸⁹ Mas mesmo o *USPD*, em razão da sua simpatia pelo princípio da democracia direta, aprovou o projeto.⁹⁰ Poucos anos depois do alerta do deputado Cohn, o General Paul von Hindenburg, que havia sido ditador comissário do *Kaiser* durante a Primeira Guerra Mundial, tornar-se-ia o primeiro Presidente eleito diretamente pelo povo na

⁸⁴ Baumgarten. E. Max Weber, *Soziologie, Welgeschichtliche, Analysen, Politik*. p. xxv. Apud. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 378.

⁸⁵ *Ibid.*

⁸⁶ WEBER, Max; WELLS, G. C. The Reich President. *Social Research*, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 125–132, 1986. p. 127.

⁸⁷ Cf. CALDWELL, 1997, p. 67.

⁸⁸ Cf. *ibid.*, p. 68.

⁸⁹ Cf. KOLB, 2005, p. 19.

⁹⁰ Cf. MOMMSEN, H., 1996, p. 57.

República de Weimar, e utilizaria o artigo 48 de um modo que “iria muito além daquilo que os fundadores da Constituição esperavam.”⁹¹

A importância das ideias de Max Weber sobre o Presidente como um líder que, em virtude da sua comissão direta pelo povo, era chamado para exercer uma política independente do Parlamento, não se limitou ao *design* da figura constitucional do Presidente do *Reich*. Ainda que na Constituição efetivamente promulgada as suas propostas tenham sido apenas parcialmente implementadas, elas seguiram exercendo influência no desenvolvimento teórico e jurisprudencial das questões concernentes ao *status* constitucional e ao papel de liderança do Presidente da República, pois os esforços feitos pelos conservadores para incrementar o poder presidencial confiaram significativamente na teoria weberiana da *dominação carismático-plebiscitária*. Foi este o ponto de partida para a construção da doutrina *jus política* que reivindicou a legitimidade do Poder Executivo para, independentemente do Parlamento, tomar as “medidas cabíveis” no caso de um estado de exceção.⁹²

Carl Schmitt assistiu às palestras *Ciência como vocação e Política como vocação* que Weber proferiu em Munique nos anos 1917 e 1919, e foi profundamente afetado pelos seus argumentos.⁹³ Na palestra sobre a *Ciência como Vocação*, Weber havia defendido que a ciência não poderia indicar a resposta correta para a orientação ética e política dos seres humanos,⁹⁴ ela apenas poderia proporcionar clareza à essa orientação, mostrando que “adotando tal posição, certa pessoa estará a *serviço de tal Deus e ofendendo tal outro*.”⁹⁵ Um elemento central na visão weberiana do mundo moderno é sua convicção na inexistência de qualquer possibilidade de hierarquização objetiva de princípios morais e valores fundamentais. Para Weber, somos confrontados por uma pluralidade de valores essenciais conflitantes e, em um mundo racionalmente organizado, burocrático e desencantado, o canal mais importante para a expressão da individualidade humana é o

⁹¹ CALDWELL, 1997, p. 6.

⁹² MOMMSEN, W. J., 1984, p. 381–382.

⁹³ Cf. ENGELBREKT, K. What Carl Schmitt picked up in Weber’s seminar: A historical controversy revisited. *European Legacy*, [s. l.], v. 14, n. 6, p. 667–684, 2009. ; Cf. HOLMES, 1993.; Cf. KENNEDY, E. *Constitutional Failure*. Durham and London: [s. n.], 2004. ; Cf. MCCORMICK, J. P. *Carl Schmitt’s Critique of Liberalism: Against Politics as Technology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 32.

⁹⁴ Conforme Raymond Aron: “A sociologia weberiana é inspirada por um tipo de filosofia existencialista que propõe uma dupla negação: Nenhuma ciência poderá dizer aos homens como devem viver, ou ensinar às sociedades como se devem organizar. Nenhuma ciência poderá indicar à humanidade qual é o seu futuro.” ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 456–457.

⁹⁵ WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2011. p. 39.

compromisso consciente com algum destes valores. A intenção de Weber era embrenhar-se por uma prática política lúcida e sem ilusões,⁹⁶ mas isso também implicava que para ele nada poderia ser dito sobre o conteúdo daqueles valores que se confrontavam: “cada indivíduo terá de decidir, de seu *próprio ponto de vista*, o que, para ele é deus e o que é o diabo”.⁹⁷

Na palestra sobre a política, Weber defendeu que cabe ao líder político agir com “responsabilidade,” o que significa aceitar as consequências que “são imputáveis à [sua] própria ação,” mas que os objetivos que ele deve defender devem ser decididos apenas por ele próprio. O político, portanto, deve orientar a condução da sua política conforme a sua “convicção.”⁹⁸ Até porque, disse Weber, a política “não se faz exclusivamente com o cérebro.”⁹⁹ O problema quanto “à natureza da causa em nome do qual o homem político procura e utiliza o poder [...] depende das convicções pessoais de cada um”¹⁰⁰.

O sistema de representação parlamentar proporcional que tinha sido adotado pela nova República era para Weber a “manifestação típica de uma democracia sem chefes,” que facilitaria “manobras ilícitas na confecção das listas de votação” e daria “aos grupos de interesse a possibilidade de forçarem as organizações políticas a incluírem nas citadas listas alguns de seus empregados, de sorte que, ao fim, nos vemos diante de um Parlamento apolítico, onde não mais encontram lugar os verdadeiros chefes.”¹⁰¹ Quanto ao futuro da Alemanha, haveria duas alternativas: uma democracia sem líderes, isto é, um governo dos “políticos profissionais,” ou democracia de líder, isto é, governo de um líder carismático com uma máquina partidária.¹⁰²

Só uma escolha cabe: ou uma democracia admite como dirigente um verdadeiro chefe, e por consequência, aceita a existência da “máquina”, ou renega os chefes e cai sob o domínio dos “políticos profissionais”, sem vocação, privados das qualidades carismáticas que produzem os chefes. [...] No momento, não divisamos, no seio dos partidos alemães, outra coisa que não o domínio dos políticos. [...] Só o Presidente do *Reich*, sob condição de que sua eleição se fizesse por

⁹⁶ Cf. SPIERS; LASSMAN, 2014, cap. XXX.

⁹⁷ WEBER, Max, 2011, p. 35.

⁹⁸ Ibid., p. 100.

⁹⁹ Ibid., p. 108.

¹⁰⁰ Ibid., p. 97.

¹⁰¹ Ibid., p. 92.

¹⁰² Ibid., p. 91–92.

plebiscito e não pelo Parlamento, poderia transformar-se em válvula de segurança face à carência de chefes.¹⁰³

John McCormick identificou uma “radicalização significativa” nas perspectivas “políticas, jurídicas, sociais e estéticas” de Carl Schmitt no período que coincide com a sua participação nos cursos de Weber.¹⁰⁴ A concepção de autoridade plebiscitária do Presidente desenvolvida por Weber, que não impunha nenhuma restrição moral substantiva sobre o conteúdo valorativo que a legitima, viria a ser utilizada por Schmitt para avançar uma interpretação extensiva dos poderes de exceção ínsitos no artigo 48 da Constituição de Weimar. Assim como Weber, Schmitt também caracterizou o Presidente como o representante da vontade política de todo o povo, em oposição ao pluralismo de interesses fragmentários dos partidos parlamentares. Diferentemente de Weber, contudo, que previa no seu sistema o poder parlamentar como uma das formas de autoridade legítima, Schmitt enfatizou a oposição diametral entre o Presidente plebiscitário e o princípio da representação proporcional do legislativo. Na teoria de Schmitt, a Constituição da República de Weimar deixava de significar o conjunto de normas inscritas no documento promulgado em agosto de 1919, conforme procedimentos formais, e passava a ser vista como uma “verdadeira Constituição,”¹⁰⁵ fundada sobre a identificação homogênea entre governados e governante. O Presidente, nesta concepção, passava a ser concebido como o “*Guardião da Constituição*.”¹⁰⁶ Para Schmitt, o Presidente do *Reich*

é essencialmente concebido como um homem que une a confiança da totalidade do povo para além dos limites e da moldura das organizações e burocracias partidárias, não como um homem do partido, mas como um homem que tem a confiança de *todo* o povo. Uma eleição presidencial do Reich que genuinamente compreende este sentido da disposição constitucional, seria mais importante do que as eleições frequentes que têm lugar em um Estado democrático. Seria uma proclamação esplêndida do povo alemão e teria uma *irresistibilidade* que é anexada a tais proclamações. Qual propósito e

¹⁰³ Ibid.

¹⁰⁴ MCCORMICK, 1997, p. 121–125.

¹⁰⁵ Cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 386.

¹⁰⁶ Cf. SCHMITT, C. The Guardian of the Constitution: Schmitt on pluralism and the president as the guardian of the constitution. In: THE GUARDIAN OF THE CONSTITUCION: HANS KELSEN AND CARL SCHMITT ON THE LIMITS OF CONSTITUTIONAL LAW. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 125–173.

significado poderia a posição da presidência do Reich, estabelecida desta maneira ter, que não a liderança política? Se *o povo inteiro está unido na sua confiança em tal homem*, isso não acontece para que ele possa permanecer politicamente insignificante, dar discursos em feriados e assinar seu nome nas decisões de outrem.¹⁰⁷

A doutrina de Schmitt viria a servir como argumento jurídico para a perpetração e defesa do *Golpe contra a Prússia*. O episódio marca a deposição ilegal do governo Social-Democrata na Prússia pelo governo federal, encabeçado pelo Chanceler Franz von Papen a partir de um decreto do Presidente Hindenburg, fundado sobre o artigo 48 da Constituição. Para Carl Schmitt esta foi “a primeira cena do último ato da República de Weimar.” E, de fato, quando o Presidente usou os seus poderes excepcionais para violar o pacto federalista e a forma democrática do governo estadual da Prússia - garantida expressamente pelo artigo 17 da Constituição - abriram-se os caminhos jurídicos para a instauração da ditadura nazista.¹⁰⁸ Neste sentido, a “ideia do estado totalitário,” explica Franz Neumann no *Behemoth*, “cresceu a partir da demanda de que todo o poder fosse concentrado nas mãos do Presidente.”¹⁰⁹

Os ministros prussianos suspensos pelo decreto de Hindenburg, junto das delegações do SPD e do Centro ao Parlamento Prussiano, e dos estados da Baviera e do Bade, apelaram à Corte Estatal.¹¹⁰ Carl Schmitt foi chamado como advogado de defesa do governo federal, e seu argumento foi que o Presidente Hindenburg havia usado Artigo 48 “contra a palavra escrita na Constituição em nome de uma legitimidade mais elevada do que a mera legalidade constitucional.”¹¹¹ A concepção de democracia que Schmitt defendeu neste julgamento era o de uma unidade política substantiva, garantida por um representante singular do Estado: “O Presidente do *Reich* mantém-se no centro de todo um sistema de independência e neutralidade político-partidária, construído sobre uma base plebiscitária.”¹¹² A corte acatou os argumentos de Schmitt e manteve vigente a

¹⁰⁷ SCHMITT, 2008, p. 370. Ênfases minhas.

¹⁰⁸ Cf. CALDWELL, 1997, p. 8.

¹⁰⁹ NEUMANN, F. **Behemoth: The Structure and Practice of National Socialism 1933-1944**. Chicago: Oxford University Press, 2009. p. 47.

¹¹⁰ Cf. CALDWELL, 1997, p. 165.

¹¹¹ Schmitt, Carl. *Legalität und Legitimität* (1932), repro in *Verfassungsrechtliche Aufsätze aus den Jahren 1924-1954. Materialien zu einer Verfassungslehre*, 2d ed. (Berlin: Duncker und Humblot, 1973), 262-350. Apud. *Ibid.*, p. 8.

¹¹² Schmitt, Carl. *Legalität und Legitimität* (1932), repro in *Verfassungsrechtliche Aufsätze aus den Jahren 1924-1954. Materialien zu einer Verfassungslehre*, 2d ed. (Berlin: Duncker und Humblot, 1973), 262-350. Apud. *Ibid.*

intervenção na Prússia. Em setembro de 1932, quando o *Reichstag* votou pela desconfiança do gabinete de von Papen, o Presidente Hindenburg respondeu dissolvendo-o. O gabinete de von Papen foi substituído pelo governo do General Kurt von Schleicher, que também fracassou. Hindenburg, despreparado para dissolver o Parlamento novamente, acatou o conselho de von Papen e nomeou Hitler como Chanceler em 30 de janeiro de 1933.¹¹³ Conforme o nazista Goebbels, “o ex-Chanceler von Papen havia purgado o estado prussiano de social-democratas de uma forma tão cuidadosa que não havia sobrado nada para os nazistas fazerem.”¹¹⁴

Max Weber, em 1919, acreditava que as chances de algo assim acontecer eram remotas, dada a recente má experiência do povo com o sistema monárquico. Muito mais urgente, pensava ele, era a “escassez de líderes.”¹¹⁵ Por esse motivo ele repudiou e sequer considerou - diz Jacob Mayer, com uma “ponta de preconceito nacionalista”¹¹⁶ - o sistema presidencial francês da Terceira República. Na França, Weber comentou, o Presidente eleito pela Câmara e pelo Senado “tornava-se joguete dos partidos”. No entanto, Mayer acusa-lhe de não ter atentado ao importante fato de que “os artífices da Carta da Terceira República favoreciam a eleição parlamentar do Presidente porque tinham em mente a atormentada história do princípio plebiscitário na França.”¹¹⁷ História essa escrita por dois Napoleões.

Max Weber morreu em 1920 e não viu a sua defesa de um governo plebiscitário-carismático ser transformada na defesa de uma ditadura fascista totalitária.¹¹⁸ Não há dúvidas de que uma política tal como a nazista, que “se serviu dos mais baixos instintos das massas,” teria sido pessoalmente uma anátema para ele.¹¹⁹

Ainda assim, Wolfgang Mommsen pondera que “construindo sobre as teorias de Weber,” “foi perfeitamente possível para Carl Schmitt levar o plebiscitarismo às suas

¹¹³ Cf. JACOBSON, A.; SCHLINK, B. **Weimar: A Jurisprudence of Crisis**. Los Angeles: University of California Press, 2000. p. 14.

¹¹⁴ Cf. VINX, L. **The Guardian of the Constitution: Hans Kelsen and Carl Schmitt on the Limits of Constitutional Law**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2015. (Cambridge Studies in Constitutional Law).p. 4.

¹¹⁵ Cf. BAEHR, 1989, p. 22.

¹¹⁶ MAYER, J. P. **Max Weber e a Política Alemã**. Brasília: Universidade de Brasília, 1986. p. 76.

¹¹⁷ Ibid.

¹¹⁸ GROSS, 2005.; WOLIN, 1990. Aceito os argumentos de Zarka, Gross e Wolin quanto a consistência entre a teoria política de Schmitt e a ordem institucional nazista, que, contudo, não é o objeto deste trabalho. ; cf. ZARKA, 2005.

¹¹⁹ BAEHR, 1989.; cf. KRONMAN, A. T. **Max Weber**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. ; cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 410.

conclusões lógicas.” O empreendimento de Schmitt, diz Mommsen, “foi ainda mais fácil porque Max Weber havia subordinado os valores democráticos básicos aos interesses de poder nacional.”¹²⁰

¹²⁰ MOMMSEN, W. J., 1984, p. 410.

2. A hipótese de Wolfgang Mommsen

Wolfgang Mommsen publicou *Max Weber e a Política Alemã 1890-1920* em 1959, no contexto da reconstrução material e política da Alemanha. Ele é um historiador identificado com a geração de intelectuais alemães que viu no relativismo moral dominante nas ciências da cultura alemãs do começo do século XX um dos fatores que facilitaram a ascensão do nazismo. Assim, fez parte do movimento que advogou por uma reaproximação cultural da Alemanha com as doutrinas de direitos naturais.¹²¹ Neste livro, Mommsen construiu um famoso e polêmico argumento no qual afirmou que o uso que Schmitt fez da teoria de Weber seria uma extensão “unilateral, mas ainda assim consistente” do programa do sociólogo. Schmitt teria desenvolvido as ideias de Max Weber “até as suas conclusões últimas,” retirando delas, contudo, “todas as salvaguardas constitucionais” que Weber havia incluído para que o Presidente tivesse de se manter “sempre à altura dos seus dotes carismáticos.”¹²²

Para Mommsen, Weber “consistentemente subordinava o ideal democrático constitucional aos interesses de poder nacional.” Sua crença no “poder nacional” seria acompanhada por uma desconsideração do conteúdo interno do valor democrático, de modo que, para ele, a democracia havia se tornado um “conceito puramente funcional.”¹²³ Mesmo tendo defendido a parlamentarização e a democratização da Alemanha Imperial para remover as classes feudais conservadoras do poder, Mommsen diz que Weber não o fez por acreditar que a democracia era um valor em si mesmo. Os ideais democráticos que dariam ao Estado Parlamentar Constitucional uma “legitimidade e dignidade mais elevada” seriam para ele “menos importantes” do que a efetividade na promoção dos interesses nacionais.¹²⁴

Sob as condições da sociedade industrial moderna, Weber teria acreditado que os “velhos princípios individualistas dos direitos humanos” tinham perdido muito do seu poder de persuasão.¹²⁵ Considerando o “desencantamento do mundo” que o “politeísmo de valores” havia precipitado sobre o homem moderno, o Estado Democrático

¹²¹ Cf. KILKER, E. Max Weber and Plebiscitarian Democracy: A Critique of the Mommsen Thesis. *International Journal of Politics, Culture and Society*, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 429–465, 1989. p. 429.

¹²² cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 386.

¹²³ Ibid., p. 403.

¹²⁴ Cf. ibid., p. 392.

¹²⁵ Ibid., p. 395.

Constitucional foi concebido por Weber como uma organização essencialmente técnica, cujo propósito seria meramente treinar líderes políticos para dar-lhes as condições de subir ao poder e governar conforme a sua convicção e responsabilidade pessoais. Mommsen defendeu que Weber favorecia a democracia porque ela prometia uma maior “eficiência” no âmbito da política internacional. O Estado precisava ser apoiado internamente pelas classes emergentes na nação alemã – burguesia e trabalhadores – para ser capaz de grandes feitos na *política externa*.¹²⁶

Mommsen disse concordar com Lukács, que em *A destruição da Razão* já havia afirmado que para Weber a democracia era apenas “a forma mais adequada para a expansão imperialista de uma grande potência moderna.” A concepção de democracia defendida por ele seria fruto da sua constatação de que as “debilidades do imperialismo alemão” estariam justamente “nessa falta de desenvolvimento democrático em sua política interna”. Para Lukács, Weber “compartilha com outros imperialistas alemães a concepção de uma missão política universal (colonizadora) dos “povos senhoriais” [*Herrenvolk*] pela via da democracia.”¹²⁷

Weber teria desejado introduzir a forma carismática de legitimidade no sistema constitucional de Weimar porque não estimava que a reivindicação de legitimidade feita pela mera “legalidade racional” parlamentar fosse suficientemente persuasiva. Toda a “santidade intrínseca” do Estado Constitucional já tinha sido perdida, e a Constituição tinha se transformado em um mero sistema de regras formais, dentro do qual políticos profissionais usavam métodos demagógicos para lutar entre si por popularidade e poder. Mommsen compara a descrição do sistema constitucional feita por Weber com a feita pelo sociólogo nazista Hans Freyer, dizendo que para ambos, a Constituição teria sido reduzida a um sistema prático de “regras do jogo.” Para Weber, sustentou ele, um tal sistema não ofereceria uma base valorativa ou crença compartilhada suficientemente persuasiva para motivar o povo a entrar em um acordo genuíno sobre a legitimidade da autoridade política.¹²⁸ À luz da burocratização de todas as associações políticas e da crescente organização da política como uma mera disputa por interesses materiais, parecia a Weber que apenas a escolha pessoal-plebiscitária de líderes poderia oferecer “um meio pelo qual o processo universal de burocratização poderia ser efetivamente

¹²⁶ Ibid.

¹²⁷ LUKÁCS, G. **A Destruição da Razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020. p. 528.

¹²⁸ Cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 403.

freado e um mínimo de liberdade individual de movimento, no sentido comum e não político, poderia ser protegido.”¹²⁹

Para Mommsen, Max Weber teria negligenciado a questão dos limites ao uso de meios demagógicos na democracia plebiscitária porque a sua sociologia “livre de valores” estendeu o conceito de carisma aos “demagogos bons e aos maus.”¹³⁰ Ao descrever a característica da democracia de líder como tendo “o caráter emocional específico da entrega e confiança nele, do qual costuma proceder a inclinação a seguir aquele que parece mais extra cotidiano,”¹³¹ Mommsen diz que Weber teria deixado aberta a porta para a “subjetificação da política,” e teria negligenciado a questão de se a liderança carismática poderia levar à uma autocracia carismática.¹³² O sistema conceitual de Weber, ao prescrever um agnosticismo radical quanto aos valores, apenas teria considerado o fenômeno político a partir de uma moldura formal, não permitindo qualquer distinção entre um carisma “genuinamente democrático” - dedicado à realização positiva de valores no serviço do povo - e o “falso carisma que apela aos instintos mais baixos das massas, e que termina por corromper a vontade popular ao criar uma ditadura.”¹³³ A negligência de Weber quanto aos limites do carisma se devia ao fato de que ele esperava que acontecesse o oposto: que o fenômeno da racionalização e da burocratização tornassem cada vez menos possível o surgimento e a realização de líderes carismáticos. A estrutura racional dos partidos de massa, cada vez mais burocraticamente organizados, ofereceria um corretivo aos excessos emocionais da luta política. O carisma era um poder “extraordinário” que sempre involuía para a rotinização e institucionalização.¹³⁴ Para Mommsen,

Weber viu a rigidificação burocrática como uma ameaça universal tão grande que favoreceu sem hesitar um governo plebiscitário-carismático por um grande demagogo como o único meio disponível de “escapar da jaula de ferro da servidão.”¹³⁵

¹²⁹ Ibid., p. 400.

¹³⁰ WEBER, Max, 1999, p. 177.

¹³¹ Ibid.

¹³² Ocasionalmente esta possibilidade parece ter ocorrido para ele. Em WEBER, Max, 1971, p. 403.: “Aqui também estão os limites da racionalidade de tal escuderia nos tempos modernos”

¹³³ MOMMSEN, W. J., 1984, p. 408.

¹³⁴ Ibid., p. 409.

¹³⁵ Ibid.

De acordo com Mommsen, por um lado o princípio da “liderança democrática plebiscitária” de Weber teria sido radicalizado por Carl Schmitt de um modo que “Weber nunca cogitaria.” Mas, por outro, o argumento de Schmitt sobre o Presidente como *Guardião da Constituição* já estaria implícito na teoria da dominação de Weber, mesmo que, diferentemente de Schmitt, “Weber nunca tivesse desejado atacar o sistema partidário como tal.”¹³⁶ Weber tinha buscado basear o estado democrático da República de Weimar sobre dois princípios complementares de legitimidade. Para ele a legalidade constitucional do Estado Legislativo-Parlamentar tinha de ser reforçada pela “legitimidade revolucionária” de um Presidente eleito como um líder carismático.¹³⁷ A oposição entre a seleção plebiscitária e a seleção parlamentar de líderes não significava, como muitos contemporâneos de Weber afirmavam, que os parlamentos fossem inúteis. Sua existência garantia a estabilidade, controlava os cargos de poder, preservava a salvaguarda civil e legal contra o poder da liderança e propiciava um método pacífico para eliminar um “ditador cesarista” que tivesse perdido o controle das massas.¹³⁸ “O Parlamento”, disse Weber, asseguraria que “representantes cesaristas das massas” aceitariam “as formas jurídicas estabelecidas da vida política.” Uma das principais funções dos partidos políticos racionalmente organizados e de um Parlamento com reais poderes era restringir a influência da irracional da “democracia de rua.”¹³⁹ Conforme Mommsen,

A liderança carismática-plebiscitária “com uma máquina partidária” materializou-se em 1933 de uma forma completamente diferente daquela que Weber tinha em mente. Ainda assim, devemos conceder que a teoria da liderança carismática de Weber, combinada com a formalização radical do significado das instituições democráticas, ajudou, ainda que marginalmente, a tornar o povo alemão receptivo no seu apoio a um líder, e nesta medida, a Adolf Hitler.¹⁴⁰

Carl Schmitt teria ignorado a legitimidade da legalidade parlamentar como fundamento para autoridade política e aceito apenas a legitimidade revolucionária, carismático-plebiscitária. Ele teria avançado a ideia, já presente no pensamento de Weber, de que os procedimentos legislativos parlamentares eram apenas instrumentos formais e que,

¹³⁶ Ibid., p. 386.

¹³⁷ Cf. *ibid.*

¹³⁸ SPIERS; LASSMAN, 2014, p. XXVI–XXVII.

¹³⁹ WEBER, Max, 2014e, p. 292.

¹⁴⁰ MOMMSEN, W. J., 1984, p. 411.

enquanto tais, não professavam nenhuma reivindicação de valor substantivo que pudesse justificar a sua legitimidade.¹⁴¹ Depois da corrosão e colapso da base parlamentar na República de Weimar em 1930, Schmitt passou a defender a legitimidade plebiscitária como o único “sistema de justificação”¹⁴² da autoridade política. Em resumo, o argumento de Mommsen compreende três premissas:

1. O “agnosticismo moral” de Weber obrigava-o a não afirmar qualquer restrição quanto ao valor ou causa política que Presidente do *Reich* poderia defender.
2. O “pessimismo” de Max Weber quanto à tendência da burocratização como “destino” das sociedades modernas em geral, e da sociedade alemã em particular, fizeram-no negligenciar os perigos autoritários inerentes ao carisma, e privilegiar a instauração da figura constitucional do líder carismático como um contrapeso àquelas tendências. Elas seriam sempre mais poderosas do que o carisma e não tardariam por neutralizá-lo em uma “rotina.”
3. A primazia do “nacionalismo” no sistema de valores de Weber autorizou-o a afirmar o Estado forte como um valor mais importante do que a autodeterminação política do povo, conforme professada pelas democracias liberais ocidentais.

¹⁴¹ cf. *ibid.*, p. 386.

¹⁴² SCHMITT, C. **Legality and Legitimacy**. [S. l.]: Duke University Press, 2004. p. 93.

3. A utilidade da crítica de Mommsen

A crítica de Mommsen serve como ponto de partida para a investigação do pensamento político de Weber na sua relação com seu contexto cultural. Contexto este que ele compartilhou com as forças políticas e intelectuais que precipitaram a queda da República de Weimar. Isto não é dizer que Weber endossaria ou concordaria com a política nazista.¹⁴³ A curiosidade que motiva esta pesquisa diz respeito à possibilidade de que a defesa que Weber fez da necessidade de um elemento irracional, passional, ou carismático na representação política, como uma resposta ao diagnóstico “fatalista” que ele próprio fez de uma tendência à burocratização que ameaçava transformar toda política em administração e gestão econômica, produziram uma *filosofia política* que, talvez, permitisse desdobramentos antiliberais não vislumbrados por ele.¹⁴⁴

É incontroverso que Max Weber se envolveu ativamente nos debates políticos, filosóficos e culturais do seu tempo, e que ele tratou das mesmas questões que, quando endereçadas por outros intelectuais alemães da sua convivência, ajudaram a estabelecer as condições culturais para a ascensão do nazismo. Neste sentido,

É pouco controverso hoje que certas predisposições ideológicas no pensamento alemão em geral, mas particularmente no clima intelectual e político na República de Weimar, tornaram possível a um grande número de eleitores alemães considerar o movimento Nacional Socialista como menos problemático do que ele de fato foi.¹⁴⁵

Por exemplo, o diagnóstico de ameaça ao sentido da vida pela racionalização científica, descrito por Weber nos termos de um “desencantamento do mundo,” é certamente muito mais nuançado e ambivalente do que a tese fatalista do “declínio do ocidente” de Oswald Spengler, *best-seller* que descreve “o homem e o mundo modernos como tendo decaído em um processo de deterioração, exaustão, e irremediável colapso.”¹⁴⁶ Mas é

¹⁴³ Cf. BAEHR, 1989.; Cf. KRONMAN, 2009.; Cf. MOMMSEN, W. J., 1984.; Cf. WEBER, Max; WELLS, 1986. etc.

¹⁴⁴ Uma descrição das características que compõem o antiliberalismo pode ser lidar em HOLMES, 1993.; MOMMSEN, W. J., 1984.; Cf. TURNER, S. P.; FACTOR, 1984, cap. 25.

¹⁴⁵ Kurt Sontheimer, “Anti-Democratic Thought in the Weimar Republic” (New York: Meridian, 1958) p.339. Apud. WOLIN, R. Carl Schmitt: The Conservative Revolutionary Habitus and the Aesthetics of Horror. *Political Theory*, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 424–447, 1992. p. 426.

¹⁴⁶ cf. HERMAN, A. *A ideia de decadência na história ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 15–17.

inegável que ambos, Weber e Spengler, partilharam entre si indagações comuns, correntes no pensamento alemão da época. Assim, um leitor desavisado poderia tomá-las como expressões de um mesmo desespero, tal como fez o jurista nazista Otto Koellreuter.¹⁴⁷ Neste sentido, Fritz Stern dirá que o pano de fundo intelectual que justificou o nazismo foi construído a partir da afirmação de “um tipo particular de desespero cultural.”¹⁴⁸

Ainda, Weber também se envolveu nos debates sobre a possibilidade de o conhecimento científico estabelecer respostas “certas” para decisões éticas e políticas. Assim como Nietzsche, Heidegger e muitos outros, Weber respondeu negativamente a essa questão. Ao mesmo tempo, até o fim da vida ele seguiu exortando os seus compatriotas a priorizar os interesses de poder da nação alemã. Para Franz Neumann, a base de justificação do poder absoluto do líder nazista deu-se justamente a partir de uma filosofia “existencialista” que afirmava o poder como resposta ao problema da relatividade dos valores.

Apenas o *Reich* ele mesmo permanece. Ele é sua própria justificação. As raízes filosóficas do argumento devem ser encontradas na filosofia existencial de Heidegger. Transferida ao reino da política, o existencialismo argumenta que o poder e a força são a verdade: o poder é uma base teórica suficiente para mais poder.¹⁴⁹

Diferentemente de Carl Schmitt, Max Weber nunca defendeu que o Presidente da República deveria abolir a representação parlamentar, mas ele defendeu uma concepção institucional de líder forte que, como investigaremos, talvez permitisse ao Presidente fazê-lo.

Como veremos no decorrer deste trabalho, as respostas que Weber deu àquelas questões são muito mais complexas do que as soluções oferecidas pelos “modernistas reacionários”,¹⁵⁰ “românticos de aço”,¹⁵¹ e “nihilistas alemães”,¹⁵² da geração de

¹⁴⁷ Koellreuter, Otto. “Die staatspolitischen Anschauungen Max Webers und Oswald Spenglers,” pp. 481 ff. Apud. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 410.

¹⁴⁸ STERN, F. **The Politics of Cultural Despair: A Study in the Rise of the Germanic Ideology.** Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1974. p. ix.

¹⁴⁹ NEUMANN, 2009, p. 135.

¹⁵⁰ Carl Schmitt, Oswald Spengler, Ernst Jünger, Hans Freyer entre outros. Cf. HERF, J. **O Modernismo Reacionário: Tecnologia, Cultura e Política na República de Weimar e no 3º Reich.** Campinas: Editora Ensaio, 1993.

¹⁵¹ cf. WOLIN, 1992.

intelectuais da “revolução conservadora” que sucedeu Weber e precedeu o nazismo. Mas ainda assim, interessa-nos o comentário de Jeffrey Herf, para quem

Parte do gênio de Hitler consistiu em convencer os seus seguidores de que ele ia levar a cabo uma revolução cultural e romper a tendência rumo ao *desencantamento do mundo*, ocasionada pelo liberalismo e pelo marxismo, sem fazer a Alemanha recuar para a impotência pré-industrial.¹⁵³

Por outro lado, também é amplamente difundida a reputação de Weber como um pensador liberal. É influente a interpretação de Talcott Parsons sobre a sua sociologia como uma forma de liberalismo,¹⁵⁴ assim como a leitura positiva que Hans Kelsen dá a sua articulação da democracia com a legitimidade formal, identificando a burocratização com o progresso social.¹⁵⁵ Anthony Kronman dirá que o “relativismo” ético de Weber é na verdade um compromisso “positivista” com a liberdade e igualdade humanas,¹⁵⁶ e Carlos Sell que Weber é um continuador não do projeto contra iluminista de Nietzsche, mas do projeto iluminista de Kant.¹⁵⁷ No âmbito da política cotidiana, Weber quase sempre se posicionou no campo do liberalismo alemão. É conhecida a sua participação na criação do Partido Democrata Alemão e sua relação de mentoria com Theodor Heuss, o primeiro Presidente da renascida República Federal da Alemanha.¹⁵⁸

O pensamento político de Weber, portanto, serve-nos como ponto privilegiado para estudar as tensões e mútuas imbricações entre “paixão e razão”¹⁵⁹ presentes nas tradições do *Esclarecimento e Romantismo*¹⁶⁰ alemães, que permearam a ascensão e queda da República de Weimar. Acredito que o comentário do irmão de Max Weber, Alfred Weber, ao escrever à Theodor Heuss chamando de “perturbadoras” as propostas do irmão quanto à forma institucional do Presidente do *Reich*, descrevendo-as como um

¹⁵² cf. STRAUSS, L. German Nihilism. *Interpretation*, [s. l.], v. 26, p. 353–378, 1999.

¹⁵³ HERF, 1993, p. 61. ênfase minha.

¹⁵⁴ cf. ENGELBREKT, 2009, p. 668.

¹⁵⁵ cf. HERRERA, 2012, p. 40–41.

¹⁵⁶ cf. KRONMAN, 2009, p. 285.

¹⁵⁷ SELL, 2020.

¹⁵⁸ cf. ENGELBREKT, 2009, p. 681.

¹⁵⁹ cf. SAINT-PIERRE, H. **Max Weber: Entre a Paixão e a Razão**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

¹⁶⁰ SELL, 2020, p. 324.

lamentável “escorregão na direção do romantismo,”¹⁶¹ não é desprovido de importância. A imbricação entre iluminismo e romantismo no pensamento de Max Weber talvez seja aquilo que, conforme afirmou Carlos Herrera, deu margem à “disputa pela herança weberiana.”¹⁶² O objetivo final neste trabalho será explorar as características do pensamento de Weber que tornaram possível essa disputa, para verificar que tipos de relação podemos identificar entre uma possível *filosofia política* sua, a queda da República de Weimar e as forças que a arquitetaram.

¹⁶¹ Baumgarten, E (1964), *Max Weber: Werk und Person*, (Tiibingen: Mohr), p. 550. Apud. BAEHR, 1989, p. 23.

¹⁶² HERRERA, 2012, p. 24.

CAPÍTULO I: AGNOSTICISMO MORAL

A primeira característica do pensamento político de Max Weber que, conforme Wolfgang Mommsen, autorizaria uma leitura tal como aquela feita por Carl Schmitt, é o tipo de teoria do conhecimento a qual Weber subscreve. Tributária do neokantismo,¹⁶³ ela já foi qualificada como “agnosticismo radical,” “decisionismo,” “niilismo,”¹⁶⁴ e “positivismo,”¹⁶⁵ por afirmar que não é possível estabelecer objetivamente quais devem ser os valores últimos escolhidos pelos indivíduos. Ela rigorosamente não admite que críticas a decisões sobre valores possam reivindicar embasamento objetivo, científico.

Para Mommsen, o compromisso de Weber com a irracionalidade da escolha dos valores últimos – seus e dos outros - criar-lhe-ia uma armadilha, pois lhe impediria de objetar, na qualidade de cientista político, qualquer valor ou causa defendida por um líder político, não importa o quão moralmente má, se a autoridade carismática deste líder fosse reconhecida e legitimada pelas pessoas lideradas por ele.¹⁶⁶

O sistema conceitual de Weber, ao prescrever um agnosticismo radical quanto aos valores, apenas teria considerado o fenômeno político a partir de uma moldura formal, não permitindo qualquer distinção entre um carisma “genuinamente democrático” - dedicado à realização positiva de valores no serviço do povo - e o “falso carisma que apela aos instintos mais baixos das massas, e que termina por corromper a vontade popular ao criar uma ditadura.”¹⁶⁷

Em 1945, J.P Mayer já havia descrito o “relativismo de valores” de Max Weber como uma “contribuição niilista” à ascensão do Nacional Socialismo.¹⁶⁸ Raymond Aron também usou o termo “niilismo” para falar do sistema ético weberiano. Aron diz que

¹⁶³ Cf. WILLEY, T. E. **Back to Kant: The Revival of Kantianism in German Social and Historical Thought 1860 - 1914**. Detroit: Wayne State University Press, 1978.

¹⁶⁴ Cf. TURNER, S. P.; FACTOR, 1984, p. 40.

¹⁶⁵ Cf. KRONMAN, 2009, p. 25.

¹⁶⁶ Weber distingue diferentes “tipos” de ações motivados. Considera como do tipo mais “compreensivo” as ações que estão na natureza da adequação racional, e dos quais a conduta do “homem econômico” constitui exemplo destacado. As ações menos racionais são exemplificadas em termos da busca de “fins absolutos”, fluindo de sentimentos afetivos ou de elemento tradicionais. A ação “afetiva” que nasce puramente do sentimento, é um tipo de conduta menos racional. Tais tipos de “ações” são construídos operacionalmente em termos de uma escala de racionalidade e irracionalidade. Ele descreve como um recurso tipológico, e não uma “psicologia” da motivação. Cf. GERTH, H. H.; MILLS, C. W. Introdução: o Homem e sua Obra. *In*: ENSAIOS DE SOCIOLOGIA. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982. p. 15–89. p. 75.

¹⁶⁷ MOMMSEN, W. J., 1984, p. 408.

¹⁶⁸ MAYER, 1986, p. 47.

Weber, por considerar os “imperativos kantianos” apenas mais uma atitude entre outras, com valor igual a, por exemplo, aos “dogmas cristãos ou ao culto dos valores vitais,” nunca pôde fazer mais do que recomendar que “cada um deve obedecer ao seu deus ou seu demônio”. Aron afirma que

o niilismo nietzschiano no qual ele chega talvez seja menos o objeto de uma escolha resoluto do que a consequência quase involuntária de um princípio, aos seus olhos fundamental: a impossibilidade de demonstrar cientificamente um julgamento de valor ou um imperativo moral.¹⁶⁹

Para Leo Strauss a posição de Weber seria auto derrotável, pois ao negar que se pode oferecer uma justificação racional para perseguir a ciência, *eo ipso*, Weber também negava que houvesse qualquer fundamento para que outros ouvissem as suas conclusões, uma vez que elas pressupunham um compromisso valorativo injustificável com a busca pela ciência tal como Weber a concebeu.¹⁷⁰

Habermas, na décima quinta Convenção da Associação Sociológica Alemã em 1964, Chamou Max Weber de “decisionista.” Conforme os registros, Habermas disse que:

No período da Primeira Guerra Mundial, Weber delineou a imagem de uma democracia de líder cesarista, com o imperialismo de estado nacional servindo como a base contemporânea. O liberalismo militante tardio da era de Weimar teve consequências que Weber não poderia ter considerado, mas ainda assim nós somos obrigados a fazê-lo quando interpretamos Weber aqui e agora. Devemos levar em consideração o fato de que Schmitt era um aluno legítimo de Max Weber. Em termos da influência exercida pelo seu pensamento, o elemento decisionista na sociologia de Weber reforçou, ao invés de perturbar, o poder da ideologia.¹⁷¹

Para Alisdair MacIntyre, nenhuma tese foi mais destrutiva para o “discurso moral na sociedade ocidental contemporânea” do que a teoria dos valores de Weber, pois uma

¹⁶⁹ ARON, R. Introduction. *In*: LE SAVANT ET LE POLITIQUE. Paris: Union Générale d’Éditions, 1963. p. 5–52. p. 35.

¹⁷⁰ STRAUSS, L. **Natural Right and History**. Chicago: Chicago University Press, 1953. p. 76.

¹⁷¹ Otto Stammer, ed., *Max Weber und die Soziologie heute: Verhandlungen des 15. Deutschen Soziologentages* (Tubingend: Mohr, 1965), p. 81. Apud. ENGELBREKT, 2009, p. 668. Na ocasião da publicação dos anais da convenção, Habermas reformulou sua caracterização da conexão entre Weber e Schmitt: “Carl Schmitt foi um ‘filho natural’ de Max Weber”. A emenda retrata-se sobre a alegação de relação recíproca entre Schmitt e Weber. Schmitt não teria sido um ‘aluno legítimo’ de Weber no sentido de um herdeiro intelectual, especialmente não um que Weber tenha reconhecido como um sucessor.

vez que é culturalmente assumido que não existem universais morais e que valores são uma questão de preferência subjetiva, a argumentação moral é reduzida meramente a afirmações e contra afirmações.¹⁷²

O objetivo deste capítulo é investigar a teoria do conhecimento de Weber nas suas implicações para o modo como ele concebeu a relação entre ciência, ética e política. A pergunta que se busca responder é se, de fato, a teoria do conhecimento de Max Weber torna a sua *filosofia política* impotente perante “maus” valores, quando defendidos por líderes popularmente legitimados.

¹⁷² MACINTYRE, A. **After Virtue**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2007. p. 26.

1.1 O problema do *significado*

Para Max Weber, a religião surge da busca humana por “teodiceia,” isto é, por uma justificação para o “sofrimento imerecido,”¹⁷³ para a “boa fortuna daqueles que são afortunados,”¹⁷⁴ para a “irracionalidade do mundo”¹⁷⁵ e para a “incongruência entre destino e mérito.”¹⁷⁶ Os seres humanos, diz Weber, possuem a “necessidade metafísica de um cosmos significativo,”¹⁷⁷ e as religiões “reivindicam como seu pressuposto específico, que o mundo é de alguma forma dotado de sentido.”¹⁷⁸ O mundo, conforme a concepção judaico-cristã de Deus, ganha sentido como produto ou expressão da Sua atividade criativa, e os Seus mandamentos, por serem fruto da Sua vontade, possuem caráter normativo.¹⁷⁹ A relação do indivíduo com este Deus é uma “relação contratual”¹⁸⁰ na qual a salvação humana depende da “unificação sistemática da conduta de vida de uma pessoa”¹⁸¹ conforme com os mandamentos de Deus. Consequentemente, para salvar-se, o indivíduo precisa organizar a sua vida de modo a enxergá-la como produto da sua própria responsabilidade.¹⁸² Contudo, a característica da modernidade, para Weber, é a substituição da cosmovisão [*Weltanschauung*] religiosa por uma secular.¹⁸³

Em outra época, explica Weber, pretendeu-se que a crença na ciência [*Wissenschaft*]¹⁸⁴ também pudesse oferecer sentido à vida humana. Na fase inicial das revoluções

¹⁷³ “O desenvolvimento das religiões no mundo todo é determinado [pelo] antigo problema da teodiceia [que] consiste na precisa questão de como é que um poder que se diz ser onipotente e bondoso pode ter criado um mundo tão irracional de sofrimento imerecido, injustiça não punida, e estupidez sem esperança.” WEBER, Max. **From Max Weber: Essays in Sociology**. New York: Oxford University Press, 1946. p. 353.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 271.

¹⁷⁵ “Esse problema, a experiência da irracionalidade do mundo, foi a força motriz do desenvolvimento de todas as religiões” WEBER, Max, 2011, p. 103.

¹⁷⁶ WEBER, Max, 1946, p. 275.

¹⁷⁷ *Ibid.*, p. 281.

¹⁷⁸ *Ibid.*, p. 122.

¹⁷⁹ Cf. KRONMAN, 2009, p. 235.

¹⁸⁰ WEBER, Max. **Ancient Judaism**. [S. l.]: The Free Press, 1967. p. 130.

¹⁸¹ WEBER, Max. **The Religion of India**. Glencoe: The Free Press, 1958. p. 336.

¹⁸² Cf. KRONMAN, 2009, p. 246.

¹⁸³ Cf. SEIDMAN, S. Modernity, meaning, and cultural pessimism in Max Weber. **Sociology of Religion: A Quarterly Review**, [s. l.], v. 44, n. 4, p. 267–278, 1983. p. 268.

¹⁸⁴ “*Wissenschaft*” carrega um significado mais amplo do que a palavra “ciência” em português. *Wissen* deriva da palavra do alemão antigo para “sabedoria”, em contraste com “ciência” que é derivada da palavra latina para “conhecimento”. *Wissenschaft* descreve qualquer corpo organizado de conhecimento cuja perseguição é social no sentido de que pode ser ensinada e aprendida. Podemos, portanto, falar em estudar *Kunstwissenschaft* ao invés de “história da arte” ou *theologische Wissenschaft* ao invés de

científicas, ciência e religião reforçaram-se mutuamente neste objetivo, pois a primeira firmou-se dentro da moldura cosmológico-religiosa da segunda, que lhe assinalava uma significação transcendental.¹⁸⁵ “Quase todas as ciências,” diz Weber, “da filologia à biologia, já reivindicaram em algum momento ser fonte não de conhecimento científico especializado, mas também de uma *Weltanschauung*.”¹⁸⁶ Em cada um dos estágios do seu desenvolvimento histórico, “um otimismo ingênuo” pôde celebrá-la como o caminho que levaria à felicidade. A ciência já foi vista como caminho para “o *ser verdadeiro*” (tal como em Platão), à “*arte verdadeira*” e à “*verdadeira natureza*” (Leonardo da Vinci, Galileu e Bacon) e ao caminho para Deus (Spener).¹⁸⁷ Mas o esforço de se incorporar a ela a função religiosa de gerar valores e sentidos foi característico apenas de uma fase inicial e acrítica do desenvolvimento científico.¹⁸⁸ “Hoje,” para Weber, “tendo em vista a crítica devastadora que Nietzsche¹⁸⁹ dirigiu contra ‘os últimos homens’ que ‘descobriram a felicidade,’ tal visão pode ser deixada de lado.”¹⁹⁰

Na medida em que se desenvolveu a “conquista da vida pela ciência” - processo pelo qual “o intelecto volta-se para si mesmo”¹⁹¹ - as ciências tornaram-se autocríticas e renunciaram à intenção de oferecer uma “síntese ideológica total.”¹⁹² A transformação da relação entre ciência e religião, Weber aponta, remonta ao século dezoito, quando o apelo à razão e ao direito natural substituiu a cosmologia ético-religiosa cristã como o

“estudos teológicos”. O sentido do termo alemão talvez seja melhor expressado por uma expressão como “reduzido a uma ciência.” Cf. OWEN, D.; STRONG, T. B. Max Weber’s Calling to Knowledge and Action. In: THE VOCATION LECTURES: “SCIENCE AS A VOCATION” “POLITICS AS A VOCATION”. Indiana: Hackett Publishing Company, 2004. p. ix–lxii. p. xx–xxi.

¹⁸⁵ Cf. SEIDMAN, 1983, p. 270.

¹⁸⁶ WEBER, Max. **The Methodology of the Social Sciences**. Glencoe: The Free Press, 1949. p. 69, 85–87.

¹⁸⁷ WEBER, Max, 2011, p. 32–34.

¹⁸⁸ Cf. SEIDMAN, 1983, p. 271.

¹⁸⁹ Há registros de que Weber comenta a um estudante que um estudioso moderno deve, se for honesto, admitir que “ele não poderia ter realizado partes cruciais do seu próprio trabalho sem as contribuições de Marx e Nietzsche”. É assim porque Marx e Nietzsche põem, respectivamente, duas questões que oferecem pontos pivotais para a reflexão de Weber sobre o destino do estudioso moderno: “Qual a relação entre ciência e política?” e “Qual é o significado e o valor da ciência?”. O primeiro compele-o a refletir sobre a questão de se a ciência pode servir como uma fundação para a política ou para qualquer ação humana e, portanto, se a autoridade científica pode subscrever a autoridade política. in: Eduard Baumgarten, Max Weber, *Werk und Person* (Tiibingen: Mohr, 1964), p. 554. apud OWEN; STRONG, 2004, p. xviii.

¹⁹⁰ WEBER, Max, 2011, p. 35.

¹⁹¹ WEBER, Max, 2014f, p. 89.

¹⁹² Cf. SEIDMAN, 1983, p. 271.

fundamento da ordem sociocultural.¹⁹³ - “Como poderia a ciência nos conduzir a Deus?” pergunta Weber, “Não é ela a potência especificamente a-religiosa?”¹⁹⁴ A relação entre a ciência e o divino não é uma de mútuo suporte, mas o contrário: “o pressuposto fundamental de qualquer vida em comunhão com Deus impele o homem a se emancipar do racionalismo e do intelectualismo da ciência.”¹⁹⁵

Quem continua ainda a aceitar [...] que os conhecimentos astronômicos, biológicos, físicos ou químicos poderiam ensinar-nos algo a propósito do sentido do mundo ou poderiam ajudar-nos a encontrar sinais de tal sentido, se é que ele existe? Se existem conhecimentos capazes de extirpar, até às raízes, a crença na existência de seja lá o que for que se pareça a uma “significação” do mundo, esses conhecimentos são exatamente os que se traduzem pelas ciências.

196

Este é o “destino de nosso tempo”, diz Weber. Ele, “que se caracteriza pela racionalização, pela intelectualização e, sobretudo, pelo ‘desencantamento do mundo’ levou os homens a banirem da vida pública os valores supremos e mais sublimes.”¹⁹⁷ Para Weber, tudo se passa como se “a falta de sentido empírico do acontecer natural”¹⁹⁸ fosse de longe a maior descoberta da ciência moderna, a verdadeira revolução copernicana que viria definir “irremediavelmente, irrevogavelmente, o destino do nosso tempo.”¹⁹⁹

O “desencantamento do mundo” [*Entzauberung der Welt*] é um fenômeno cultural que acompanha o estabelecimento na modernidade do princípio científico de que nada no mundo acontece sem razão ou causa.²⁰⁰ A consequência deste princípio é a expulsão dos

¹⁹³ Cf. *ibid.*, p. 270.

¹⁹⁴ WEBER, Max. O Estado-nação e a política econômica. *In*: ESCRITOS POLÍTICOS. São Paulo: Martins Fontes, 2014b. p. 34–35.

¹⁹⁵ *Ibid.*

¹⁹⁶ *Ibid.*

¹⁹⁷ WEBER, Max, 2011, p. 51.

¹⁹⁸ Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre. Tübingen, Mohr, 1988. p.227; “A natureza é então ‘aquilo que não tem sentido.’ Ou, mais exatamente: um processo que se torna ‘natureza’ quando nós não lhe perguntamos por seu ‘sentido.’ Neste caso, o que se opõe à natureza como ‘aquilo que não tem sentido’ não é ‘a vida social,’ mas antes ‘aquilo que é significativo,’ isto é, o ‘sentido’ que é atribuído a um processo ou a um objeto, ou que pode ‘ser encontrado nele,’ e isso vai do ‘sentido’ metafísico do universo dentro de uma dogmática religiosa, até o ‘sentido’ do latido de um cachorro de Robinson Crusoe ante a aproximação de um lobo.” *In*: Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre. p.332 - 333. apud PIERUCCI, A. F. **O Desencantamento do Mundo: Todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 153, 156.

¹⁹⁹ Cf. *ibid.*, p. 153.

²⁰⁰ Com Descartes, tal princípio foi formulado sob o nome de “princípio da inércia”: “Como Deus não está sujeito a mudanças, agindo sempre da mesma maneira, podemos chegar ao conhecimento de certas

mistérios da natureza. Obviamente há coisas que não são conhecidas, mas tudo, em princípio, deve poder ser explicado. Nada advém sem motivo ou causa.²⁰¹ O termo “desencantamento do mundo” é emprestado do autor romântico Friedrich Schiller, e Weber o usa para descrever simultaneamente o processo de “desmagificação” das explicações sobre a natureza do mundo e o processo de questionamento do sentido da vida pelos seres humanos.²⁰² Para Weber o efeito do progresso científico na cultura humana não foi expandir o conhecimento sobre as condições de vida ou sobre o seu sentido, mas criar uma situação na qual

sabemos ou acreditamos que, a qualquer instante, *poderíamos, bastando que o quiséssemos*, provar que não existe, em princípio, nenhum poder misterioso e imprevisível que interfira com o curso de nossa vida; em uma palavra, que podemos *dominar* tudo, por meio da *previsão*. Equivale isso a despojar a magia do mundo.²⁰³

Neste sentido, a crítica dos *philosophes* ao cristianismo inevitavelmente levantou o problema geral de que, se a religião é uma falsa cosmologia, então os valores e sentidos embutidos nela são igualmente falsos²⁰⁴ ou, ao menos, não mais fundados de maneira segura.²⁰⁵ Para Weber a compreensão do mundo como “dotado de sentido” está em conflito com a compreensão do mundo como um “mecanismo.”²⁰⁶ A ciência desencanta

regras a que chamo as leis da natureza, e que são as causas segundas, particulares, dos diversos movimentos que observamos em todos os corpos, e daí a importância dessas leis. A primeira é que cada coisa particular, enquanto simples e indivisa, se conserva o mais possível e nunca muda a não ser por causas externas. Por conseguinte, se uma parte da matéria é quadrada, ela permanecerá assim se nada vier a alterar a sua figura; e se estiver em repouso, nunca se moverá por si mesma. Mas, uma vez posta em andamento, também não podemos pensar que ela possa deixar de se mover com a mesma força enquanto não encontrar nada que atrase ou detenha o seu movimento. De modo que, se um corpo começou a mover-se, devemos concluir que continuará sempre em movimento, e que nunca parará por si próprio.” DESCARTES, R. **Princípios de Filosofia**. São Paulo: Rideel, 2007. p. 19.

²⁰¹ Cf. FERRY, L. **Le désenchantement du monde**. [S. l.]: Fremeaux & Assoc. FR, 2016.

²⁰² Cf. PIERUCCI, 2003, p. 47–57.

²⁰³ WEBER, Max, 2011, p. 30–31.

²⁰⁴ Alexandre Koyré, filósofo e historiador da ciência, descreve tal transformação da seguinte maneira: “A destruição do cosmos, ou seja, o desaparecimento nos conceitos filosóficos e científicos, da concepção do mundo como um todo finito, fechado e hierarquicamente ordenado [...] e a sua substituição por um universo infinito que é interligado pela identidade dos seus componentes fundamentais e leis [...] Isto, por sua vez, implica no descarte pelo pensamento científico de todos os conceitos valorativos, tais como perfeição, harmonia, significado e sentido, [...] o divórcio do mundo dos valores e do mundo dos fatos.” KOYRÉ, A. **From the Closed World to the Infinite Universe**. [S. l.]: John Hopkins University Press, 1957. p. 2.; Cf. SEIDMAN, 1983, p. 268.

²⁰⁵ Cf. SEIDMAN, 1983, p. 270.

²⁰⁶ Cf. KOCH, A. M. Rationality, Romanticism and the Individual: Max Weber’s “Modernism” and the Confrontation with “Modernity”. **Canadian Journal of Political Science**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 123–144, 1993. p. 139.

o mundo porque o cálculo desvaloriza os incalculáveis mistérios da vida.²⁰⁷ Para Weber, o pensamento científico retira o sentido ético que a religião dá para o mundo e não é capaz de substituí-lo por outro.²⁰⁸

A ciência vem de encontro com as reivindicações do postulado ético de que o mundo é ordenado por Deus, e que, portanto, é de alguma forma um cosmos com um sentido orientado eticamente. Em princípio, as visões de mundo empírica e matematicamente orientadas desenvolvem refutações para cada abordagem intelectual que de alguma forma pergunta pelo “significado” das ocorrências intramundanas.²⁰⁹ [...] O cosmos da causalidade natural e o pretendido cosmos da causalidade ética compensatória mantiveram-se numa oposição irreconciliável. E embora a ciência, que criou aquele cosmos [da causalidade natural], parecesse não conseguir dar uma explicação segura de seus próprios pressupostos últimos, arvorou-se em nome da “honestidade intelectual” com a seguinte pretensão: ser a única forma possível de consideração pensante do mundo.²¹⁰

O “trabalho científico está ligado ao curso do progresso,”²¹¹ e a lógica interna da esfera científica ordena sempre a acumulação de mais conhecimento sobre o mundo, de modo que o processo de investigação científica permanece, por sua própria natureza, sempre em aberto, prolongando-se ao infinito e nunca se consumando.²¹² Assim, não apenas desenvolvimento do racionalismo reduziu a certeza quanto ao sentido que as pessoas podem dar às suas vidas, mas “cada passo adiante que a cultura dá parece condenado a levar para uma falta de sentido cada vez maior.”²¹³ O indivíduo moderno encara um dilema existencial desconhecido em outras épocas: “o problema do *significado*.”²¹⁴

Quanto mais o intelectualismo repele a crença na magia, e com isso os processos do mundo ficam “desencantados”, perdem seu sentido mágico e doravante apenas “são” e “acontecem”, mas não “significam” mais nada, tanto mais urgente resulta a existência, em relação ao mundo e à “conduta de vida”

²⁰⁷ Adorno e Horkheimer, na *Dialética do Esclarecimento*, dizem que: “O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber.” ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 77.; Cf. PIERUCCI, 2003, p. 160–161.

²⁰⁸ Cf. PIERUCCI, 2003, p. 159.

²⁰⁹ WEBER, Max, 1946, p. 351.

²¹⁰ *Ibid.*, p. 355.

²¹¹ WEBER, Max, 2011, p. 28.

²¹² PIERUCCI, 2003, p. 157.

²¹³ WEBER, Max, 1946, p. 357.

²¹⁴ Cf. SEIDMAN, 1983, p. 268.

como um todo, de que sejam postos em uma ordem significativa e “plena de sentido.”²¹⁵

Na palestra *A Ciência como Vocação*, Weber demonstrava preocupação com a possibilidade de que os estudantes esperassem dos seus professores uma resposta para este problema: “Os senhores poderão [perguntar] qual, em essência, a contribuição positiva da ciência para a vida prática e pessoal?”²¹⁶ Qual a significação do “progresso da ciência” para a vida das pessoas? Tem o “progresso,” como tal, um sentido discernível que se estende para além da técnica?²¹⁷ Ele chama estas perguntas de “o problema de Tolstói”. Tolstói, segundo Weber, teria elaborado a questão da seguinte maneira:

a morte é ou não é um acontecimento que encerra sentido? Sua resposta é a de que, para um homem civilizado, aquele sentido não existe. E não pode existir porque a vida individual do civilizado está imersa no “progresso” e no infinito e, segundo seu sentido imanente, essa vida não deveria ter fim. Com efeito, há sempre possibilidade de um novo progresso para aquele que vive no progresso; nenhum dos que morrem chega jamais a atingir o pico, pois que o pico se põe no infinito. Abrão ou os camponeses de outrora morreram “velhos e plenos de vida”, pois que estavam instalados no ciclo orgânico da vida, porque esta lhes havia ofertado, ao fim de seus dias, todo o sentido que podia proporcionar-lhes e porque não subsistia enigma que eles ainda teriam desejado resolver. Podiam, portanto, considerar-se satisfeitos com a vida. O homem civilizado, ao contrário, colocado em meio ao caminhar de uma civilização que se enriquece continuamente de pensamentos, de experiências e de problemas, pode sentir-se “cansado” da vida, mas não “pleno” dela. Com efeito, ele não pode jamais apossar-se senão de uma parte ínfima do que a vida do espírito incessantemente produz, ele não pode captar senão o provisório e nunca o definitivo. Por esse motivo, a morte é, a seus olhos, um acontecimento que não tem sentido. E porque a morte não tem sentido, a vida do civilizado também não o tem, pois a “progressividade” despojada de significação faz da vida um acontecimento igualmente sem significação.²¹⁸

Para o Tolstói de Weber, o progresso da ciência não pode oferecer sentido à vida das pessoas porque a ciência “não possibilita responder à indagação que realmente nos

²¹⁵ WEBER, Max, 1999, p. 344.

²¹⁶ WEBER, Max, 2011, p. 45.

²¹⁷ Ibid., p. 31–32.

²¹⁸ Ibid., p. 31.

importa – ‘Que devemos fazer? Como devemos viver?’ De fato, diz Weber, “é incontestável que a resposta a essas questões não nos é tornada acessível pela ciência.”²¹⁹ Mas isto, para ele, não encerra a questão. Ainda permanece o “problema de saber em que sentido a ciência não nos proporciona resposta alguma”, e de saber se “a ciência poderia ser de alguma utilidade para quem suscite corretamente a indagação.”²²⁰

²¹⁹ Ibid., p. 35–36.

²²⁰ Ibid.

1.2. Como funciona a ciência?

Na palestra *A Ciência como Vocação*, Weber mostra-se preocupado com o fato de que a juventude “espera um *líder*, e não um *professor*.”²²¹ Para ele, procurar nos professores outra coisa que não “um mestre diante de seus discípulos” é um erro, e um professor que se sinta “chamado a participar das lutas entre concepções de mundo e opiniões partidárias” deve fazê-lo fora da sala de aula. Pode fazê-lo, por exemplo, “por meio da imprensa, em reuniões, em associações, ou onde queira.”²²² As palavras empregadas em um argumento político são “gládios para acometer os adversários” e “meios de combate,”²²³ e é “demasiado cômodo exibir coragem num local em que os assistentes, e, talvez, os oponentes, estão condenados ao silêncio.”²²⁴

Manifestar-se politicamente fora da sala de aula foi exatamente o que Weber fez durante boa parte da sua vida, e foi por identificar política travestida de ciência que ele criticou o famoso Heinrich von Treitschke quando este lhe deu aula em Berlim.²²⁵ Treitschke foi um influente professor e historiador nacionalista, chauvinista, antissemita e glorificador da guerra como fim em si mesma,²²⁶ e quando foi seu aluno, Weber ficou muito impressionado com a sua personalidade “grandiosa e entusiástica” e com as “extravagancias da sua unilateralidade e paixão partidária.”²²⁷ O “idealismo sincero” de Treitschke, ponderou Weber, não se perde nem “mesmo quando comete os maiores erros.”²²⁸ Todavia, Weber também apontou falta de objetividade no professor. Treitschke “negligenciava os esforços conscienciosos e sinceros que eram feitos despreocupadamente dos resultados e apenas no interesse da verdade,”²²⁹ e com suas aulas transformava jovens “idealistas” em “fanáticos nacionalistas e místicos.”²³⁰

²²¹ Ibid., p. 43.

²²² Ibid., p. 44–45.

²²³ Ibid., p. 38.

²²⁴ Ibid., p. 45.

²²⁵ Cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 8–9.

²²⁶ Cf. KOHN, H. Treitschke: National Prophet. *The Review of Politics*, [s. l.], v. 7, n. 4, p. 418–440, 1945. ; Cf. PADOVER, S. K. Treitschke: Forerunner of Hitlerism. *Pacific Historical Review*, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 161–170, 1935.

²²⁷ Carta de 25 de abril. 1887. Jugendbriefe, p. 231 apud. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 9.

²²⁸ Carta de 25 de abril. 1887. Jugendbriefe, p. 231 apud. Ibid.

²²⁹ Ibid.

²³⁰ Weber, Max. Jugendbriefe. p. 298. Citado por MAYER, 1986, p. 30.; Os professores alemães na época de Weber tinham uma grande influência pública, e participavam efetivamente das questões políticas. O contato entre acadêmicos e o público geral era contínuo, e se esperava que os docentes oferecessem orientação e liderança política, o que efetivamente faziam. O almirante Tirpitz, por exemplo, -

Para Weber, toda “tarefa profissional tem as suas normas inerentes e deve ser realizada conforme,”²³¹ e o verdadeiro professor “se impedirá de impor, do alto de sua cátedra, uma tomada de posição qualquer, seja abertamente, seja por sugestão.”²³² Isso não quer dizer que Weber defendesse qualquer tipo de controle sobre o que os professores diziam ou deixavam de dizer. Pelo contrário, mais de uma vez ele militou em defesa do princípio da liberdade acadêmica.²³³ Qualquer que fosse o caso, Weber apontou a “impossibilidade ou ao menos a grande dificuldade” de se demonstrar “aquilo em que consiste o dever de um professor universitário,” concluindo que o que se pode exigir dele, no mais, é “proibidade intelectual.” Ao professor caberia sujeitar-se apenas “à mais severa das críticas no foro de sua própria consciência.”²³⁴ Caberia a ele

a obrigação de reconhecer que constituem dois tipos de problemas *heterogêneos*, de uma parte o estabelecimento de fatos, a determinação das realidades matemáticas e lógicas ou a identificação das estruturas intrínsecas dos valores culturais e, de outra parte, a resposta a questões concernentes ao valor da cultura e de seus conteúdos particulares, ou a questões relativas à maneira como se deveria agir na cidade e em meio a agrupamentos políticos²³⁵

Assim, a impossibilidade de alguém “se fazer defensor de convicções práticas ‘em nome da ciência,’” na verdade “prende-se a razões muito mais profundas” do que uma mera disparidade de armas entre professor aluno. É uma impossibilidade epistemológica. Para Weber, “é absurdo” que um professor, na qualidade de cientista, acredite que pode prescrever aos alunos “o que fazer,” porque “quando se observa empiricamente, chega-se ao politeísmo.” Isto é, chega-se às “diversas ordens de valores [que] se defrontam no mundo, em luta incessante.”²³⁶

A posição de Weber é que no lugar das cosmovisões unitárias das épocas pré-modernas, onde os valores eram articulados de maneira integrada e o significado era experienciado

responsável pela política de expansão naval que Weber considerou ser responsável pela impossibilidade de qualquer aliança entre a Alemanha com a Inglaterra, e pela precipitação da primeira guerra mundial -, escreveu no seu livro de memórias que ele foi pela primeira vez despertado para a necessidade de uma grande marinha alemã depois de assistir a uma aula de Treitschke. TURNER, S. P.; FACTOR, 1984, p. 27–29.

²³¹ WEBER, Max, 1949, p. 5.

²³² WEBER, Max, 2011, p. 37–39.

²³³ Cf. RINGER, 2004, p. 56.

²³⁴ WEBER, Max, 2011, p. 40.

²³⁵ Ibid., p. 32.

²³⁶ Ibid., p. 41.

quase como uma ética orgânica, o mundo moderno impõe a diferenciação e formalização dos valores e das esferas cognitivas, que se separam e se autonomizam.²³⁷

Se há uma coisa que atualmente não mais ignoramos é que uma coisa pode ser santa não apenas sem ser bela, mas *porque e na medida em que* não é bela – e a isso há referências no capítulo LIII do Livro de Isaías e no salmo 21. Semelhantemente, uma coisa pode ser bela não apenas sem ser boa, mas precisamente por aquilo que não a faz boa. Nietzsche lembrou esse ponto, mas Baudelaire já o havia dito por meio das *Fleurs du Mal*, [...] A sabedoria popular nos ensina, enfim, que uma coisa pode ser verdadeira, conquanto não seja nem bela nem santa nem boa. Esses, porém, não passam dos casos mais elementares da luta que opõe os deuses das diferentes ordens e dos diferentes valores.²³⁸

Em seus escritos metodológicos, Weber argumentou que “toda a ciência se origina a partir de objetivos técnicos e práticos,”²³⁹ e que as pessoas ultrapassam o âmbito do científico quando procuram, por meio dela, atribuir valor à ação. A teoria do conhecimento que Weber emprega propõe, como ponto de partida, uma distinção radical entre os fatos e os valores,²⁴⁰ distinguindo a ciência, um modo de conhecimento empírico e explicativo, do “juízo de valor” que atribui *significado* e objetivos à história.²⁴¹

Chegamos aqui às fronteiras da razão humana [*Begriffsvermoegen*] e pisamos em um terreno totalmente novo onde outra parte de nossa mente emite julgamento sobre as coisas. E todos sabem que os julgamentos, embora não baseados na razão, são tão certos e claros quanto qualquer conclusão lógica à qual possa chegar à razão.²⁴²

Saint-Pierre usa o valor “liberdade” como exemplo para explicar o significado de *juízo de valor* tal como empregado por Weber. Quando se crê na liberdade e se afirma que a “liberdade política ou liberdade de expressão é um valor fundamental,” e que, portanto, “não se deve perder, custe o que custar, a liberdade de construir e manter a democracia,” o que se está afirmando é um juízo de valor. O juízo de valor que expressa a personalidade do sujeito que o emite e a sua preferência manifesta por um valor em

²³⁷ Cf. SEIDMAN, 1983, p. 273.

²³⁸ WEBER, Max, 2011, p. 34.

²³⁹ WEBER, Max, 1949, p. 50.

²⁴⁰ Cf. ARON, 2000, p. 469.

²⁴¹ Cf. SEIDMAN, 1983, p. 271.

²⁴² Jugendbriefe, p. 260. Citado por MAYER, 1986, p. 32.

detrimento de outros possíveis. Este juízo pode ser apoiado e defendido por alguns, como pode ser rejeitado por outros. Para estes outros, possivelmente, a liberdade carece de importância se comparada com outros valores mais fundamentais, aos quais ela deve estar subordinada e em função dos quais se posiciona.²⁴³

Mas as decisões valorativas abrangem mais do que comprometimento com ideais éticos como a liberdade. Conforme a teoria do conhecimento de Weber, o conhecimento de fatos morais e fatos históricos é fundamentado por pressuposições que consistem em decisões valorativas, e devemos, portanto, aceitar estas pressuposições para poder constatar aqueles “fatos.”²⁴⁴ Weber explica: o pressuposto da medicina é o dever do médico de “conservar a vida pura e simplesmente, e de reduzir, quanto possível, o sofrimento.” Mas o médico não se propõe a saber se aquela vida “merece ser vivida e em que condições.” A estética pressupõe a arte e propõe pesquisar “o que condiciona a gênese da obra de arte,” mas não se pergunta sobre se “deveria haver obra de arte.” O direito estabelece o que é “válido segundo as regras da doutrina jurídica,” estabelece, por conseguinte, “em que momento determinadas regras de direito e determinados métodos de interpretação são havidos como obrigatórios.” Mas não dá resposta à pergunta sobre se “deve haver um direito e quais regras dever-se-iam consagrar exatamente.” Só pode indicar que “se desejamos certo resultado, tal regra de direito é, segundo as normas da doutrina jurídica, o meio adequado para atingi-lo.” As ciências históricas, por sua vez, “capacitam a compreender os fenômenos políticos, artísticos, literários ou sociais da civilização, a partir de suas condições de formação,” mas não dão, por si mesmas, resposta à pergunta: “esses fenômenos mereceriam ou merecem existir?” pressupõem, simplesmente, que há interesse em tomar parte, pela prática, desses conhecimentos.²⁴⁵ Conforme a teoria do conhecimento adotada por Weber, até mesmo o conceito de verdade científica é uma pressuposição constitutiva, necessária para a prática da ciência.²⁴⁶

Assim, o significado do mundo é algo que só pode ser estabelecido por um ato de vontade, pela imposição deliberada de algum valor atribuidor de significado sobre o

²⁴³ Cf SAINT-PIERRE, 1991, p. 30.

²⁴⁴ TURNER, S. P. ; FACTOR, R. A. **Max Weber and the Dispute over reason and value: a study in philosophy, ethics, and politics.** London: Routledge and Kegan Paul plc, 1984. p. 34.

²⁴⁵ WEBER, Max, 2011, p. 36.

²⁴⁶ Cf. OWEN; STRONG, 2004, p. xxxii.

datum físico do mundo. O mundo, despido desses valores, não passa de uma série de ocorrências amorais sem qualquer significado normativo.²⁴⁷

Portanto, para fazer ciência, seja qual for o método adotado, o cientista se verá no dever de fazer um corte no real para estabelecer seu objeto.²⁴⁸ Cada âmbito da ciência elege pressupostos que fazem um recorte de uma realidade que, de outro modo, não passa de “uma multiplicidade infinita de eventos sucessivos e coexistentes que emergem e desaparecem.”²⁴⁹ Tudo o que é possível é “ordenar relativamente o real,” sem nunca o esgotar.²⁵⁰ Não é possível conhecer mais do que fragmentos da realidade, e ela sempre guardará distância com respeito à somatória de todos os fragmentos, pois todos eles foram recortados e construídos a partir de um ponto de vista dentre muitos possíveis. “A realidade empírica torna-se ‘cultura’ para nós porque e na medida em que nós a relacionamos com ideias de valor.”²⁵¹ O recorte e a construção dos objetos estudados pelos cientistas sempre dependem dos valores que motivaram o seu interesse, e estes valores guiam tanto os seus questionamentos quanto os resultados obtidos.²⁵²

Qualquer conhecimento conceitual da realidade infinita pela mente humana finita descansa no suposto tácito de que somente uma parte finita dessa realidade constitui o objeto da investigação científica, parte que deve ser a única “essencial,” no sentido de que “merece ser conhecida.”²⁵³

A ciência, diz Weber, pressupõe “que o resultado a que o trabalho científica leva é *importante* em si, isto é, merece ser conhecido.” Esse pressuposto, contudo, “escapa a qualquer demonstração por meios científicos.” “Trata-se”, diz ele, “de ponto idêntico ao enfrentado pela teoria do conhecimento elaborada por Kant, que, partindo do pressuposto de que ‘a verdade científica existe e é *válida*,’ indaga, em seguida, dos pressupostos que a tornam possível.”²⁵⁴ Neste sentido, Weber chegou a reconhecer que

²⁴⁷ Cf. KRONMAN, 2009, p. 81.

²⁴⁸ SAINT-PIERRE, 1991, p. 44.

²⁴⁹ WEBER, Max, 1949, p. 72.

²⁵⁰ Cf. FREUND, J. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 12.

²⁵¹ WEBER, Max, 1949, p. 76.

²⁵² Cf. SAINT-PIERRE, 1991, p. 32–33.

²⁵³ WEBER, Max. **Ensayos sobre metodología sociológica**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1982b. p. 62.

²⁵⁴ WEBER, Max, 2011, p. 49.

“as ideias fundamentais da epistemologia moderna [...] em última instância derivam de Kant.”²⁵⁵

As questões políticas não podem ser definitivamente respondidas pelo cientista pois a ciência não pode definir objetivamente quais pressupostos a pessoa que toma decisões políticas deve adotar. A ciência não pode responder, “se alguém deveria, por exemplo, dar maiores oportunidades para aqueles com talentos eminentes ou, ao contrário [...] deve-se tentar equalizar a injustiça da distribuição desigual de capacidades mentais.”²⁵⁶ A ciência também não pode indicar a qual sistema ético as pessoas devem aderir e orientar-se: “Toda *Realpolitik*,” diz Weber, assume uma ética “consequencialista” como seu ponto de partida, enquanto a ética cristã, especialmente aquela do “Sermão da Montanha,” é “intencionalista.”²⁵⁷ Entre as duas, diz Weber, nós precisamos simplesmente escolher: não há um meio termo racionalmente justificado. “É realmente uma questão não apenas de alternativas entre valores, mas de uma luta de morte irreconciliável, como aquela entre ‘Deus’ e o ‘Diabo.’”²⁵⁸

O destino de uma época que comeu o fruto da árvore do conhecimento é que ela precisa saber que não somos capazes de compreender o significado do mundo pelos resultados da sua análise, por mais perfeita que ela seja; em vez disso, ela deve se encontrar em uma posição onde ela mesma produza esse significado; que as “concepções de mundo” não podem ser nunca o produto de um progresso do saber empírico, e que, em consequência, os ideais profundos que atuam mais fortemente sobre nós só se atualizam na luta contra ideais que são tão sagrados para os outros quanto os nossos são para nós.²⁵⁹

A investigação das pressuposições ou dos valores mais fundamentais leva à descoberta de pressuposições e valores fundamentais alternativos, e decidir entre essas alternativas buscando basear-se em “fatos” ou na “verdade” torna-se uma tarefa impossível, pois falar de “fatos” ou “verdade” também envolve pressuposições.²⁶⁰ “O máximo que

²⁵⁵ WEBER, Max, 1949, p. 106.

²⁵⁶ Ibid., p. 15–16.

²⁵⁷ Ibid., p. 16.

²⁵⁸ Ibid., p. 17.

²⁵⁹ Ibid., p. 57.

²⁶⁰ TURNER, S. P. .; FACTOR, 1984, p. 34.

podemos compreender” neste politeísmo de valores “é o que o *divino* significa para determinada sociedade, ou o que esta ou aquela sociedade considera como divino.”²⁶¹

Tudo se passa exatamente como se passava no mundo antigo, que se encontrava sob o encanto dos deuses e demônios, mas assume sentido diverso. Os gregos ofereciam sacrifícios a Afrodite, depois a Apolo e, sobretudo, a cada qual dos deuses da cidade; nós continuamos a proceder de maneira semelhante, embora nosso comportamento haja rompido o encanto e se haja despojado do mito que ainda vive em nós. É o destino que governa os deuses e não uma ciência, seja esta qual for.²⁶²

Pensando no desafio que esse estado de coisas propõe aos professores, Weber pergunta: “como é possível, numa exposição que tem por objeto o estudo das diversas formas dos Estados e das Igrejas²⁶³ ou a história das religiões, levar um crente católico e um franco-maçom a submeterem esses fenômenos aos mesmos critérios de *avaliação*?” - Não é possível. “Isso é algo que não se cogita.”²⁶⁴ Mas ainda assim, “o professor deve ter a ambição e mesmo erigir em dever o tornar-se útil tanto a um quanto a outro, em razão de seus conhecimentos e de seu método.”²⁶⁵ Em uma sala de aula, “nenhuma virtude excede, em valor, a da probidade intelectual.”²⁶⁶ A probidade torna possível que até mesmo um anarquista seja um bom professor de direito, contanto que ele não professe seu anarquismo em sala de aula.²⁶⁷

Quando, em um curso universitário, manifesta-se a intenção de estudar, por exemplo, a “democracia”, procede-se ao exame de suas diversas formas, o funcionamento próprio de cada uma delas, e indaga-se das consequências que umas e outras acarretam; em seguida, opõe-se à democracia as formas não democráticas da ordem política e tenta-se levar essa análise até a medida em

²⁶¹ WEBER, Max, 2011, p. 42.

²⁶² Ibid.

²⁶³ Um dos dois cursos que Weber fez com Treitschke na universidade de Berlin foi precisamente um sobre “Igreja e Estado”. O outro foi “o famoso curso sobre política”. Cf. carta a Baumgarten 8 de novembro 1884. Jugendbriefe, pg.145. apud MOMMSEN, 1984.

²⁶⁴ WEBER, Max, 2011, p. 40.

²⁶⁵ “A ciência ‘sem pressupostos’ [do crente] exige nada menos – mas, igualmente, nada mais – que a cautela de simplesmente reconhecer que, se o fluxo das coisas deve ser explicado sem intervenção de qualquer dos elementos sobrenaturais a que a explicação empírica recusa ter caráter causal, aquele fluxo só pode ser explicado pelo método que a ciência se esforça por aplicar. E isso o crente pode admitir sem nenhuma infidelidade a sua fé.” Ibid.

²⁶⁶ Ibid., p. 51.

²⁶⁷ WEBER, Max, 1949, p. 4.

que o próprio ouvinte se ache em condições de encontrar o ponto a partir do qual poderá tomar posição, em função de seus ideais básicos.²⁶⁸

Em 1913, em meio a um debate a respeito do princípio da liberdade dos juízos de valor, Weber defendeu dois “imperativos” fundamentais para a imparcialidade científica.²⁶⁹ O primeiro exigia que tanto o autor como o leitor deviam ter clara consciência sobre quais critérios estavam sendo adotados para medir a realidade, para que se pudesse obter a partir deles o juízo de valor que orienta o texto. O segundo imperativo exigia que o autor esclarecesse explicitamente tanto para o leitor como para si mesmo, “quando cala o investigador e começa a falar o homem como sujeito de vontade, quais argumentos se dirigem ao intelecto e quais ao sentimento.”²⁷⁰ Dessa maneira Weber pretendia dirimir a confusão entre elucidação científica dos fatos e abordagem valorativa.²⁷¹

Para Weber, as ciências podem contribuir com a vida prática das pessoas das seguintes formas:

1) colocando à disposição “certo número de conhecimentos que nos permitem dominar tecnicamente a vida por meio da previsão, tanto no que se refere à esfera das coisas exteriores como ao campo da atividade dos homens,” 2) oferecendo “métodos de pensamento”, “os instrumentos e uma disciplina,” 3) contribuindo para a *clareza* das pessoas perante o sentido, os meios e as consequências suas próprias atitudes: “diante de tal problema de valor, é possível adotar, na prática, esta ou aquela posição,” ou “quando se adota esta ou aquela posição, será preciso, de acordo com o procedimento científico, aplicar tais ou quais meios para conduzir o projeto a bom termo.”²⁷² Os cientistas podem, portanto, “mostrar que tal ou qual posição adotada deriva, logicamente e com toda certeza, quanto ao [seu] *significado*, de tal ou qual visão última e básica de mundo.” A ciência ainda pode “esclarecer que determinada posição deriva de uma e não de outra concepção.”²⁷³ Resumidamente, ela “não pode ensinar a ninguém o que deve *senão unicamente* o que pode fazer, e às vezes o que quer.”²⁷⁴

²⁶⁸ WEBER, Max, 2011, p. 39.

²⁶⁹ WEBER, Max, 1982b, p. 48.

²⁷⁰ Ibid., p. 49.

²⁷¹ Cf. SAINT-PIERRE, 1991, p. 35–36.

²⁷² WEBER, Max, 2011, p. 45.

²⁷³ Ibid., p. 46.

²⁷⁴ WEBER, Max, 1982b, p. 44.

Isto significa que o estudo das pressuposições e das decisões valorativas não está proibido à reflexão científica. Pelo contrário, para as Ciências da Cultura, as decisões valorativas são um elemento fundamental. É em relação às suas decisões valorativas que o comportamento dos homens ganha a significação buscada pelo cientista. “É apenas com referência aos valores que orientam a ação do agente histórico, do sujeito empírico que vive e faz história, que o cientista da cultura pode compreendê-lo.”²⁷⁵

O tratamento científico dos juízos de valor permite, além do mais, não somente compreender e reviver os fins queridos e os ideais que estão em sua base, mas também, e sobretudo, ensina a julgá-los criticamente. Esta crítica, porém, só pode ter caráter dialético, no sentido de que somente pode construir uma avaliação lógico-formal do material apresentado nos juízos de valor e ideias historicamente dadas, e um exame dos ideais com respeito ao postulado da ausência de contradição interna no que é querido.²⁷⁶

Weber reivindicou que as funções da razão na valoração são limitadas a três: (1) a formulação de escolhas finais ou “axiomas de valor” internamente consistentes; (2) a dedução das implicações das escolhas definitivas para ação em situações específicas; (3) a determinação dos meios. A razão tem, portanto, um papel importante de ferramenta crítica. Weber acreditava que se pode opor fundamentos racionais contra decisões que elegem fins que se pretendem realizáveis, mas que não o são por nenhum meio conhecido. A ciência pode, portanto, racionalmente objetar contra um objetivo em razão da sua irrealizabilidade.²⁷⁷

N’*A Política como Vocação*, por exemplo, Weber analisa as efetivas condições da vida política na situação da Revolução Alemã de 1918-19, de modo que as formas de governo alternativas possam ser examinadas. A escolha colocada é entre uma “democracia sem líderes” ou “governo dos políticos profissionais”, e uma democracia de líder, isto é, governo de um “líder carismático” com uma “máquina partidária.”²⁷⁸ As outras escolhas são descartadas como ilusórias. Dos muitos fins dos quais intelectuais e políticos falam, poucos são efetivamente alcançáveis neste mundo: ser um “socialista

²⁷⁵ Cf. SAINT-PIERRE, 1991, p. 32.; “A significação da configuração de um fenômeno cultural e seu fundamento não podem ser obtidos, fundados e compreendidos a partir de um sistema de conceitos legais, por perfeito que seja. De fato, pressupõe a relação dos fenômenos culturais como ideias de valor. O conceito de cultura é um conceito de valor.” WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004a.

²⁷⁶ WEBER, Max, 1982b, p. 43.

²⁷⁷ Cf. WEBER, Max, 1949, p. 20–21.

²⁷⁸ WEBER, Max, 2011, p. 91–92.

mundano,” por exemplo, é impossível, porque não se pode obter o fim socialista, a revolução, sem arriscar uma reação que “tiraria os seus objetivos de alcance por gerações.”²⁷⁹ Agir conforme a ética pacifista do evangelho ou quaisquer éticas absolutas também não é uma opção possível, pois significa optar pela derrota mundana dos fins valorizados por essas éticas. Agir conforme as demandas da ética pacifista, baixando as armas frente a um inimigo, serviria para tornar a guerra atrativa para o agressor, descreditar a paz e encorajar a guerra. Similarmente, defender a verdade acima de tudo pode derrotar o seu próprio propósito, caso satisfazer esta demanda envolva divulgar documentos secretos, sugerindo a culpa do seu país pela guerra, em um ato que pode libertar paixões políticas que precluiriam as condições para uma investigação equilibrada sobre a culpa do país pela guerra. Assim resultaria derrotada a demanda por verdade inicialmente almejada.²⁸⁰

Neste sentido, o projeto científico de Weber envolve: “A capacidade de diferenciar entre conhecer e julgar, e o cumprimento tanto do dever científico de ver a verdade dos fatos, quanto do homem de ação de aderir a seus próprios ideais.”²⁸¹

Ao compelir à clareza, a ciência compele o indivíduo a tomar consciência das pressuposições que orientam a atividade empreendida. Para realizar este papel, a ciência deve operar contra o pano de fundo da uma pluralidade de orientações de vida e de valores incompatíveis.²⁸² Weber adverte que calhará, portanto, “que em certo momento os métodos [oferecidos pelo cientista] apresentem um caráter que nos obrigue a recusá-los.” Nesse caso, a pessoa que toma a decisão não deve aquiescer automaticamente à indicação dos meios técnicos amorais propostos pelo cientista, mas “será preciso escolher entre o fim e os meios inevitáveis que este fim exige.” Nesta situação, o professor pode apenas mostrar a necessidade de uma decisão à pergunta “o fim justifica os meios?”²⁸³ Eis aí, diz Weber, “o limite que um professor não pode ultrapassar enquanto ministra uma aula.”²⁸⁴ Nos termos “das convicções mais profundas de cada

²⁷⁹ Ibid., p. 109.

²⁸⁰ Ibid., p. 92.

²⁸¹ WEBER, Max, 1982b, p. 47.

²⁸² Cf. OWEN; STRONG, 2004, p. xxxii.

²⁸³ WEBER, Max, 2011, p. 45.

²⁸⁴ Ibid., p. 42.

pessoa, [...] cada indivíduo terá de decidir, *de seu próprio ponto de vista*, o que, para ele é deus e o que é o diabo.”²⁸⁵

para alcançar fins “bons,” vemo-nos, com frequência, compelidos a recorrer, de uma parte, a meios desonestos ou, pelo menos, perigosos, e compelidos, de outra parte, a contar com a possibilidade e mesmo a eventualidade de consequências desagradáveis. E nenhuma ética pode dizer-nos a que momento e em que medida um fim moralmente bom justifica os meios e as consequências moralmente perigosos.²⁸⁶

²⁸⁵ Ibid.

²⁸⁶ WEBER, Max, 2011.

1.3. Decisionismo, ética vocacional e *amor fati*

Para Weber, então, nunca é verdade que estar comprometido com um determinado valor é o mesmo que deter algum tipo de conhecimento. Ele não nega que os conhecimentos de uma pessoa possam influenciar os seus valores - o compromisso com um determinado valor pode inclusive ser psicologicamente impossível a menos que a pessoa detenha certas crenças sobre o mundo. Porém, Weber nega que o conhecimento de uma pessoa seja condição suficiente para que ela adquira um determinado valor ou conjunto de valores. Para uma pessoa comprometer-se com valores, quaisquer que sejam os seus conhecimentos ou crenças, é necessário um ato de escolha adicional e distinto. Cada valor deve a sua existência ao exercício de um poder que difere fundamentalmente da cognição ou entendimento, ao qual Weber chama de “vontade.”²⁸⁷ “Quanto a se a pessoa expressando esses julgamentos de valor deve aderir a estes padrões definitivos é uma questão pessoal, envolve vontade e consciência, não conhecimento empírico.”²⁸⁸ Conforme Anthony Kronman, essa teoria do valor implica, portanto, a migração de uma representação da dimensão moral da personalidade, focada na razão ou no intelecto, para uma representação focada na “vontade.”²⁸⁹

Assim, mesmo o mais claro conhecimento sobre algo nunca pode ser mais do que uma preparação para o ato de decisão quanto a um valor. A teoria do valor de Weber exige que pensemos que os valores encontram seus alicerces não no mundo, mas no sujeito que faz a escolha.²⁹⁰

Max Weber rejeitava especificamente o rótulo de “relativista.”²⁹¹ Marianne Weber disse que ele considerava tal interpretação como uma “grande incompreensão” do seu ponto de vista.²⁹² “Relativismo”, como uma filosofia de valores, demanda a tolerância de práticas que tensionam com o valor pessoal de quem tolera. O relativismo, explica Weber, só pode ser sustentado consistentemente se for “baseado em um tipo muito

²⁸⁷ KRONMAN, 2009, p. 30–31.

²⁸⁸ WEBER, Max, 1949, p. 54.

²⁸⁹ Para Kant, vontade é “uma faculdade de se determinar na ação segundo a representação de determinadas leis.” Kant, *Fundamental Principles of the Metaphysic of Morals*, em *Critique of Practical Reason and Other Works*], p. 45. apud KRONMAN, 2009, p. 31–33.

²⁹⁰ Cf. *ibid.*, p. 31–32.

²⁹¹ WEBER, Max, 1949, p. 18.

²⁹² Weber, Marianne. *Lebensbild*. 1975, p. 325. apud TURNER, S. P. .; FACTOR, 1984, p. 38.

especial de metafísica ('orgânica.')²⁹³ Isto é dizer que só se pode aderir à tolerância decidindo-se pela crença metafísica de que o melhor resultado é alcançado pela tolerância. Mas Weber não possuía tal convicção. Ao contrário, ele acreditava que “os mais elevados e empolgantes ideais podem tornar-se efetivos para todos os tempos apenas em uma luta com outros ideais que são tão sagrados para os outros quanto os nossos ideais são para nós.”²⁹⁴

A vida, enquanto encerra em si mesma um sentido e enquanto se compreende por si mesma, só conhece o combate eterno que os deuses travam entre si- ou evitando a metáfora, só conhece a incompatibilidade das atitudes últimas possíveis, a impossibilidade de dirimir seus conflitos e, conseqüentemente, a necessidade de decidir em prol de um ou de outro.²⁹⁵

Weber também não é um relativista no sentido de que, para ele, a vida de qualquer pessoa consciente exige consistência na sua ação, conforme o conteúdo da sua decisão. Aqui, portanto, Weber ultrapassa o relativismo e chega no “decisionismo.”²⁹⁶ Dizer que escolhas valorativas definitivas são racionalmente inconciliáveis é dizer que uma tentativa de honrar mais de um valor simultaneamente pode produzir conflitos nos quais o indivíduo tem de trair um ou outro valor. Uma vez que as escolhas valorativas que dão sentido às vidas das pessoas são essencialmente arbitrárias, tais decisões impõem a responsabilidade de se segui-las até os seus limites e realizá-las completamente.²⁹⁷ Um corolário da doutrina da inconciliabilidade de escolhas valorativas é que a consistência se torna o único valor universal, pois mais cedo ou mais tarde todos os fins serão traídos pela pessoa inconsistente.²⁹⁸

O fruto da árvore do conhecimento, que é pouco saboroso para o complacente, mas, ainda assim, inevitável, consiste na percepção de que cada atividade individual relevante e, em última instância, a vida como um todo, caso não se permita que ela transcorra como um fenômeno natural, mas seja guiada de modo perfeitamente consciente,

²⁹³ WEBER, Max, 1949, p. 18.

²⁹⁴ Weber, Marianne. *Lebensbild*. 1975, p. 325. apud TURNER, S. P. .; FACTOR, 1984, p. 38.; “A mera base da experiência não leva a um único deus- a meu ver menos ainda a um deusa da bondade -, mas ao politeísmo. De fato, quem se encontra no ‘mundo’ [...] não pode experimentar outra coisa a não ser a luta entre uma pluralidade de conjuntos e valores” WEBER, Max. *Entre duas leis*. In: *ESCRITOS POLÍTICOS*. São Paulo: Martins Fontes, 2014a. p. 97–102. p. 101.

²⁹⁵ WEBER, Max, 2011, p. 39.

²⁹⁶ Cf. TURNER, S. P. .; FACTOR, 1984, p. 41.

²⁹⁷ Cf. STRAUSS, 1953, p. 44–45.

²⁹⁸ Cf. TURNER, S. P. .; FACTOR, 1984, p. 41.

consiste em uma cadeia de decisões finais pelas quais a alma – como em Platão – escolhe o seu próprio destino, i.e., o sentido do seu agir e ser.²⁹⁹

A situação presente, que Weber descreve em *A Ciência como Vocação*, então, é que a religião se tornou “rotina quotidiana” e os “deuses antigos abandonam suas tumbas e, sob a forma de poderes impessoais, porque desencantados, esforçam-se por ganhar poder sobre nossas vidas, reiniciando suas lutas eternas.” “Eis os tormentos do homem moderno.” A questão existencial, sob estas condições, torna-se “como se mostrar à altura do quotidiano?” Como “encarar de frente o severo destino do tempo em que se vive?” “Impõe-se,” diz ele, “que tomemos claramente consciência desses choques.”³⁰⁰

Na palestra sobre a ciência, o modo como Weber apresentou o problema da escolha entre compromissos valorativos é radicalmente limitado, e exclui aquelas escolhas consideradas por ele “ilusórias.” Assim, apenas as escolhas não baseadas em “ilusão,” e que, portanto, podem ser sustentadas por um homem com integridade intelectual, permanecem. Para os estudantes, as escolhas finais não ilusórias são limitadas a três: “voltar às velhas igrejas,” “viver à espera de novos profetas e novos salvadores,” ou “entregar-se ao trabalho e responder às exigências de cada dia” por meio de uma *vocação*.³⁰¹ As primeiras duas são pouco aprazíveis. Weber só indica a primeira à pessoa que “não é capaz de suportar virilmente esse destino de nossa época.”³⁰²

A quem não é capaz de suportar virilmente esse destino de nossa época, só cabe dar o conselho seguinte: volta em silêncio, sem dar a teu gesto a publicidade habitual dos renegados, com simplicidade e recolhimento, aos braços abertos e cheios de misericórdia das velhas Igrejas. [...] quem retornar será inevitavelmente compelido a fazer o “sacrifício do intelecto.” [...] aquele sacrifício, feito para dar-se incondicionalmente a uma religião, é moralmente superior à arte de fugir a um claro dever de probidade intelectual, que se põe quando não existe a coragem de enfrentar claramente as escolhas últimas, e se manifesta, em seu lugar, inclinação por consentir em um relativismo precário.³⁰³

²⁹⁹ WEBER, Max, 1949, p. 18.

³⁰⁰ WEBER, Max, 2011, p. 43.

³⁰¹ Ibid., p. 43–44.

³⁰² Ibid., p. 43.

³⁰³ Ibid., p. 51.

Aqueles tentados pela segunda escolha são convidados a contemplar o destino dos judeus, povo que “não cessou de [...] de viver à espera há dois mil anos, e nós lhe conhecemos o destino perturbador.” “Aprendamos a lição!”, exalta Weber, “nada se fez até agora com base apenas no fervor e na espera.”³⁰⁴ - “O profeta, que tantos integrantes da nova geração chamam a plena voz, não mais existe.”³⁰⁵

A terceira opção é a busca por uma *vocação* [*Beruf*] própria: “É preciso agir de outro modo, entregar-se ao trabalho da vida comum, como no campo da vocação. Esse trabalho será simples e fácil, se cada qual encontrar e obedecer ao demônio que tece as teias da *sua* vida.”³⁰⁶

O termo *Beruf*, tem o significado cotidiano de “profissão” ou “trabalho,” mas ele também carrega ressonâncias de origem religiosa que lhe dão o sentido de um “chamado.” Weber implica os dois significados quando fala em “vocação.” Na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, ele aponta as origens religiosas do termo: trata-se de uma “tarefa dada por Deus.”³⁰⁷ No Luteranismo, a vocação é descrita como um “golpe do destino,” no Puritanismo, a vocação é um “comando de Deus para que trabalhe para a Sua glória.” Na palestra, Weber usa o termo “*hingeben*” em relação ao jovem que entrega a sua vida à vocação para a ciência. A palavra “*hingeben*” carrega conotações de sacrifício, e é o termo usado para denotar o “dar-se” em uma relação sexual. A vocação, portanto, é tanto ativa quanto passiva: deve-se se entregar livremente àquilo que lhe chama, que pelo reconhecimento do chamado torna-se seu. Como um produto da vontade livre, vocação é definidora da pessoa; como um ato necessário, ela é expressiva da pessoa. A atividade vocacional não possui, portanto, nada de instrumental. Ela é um fim em si mesmo baseado no compromisso livremente escolhido de alguém com o seu destino particular.³⁰⁸ Em razão da conexão com o simbolismo religioso, a atividade pessoal mundana ganha um significado transcendente: “Restringir-se a um trabalho especializado [é], no mundo de hoje, o pressuposto da atividade que vale a pena de modo geral, pois atualmente ‘ação’ e ‘renúncia’ se condicionam uma à outra inevitavelmente.”³⁰⁹ Pode-se identificar argumentos paralelos ligando a condição

³⁰⁴ Ibid., p. 44.

³⁰⁵ Ibid., p. 48.

³⁰⁶ Ibid., p. 52.

³⁰⁷ WEBER, Max, 2004a, p. 129.

³⁰⁸ Cf. OWEN; STRONG, 2004, p. xii–xiii.

³⁰⁹ WEBER, Max, 2004a, p. 164.

do significado pessoal à ação ocupacional especializada nas considerações de Weber sobre o político, o cientista e o burocrata – cada um deles busca realizar um valor pessoalmente escolhido na realização de fins mundanos autônomos, perseguidos nas suas respectivas esferas institucionais.³¹⁰

A ênfase de Weber na importância da integridade intelectual pode ser vista como um endosso da reivindicação de Nietzsche de que a honestidade, expressa por Weber como probidade intelectual, é a virtude moderna preeminentemente necessária.³¹¹ Para Nietzsche, qualquer ética pós-cristã deve ser estruturada ao redor de um compromisso com o amor ao próprio destino: *amor fati*. Nessa perspectiva, nossas vidas possuem significado ético na medida em que reconhecemos e afirmamos nosso destino, isto é, as circunstâncias e compromissos da nossa agência como a condição da nossa agência e, mais particularmente, do significado e valor de nossa agência. Sob essa interpretação, para Weber, o desafio de Tolstói pode ser respondido quando reconhecemos e afirmamos o caráter fatídico de nossas vidas.³¹²

As palestras vocacionais sobre ciência e política constituem, portanto, não apenas a descrição mais sucinta do pensamento de Weber, mas também expressam mais claramente do que em qualquer outra das suas publicações a compreensão que Weber fazia da sua própria vocação e vida. Como tal, as palestras formam um todo, constituindo não tanto um resumo do seu trabalho como uma exploração das implicações existenciais da sua postura.³¹³ Em *A Ciência como Vocação*, Weber tratará especificamente da vocação para a ciência, que ele assume ser também a sua. Nela, ele especifica o caráter fatídico da atividade científica e trata do que significa um comprometimento com essa atividade. Sob esta leitura, Weber estaria especificando as condições do “amor ao destino científico” em toda a sua dificuldade. “Desta perspectiva nietzscheana, a preocupação de Weber com o que é ter uma vocação para a ciência é

³¹⁰ Cf. SEIDMAN, 1983, p. 274.

³¹¹ “[...] We, however, want to become who we are - human beings who are new, unique, incomparable, who give themselves laws, who create themselves! To that end we must become the best students and discoverers of everything lawful and necessary in the world: we must become physicists in order to be creators in this sense - while hitherto all valuations and ideals have been built on ignorance of physics or in contradiction to it. So, long live physics! And even more long live what compels us to it - our honesty!” NIETZSCHE, F. **The Gay Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. v. 335.

³¹² Cf. OWEN; STRONG, 2004, p. xxxiii–xxxiv.

³¹³ Cf. *ibid.*, p. xii.

uma preocupação sobre o que é amar o seu destino como cientista, isto é, “abraçar nossa condição de ser jogado no mundo tal como ele é.”³¹⁴

Weber pergunta: qual é “o destino,” ou melhor, “a *significação*, em sentido muito especial, de que está revestido todo trabalho científico?” “qual a posição pessoal do homem de ciência perante sua vocação?” A resposta é a dedicação à ciência “pela ciência”³¹⁵

Quanto a saber se, em condições tais, vale a pena que alguém faça da ciência a sua ‘vocação,’ ou indagar se a ciência constitui, por si mesma, uma vocação objetivamente valiosa, impõe-se reconhecer que esse tipo de indagação, por sua vez, é um juízo de valor, a propósito do qual não cabe manifestação em sala de aula. A resposta afirmativa a essas perguntas constitui, com efeito e precisamente, o pressuposto do ensino. Pessoalmente, eu respondo de maneira afirmativa, tal como atestado por meus trabalhos.³¹⁶

“Enquanto cientistas, [se estivermos] à altura da tarefa que nos incumbe [...] podemos compelir uma pessoa a *dar-se conta do sentido último de seus próprios atos* ou, quando menos, ajudá-la em tal sentido.”³¹⁷ O cientista Max Weber parece buscar assumir precisamente esta tarefa. Na palestra sobre a ciência ele afirma que “a tarefa primordial de um professor capaz é a de levar seus discípulos a reconhecerem que há fatos que produzem desconforto, assim entendidos os que são desagradáveis à opinião pessoal de um indivíduo; com efeito, existem fatos extremamente desagradáveis para cada opinião, inclusive a minha.”³¹⁸ Parece ser exatamente isso que Weber busca fazer na palestra sobre a política: instigar a conscientização e produzir desconforto. Na abertura, ele adverte, “esta conferência, que os senhores me pediram para fazer, decepcionará necessariamente e por múltiplas razões [pois] os senhores hão de esperar, instintivamente, que eu tome posição quanto a problemas da atualidade.”³¹⁹ - “Se um professor alcança esse resultado,” - conscientizar e desconfortar, - “inclino-me a dizer

³¹⁴ Cf. *ibid.*, p. xiv.

³¹⁵ WEBER, Max, 2011, p. 29–30.

³¹⁶ *Ibid.*, p. 47.

³¹⁷ *Ibid.*, p. 46.

³¹⁸ *Ibid.*, p. 33.

³¹⁹ *Ibid.*, p. 45.

que ele se põe a serviço de potências ‘morais’, ou seja, a serviço do dever de levar a brotarem, nas almas alheias, a clareza e o sentido de responsabilidade.”³²⁰

Como se verá, o projeto de vida Weber como cientista mistura-se com um projeto de atuação política.³²¹ Os dois projetos conectam-se no objetivo de “educação para a responsabilidade.” É aqui que, ao que parece, a incomunicabilidade entre a ciência e a política pode ser parcialmente superada. A ideia de responsabilidade, para Weber, liga-se ao problema dos “resultados paradoxais das ações humanas.” Em *As Religiões da China*, Weber define o “paradoxo das consequências não intentadas” como “a relação do homem com o destino, daquilo que ele intenta pelos seus atos e aquilo que efetivamente resulta deles.”³²² Trata-se da mesma “incongruência entre destino e mérito” que a teodiceia religiosa buscou responder.³²³ Em um mundo desencantado no qual os valores e fins dependem da convicção de cada um e onde apenas a consistência entre as decisões valorativas e as ações revela uma moralidade possível, o problema do tipo de contribuição que a ciência pode fazer à política é respondido por Weber com uma exigência por responsabilidade: “Devemos responder pelas previsíveis consequências dos nossos atos,”³²⁴ pois é um fato que “o resultado final da atividade política raramente corresponde à intenção original do agente.”³²⁵

No âmbito das vocações e da questão do sentido da vida, Weber argumentou pela proibidade intelectual do cientista (que consiste em reconhecer e trabalhar com a separação entre fatos e valores³²⁶) e buscou esclarecer ao político que “quem deseja dedicar-se à política em termos de vocação deve tomar consciência destes paradoxos

³²⁰ Ibid., p. 46.

³²¹ Sobre o envolvimento de Weber na política, comenta Raymond Aron: “Embora nunca tenha sido um político, Max Weber jamais deixou de sonhar com a possibilidade de vir a sê-lo. Na verdade, sua atividade propriamente política foi a de professor, ocasionalmente atuou como jornalista e, às vezes, como um conselheiro do príncipe, naturalmente não ouvido. (...) Fez parte também da delegação alemã que foi à França tomar conhecimento das condições do armistício. Weber apreciaria ter sido um dirigente partidário ou líder político, mas foi sobretudo um professor e cientista. O gosto pelas ideias claras e a honestidade intelectual fizeram com que não deixasse de especular sobre as condições em que a ciência histórica ou sociológica pode ser objetiva, sobre as condições que permitem à ação política ser conforme à sua vocação”. ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 449–450.

³²² WEBER, Max. **The Religion of China: Confucianism and Taoism**. Glencoe: The Free Press, 1951. p. 238.

³²³ Cf. SHAFIR, G. The incongruity between Destiny and Merit: Max Weber on Meaningful Existence and Modernity. **The British Journal of Sociology**, [s. l.], v. 36, n. 4, p. 516, 1985.

³²⁴ WEBER, Max, 2011, p. 101.

³²⁵ Ibid., p. 96.

³²⁶ Ibid., p. 32.

éticos e da responsabilidade quanto àquilo que ele próprio poderá transformar-se sob pressão desses paradoxos.”³²⁷ O problema científico da palestra *A Política como Vocação*, então, é “quais são as qualidades que permitem [a um indivíduo] situar-se à altura do poder que exerce (por pequeno que seja) e, conseqüentemente, à altura da responsabilidade que esse poder lhe impõe?”³²⁸

Quando as conseqüências de um ato praticado por pura convicção se revelam desagradáveis, o partidário de tal ética [da convicção] não atribuirá responsabilidade ao agente, mas ao mundo, à tolice dos homens ou à vontade de Deus, que assim criou os homens. O partidário da ética da responsabilidade, ao contrário, contará com as fraquezas comuns do homem (pois, como dizia muito precedentemente Fichte, não temos o direito de pressupor a bondade e a perfeição do homem) e entenderá que não pode lançar a ombros alheios as conseqüências previsíveis de sua própria ação. Dirá, portanto: “Essas conseqüências são imputáveis à minha própria ação.”³²⁹

O papel de Weber como professor em um mundo no qual o professor não pode dizer o que fazer é descrever as condições, os desafios e as conseqüências da agência das pessoas, em dadas condições, para que elas possam decidir responsabilmente sobre como agir. Assim, na qualidade de cientista, se o líder político agir com responsabilidade, Weber nada terá a lhe objetar.

Toda a sua atuação na política liga-se à tarefa de esclarecer ao público e aos líderes alemães quanto à necessidade de decidir responsabilmente. Na política externa, Weber defendeu que cabia à Alemanha, como Estado-nação, reconhecer e agir conforme a sua “*responsabilidade perante a história*.”³³⁰ No âmbito da política doméstica, Weber defendeu o sufrágio universal e o parlamentarismo como meio para conferir aos parlamentares “a responsabilidade de pessoas que *de fato participam de maneira decisiva do poder do Estado*.”³³¹ Suas críticas ao Kaiser e à burocracia alemã, igualmente, eram fundadas sobre a ideia de que ambos governavam “irresponsavelmente.”³³² E quando defendeu criação da figura constitucional do

³²⁷ Ibid., p. 107.

³²⁸ Ibid., p. 93.

³²⁹ Ibid., p. 102.

³³⁰ WEBER, Max, 2014a, p. 97–99.

³³¹ WEBER, Max. Sufrágio e democracia na Alemanha. In: *ESCRITOS POLÍTICOS*. São Paulo: Martins Fontes, 2014g, p. 103–166. p. 105.

³³² WEBER, Max, 1971, p. 146–154.

Presidente plebiscitário, o fez visando a instauração de uma autoridade que, diferentemente do monarca, possuísse “responsabilidade pessoal.”³³³

Quanto à natureza da causa em nome da qual o homem político procura e utiliza o poder, nada podemos adiantar: ela depende das convicções pessoais de cada um. O homem político pode dedicar-se ao serviço de fins nacionais ou humanitários, sociais, éticos ou culturais, profanos ou religiosos. Pode também estar apoiado em sólida crença no “progresso” [...] ou afastar totalmente essa crença; pode pretender servir uma “ideia” ou, por princípio, recusar valor a quaisquer ideias, para apenas cultivar fins materiais da vida cotidiana.³³⁴

Nada disso muda, porém, o fato de que Weber não pode oferecer nenhum critério independente para avaliar as decisões valorativas dos agentes *no seu mérito*. A ciência pode dar conta da adequação entre os meios, fins e consequências da ação política, mas os fins últimos seguem refratários à consideração científica. O sentido dos fins últimos, diz Weber, é uma tarefa para a filosofia.

As disciplinas filosóficas podem, com seus recursos conceituais, ir além, e determinar o “sentido” das valorações, isto é, suas estruturas últimas assim como suas consequências *providas de sentido*, ou seja, podem indicar seu lugar dentro da totalidade dos valores “últimos” possíveis em geral, e deslindar suas esferas de validade significativa.³³⁵

Turner e Factor comentam que Max Weber, no seu trabalho sociológico e político, “parece ter tomado como pressuposta a refutação de toda a filosofia anterior.”³³⁶ Ele aceitou o dilema da impossibilidade de se justificar “pressuposições últimas” como se fosse um dado definitivo das possibilidades da filosofia, e essa aceitação formou o ponto de partida das suas reflexões metodológicas. Weber não tratou da teoria do conhecimento neokantiana como um filósofo, mas buscou entender suas próprias atividades nos termos dela. Para ele, a ciência “não é nem produto de revelação ou graça, nem é porção integrante da meditação de sábios e filósofos que se dedicam a refletir sobre o *sentido* do mundo.”³³⁷ Quando ele se recusava “a falar como filósofo,” é plausível que estivesse dizendo que declinava fazer contribuições filosóficas originais. A sua tarefa autoatribuída era inventar a sociologia como uma disciplina que possui um

³³³ Cf. WEBER, Max, 2014c.

³³⁴ WEBER, Max, 2011, p. 96.

³³⁵ WEBER, Max, 1982b, p. 239.

³³⁶ TURNER, S. P. ; FACTOR, 1984, p. 38.

³³⁷ WEBER, Max, 2014b, p. 47.

modo de descrição social que satisfaz os critérios epistemológicos tirados da tradição filosófica neokantiana. Assim, como um tipo particular de ciência, sua sociologia não seria inteligível separada desta filosofia de valores específica.³³⁸

Héctor Saint-Pierre resume os limites da ciência e das reivindicações de racionalidade na teoria política de Weber da seguinte maneira:

a razão [opera] como um pêndulo, cujo movimento oscilante era delimitado nos seus dois extremos pela irracionalidade da valoração subjetiva. Num dos extremos encontramos o sujeito cientificamente desamparado, digladiando-se com os “deuses e demônios” que habitam em sua esfera de valores. Por essa situação necessariamente terá de passar todo aquele que procure o objeto de sua ciência. A partir desse ponto, o pêndulo percorrerá o rigoroso caminho da metodologia, que tende a garantir a validade e objetividade do conhecimento científico. Levando na sua inércia o rigor do método, ele continuará pelo vacilante e discutido arco da política até o outro extremo, onde encontramos, impossibilitado de recorrer à razão, o sujeito imerso na sua esfera valorativa.³³⁹

³³⁸ TURNER, S. P. .; FACTOR, 1984, p. 38–39.

³³⁹ SAINT-PIERRE, 1991, p. 12.

1.4 O humanismo romântico de Max Weber

O objetivo deste capítulo é investigar a teoria do conhecimento de Max Weber para buscar nela fundamentos para uma *filosofia política*, entendida como “um conjunto defensável de compromissos éticos aplicados a uma ordem política desejada.”³⁴⁰ Até aqui não foi possível identificar nenhuma afirmação em favor de qualquer conjunto de compromissos éticos específicos, nem nenhum desejo expresso por qualquer ordem política específica. Muito pelo contrário, constatou-se que o politeísmo de valores é apresentado por Weber como um fato consumado que impede o cientista probo de comprometer-se com qualquer juízo naquele sentido. Tal resultado leva a crer que a *filosofia política* de Weber é, de fato, decisionista em suas exigências práticas, pois exige que os líderes políticos decidam e sejam coerentes em seus compromissos de valor, e relativista quanto conteúdo dos valores decididos, pois nenhuma ciência está apta a avaliar sua desejabilidade ou legitimidade. Tudo o que Weber requer é que a escolha seja “responsável,” isto é, que seja bem-informada quanto aos meios e às possíveis consequências, e que o agente reconheça essas consequências resultantes como fruto de sua própria ação.

Levando isso em consideração, uma resposta possível à pergunta colocada no começo do capítulo: “se, de fato, a teoria do conhecimento de Weber torna a sua teoria política impotente perante ‘maus’ valores defendidos por líderes eficientes” é a de Turner e Factor:

Para um weberiano, todas as decisões morais derivam das decisões valorativas finais do sujeito. Se a decisão é seguir Hitler, ou porque o sujeito identifica Hitler com a única possibilidade de grandeza nacional, ou porque está encantado pelo carisma de Hitler, o sujeito não possui critério independente com o qual avaliar as demandas de Hitler. Se Hitler diz, “Matem os judeus,” e o sujeito é simpático aos judeus, ele pode responder traindo Hitler – portanto mostrando que o seu valor último era outra coisa que não a grandeza nacional ou fidelidade ao líder – ou pode obedecer. O weberiano não poderia dizer “esta é uma demanda ilegítima” porque ele carece, e Weber negava a existência, de qualquer critério superveniente de moralidade política que garantiria uma afirmação dessa ilegitimidade. Isto, é claro, não é dizer que Weber não teria oposto Hitler. Mas é dizer que a concepção de Weber exclui a possibilidade de

³⁴⁰ Cf. WARREN, 1988, p. 33.

fazê-lo sobre um argumento da ilegitimidade das demandas jurídicas do líder.³⁴¹

Mas há uma hipótese a ser levantada quanto a um necessário comprometimento de Weber com os valores “liberdade” (e talvez “igualdade”) implícitos tanto na sua teoria do conhecimento quanto na construção do seu objeto científico. A incorporação deste argumento à presente investigação pode resultar em uma segunda tentativa de resposta, mais complexa, à pergunta que orienta o capítulo. Caso seja possível afirmar um comprometimento inequívoco entre o projeto intelectual de Weber e os valores da liberdade e igualdade, isto precluiria a crítica de que a sua *filosofia política* está fadada a aceitar maus valores quando avançados por um líder eficiente. Essa interpretação pode também auxiliar na identificação do “conjunto coerente de problemas filosóficos e comprometicimentos que guiam o pensamento político e as ciências sociais de Weber,” ainda que ele nunca os tenha elaborado consistentemente.³⁴²

A hipótese do comprometimento valorativo com a liberdade (e em alguns sentidos com a igualdade), implícito no pensamento de Weber, pode ser construída a partir de dois argumentos: o primeiro é que a sua teoria do conhecimento pressupõe uma concepção de “pessoa” que impediria que o seu decisionismo resultasse em uma ética relativista quanto ao conteúdo dos valores últimos. Permitir que líderes decidam por valores que atentam contra essa concepção de pessoa faria com que Weber violasse a sua própria demanda por integridade intelectual. Portanto, haveria um mínimo de liberdade e igualdade a ser protegidos. Versões ou partes deste argumento foram feitas por Mark Warren,³⁴³ Héctor Saint-Pierre³⁴⁴ e Anthony Kronman.³⁴⁵

O segundo argumento corrobora o primeiro na medida em que se observam as tomadas de posição concretas de Weber na sua atividade científica e política. Considerando-se que “é a paixão que um valor desperta no cientista que guiará seu interesse entre o infinito material empírico da realidade,” e que “é também por ela que o político chegará até a abandonar sua vida, na tentativa de realizar aquele valor com a sua ação;”³⁴⁶ é

³⁴¹ TURNER, S. P. .; FACTOR, 1984, p. 68.

³⁴² Cf. WARREN, 1988, p. 31–32.

³⁴³ WARREN, 1988.

³⁴⁴ Cf. SAINT-PIERRE, 1991.

³⁴⁵ Cf. KRONMAN, 2009.

³⁴⁶ Cf. SAINT-PIERRE, 1991, p. 11.

plausível afirmar que a “estrela polar determinante da atividade”³⁴⁷ de Max Weber, o compromisso de valor último que guiou a sua trajetória política e sua curiosidade científica, é um comprometimento com uma concepção de liberdade (e igualdade) humana que ele prezava e que via como ameaçada.

No âmbito científico, desejo sugerir que Weber viu este valor último ameaçado por algo que traria uma “nova era de servidão”³⁴⁸ e transformaria os homens em “especialistas sem espírito e gozadores sem coração.”³⁴⁹ Conforme o modelo estabelecido pela sua própria teoria do conhecimento, apenas a partir desse reconhecimento ele poderia construir sua hipótese e recortar o seu objeto. Como resultado do seu comprometimento valorativo, Weber teria construído a hipótese de um processo histórico que ganharia “centralidade temática” no seu empreendimento científico. Tal hipótese é a do processo de racionalização.³⁵⁰ Será também na tentativa de proteger esta concepção de liberdade ameaçada pela racionalização que Weber defenderá, no âmbito político, o Parlamento contra um governo de burocratas³⁵¹ e um Presidente carismático contra um governo parlamentar burocraticamente organizado.³⁵² Em suma, nas palavras de Gerth e Mills, um dos temas principais da obra de Weber é o “pessimismo defensivo quanto ao futuro da liberdade.”³⁵³

Para Kronman, a teoria do conhecimento de Weber está ligada a uma “visão particular do que significa ser uma pessoa.”³⁵⁴ Sua concepção de personalidade revelar-se-ia na centralidade que Weber dá à vontade: todo ato que produz um valor é fruto de uma vontade. Para ser uma pessoa, segundo esse ponto de vista, é preciso que um indivíduo tenha recebido o poder da escolha deliberada, que lhe torna capaz de agir intencionalmente, conforme a representação de um valor. A teoria do valor de Weber afirma que nenhuma outra qualidade ou característica do ser humano, além da vontade, pode produzir valor intrínseco, e que uma vez que a capacidade de agir

³⁴⁷ WEBER, Max, 2011, p. 94.

³⁴⁸ WEBER, Max, 2014e, p. 203.

³⁴⁹ WEBER, Max, 2004a, p. 110.

³⁵⁰ “O princípio da racionalização é o elemento mais geral na Filosofia da História de Weber” GERTH; MILLS, 1982, p. 68.; Cf. HENNIS, W. **Max Webers Fragestellung. Studien zur Biographie des Werkes**. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1987. ; Cf. KIM, S. H. **Max Weber**. Winter 201ed. [S. l.: s. n.], 2017. ; Cf. KRONMAN, 2009.; Cf. SCHLUCHTER, W. **The Rise of Western Rationalism**. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1981.

³⁵¹ Cf. WEBER, Max, 2014e.

³⁵² Cf. WEBER, Max, 2014c.

³⁵³ Cf. GERTH; MILLS, 1982, p. 92.

³⁵⁴ Cf. KRONMAN, 2009, p. 5.

intencionalmente é condição necessária e suficiente para a existência de personalidade, nenhum ser humano pode ser mais pessoa do que outro, ou ter um *status* moral muito diferente. Assim, Kronman sustenta que Weber afirmaria implicitamente uma concepção de pessoa como livre e igual.³⁵⁵ Paul Hirst explica a mesma ideia da seguinte maneira:

Weber está comprometido com uma antropologia positiva anterior às operações do conhecimento nas Ciências Culturais: na ontologia pressuposta do sujeito, estão já pressupostos toda a natureza e o conteúdo da esfera cultural. O conhecimento que Weber tem do social parte da pressuposição de que o ser humano é livre.³⁵⁶

Em sentido semelhante, Saint-Pierre diz que a teoria do conhecimento de Weber é sustentada por uma “pressuposição transcendental.” Posicionar-se frente aos valores implica uma *livre* escolha entre eles, o que supõe um dado anterior ao que é “pressuposto,” a saber: um sujeito livre. A unidade das Ciências Culturais residiria no ser humano como criador de valores, que ao projetá-los no mundo gera cultura. Saint-Pierre aponta que Weber, contudo, não explicita o caráter ontológico do seu “pressuposto transcendental,” tratando a capacidade humana de criação de valores como um “fato puramente *lógico-formal*.”³⁵⁷

“*Cultura*” é uma sessão limitada da infinitude desprovida de sentido do devenir universal, à qual os seres humanos atribuem sentido e significação. Ela seria tal, inclusive para os homens que se opuseram a uma cultura concreta, tomando-a como seu mortal inimigo, exigindo um “retorno à natureza.” De fato, só puderam chegar a esta tomada de posição, enquanto referiram essa cultura concreta a suas ideias de valor, e a julgaram “demasiado frívola.” É este fato puramente *lógico-formal* que mencionamos aqui, quando nos referimos à vinculação necessária do ponto de vista lógico de todos os indivíduos históricos com “ideias de valor.” A premissa transcendental de toda ciência da cultura não consiste em que encontremos *plena de valor* uma determinada cultura, ou qualquer cultura em geral, mas consiste em que somos homens de cultura, dotados da capacidade e da vontade de tomar conscientemente posição diante do mundo, e de conferir-lhe sentido.³⁵⁸

³⁵⁵ Cf. *ibid.*, p. 285.

³⁵⁶ HIRST, P. Q. **Evolução Social e Categorias Sociológicas**. São Paulo: Zahar, 1977. p. 55.

³⁵⁷ SAINT-PIERRE, 1991, p. 37.

³⁵⁸ WEBER, Max, 1982b, p. 70.

O fato de Weber não explicitar o caráter ontológico do sujeito postulado pelo seu “pressuposto transcendental” gera uma dificuldade adicional à tentativa de derivar da sua teoria do conhecimento um comprometimento com a liberdade humana. Para Weber, por um lado, o âmbito das decisões pessoais, das tomadas de posição últimas, escapa do campo do conhecimento científico, e, como tal, permanece fechado à racionalidade. Por outro, o ser humano atua livremente na medida em que sua conduta pode conformar-se como o modelo de ação racional orientada a fins. Saint-Pierre então pergunta “em que sentido este sujeito de conhecimento pode posicionar-se *livremente* dentro de uma esfera cuja característica é a irracionalidade?” Ou ainda, “que tipo de sujeito é este que pode ser livre, apesar de (ou justamente por) não ser racional?”³⁵⁹

Para Carlos Sell e Fritz Ringer a concepção de pessoa defendida por Weber é uma conforme a ideia de “personalidade” ligada à noção de *Bildung* de Goethe e Humboldt.³⁶⁰ Para Catherine Colliot-Thelène, essa concepção está relacionada à “grandeza humana.”³⁶¹ A concepção de pessoa se realizaria no desenvolvimento das potencialidades humanas.

Weber, conforme Gerth e Mills, deplorava o tipo de homem que a rotina da burocracia seleciona e forma: o profissional limitado, certificado e examinado publicamente, e pronto para um posto e carreira. Seu anseio de segurança, equilibrado pelas suas ambições moderadas, é recompensado pela honra do *status* oficial. Este tipo de homem, para Weber, é uma criatura de rotina limitada, carente de heroísmo, espontaneidade e inventividade.³⁶²

A questão que nos move além do túmulo de nossa própria geração não é como se sentirão os homens do futuro, mas como *serão*. Queremos criar não o bem-estar dos homens do futuro, e sim aquelas características que, a nosso ver, constituem a grandeza humana e a nobreza de nossa natureza.³⁶³

Andrew Koch e Rudiger Safranski apontam que Max Weber parece ter sofrido forte influência do movimento literário proto-romântico *Sturm und Drang* [*Tempestade e*

³⁵⁹ SAINT-PIERRE, 1991, p. 38.

³⁶⁰ Cf. RINGER, 2004, p. 104.; SELL, C. E. MAX WEBER: DEMOCRACIA PARLAMENTAR OU PLEBISCITÁRIA? *Revista Sociologia Política*, [s. l.], v. 18, n. 37, p. 137–147, 2010. p. 329.

³⁶¹ COLLIOT-THÉLÈNE, C. Max Weber, la leçon inaugurale de 1895, ou: Du nationalism à la sociologie comparative. *Les Cahiers de Fontenay*, [s. l.], n. 58–59, p. 103–121, 1990. p. 104,110.

³⁶² Cf. GERTH; MILLS, 1982, p. 68.

³⁶³ WEBER, Max, 2014b, p. 20.

Ímpeto], de Herder, Goethe e Schiller,³⁶⁴ que no século dezoito reivindicou a importância do indivíduo como o criador da vida e da cultura. Para estes autores, se a essência humana é a criatividade, então a busca da humanidade deve ser pela expressão livre e criativa, e qualquer coisa que a iniba deve ser considerada uma afronta à essa essência.³⁶⁵ O *Sturm und Drang* reagiu contra aquilo que viu como uma visão de mundo “mecanicista” que emergiu do *Esclarecimento*. Seus autores argumentavam que a harmonia e a unidade naturais expressas pela cultura clássica foram despedaçadas pela fragmentação das faculdades humanas, pela divisão do trabalho e pela separação entre os humanos e a natureza.³⁶⁶ Foi para denotar este processo que Schiller cunhou o termo “desdivinização” ou “desendeusamento da natureza” [*Entgötterung der Natur.*]³⁶⁷ Para eles, desde Descartes “a razão” passou a ser tratada como uma faculdade distinta da emoção, e com Kant ela ganhou o papel de controlar os aspectos espontâneos e impulsivos da vida.³⁶⁸ Para Schiller, o sistema de Kant era técnico e despido de sentido,³⁶⁹ e falhava por não compreender o equilíbrio e a “harmonia” que deveria existir entre “sentimento” e “razão”. Há dois instintos que impulsionam os seres humanos, o formal e o sensual,³⁷⁰ o formal é o lado do caráter que busca o universal e as ideias imutáveis na natureza, o sensual liga à experiência material. O cultivo destes dois lados do caráter humano seria necessário para uma existência verdadeiramente humana.³⁷¹ As demandas sociais por ordem e conformidade eram incompatíveis com estes ideais. Herder afirmou que para se viver uma vida verdadeiramente criativa e espontânea era necessário viver fora da sociedade. A sociedade degradava o indivíduo, fazendo-o viver “como uma engrenagem” em uma máquina burocrática.³⁷² O homem, para os autores do *Sturm und Drang*, havia se tornado um “fragmento”, que apenas ouvia “eternamente o barulho da roda que ele põe em movimento, jamais realizando a harmonia do seu ser.”³⁷³ A sociedade burguesa, para Schiller, vive mais do que nunca

³⁶⁴ Cf. KOCH, 1993, p. 126.; Cf. SAFRANSKI, R. **Romantismo: Uma Questão Alemã**. São Paulo: Estão Liberdade, 2010. p. 44.

³⁶⁵ cf. KOCH, 1993, p. 126.

³⁶⁶ Ibid.

³⁶⁷ Cf. PIERUCCI, 2003, p. 30.

³⁶⁸ Cf. KOCH, 1993, p. 126.

³⁶⁹ Friedrich Schiller, Complete Works, vol. 8 (New York: Collier and Sons, 1902), 34. apud *ibid.*, p. 123.

³⁷⁰ Friedrich Schiller, Complete Works, vol. 8 (New York: Collier and Sons, 1902), 68-69 *ibid.*, p. 126.

³⁷¹ Ibid.

³⁷² Cf. PASCAL, R. **The German Sturm und Drang**. Manchester: Manchester University Press, 1953. cap. 190–226.

³⁷³ Schiller. F. *Sämtliche Werke*, Vol. V. p 618. apud SAFRANSKI, 2010, p. 57.

sob o imperativo da utilidade, sob “um sistema fechado da racionalidade do útil e da razão instrumental, como uma máquina social.”³⁷⁴ Para Weber,

Também Goethe, do alto da sua sabedoria de vida, nos quis ensinar com os *Wanderjahre* e com o fim que deu à vida de Fausto. Para ele essa constatação [da predominância do estilo de vida do especialista] significava um adeus de renúncia a uma época de plenitude e beleza da humanidade, que não mais se repetirá no decorrer do nosso desenvolvimento cultural como também não se repetiu a era do esplendor de Atenas na Antiguidade.³⁷⁵

Michael Löwy, em emissão da *France Culture* sugere que o tipo humano celebrado pelo romantismo alemão é o valor último que Max Weber elegera para si:

Na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* nós vemos quais são os seus valores. Na última página Weber propõe uma bifurcação: ou iremos na direção daquilo que ele chama de “mecanização petrificada”, que ele compara ao Egito faraônico, no qual nos tornaremos “sem espírito” e “sem coração;” ou haverá “profetas de um novo tipo” que vão trazer uma mudança, ou um “vigoroso renascer de velhas ideias e antigos ideais.”³⁷⁶ Aqui já não estamos mais na sociologia.³⁷⁷ Estamos no *querer*, na aspiração, desejo, sonho, utopia. Estamos em um novo terreno. É curioso que Weber se permita uma digressão utópica no fim da *Ética Protestante*. Weber tinha valores. De um lado a liberdade, pois o capitalismo com a “jaula de ferro” nega a liberdade, mas há também uma fórmula: “sem espírito” e “sem coração”. *Geist und Herz* são valores românticos. Weber parece, apesar de tudo, esperar uma renascença destes antigos valores.³⁷⁸

Para Gerth e Mills, Weber identifica uma tensão entre o “eu” e os papéis sociais oriundos das expectativas de terceiros. A tradição humanista de Schiller se evidenciaria na sua preocupação com o declínio do homem culto como personalidade completa, em favor do especialista técnico, que, do ponto de vista humano, é um aleijado. Weber via a educação e a produção social de personalidades como dependentes da política e da

³⁷⁴ “A utilidade [...] é o grande ídolo da época, a quem todas as forças devem alimentar e todos os talentos devem honrar. Sobre essa grande balança, o ganho espiritual da arte não tem peso nenhum, e, roubado de toda motivação, ele desaparece diante do mercado barulhento do século.” Schiller. F. *Sämtliche Werke*, Vol. V, p. 618. apud *ibid.*, cap. 57.

³⁷⁵ WEBER, Max, 2004a, p. 164–165.

³⁷⁶ *Ibid.*, p. 110.

³⁷⁷ O próprio Weber reconhece isto ao aditar logo em seguida: “Mas com isso ingressamos no terreno dos juízos de valor e juízos de fé, com os quais esta exposição puramente histórica não deve ser onerada”. *Ibid.*, p. 166. Acréscimo meu para situar a obra do autor na citação.

³⁷⁸ Cf. LÖWY, M. *La cage d’acier du capitalisme*. [S. l.]: Adèle van Reeth et Olivier Guérin, 2014.

economia, e o declínio do homem culto e a ascensão do perito seriam uma prova das menores oportunidades de liberdade. O seu pessimismo quanto à liberdade política e econômica seria suplementado por um pessimismo quanto à arte, cultura e tipos de personalidade possíveis ao homem contemporâneo. Sendo o capitalismo a materialização da impessoalidade racional, Weber identificou a busca por liberdade com o sentimento irracional e com os aspectos privados. Os comentadores concluem que para Weber, a liberdade é, na melhor das hipóteses, “um estímulo ao amor da camaradagem e à experiência catártica da arte como uma fuga, dentro deste mundo, das rotinas institucionais. A liberdade é privilégio das classes abastadas, é liberdade sem igualdade.”³⁷⁹

Para Seidman, Weber acreditava que a realização pessoal na modernidade envolveria um tal esforço heroico e uma devoção apaixonada a valores e à ação mundana, que isto excluiria porções da população. A maioria passaria a sua vida sendo determinada por um utilitarismo estreito.³⁸⁰ Conforme Mommsen, Weber compartilhou com Nietzsche a convicção de que apenas o indivíduo extraordinário era capaz de estabelecer novos valores e transmitir novas motivações para a sociedade.³⁸¹

Desejo argumentar que a própria obra de Weber seria uma realização da sua autoimagem como homem culto, preocupado com todas as coisas humanas,³⁸² e que uma concepção de sujeito livre inspirada em Nietzsche e no romantismo alemão - um sujeito criativo e espontâneo que desenvolve e produz cultura, estabelecendo valor intrínseco às coisas e ao mundo - é compatível com a demanda por um sujeito “livre para decidir irracionalmente” postulada pela sua teoria do conhecimento.

Ainda, desejo argumentar que essa concepção de pessoa orientada para a ideia do desenvolvimento da “personalidade” ajuda a explicar declarações de Weber tais como “democracia para mim nunca foi um fim em si mesma,”³⁸³ “qualquer noção de abolição da dominação do homem sobre o homem [...] é utópica.”³⁸⁴ Mesmo que a sua concepção

³⁷⁹ Cf. GERTH; MILLS, 1982, p. 92–94.

³⁸⁰ Cf. SEIDMAN, 1983, p. 274.

³⁸¹ MOMMSEN, W. J. The Antinomial Structure of Max Weber’s Political Thought. *In: THE POLITICAL AND SOCIAL THEORY OF MAX WEBER: COLLECTED ESSAYS*. Great Britain: The University of Chicago Press, 1989b. p. 24–44. p. 26.

³⁸² GERTH; MILLS, 1982, p. 92–94.

³⁸³ Max Weber - Gesamtausgabe. I/15. p. 234. apud MOMMSEN, W. J., 1989b, p. 25.

³⁸⁴ Carta à Robert Michels, 4 de Agosto de 1908, Fondazione Luigi Einaudi, Turin. apud *ibid.*, p. 31.

de pessoa tenha como condição necessária a detenção da capacidade de agir intencionalmente, essa não é uma condição suficiente para determinar o *status* moral de um indivíduo. Neste sentido, a concepção de pessoa de Weber é igualitária na sua base, mas aristocrática nos seus fins: mesmo que cada um de nós escolha os seus próprios valores, alguns o farão com mais paixão, coragem, determinação e modéstia do que outros; essas qualidades não estão distribuídas igualmente entre os homens e são qualidades cujo fundamento encontra-se em uma parte da alma que não é responsável pelas escolhas. Não há nada no exercício dessa capacidade que possa explicar a diferença entre heróis e líderes de um lado, e os homens comuns de outro.³⁸⁵

Todo tipo de ordem social, sem exceção, deve, se desejamos *avaliá-la*, ser examinada com referência às oportunidades que ela oferece a *certos tipos de pessoa* para que ascendam a posições de superioridade pela operação dos vários fatores de seleção subjetivos e objetivos.³⁸⁶

Simultaneamente, o compromisso de valor com esta concepção romântica de ser humano também é capaz de informar consistentemente o empreendimento científico e político de Weber. Como já foi apontado, na sua teoria do conhecimento nenhum processo histórico determinado é significativo por si. É sempre o investigador que o encontra cheio de significação. Ele considerará um tal processo significativo na medida em que este se relacione positiva ou negativamente com os seus próprios valores, no sentido de que possibilitem ou dificultem a realização deles. A partir do seu valor, e em relação com ele, é que o objeto será construído e ordenado, e os critérios que permitiriam ao cientista selecionar e recortar um aspecto significativo da realidade serão, portanto, determinados pela importância que adquirem para o cientista. Em outras palavras, é a *relação com os valores* que guiará o interesse científico no necessário recorte do infinito e incessante fluir das ações humanas, de suas manifestações e realizações, para dessa maneira construir seu objeto de conhecimento.³⁸⁷ Muito embora seja a ciência que proporcione o caminho adequado para alcançar os “fins últimos,” somente os valores pessoais podem proporcionar a “embriaguez singular” necessária

³⁸⁵ Cf. KRONMAN, 2009, p. 286–287.

³⁸⁶ WEBER, Max, 1949, p. 27.

³⁸⁷ SAINT-PIERRE, 1991, p. 45.

para que o cientista se lance apaixonadamente a “formular determinada conjectura e precisamente essa.”³⁸⁸

Tem-se, então, que o que é significativo para nós é algo que nenhuma investigação “sem supostos” do empiricamente dado pode discernir; pelo contrário, sua determinação é pré-requisito para que algo chegue a ser objeto de investigação³⁸⁹

É certo que os valores pessoais do sociólogo influenciarão a escolha do tema. Ainda, a decisão de se envolver em uma investigação sociológica, por si, reflete um compromisso com a sociologia enquanto disciplina, uma crença no valor da forma especial de entendimento que os seus praticantes buscam atingir. Essa crença é um dogma, ela representa um compromisso que não pode ser demonstrado, nem tampouco desbancado. A abordagem do sociólogo em relação ao seu tema de estudo, assim, é modelada pelos seus próprios compromissos de valor.³⁹⁰

Na palestra *A Ciência como Vocação*, Weber diz aos estudantes aspirantes à cientista que o “para o homem, enquanto homem, nada tem valor a menos que ele possa fazê-lo com paixão”³⁹¹ e que “só aquele que se coloca pura e simplesmente *ao serviço de sua causa* possui, no mundo da ciência, ‘personalidade.’”³⁹² Weber diz que o mesmo acontece no domínio da política e da arte. Em todos estes casos, apenas aquele que “põe todo o coração em sua obra, e só nela, eleva-se à altura e dignidade da causa que deseja servir.”³⁹³ Além disso, para dedicar-se à vocação da ciência, Weber adverte que é necessário ter consciência de que “a ciência é uma vocação alicerçada na *especialização*.”³⁹⁴ A vocação científica é determinada, antes de tudo, “pelo fato de que a ciência atingiu um estágio de especialização que ela outrora não conhecia e no qual, ao que nos é dado julgar, se manterá para sempre.”³⁹⁵ Portanto, é necessário escolher uma hipótese, uma conjectura, um objeto científico específico, e dedicar-se a ele com paixão.³⁹⁶

³⁸⁸ Cf. *ibid.*, p. 11.; WEBER, Max, 2011, v. 24.

³⁸⁹ ÉTICA PROTESTANTE, ACHAR

³⁹⁰ Cf. KRONMAN, 2009, p. 24.

³⁹¹ WEBER, Max, 2011, p. 24–25.

³⁹² *Ibid.*, p. 27–28.

³⁹³ *Ibid.*

³⁹⁴ WEBER, Max, 2014b, p. 47.

³⁹⁵ *Ibid.*

³⁹⁶ GERTH; MILLS, 1982, p. 68.

todo aquele que se julgue incapaz de usar antolhos ou de se apegar à ideia de que o destino de sua alma depende de ele formular determinada conjectura e precisamente essa, a tal altura de tal manuscrito, fará melhor em permanecer alheio ao trabalho científico. [...] Sem essa ‘embriaguez singular’, sem essa ‘paixão’, sem essa certeza de que ‘milhares de anos se escoaram antes de você ter acesso à vida e milhares se escoarão em silêncio’ se você não for capaz de formular aquela conjectura; sem isso, você não possuirá *jamais* a vocação de cientista e melhor será que se dedique a outra atividade.³⁹⁷

Assim, desejo sugerir que a hipótese de especialista a qual Max Weber teria se dedicado apaixonadamente como cientista foi a do diagnóstico da ameaça à sua concepção romântica de pessoa livre, pela racionalização e burocratização. No próximo capítulo será investigado o “pessimismo” de Weber. A certeza ou necessidade que ele atribuiu a este processo histórico, que lhe teria feito acreditar que opor à racionalização uma contraforça “irracional,” um líder político carismático, nunca poderia produzir mais do que um freio ou mitigação contra a tendência dominante. As limitações ao carisma já estariam dadas de antemão pelo processo histórico, e, portanto, o perigo de o líder político ser capaz de utilizar a burocracia fortalecer o seu carisma, ao invés de ter o carisma neutralizado por ela, não era para ele uma possibilidade relevante.

³⁹⁷ WEBER, Max, 2011, p. 24–25.

CAPÍTULO II: PESSIMISMO HISTÓRICO

Conforme a segunda premissa da crítica de Wolfgang Mommsen, Max Weber teria negligenciado os perigos autoritários inerentes à legitimação carismática do poder político do líder por ter uma visão pessimista da história. A burocratização seria o “destino” das sociedades modernas em geral, e da sociedade alemã em particular. Este diagnóstico o teria orientado a dar prioridade ao líder carismático como um contrapeso àquela tendência, sem ater-se à possibilidade de que o “remédio” poderia ser pior do que a “doença.” A negligência de Weber quanto aos perigos inerentes e quanto aos limites necessários à legitimidade carismática, para Mommsen, se deveu ao fato de que ele esperava que a tendência à racionalização e à burocratização se fortalecesse cada vez mais, tornando cada vez menos possível a realização do carisma. Para Weber, a tendência burocratizante seria sempre mais poderosa do que o carisma, e não tardaria por “rotinizá-lo.”³⁹⁸ No contexto da fundação da República de Weimar, a estruturação racional dos partidos de massa, cada vez mais burocraticamente organizados, ofereceria um corretivo aos excessos emocionais da luta política. Conforme Mommsen,

Weber viu a rigidificação burocrática como uma ameaça universal tão grande que favoreceu sem hesitar um governo plebiscitário-carismático por um grande demagogo como o único meio disponível de “escapar da jaula de ferro da servidão.”³⁹⁹

Max Weber teria desejado introduzir a forma carismática de legitimação da autoridade política no sistema constitucional de Weimar porque não estimava que a reivindicação de legitimidade feita pelo Parlamento, em nome da sua “legalidade racional,” fosse suficientemente persuasiva nas condições de uma democracia de massa. Sob as condições da sociedade industrial moderna, ele teria acreditado que os velhos princípios individualistas dos direitos humanos tinham perdido muito da sua credibilidade, e que toda a “santidade intrínseca” do Estado Constitucional já tinha sido perdida.⁴⁰⁰ A Constituição havia se transformado em um mero sistema de regras formais funcionais, dentro do qual políticos profissionais usavam métodos demagógicos para lutar entre si

³⁹⁸ MOMMSEN, W. J., 1984, p. 409.

³⁹⁹ Ibid.

⁴⁰⁰ Ibid., p. 395.

por popularidade e poder.⁴⁰¹ Considerando este contexto, o Parlamento, como a própria sede desta estrutura funcionalista, não seria capaz de, sozinho, inspirar o tipo de crença coletiva necessária à legitimação política daqueles que exercem o poder.

Warren corrobora a tese de Mommsen quanto à prioridade que Weber teria dado à contenção da burocratização. Para ele, “os problemas mais profundos e fundamentais tratados por Max Weber tem a ver com a racionalização progressiva da cultura, pensamentos e instituições ocidentais.” Por isso,

não devemos nos surpreender que os problemas clássicos da teoria democrática liberal sejam de menor importância imediata do que o que ele identificou como uma crescente substituição da política pela burocracia. Ele concebeu o problema como um conflito entre a racionalidade formal (ou instrumental) da burocracia e a racionalidade substantiva (ou valorativa) da política.⁴⁰²

Julien Freund, afirma que Weber era partidário de uma cosmovisão cujo conceito dominante “parece ser o da racionalização,” mas que não se tratava de um determinista histórico. Pelo fato de Weber fazer da racionalização um fenômeno essencialmente peculiar à civilização ocidental, Freund diz que “é claro que essa noção nada tem de um poder metafísico que arraste necessariamente o futuro mundial em um sentido determinado, e na direção de uma meta final que se possa prever teoricamente.” Ao contrário, diz Freund, a racionalização “é obra contingente de um certo tipo de homens que podem eventualmente transmiti-la ao resto da Humanidade.” Weber estaria apenas caracterizando o sentido que esses homens deram a suas atividades, não o fim inelutável do desenvolvimento do mundo, anunciado pelas filosofias “emanantistas” da História.⁴⁰³

Steven Seidman argumenta que a interpretação de Weber como um pessimista cultural é enganosa pois sua crítica da modernidade não é unidimensional. A descrição do lado obscuro da modernidade seria apenas a descrição de possibilidades de desenvolvimento que deveriam ser, portanto, endereçadas.⁴⁰⁴

A pergunta que o presente capítulo buscará responder é se Max Weber era, de fato, um “pessimista histórico” que atribuía à burocratização uma tal irreversibilidade, que lhe permitia advogar pela instauração de um líder forte, carismático-plebiscitário para a

⁴⁰¹ Cf. *ibid.*, p. 403.

⁴⁰² WARREN, 1988, p. 33–34.

⁴⁰³ Cf. FREUND, 2010, p. 19–20.

⁴⁰⁴ Cf. SEIDMAN, 1983, p. 267.

nova República Alemã, sem se demorar na possibilidade deste líder se transformar naquilo que hoje compreendemos pelo termo alemão *Führer*.

2.1 Racionalização, burocratização e capitalismo

O tema preponderante do projeto intelectual de Max Weber já foi retratado como “a história do desenvolvimento do racionalismo Ocidental,”⁴⁰⁵ a “história universal da cultura racionalista,”⁴⁰⁶ ou simplesmente, “*Menschetum*,” a humanidade que emerge e degenera na sociedade racional moderna.⁴⁰⁷ Todas essas interpretações convergem na centralidade temática da racionalidade, do racionalismo e da racionalização.⁴⁰⁸ Neste sentido, “todo o *corpus* dos textos substanciais de Weber” pode ser lido como “uma sociologia da modernidade.”⁴⁰⁹ Conforme a tese weberiana da racionalização, a moderna cultura ocidental exibiria um “racionalismo peculiar e específico” que a torna diferente das formas anteriores de vida social.⁴¹⁰

Um filho da civilização europeia [*Kulturwelt*] que estuda os problemas da história universal deve inevitavelmente e justificadamente levantar a questão: qual combinação de circunstâncias conduziu ao fato de que no Ocidente, e apenas aqui, surgiram fenômenos culturais que – ao menos é o que gostamos de dizer a nós mesmos – vieram a adquirir significação e validade *universais*?⁴¹¹

Weber concedia que “conhecimento e observação muito refinados” existiram em outros lugares, sobretudo na Índia, China, Babilônia e Egito. Mas afirmou que as “ciências naturais indianas careciam do método experimental que foi produto da Renascença,” e que “a historiografia chinesa carecia de um método como o de Tucídides.” Para Weber, “em nenhum lugar se viu uma jurisprudência racional como a do direito romano.” E uma estrutura “tal como a do direito canônico é conhecida apenas no Ocidente.” Na música, Weber aponta que se pode encontrar a polifonia em muitos lugares e épocas do mundo, mas a harmonia, o contraponto, a orquestra moderna e o sistema de notação também foram conhecidos apenas no Ocidente. A China, diz ele, possuía prensas, mas a

⁴⁰⁵ Cf. SCHLUCHTER, 1981.

⁴⁰⁶ Cf. TENBRUCK, F. H.; WEBER, M. The Problem of Thematic Unity in the Works of Max Weber. **The British Journal of Sociology**, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 316, 1980. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/589370>

⁴⁰⁷ Cf. HENNIS, W. **Max Weber: Essays in Reconstruction**. London: Allen & Unwin, 1988.

⁴⁰⁸ KIM, 2017.

⁴⁰⁹ Cf. KRONMAN, 2009, p. 255–256.

⁴¹⁰ Cf. *ibid.*

⁴¹¹ Introdução do autor. WEBER, Max. **The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism**. London: Routledge, 1992. p. xxviii. Traduzido por Talcott Parsons.

literatura impressa surgiu apenas no Ocidente.⁴¹² Em resumo, uma “busca racional, sistemática e racionalizada pela ciência, por pessoas treinadas e especializadas, no sentido que hoje é próximo daquele dominante em nossa cultura, apenas existiu no Ocidente.”⁴¹³ Para Weber, uma das mais significativas realizações da racionalização que se viu no Ocidente foi a burocracia:

Sobretudo isto é verdade [a excepcionalidade do racionalismo ocidental] quanto ao funcionário treinado, o pilar tanto do Estado moderno quanto da vida econômica ocidental [...] Nenhum país em nenhuma época jamais experimentou, no mesmo sentido que no Ocidente moderno, a dependência absoluta e completa de toda a sua existência, das condições políticas, técnicas e econômicas da vida, em uma *organização* de funcionários especialmente treinados. As funções mais importantes da vida cotidiana ganham existência nas mãos de funcionários do governo tecnicamente, comercialmente e juridicamente treinados.⁴¹⁴

A “racionalização,” tal como significa para Weber, pode ser descrita como “a organização da vida por divisão e coordenação das diversas atividades, com base em um estudo preciso das relações entre os homens, seus instrumentos e seu meio, com vistas à maior eficácia e rendimento.” Trata-se de “um puro desenvolvimento prático operado pelo gênio técnico do homem”, um “refinamento engenhoso da conduta de vida e um domínio crescente do mundo exterior.”⁴¹⁵

Weber aponta que a gênese do processo de racionalização é anterior à modernidade ocidental. A “religião altamente racionalizada,” isto é, aquela que oferece resposta ao problema da “necessidade racional por uma teodiceia do sofrimento e da morte,”⁴¹⁶ teria surgido tanto na Ásia quanto na Europa, e operaria “desmagificando” as religiões “primitivas,” que concebem “espíritos animistas e deidades heroicas.”⁴¹⁷ Nas religiões menos racionalizadas (e neste sentido mais “primitivas”) imperava a “mágica:” seus adeptos “prontamente acreditavam em uma feitiçaria poderosa dirigida contra espíritos

⁴¹² Introdução do autor. *Ibid.*, p. xxviii–xxx. Traduzido por Talcott Parsons.

⁴¹³ Sun Ho Kim aponta para o “eurocentrismo impactante” das posições de Weber, que, contudo, não é objeto deste trabalho. KIM, 2017.; Introdução do autor. WEBER, Max, 1992, p. xxx–xxx. Traduzido por Talcott Parsons.

⁴¹⁴ Introdução do autor. WEBER, Max, 1992, p. xxx–xxx. Traduzido por Talcott Parsons.

⁴¹⁵ Cf. FREUND, 2010, p. 19–20.

⁴¹⁶ WEBER, Max, 1946, p. 275.

⁴¹⁷ *Ibid.*, p. 268.

ou forças naturais que os dominam.”⁴¹⁸ A racionalização da religião é descrita por Weber como um processo no qual a mágica vai sendo substituída por deidades “locais e funcionais” e “deuses políticos,” até alcançar o nível das “religiões cosmo-éticas.” Na *Ciência como vocação* Weber refere-se ao “selvagem [que] apela a meios mágicos para dominar os espíritos e exorcizá-los.”⁴¹⁹ Para Weber todas as religiões surgem da motivação “racional sóbria” de repelir o “mal mundano” trazido por “poderes ocultos e imprevisíveis.”⁴²⁰ Neste sentido, as formas mágicas de manifestação religiosa preocupam-se, de maneira utilitária, com questões da práticas da vida na terra.

As formas mais elementares de comportamento motivado por fatores religiosos ou mágicos são orientadas para *este* mundo. “que tudo vá bem com vocês e com seus descendentes e para que vivam muito tempo na terra” [Deuteronômio 4:40] expressa a razão para a realização de ações ordenadas pela religião ou pela magia.⁴²¹

O “profeta”, contudo, é um indivíduo que surge para quebrar o poder da mágica e sistematizar a religião mágica em mandamentos. Ele é “puramente um indivíduo portador de carisma, que em virtude da sua missão proclama uma doutrina religiosa ou mandamento divino ao qual os seus seguidores ajustarão a sua conduta.”⁴²² A sua importância histórica é que ele desafia o tradicionalismo e desloca o direito existente, substituindo-o pela referência a algum tipo de justiça substantiva.⁴²³ No estudo sobre o Judaísmo Antigo, Weber analisa os profetas hebreus, afirmando que eles tendiam a aparecer quando Israel estava ameaçada pelos poderes que a cercavam.⁴²⁴

Em regra, o profeta ou salvador pessoalmente manteve-se em oposição aos poderes hierocráticos tradicionais de mágicos e sacerdotes. Ele pôs o seu carisma pessoal contra a sua dignidade consagrada pela tradição para romper o seu poder ou forçá-los a lhe servir⁴²⁵

Se uma comunidade religiosa surgir na consequência de uma profecia, o controle da conduta regular das pessoas conforme a doutrina profética, “primeiro cai nas mãos de

⁴¹⁸ Ibid., p. 283.

⁴¹⁹ WEBER, Max, 2011, p. 30.

⁴²⁰ Ibid.

⁴²¹ WEBER, Max. **The Sociology of Religion**. London: Methuen & Co Ltd, 1963. p. 1.

⁴²² WEBER, Max, 1978, p. 439.

⁴²³ Ibid., p. 242, 978, 1115.

⁴²⁴ WEBER, Max, 1967, p. 267–286.

⁴²⁵ WEBER, Max, 1946, p. 328.

sucessores carismaticamente qualificados, pupilos, discípulos do profeta ou do salvador,” e depois passam para as mãos de uma hierocracia.⁴²⁶ O carisma da primeira hora pode incitar os seguidores de um profeta a esquecer a conveniência em favor dos valores finais, mas na medida em que o carisma se “rotiniza,” os interesses materiais de um séquito em crescimento constituem o fator mais forte. Um movimento carismático pode ser rotinizado na forma de uma tradição ou de uma burocracia.⁴²⁷

Neste processo de racionalização da religião, as suas qualidades mágicas vão sendo gradualmente sublimadas em uma “intelectualização” que, para Weber, revela aspectos “peculiarmente dualistas.” Por um lado, “a ideia de Deus é crescentemente racionalizada;” por outro, aquele “racionalismo prático original” da religião “primitiva,” que exorciza “maus espíritos,” cede à demanda por uma “unificação sistemática da conduta de vida de uma pessoa”⁴²⁸ em conformidade com os mandamentos do Deus.

Dissemos que esses modos de comportamento, uma vez evoluídos para um modo de vida metódico, formavam o núcleo do ascetismo [...] A substância da profecia do mandamento do salvador é dirigir o modo de vida para a busca de um valor sagrado. Assim compreendida, a profecia ou mandamento significa, pelo menos relativamente, a sistematização e racionalização do modo de vida, seja em pontos particulares ou no todo. Esta última significação tem ocorrido geralmente com todas as verdadeiras “religiões de salvação,” ou seja, com todas as religiões que prometem aos seus fiéis a libertação do sofrimento. [...] o objetivo racional da religião redentora tem sido assegurar ao que é salvo um estado sagrado, e com isso o hábito que garante a salvação.⁴²⁹

Neste sentido, “o monge”, por exemplo, “foi o primeiro ser que, naquele tempo, viveu racionalmente, que perseguiu um objetivo, situado no além, de maneira metódica e com meios racionais.”⁴³⁰ Weber aponta a Igreja Católica como uma religião altamente racionalizada, que ao manter-se organizada de maneira contínua por muitos séculos, alcançou nos séculos XIII e XIV um alto nível de desenvolvimento hierocrático. Weber aponta que com a produção de um sistema independente de funcionários e taxaço, a

⁴²⁶ Ibid., p. 327–328.; Weber define “Hierocracia” como “uma organização que mantém a ordem por meio da coersão física ao distribuir ou negar benefícios religiosos” WEBER, Max, 1978, p. 54.

⁴²⁷ Cf. GERTH; MILLS, 1982, p. 71–72.

⁴²⁸ WEBER, Max, 1958, p. 336.

⁴²⁹ WEBER, Max, 1946, p. 327.

⁴³⁰ Wirtschaftsgeschichte, Berlim, 1958, pg.311. apud FREUND, 2010, p. 128.

Igreja Católica produziu a primeira burocracia ocidental bem-sucedida.⁴³¹ Analisando as formas nas quais as religiões mundiais alcançaram níveis altos de racionalização em diferentes lugares e épocas, Weber apontou soluções racionais consistentes ao problema da teodiceia também no Zoroastrismo, Budismo e no Calvinismo. Apenas o último, contudo, teria avançado a racionalização ao ponto de, paradoxalmente, ajudar a trazer o mundo secular moderno.⁴³²

Um dos elementos componentes do espírito capitalista moderno, e não só deste, mas da própria cultura moderna: a conduta de vida racional fundada na ideia de profissão como vocação, nasceu [...] do espírito da *ascese cristã*. [...] Pois a ascese, ao se transferir das celas dos mosteiros para a vida profissional, passou a dominar a moralidade intramundana e assim contribuiu com sua parte para edificar esse poderoso cosmos da ordem econômica moderna ligada aos pressupostos técnicos e econômicos da produção pela máquina, que hoje determina com pressão avassaladora o estilo de vida de todos os indivíduos que nascem dentro dessa engrenagem [...] e talvez continue a determinar até que cesse de queimar a última porção de combustível fóssil.⁴³³

Para Weber, a intensidade e a direção da “racionalização” são medidas negativamente em termos do grau no qual os elementos mágicos são deslocados em uma cultura; e positivamente pela proporção na qual as ideias e condutas ganham “coerência sistemática e consistência naturalística.”⁴³⁴ Um produto do processo de organização e sistematização da conduta de vida é o procedimento científico:

O progresso científico é um fragmento, o mais importante indubitavelmente, do processo de intelectualização a que estamos submetidos desde milênios. [essa racionalização intelectualista significa] antes, que sabemos ou acreditamos que, a qualquer instante, *poderíamos, bastando que quiséssemos*, provar que não existe, em princípio, nenhum poder misterioso e imprevisível que interfira no curso de nossa vida; em uma palavra, que podemos *dominar* tudo, por meio da *previsão*. [...] Para nós não mais se trata, como para o selvagem que acredita na existência daqueles poderes, de apelar a meios mágicos para dominar os

⁴³¹ WEBER, Max, 1978, p. 298.

⁴³² Cf. ROTH, G. Rationalization in Max Weber's Developmental History. In: MAX WEBER, RATIONALITY AND MODERNITY. New York: Routledge, 1987. p. 75–91. p. 82.

⁴³³ WEBER, Max, 2004a, p. 164–165.

⁴³⁴ Cf. GERTH; MILLS, 1982, p. 68.

espíritos e exorcizá-los, mas de recorrer à técnica e à previsão. Tal é a significação essencial da intelectualização.⁴³⁵

Tudo aquilo que é produzido por ações humanas propositadas, isto é, por pessoas agindo conforme um planejamento, com base em princípios científicos, de modos deliberadamente coordenados, é passível de racionalização. Os poderes com que se deparava o selvagem não eram criados por ele, mas aos seus olhos eram forças pertencentes ao mundo tal como ele se revelava para a sua experiência: como um “*locus* de forças independentes.” A eficácia limitada da mágica deve ser explicada pelo fato de que visa controlar um poder alienígena, que não é fruto de uma ação humana propositada, e que se apresenta para o homem como um destino.⁴³⁶ Assim, todo o modo de agir ou de organizar as ações humanas cuja motivação não possa ser reconstruída em termos de uma ação deliberada e propositada, é irracional ou não racionalizável. Essa característica é atribuída a cada uma das instituições e formas de pensamento que Max Weber associa à sociedade pré-moderna. Toda forma de dominação por uma autoridade tradicional, por exemplo, baseia-se na suposição de que as normas sociais pertencem a uma ordem fixa permanente, e são fatos imutáveis da vida.⁴³⁷

O patriarcalismo é de longe o mais importante tipo de dominação cuja legitimidade repousa na tradição. [...] é característico [...] que o sistema de normas invioláveis é considerado sagrado; uma infração a elas resultaria em males mágicos ou religiosos. Paralelamente com este sistema há um reino de arbitrariedade livre em favor do senhor, que em princípio julga apenas em termos de relações ‘pessoais’ e não funcionais. Neste sentido, a autoridade tradicional é irracional.⁴³⁸

No esquema de Weber, para significar mais do que a mera imposição de força bruta, a dominação pela autoridade depende de que o seu “comando [seja] aceito como uma norma ‘válida’ pelas pessoas a quem é endereçado.”⁴³⁹ Os tipos de dominação diferenciam-se quanto à reivindicação moral que cada tipo de autoridade faz para

⁴³⁵ WEBER, Max, 2011, p. 30.

⁴³⁶ Cf. KRONMAN, 2009, p. 258–259.

⁴³⁷ Cf. *ibid.*

⁴³⁸ WEBER, Max, 1946, p. 296.

⁴³⁹ WEBER, Max, 1978, p. 946.

legitimar-se.⁴⁴⁰ A autoridade tradicional é legítima se “for alegada e obtiver credibilidade com base na santidade de regras e poderes tradicionais”⁴⁴¹ fundados sobre “aquilo que [...] sempre existiu.”⁴⁴²

Em razão disso, a legitimação tradicional da autoridade política confunde *fatos* com *valores* . Ela trata as normas sociais como um aspecto do mundo, a sua existência imemorial é o que lhe confere força normativa.⁴⁴³ A justificativa tradicionalista do poder político requer que o destinatário do comando aceite, pelo menos implicitamente, a alegação de que o mundo possui um significado normativo intrínseco passível de ser descoberto pela experiência sensível, e este significado é frequentemente encontrado na religião. Esta visão está sempre em conflito com a visão moderna de que toda norma é produto de uma interpretação voluntária, imposta por seres humanos sobre um universo moralmente neutro.⁴⁴⁴

Quer estejamos descrevendo a natureza da autoridade política, as formas de interpretação jurídica, o significado dos ideais religiosos ou a estrutura da vida econômica, as crenças e instituições que definem a civilização europeia moderna se baseiam na ideia de que o que parece confrontar o ser humano como um dado fixo é, na verdade, uma produção humana, deliberadamente criada ou convencionada, e que pertence, portanto, ao mundo dos artefatos.⁴⁴⁵ É a artificialidade que torna a vida social compreensível e racionalizável. Conforme o método sociológico de Weber, nós podemos compreender as instituições apenas porque elas foram construídas por seres humanos, de acordo com razões ou propósitos que podemos apreender.⁴⁴⁶ A história do desenvolvimento do racionalismo no direito, por exemplo, é descrita por Weber como um desenvolvimento na direção de um direito procedimental, lógico e formalista, autoconsciente da artificialidade das normas jurídicas.

Dividida em estágios teóricos de desenvolvimento [...] As qualidades formais do direito evoluíram, assim, no quadro da prática primitiva, a partir de uma

⁴⁴⁰ Cf. MOMMSEN, W. J. Max Weber on Bureaucracy and Bureaucratization: Threat to Liberty and Instrument of Creative Action. *In: THE POLITICAL AND SOCIAL THEORY OF MAX WEBER: COLLECTED ESSAYS*. Great Britain: The University of Chicago Press, 1989a. p. 109–121. p. 115–116.

⁴⁴¹ WEBER, Max, 1978, p. 226.

⁴⁴² WEBER, Max, 1946, p. 296.

⁴⁴³ Cf. KRONMAN, 2009, p. 81.

⁴⁴⁴ Cf. *ibid.*, p. 82–83.

⁴⁴⁵ Cf. *ibid.*, p. 257–258.

⁴⁴⁶ Cf. *ibid.*, p. 258–259.

combinação de um formalismo condicionado pela magia e de uma irracionalidade condicionada pela revelação, passando eventualmente pela curva de uma racionalidade por finalidade de ordem substantiva e não formal, condicionada por elementos teocráticos e patrimoniais, para chegar a uma racionalização e a uma sistematização lógicas crescentes graças à especialização jurídica e daí [...] para chegar a uma sublimação lógica e a um rigor dedutivo crescentes do direito, e enfim, a uma técnica racional crescente do procedimento.⁴⁴⁷

No âmbito econômico, Weber também tratou da “evolução da comunidade doméstica”⁴⁴⁸ nos termos de uma bifurcação que desemboca na *empresa* e no *oikos*. O desenvolvimento da empresa culminou no empreendimento capitalista burocrático de larga escala, e o *oikos* se desenvolveu no patrimonialismo e, em última instância, na administração pública burocrática do Estado moderno.⁴⁴⁹

Assim como os italianos, e depois deles, os ingleses, desenvolveram a moderna organização capitalista da economia, os bizantinos – e, depois deles, os italianos, seguidos pelos Estados territoriais da era absolutista, pela centralização revolucionária na França e, por fim, superando todo os demais povos, pelos *alemães* – desenvolveram virtuosamente a organização racional *burocrática*, baseada na especialização profissional e na divisão do trabalho, de todas as associações humanas de dominação, da fábrica até o Exército e o Estado. Por enquanto, apenas na técnica da organização partidária foram parcialmente superados por outras nações, sobretudo pelos americanos.⁴⁵⁰

A administração burocrática é a característica definidora das organizações sociais contemporâneas.⁴⁵¹ Ela é descrita como uma “associação racionalmente regulada”⁴⁵² que representa padrões formais de comportamento, regras de conduta e procedimentos que penetraram todos os aspectos da associação humana, podendo ser encontrada no Estado, no exército, nos empreendimentos econômicos, nos partidos políticos, nas igrejas e em muitos outros âmbitos da vida moderna. A burocracia apresenta uma afinidade forte com as características do capitalismo industrial moderno, pois a forma burocrática de organização é a maneira mais eficiente de administrar uma empresa.

⁴⁴⁷ WEBER, Max, 1978, p. 882.

⁴⁴⁸ Ibid., p. 381.

⁴⁴⁹ Cf. ROTH, 1987, p. 82.

⁴⁵⁰ WEBER, Max, 2014e, p. 199.

⁴⁵¹ KOCH, 1993, p. 136.

⁴⁵² WEBER, Max, 1978, p. 924.

a história do desenvolvimento do Estado moderno é idêntico à história do moderno funcionalismo e do cargo burocrático, assim como toda a história do alto capitalismo [*Hochkapitalismus*] é idêntica com a crescente burocratização dos empreendimentos econômicos. Em todo lugar as formas burocráticas de dominação estão em ascensão⁴⁵³

Em uma economia determinada por comunidades domésticas autossuficientes ou geridas por uma autoridade centralizada, onde a troca voluntária de mercadorias por dinheiro é um fenômeno limitado, é impossível determinar o valor econômico de diferentes utilidades. Por este motivo, ela mostra necessariamente uma “redução inevitável da racionalidade formal e calculável.”⁴⁵⁴ Para que uma ação econômica encerre o máximo de racionalidade, todos os seus custos e benefícios precisam ser calculáveis em termos monetários, e isso só é possível onde um sistema de preços tiver sido criado pela troca individual e voluntária de mercadorias.⁴⁵⁵ O capitalismo é caracterizado por Weber pela sua organização racional. Ele está presente onde o procedimento de contabilidade do capital está presente.⁴⁵⁶ E a contabilidade racional é, na sua essência, cálculo instrumental, um “planejamento econômico” no qual o objetivo da maximização do lucro é buscado.⁴⁵⁷ O capitalismo é um artefato humano na medida em que se apoia sobre uma rede de contratos voluntários propositados. Ele é, na economia, a consequência da racionalização crescente da civilização ocidental.

Já se afirmou [...] que o motivo fundamental da economia moderna como um todo é o “racionalismo econômico.” E com todo o direito, se entendermos por essa expressão o aumento da produtividade do trabalho que, pela estruturação do processo produtivo a partir de pontos de vista *científicos*, eliminou sua dependência dos limites “fisiológicos” da pessoa humana impostos pela natureza. [...] é uma das qualidades fundamentais da economia privada capitalista ser racionalizada com base no cálculo *aritmético* rigoroso, ser gerida de forma planejada e sóbria para o almejado sucesso econômico, contrariamente à existência do camponês, o qual leva a vida da mão para a boca, à rotina privilegiada do artesão das antigas corporações, e ao

⁴⁵³ Weber, M. (1961), ‘The three types of legitimate rule’, in A. Etzioni (ed.), *Complex Organizations* (New York: Holt) p.6. apud ROTH, 1987, p. 85.; Cf. WEBER, Max, 1978, p. 224.

⁴⁵⁴ WEBER, Max, 1978, p. 111.

⁴⁵⁵ Cf. KRONMAN, 2009, p. 207.

⁴⁵⁶ WEBER, Max. **General Economic History**. Glencoe: The Free Press, 1950. p. 275,355-5.

⁴⁵⁷ WEBER, Max, 1978, p. 63.

“capitalismo aventureiro,” orientado pelo oportunismo político e pela especulação irracional.⁴⁵⁸

A escravidão, diz Weber, “é menos favorável à racionalidade e eficiência [do empreendimento econômico] que a utilização da mão de obra livre,”⁴⁵⁹ pois apesar de garantir “aquilo que é, do ponto de vista formal, um poder mais completo de disposição do trabalhador do que no trabalho assalariado”, retarda a racionalização em razão da “instabilidade extrema dos mercados escravistas, que tornou o equilíbrio racional entre lucro e prejuízo demasiado difícil” e dos “problemas especiais relativos ao recrutamento.” Ainda, a impossibilidade de usar “mão de obra escrava para operar ferramentas e equipamentos, cuja eficiência requer um alto grau de responsabilidade e interesse pessoal do operador” e a “impossibilidade de seleção, de contratação apenas após um período de experiência no serviço, e de demissão por conta de mudanças na situação do negócio ou de uma diminuição da eficiência do funcionário,”⁴⁶⁰ fazem Weber concluir que um cálculo econômico preciso só “é possível no sistema de mão de obra livre.”⁴⁶¹

A racionalização da ação econômica também requer que os trabalhadores não possuam o direito inalienável de serem os proprietários dos serviços que executam. O máximo de previsibilidade econômica pressupõe a “total inexistência de apropriação de empregos e oportunidades de ganhos pelos trabalhadores” e, pressupõe, por consequência, a “liberdade [do empregador] na seleção dos trabalhadores.”⁴⁶² Para Weber, “Toda forma de apropriação de empregos pelos trabalhadores em empreendimentos aquisitivos, assim como o caso oposto da apropriação dos serviços dos trabalhadores pelos proprietários, implica a restrição ao livre recrutamento da força de trabalho.”⁴⁶³

Um fabricante de hoje não contrata um trabalhador qualquer simplesmente porque este pode trabalhar por um salário baixo. Ele instala o homem na máquina por um salário por peça, dizendo: “Agora trabalhe, verei quanto você merece.” [...] Ele é demitido porque a máquina não é plenamente aproveitada se nela não trabalha um homem que saiba aproveitar a sua capacidade [...] Em oposição ao empreendimento baseado no trabalho escravo da Antiguidade, no

⁴⁵⁸ WEBER, Max, 2004a, p. 66.

⁴⁵⁹ WEBER, Max, 1978, p. 162.

⁴⁶⁰ Ibid., p. 162–163.

⁴⁶¹ Prefácio do autor. WEBER, Max, 1992, p. xxxvi.

⁴⁶² WEBER, Max, 1978, p. 162.

⁴⁶³ Ibid.

qual o dono dependia dos escravos que possuía – a morte de um deles constituía uma perda de capital para ele -, toda empresa industrial moderna se baseia nesse princípio da seleção, e esta seleção, por sua vez, intensifica-se extraordinariamente pela concorrência entre os empresários, que obriga o empresário individual a manter determinado salário máximo, isto é, a inevitabilidade da renda dos trabalhadores corresponde à inevitabilidade da disciplina.⁴⁶⁴

Dado que a racionalidade capitalista exige previsibilidade, ela exigirá uma ordem social que formalmente tenha “horror ao ‘privilégio’” e rejeite “empreender negócios ‘de acordo com o caso.’”⁴⁶⁵ Assim, a organização burocrática impõe uma estrita separação jurídica entre a vida pública e a privada⁴⁶⁶ dos funcionários da burocracia. Enquanto sob a autoridade tradicional a relação entre o funcionário público e o governante se baseia em uma “lealdade estritamente pessoal,”⁴⁶⁷ que pressupõe uma continuidade entre o público e o privado, as relações da autoridade burocrática dependem do “princípio da impessoalidade formalística.”⁴⁶⁸ Neste sentido, o modo de organização burocrático é antiautoritário e representa um “contraponto ao patriarcalismo.”⁴⁶⁹

O capitalismo passa a demandar, portanto, estruturas jurídicas formais que garantam maior previsibilidade ao empreendimento.⁴⁷⁰ Por isso ele demanda um sistema jurídico racionalmente organizado, que realize a aplicação previsível de um conjunto estável de regras jurídicas.⁴⁷¹ Para Weber, “toda organização comercial racional necessita da possibilidade de adquirir direitos contratuais e de assumir obrigações por meio de representantes temporários e permanentes” e necessita de um “método que torne as transferências juridicamente seguras [eliminando ao mesmo tempo] a necessidade de verificar constantemente o direito de propriedade do cedente.”⁴⁷² Ainda, é necessário que haja uma “determinação inequívoca da importância de cada ação de cada integrante e funcionário de uma organização,” assim como um modo de determinar “a posição da organização e [...] a legitimação dos seus órgãos tanto nas transações o contratuais como

⁴⁶⁴ WEBER, Max. O Socialismo. *In*: ESCRITOS POLÍTICOS. São Paulo: Martins Fontes, 2014d. p. 343–388. p. 358–359.

⁴⁶⁵ WEBER, Max, 1978, p. 983.

⁴⁶⁶ *Ibid.*, p. 957.

⁴⁶⁷ *Ibid.*, p. 1100.

⁴⁶⁸ *Ibid.*, p. 225.

⁴⁶⁹ *Ibid.*, p. 1111.

⁴⁷⁰ *Ibid.*, p. 75, 161–162.

⁴⁷¹ Cf. KRONMAN, 2009, p. 135.

⁴⁷² WEBER, Max, 1978, p. 681–682.

no processo.”⁴⁷³ A “solução jurídica técnica para esse problema era encontrado no conceito de pessoa jurídica,”⁴⁷⁴ que é “a mais racional atualização da ideia de personalidade jurídica das organizações.”⁴⁷⁵

O sistema econômico demanda do sistema jurídico, portanto, ao menos as seguintes garantias formais: força de trabalho livre, a liberdade de contrato e o livre mercado.⁴⁷⁶

A organização da atividade econômica com base em uma economia de mercado pressupõe a expropriação das fontes materiais de utilidades de um lado e a liberdade de mercado de outro. A eficácia da liberdade de mercado aumenta à medida que essas fontes de utilidade, sobretudo os meios de transporte e produção, forem apropriadas. Pois quanto maior o grau de mercabilidade, maior será o direcionamento da ação econômica para as situações de mercado. Porém, a eficácia da liberdade de mercado também aumenta na proporção em que a apropriação estiver limitada a fontes *materiais* de utilidade [i.e., não humanas]. Todo caso de apropriação de seres humanos por meio da escravidão ou servidão, ou de vantagens econômicas através de monopólios de mercado, limita a gama de ações humanas que pode ser orientada para o mercado. Fichte em *Der geschlossene Handelsstaat* estava certo ao tratar essa limitação do conceito de “propriedade” de bens materiais, justamente com a maior autonomia de controle sobre os objetos que não se enquadram nesse conceito, como característico do sistema moderno direcionado para o mercado.⁴⁷⁷

Weber afirma que as demandas do sistema econômico pela racionalização das estruturas jurídicas é um dos fatores que contribuíram para a afirmação da “liberdade”, no sentido moderno e liberal do termo. Assim, para Weber, as ideias iluministas⁴⁷⁸ que ajudaram a moldar as formas de governo e a sociedade civil na Europa Ocidental surgiram junto de uma “constelação específica” de interesses materiais e circunstâncias culturais:

Historicamente, a gênese da “liberdade” moderna tinha como pressuposto constelações únicas, nunca mais vistas. Enumeremos as mais importantes delas. Em primeiro lugar, a expansão ultramarina [...] Em segundo lugar, a peculiaridade da estrutura econômica e social dos “primórdios do capitalismo” na Europa Ocidental e, em terceiro, a conquista da vida pela ciência, isto é, “o

⁴⁷³ Ibid., p. 706.

⁴⁷⁴ Ibid.

⁴⁷⁵ Ibid., p. 707.

⁴⁷⁶ Ibid., p. 108.

⁴⁷⁷ Ibid., p. 112–113.

⁴⁷⁸ WEBER, Max, 2014f, p. 87–90.

intelecto voltando-se para si mesmo”. [...] Por fim, a peculiaridade “ética” e os “valores culturais” do homem moderno foram criados por certas noções ideais de valor, que crescera a partir da singularidade histórica e concreta de determinado mundo de ideias religiosas e agiram em conjunto com inúmeras constelações políticas, igualmente singulares, e com aqueles pressupostos materiais.⁴⁷⁹

Mas o capitalismo e a burocracia, reforçando-se mutuamente, também reforçam a centralização de todo o poder coercitivo no Estado.⁴⁸⁰ O capitalismo depende, para uma operação previsível, das estruturas formalmente racionais encontradas no Estado, e a burocracia, pela sua habilidade para organizar e usar informação, mostra-se “o meio mais racionalmente conhecido de exercer autoridade sobre os seres humanos.”⁴⁸¹ Assim, no seu esquema da racionalização da dominação política, Weber traçou a progressão não apenas do patriarcalismo ao patrimonialismo e ao Estado moderno, mas também um movimento no qual os múltiplos detentores da autoridade política legítima são expropriados dos seus “meios políticos,” até a afirmação de um “monopólio do uso legítimo da força dentro de um território definido.”⁴⁸² Para Weber, é a presença de funcionários especializados que torna possível essa expropriação e centralização, pois “a dominação organizada necessita, por um lado, de um estado-maior administrativo e, por outro lado, necessita dos meios materiais de gestão.”⁴⁸³

De modo geral, o desenvolvimento do Estado moderno tem por ponto de partida o desejo de o príncipe expropriar os poderes “privados” independentes que, a par do seu, detêm a força administrativa, isto é, todos os proprietário de meios de gestão, de recursos financeiros, de instrumentos militares e de quaisquer espécies de bens suscetíveis de utilização para fins de caráter político. Este processo se desenvolve em paralelo perfeito com o desenvolvimento da empresa capitalista que domina, a pouco e pouco, os produtores independentes. E nota-se enfim que, no Estado moderno, o poder que dispõe da totalidade dos meios políticos de gestão tende a reunir-se sob mão única. [...] o Estado moderno [...] conseguiu, portanto, e de maneira

⁴⁷⁹ Ibid.

⁴⁸⁰ WEBER, Max, 1978, p. 225, 337.

⁴⁸¹ Ibid., p. 223, 956.

⁴⁸² Cf. ROTH, 1987, p. 82.

⁴⁸³ WEBER, Max, 2011, p. 59.

integral, “privar” a direção administrativa, os funcionários e trabalhadores burocráticos de quaisquer meios de gestão.⁴⁸⁴

Weber não podia deixar de reconhecer a inevitabilidade do controle burocrático na administração pública, nas grandes empresas capitalistas e nas máquinas partidárias politicamente eficientes. Para ele, nada era mais eficiente e mais preciso do que o controle burocrático.⁴⁸⁵ Na medida em que o capitalismo e a burocracia “promovem a centralização de todo o poder coercitivo [no] Estado,”⁴⁸⁶ a organização burocrática expande-se vertiginosamente. Ela torna-se a característica definidora das ordens sociais contemporâneas, orientadas para a eficiência.⁴⁸⁷

O mecanismo burocrático completamente desenvolvido é comparável a outras organizações exatamente do modo como a máquina se compara com modos não-mecânicos de produção. Precisão, velocidade, univocidade, conhecimento das informações, continuidade, discricção, unidade, subordinação estrita, redução da fricção e dos custos pessoais e materiais - essas características são levadas ao nível ótimo na administração estritamente burocrática.⁴⁸⁸

Em resumo, em todas as áreas da vida humana, da religião ao direito, da música à arquitetura, a racionalização significa um impulso histórico na direção de um mundo no qual pode-se “*dominar tudo* por meio da previsão.”⁴⁸⁹ O capitalismo moderno é um modo de vida econômico racional porque depende de processos calculáveis de produção. Essa busca pela calculabilidade está por trás de inovações institucionais como a contabilidade monetária (especialmente a escrituração de partidas dobradas⁴⁹⁰), centralização do controle da produção, separação dos trabalhadores dos meios de produção, suprimimento de uma força de trabalho formalmente livre, controle disciplinar no chão da fábrica, e outras características que tornam o capitalismo moderno *qualitativamente* diferente de todos os outros modos de organização da vida econômica.

⁴⁸⁴ Ibid., p. 61–62.

⁴⁸⁵ Cf. GERTH; MILLS, 1982, p. 67.

⁴⁸⁶ WEBER, Max, 1978, p. 225, 337.

⁴⁸⁷ Cf. KOCH, 1993, p. 136.; WEBER, Max, 2014e, p. 186–226.

⁴⁸⁸ WEBER, Max, 1978, p. 973.

⁴⁸⁹ WEBER, Max, 2011, p. 30.

⁴⁹⁰ Em contabilidade, o Método das Partidas Dobradas, ou Método Veneziano (“el modo de Vinegia”) descrito pela primeira vez por Luca Pacioli no livro “*Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalità*” em 1494, é o sistema-padrão usado em empresas e outras organizações para registrar transações financeiras. Cada transação financeira é registrada na forma de entradas em pelo menos duas contas, nas quais o total de débitos deve ser igual ao total de créditos. In: https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A9todo_das_partidas_dobradas

O incremento de calculabilidade do processo de produção também é apoiado por esferas não econômicas como o direito e a administração. O formalismo jurídico e a administração burocrática reforçam os elementos de previsibilidade no ambiente sociopolítico. A racionalização também introduziu a igualdade formal de cidadania, a legislação vinculada a regras por normas jurídicas, o judiciário autônomo, e uma burocracia profissional despolitizada. Ainda, a crescente calculabilidade e previsibilidade nas esferas política, social e econômica não seria possível sem transformações dos valores éticos, religiosos, psicológicos e culturais. Para Weber, a racionalização institucional foi predicada sobre a ascensão de um tipo de personalidade peculiarmente racional, a “pessoa de vocação” [*Berufsmensch*], tal como delineada na *Ética Protestante*. O resultado dessa complexa interação de ideias e interesses foi a moderna e racional civilização Ocidental, com a sua enorme capacidade material e cultural para uma dominação incansável do mundo.⁴⁹¹

Com suas observações sociológicas, Weber identificou no capitalismo e na burocratização as duas forças genuinamente revolucionárias da sua época, e profetizou que se elas não fossem inibidas por contraforças, gradativamente viriam a substituir todas as formas tradicionais de organização social no mundo.⁴⁹² É em relação com estas constatações que Weber afirma que o capitalismo “é a potência que mais fortemente pesa sobre o destino [*Shicksal*] de nossa vida moderna.”⁴⁹³ O termo “destino” é importante aqui, pois ele é recorrente na sociologia weberiana, e significa em termos gerais que o curso dos eventos na vida de um indivíduo possui um caráter impessoal e irracional que é lhe é inescapável.⁴⁹⁴ Weber identificou o valor predominante na ética capitalista como sendo a racionalidade instrumental⁴⁹⁵ e afirmou que as pessoas restariam determinadas, quisessem ou não, a um tipo de conduta de vida conforme as necessidades instrumentais do sistema econômico. Se não fosse inibida, acreditava Weber, a racionalidade instrumental característica do capitalismo, somada à racionalidade formal característica da burocracia, criariam uma ordem social completamente “mecanizada,” sem espaço para a iniciativa individual ou qualquer tipo

⁴⁹¹ Cf. KIM, 2017.

⁴⁹² Cf. MOMMSEN, W. J., 1989a, p. 109.

⁴⁹³ Max Weber, *Sociologie des religions*. Paris: Gallimard, 1996. Citada por COLLIOT-THÉLÈNE, C. A **Sociologia de Max Weber**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 125.

⁴⁹⁴ Cf. SHAFIR, 1985, p. 5.

⁴⁹⁵ Cf. KOCH, 1993, p. 193.

de cultura pessoal sofisticada.⁴⁹⁶ A constatação amedrontadora que Weber alcançou a respeito do significado cultural que os modos modernos de organização social têm para o indivíduo, então, é que o destino humano é a “erosão da personalidade”. A culminância deste processo é descrita por ele em termos sombrios no final da *Ética Protestante*:

O puritano *queria* ser um profissional, nós *devemos* sê-lo. [...] quis o destino [...] que [a vida ascética voltada ao trabalho] virasse uma rija crosta de aço [*Gehäuse/jaula de ferro*]. No que a ascese se pôs a transformar o mundo e a produzir no mundo os seus efeitos, os bens exteriores deste mundo ganharam poder crescente e por fim irresistível sobre os seres humanos como nunca antes na história. O capitalismo vitorioso, em todo caso, desde quando se apoia em bases mecânicas, não precisa mais desse arrimo [do sentido religioso que lhe impulsionou]. Também a rósea galhardia de sua risonha herdeira, a Ilustração, parece definitivamente fadada a empalidecer, e a ideia do “dever profissional” ronda nossa vida como um fantasma das crenças religiosas de outrora. A partir do momento em que não se pode remeter o “cumprimento do dever profissional” aos valores espirituais supremos da cultura – ou que, vice-versa, também não se pode mais experimentá-lo subjetivamente como uma simples coerção econômica aí então o indivíduo de hoje quase sempre renuncia a lhe dar uma interpretação de sentido. [...] Ninguém sabe ainda quem no futuro vai viver sob essa crosta [jaula] e, se ao cabo desse desenvolvimento hão de surgir novos profetas e antigos ideais, *ou* – se nem uma coisa nem outra – o que vai restar não será uma petrificação chinesa [mecanizada], arrematada com uma espécie convulsiva de autossuficiência. Então, para os “últimos homens” desse desenvolvimento cultural, bem poderia tornar-se verdade as palavras: “especialistas sem espírito, gozadores sem coração: esse Nada imagina ter chegado a um grau de humanidade nunca antes alcançado.”⁴⁹⁷

Para Weber, as instituições do capitalismo parecem ser a própria materialização da racionalidade. Como um tipo de burocracia, a grande empresa só encontra rival na burocracia estatal na sua busca pela maior eficiência racional. Ambas estão orientadas à continuidade de operação, rapidez, precisão e cálculo dos resultados. Tudo isso se desenrola dentro de instituições organizadas conforme funções combinadas e especializadas. Toda a estrutura obriga o homem moderno a tornar-se um perito especializado, um “profissional” preparado para uma carreira especial dentro de canais

⁴⁹⁶ Cf. MOMMSEN, W. J., 1989a, p. 109.

⁴⁹⁷ WEBER, Max, 2004a, p. 165–166.

preestabelecidos. O homem Ocidental moderno está, assim, “preparado para a sua absorção pelo barulhento processo da máquina burocrática.”⁴⁹⁸

2.2 Efeitos da burocratização sobre a “conduta de vida”

Max Weber caracterizou as suas investigações como um ramo das “ciências da cultura.” Ao descrever a *Archiv fur Sozialwissenschaft*, revista que editava, explicou que os seus objetivos, na “perspectiva dos valores”, são “caracterológicos”, no sentido de que se preocupam com o “que virá a ser dos seres humanos” quando forem colocados em “condições específicas de existência.”⁴⁹⁹

Afirmamos que a investigação científica do significado cultural geral da estrutural socioeconômica da comunidade humana e suas formas históricas de organização são o objetivo central da nossa revista. Isto é o que queremos dizer quando chamamos a nossa revista de *Archiv fur Sozialwissenschaft*. O título pretende indicar o tratamento histórico e teórico dos mesmos problemas, cuja solução prática constitui a ‘política social’ no sentido mais amplo da palavra. Nós, portanto, utilizamos o direito de aplicar a palavra ‘social’ no sentido que os problemas concretos de hoje nos dá. Se alguém desejar chamar aquelas disciplinas que tratam os eventos da vida humana com respeito ao seu significado cultural de ‘ciências da cultura,’ então a ciência social no nosso sentido pertence a esta categoria.⁵⁰⁰

Já no começo da década de 1890, Weber fez um estudo das condições de trabalho dos agricultores ao Leste do rio Elba, na Prússia, onde avaliou o impacto dos desenvolvimentos do capitalismo sobre as suas vidas culturais. As antigas comunidades patriarcais de interesse entre o proprietário da terra e o camponês estavam a se dissolver.⁵⁰¹ Weber constatou que a tradicional forma patriarcal de cultivo de terra estava colapsando graças a transformação das condições econômicas, que obrigava os aristocratas rurais a administrar as suas propriedades com métodos crescentemente capitalistas. Os capitalistas da burguesia, por sua vez, em busca de *prestígio*, compravam terras e títulos nobiliárquicos, e se tornavam empreendedores na terra,

⁴⁹⁸ GERTH; MILLS, 1982, p. 66–67.

⁴⁹⁹ Arbeitsverhältnisse in MWGI: 8. apud RINGER, 2004, p. 60.

⁵⁰⁰ WEBER, Max. *The Methodology of the Social Sciences*. Glencoe: The Free Press, 1949. p. 67.

⁵⁰¹ MOMMSEN, W. J., 1984, p. 22–23.

arvorando-se nos privilégios econômicos aristocráticos tradicionais e em uma legislação tarifária protecionista. Weber acreditava que isto contribuía para inibir o ímpeto empreendedor em uma parte considerável da alta burguesia alemã. Já os camponeses, como resultado deste processo, transformavam-se gradualmente em proletários, e emigravam para as regiões industrializadas no Oeste alemão e para as Américas. No seu lugar, os proprietários rurais passavam a empregar mão de obra polonesa, mais barata e de oferta abundante graças à crescente onda de imigrantes vindos do Leste.⁵⁰²

No seu discurso inaugural na cátedra de Economia Política da Universidade de Friburgo, Max Weber explica que:

*São principalmente jornaleiros alemães que saem das regiões de alto nível cultural; são principalmente camponeses poloneses que se multiplicam em regiões com baixo nível cultural [Kulturstand]. [...] ambos os processos – o êxodo numa área e a multiplicação em outra – remontam a uma única razão: as baixas exigências de padrão de vida, tanto em sentido matéria quanto em sentido ideal, que são naturais da raça eslava ou que lhe foram impostas ao longo do seu passado, ajudando-a a alcançar a vitória. [...] trata-se de um processo psicológico de massa: os trabalhadores agrícolas alemães já não conseguem se adaptar às condições *sociais* de vida da pátria.⁵⁰³*

O avanço “paulatino e constante” da imigração polonesa era um dos fatores correlacionados para que “os [camponeses] alemães abandonassem a comunidade cultural de sua nação.⁵⁰⁴” Conforme os levantamentos linguísticos feitos na Prússia Ocidental, desde 1860 “a língua [e os] costumes [dos poloneses] impõem-se gradualmente às minorias nacionais e por elas são absorvidos” - sobretudo os alemães de confissão católica.⁵⁰⁵ E este processo também estava a transformar as características religiosas da comunidade. Haveria uma correlação entre a mudança populacional e a “diminuição relativa do protestantismo na planície, enquanto o aumento da população dos vilarejos nas colinas geralmente se vincula a um aumento relativo do catolicismo.⁵⁰⁶”

⁵⁰² Ibid., p. 24.

⁵⁰³ WEBER, Max, 2014b, p. 11–13.

⁵⁰⁴ Ibid., p. 10–11.

⁵⁰⁵ Ibid., p. 10.

⁵⁰⁶ Ibid.

Em 1908, Weber publicou uma *Pesquisa sobre a adaptação e a seleção da classe operária na grande indústria*. Seu objetivo era responder:

de uma parte, qual influência a grande indústria manufatureira exerce sobre a particularidade pessoal, o destino profissional e o “estilo de vida” extraprofissional destes operários, quais qualidades físicas e psíquicas ela desenvolve neles, e a forma pela qual estas qualidades se manifestam no conjunto da conduta de vida [*Lebensführung*] dos operários; de outra parte, em qual medida a grande indústria é ligada, quanto a sua capacidade e à orientação de seu desenvolvimento, às qualidades manifestadas pelos operários, as quais resultam de sua condição étnica, social, cultural, de sua tradição e de suas condições de vida.⁵⁰⁷

Na *Anticrítica da Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber explicou que o objeto do seu livro não era explicar as condições históricas da formação do capitalismo moderno, mas sim o “desenvolvimento do tipo de homem que foi criado pela conjunção de elementos de origem religiosa e de elementos de origem econômica.”⁵⁰⁸ Trata-se da mesma questão que a *Pesquisa sobre a adaptação e a seleção da classe operária na grande indústria* buscou responder: “Que tipo de homem a grande indústria moderna forma pelo caráter imanente que lhe é própria, e qual destino profissional (e assim também indiretamente: extraprofissional) ela lhe prepara?”⁵⁰⁹

Weber viu a vida moderna como um entrelaçamento de vários tipos de racionalidades, que se tornavam manifestas nas formas particulares das instituições. Toda a vida social era caracterizada pela formação e adesão a instituições. Instituições eram, para Weber, “padrões de comportamento avançados por indivíduos humanos.” Neste sentido, conceitos coletivos como “Estado” eram simplesmente os conceitos usados para descrever os padrões de comportamento individual dentro de um contexto social amplo; apenas indivíduos eram capazes de realizar comportamento subjetivamente significativo.⁵¹⁰ Como padrões de comportamento, instituições eram arranjos empíricos

⁵⁰⁷ apud COLLIOT-THÉLÈNE, 2014, p. 122.; WEBER, Max. Zur Psychophysik der industriellen Arbeit. In: WEBER, Marianne (org.). *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik*. Tübingen: [s. n.], 1988. p. 61–66.

⁵⁰⁸ WEBER, Max. *The Protestant Ethic Debate: Max Weber's Replies to his Critics, 1907-1910*. Liverpool: Liverpool University Press, 2001. p. 35.

⁵⁰⁹ apud COLLIOT-THÉLÈNE, 2014, p. 123.; WEBER, Max, 1988.

⁵¹⁰ WEBER, Max, 1978, p. 13–14.

externos na vida social. Eles refletiam a racionalidade inata nos seres humanos, manifesta na forma de normas e procedimentos externos.⁵¹¹

O aparato psicofísico do homem está completamente ajustado às demandas do mundo exterior, às ferramentas, à máquina – em suma, ele está funcionalizado, e o indivíduo é cortado do ritmo natural determinado pelo seu organismo conforme as demandas do procedimento de trabalho.⁵¹²

Weber criou a moldura conceitual para a sua crítica das instituições modernas fabricando uma tipologia quádrupla de racionalidade: “Ainda nos ocuparemos em várias ocasiões desta *polissemia* do conceito de “racionalização” da ação.”⁵¹³ Na *Psicologia Social das Religiões Mundiais*, Weber sugeriu que o termo “racionalidade” poderia ser atribuído a uma variedade de significados. “Temos de nos lembrar de antemão que ‘racionalismo’ pode significar coisas muito diferentes,” pode significar (1) “uma crescente dominação da realidade por meio de conceitos crescentemente precisos e abstratos.” Pode significar (2) a busca pela “obtenção de um dado fim último prático por meio de um cálculo preciso dos meios adequados.” Pode também significar (3) “um arranjo sistemático” que envolve a criação de “formas” e a adesão a “práticas” na vida de alguém, e finalmente, o termo racionalidade também pode ser aplicado (4) “ao processo que distingue entre normas validas e aquilo que é dado empiricamente.”⁵¹⁴ Estes tipos de racionalidade podem ser chamadas (1) “racionalidade conceitual,” (2) “racionalidade instrumental,” (3) “racionalidade formal,” e (4) “racionalidade substantiva,” respectivamente.⁵¹⁵

Para Weber, as instituições da cultura moderna continham todos os elementos das racionalidades instrumental, formal, conceitual e substantiva. Mas cada instituição enfatiza diferentemente os aspectos das racionalidades. Tanto a profissão científica quanto a religiosa reorganizam a relação do homem com a ordem natural na forma da “racionalidade conceitual.” As doutrinas religiosas e os sistemas éticos expressam normas conforme uma “racionalidade substantiva.”⁵¹⁶

⁵¹¹ KOCH, 1993, p. 134.

⁵¹² WEBER, Max, 1978, p. 1156.

⁵¹³ WEBER, Max, 1999, p. 19.

⁵¹⁴ WEBER, Max, 1946, p. 293.

⁵¹⁵ KOCH, 1993, p. 133.

⁵¹⁶ Ibid., p. 134.

O capitalismo, ao focar em “produtos e lucros, não em pessoas,”⁵¹⁷ expressa uma ênfase na “racionalidade instrumental.” A racionalidade instrumental é “indiferente” a quaisquer reivindicações valorativas substantivas,⁵¹⁸ e por isso está em tensão com outros valores presentes na cultura contemporânea, como por exemplo o valor da “irmandade,”⁵¹⁹ característico da racionalidade substantiva expressa pela religião. Para Weber, um predomínio da razão instrumental diminui a habilidade das pessoas de orientar seus comportamentos por valores, diminuindo, portanto, a importância da personalidade individual.⁵²⁰ O capitalismo mais racional é aquele que melhor e mais abrangentemente “mercantiliza” todas as coisas da vida (exceto as pessoas), por isso, ele tem de ser “indiferente” a quaisquer outras reivindicações de valores substantivos, que atribuam valor intrínseco as coisas. Consequentemente, o capitalismo é ele próprio “substantivamente irracional.”⁵²¹

A burocracia reflete o padrão organizado de comportamento encontrado na “racionalidade formal.” A expansão da burocracia requer cada vez mais especialistas orientados para a realização de tarefas específicas.⁵²² O especialista opera conforme um sistema de regulação formal, sob controle permanente dos seus superiores. Dele se espera a devoção de toda a sua energia ao cumprimento de suas obrigações, nunca deixando motivos pessoais, emoções ou inclinações influenciarem as suas decisões. Espera-se deles uma performance impessoal, sem iniciativa individual nem o uso de raciocínios subjetivos.⁵²³ Neste sentido, a tendência à orientação da conduta conforme o formalismo burocrático pode colidir com o valor substantivo da “justiça,”⁵²⁴ de tal modo que não se pode garantir que funcionários orientados conforme o racionalismo formal da burocracia servirão “à justiça ou à democracia.”⁵²⁵ A classe burocrática, para Weber, estaria preparada para “servir virtualmente a qualquer mestre, quaisquer que fossem

⁵¹⁷ WEBER, Max, 1978, p. 631.

⁵¹⁸ KOCH, 1993, p. 193.

⁵¹⁹ WEBER, Max, 1946, p. 331.

⁵²⁰ Cf. KOCH, 1993, p. 136.

⁵²¹ WEBER, Max, 1978, p. 94,138.

⁵²² Cf. KOCH, 1993, p. 137.

⁵²³ Cf. MOMMSEN, W. J., 1989a, p. 113.

⁵²⁴ WEBER, Max, 1946, p. 22.

⁵²⁵ Ibid., p. 243, 228.

suas origens ou objetivos.”⁵²⁶ Por definição, a essência da racionalidade formal é ser antônima à racionalidade substantiva.

O verdadeiro funcionário [...] não deve fazer política exatamente devido a sua vocação: deve administrar, antes de tudo, de forma não partidária. [...] ele deve desempenhar sua missão *sine ira et studio*, “sem ressentimentos e sem preconceitos.” Não deve, em consequência, fazer o que o homem, seja o chefe, sejam os seguidores, está compelido a fazer incessante e necessariamente, isto é, *combater*. [...] A honra do funcionário reside em sua capacidade de executar conscienciosamente uma ordem, sob responsabilidade de uma autoridade superior, ainda que – desprezando a advertência – ela se obstine a seguir uma falsa via. O funcionário deve executar essa ordem como se ela correspondesse a suas próprias convicções. Sem essa disciplina moral, no mais elevado sentido do termo, e sem essa abnegação, toda a organização ruiria.⁵²⁷

Weber preocupava-se com o “significado cultural” do capitalismo e da burocracia, pois defendia que aquilo que unifica e dá sentido à personalidade das pessoas é a sua “racionalidade substantiva,”⁵²⁸ isto é, “a crença em um cânone, ou uma perspectiva de vida, que então aplica-se à experiência.”⁵²⁹ Para Weber, a essência do conceito de personalidade “reside na coerência entre a conduta interior e determinados valores ou significados últimos da existência.”⁵³⁰ O indivíduo, assim, é uma criatura que “se posiciona no mundo”, e que, portanto, é definido pelos seus valores.⁵³¹

Mas as sociedades capitalistas modernas dão vantagem à mentalidade burocrática, que pervade cada aspecto da existência humana. Ao influenciar as condições sociais, a burocracia replica a si mesma na psicologia dos indivíduos. O indivíduo internaliza as normas operativas do ambiente e se ajusta à realidade externa da burocracia.⁵³² Na cultura moderna, as normas do formalismo racional se tornam um substituto desfigurado para os valores humanos, e quando aspectos substantivos do formalismo burocrático como a “ordem” são internalizados como um valor substantivo, reforçam a cultura de dominação.

⁵²⁶ WEBER, Max, 1978, p. 990.

⁵²⁷ WEBER, Max, 2011, p. 78–79.

⁵²⁸ KOCH, 1993, p. 134.

⁵²⁹ WEBER, Max, 1946, p. 293.

⁵³⁰ Cf. WEBER, Max, 2014e.

⁵³¹ WEBER, Max, 1946, p. 127.

⁵³² Cf. KOCH, 1993, p. 138.

Essa paixão pela burocracia [...] é o bastante para nos levar ao desespero. É como se, em política, o espectro da timidez [...] ficasse sozinho no leme, como se nos tornássemos pessoas que precisam da “ordem” pela ordem e entram em pânico se essa ordem é ameaçada. E dizer que o mundo conhecerá apenas esse tipo de homem!⁵³³

Para Weber, o predomínio da “irracionalidade substantiva”⁵³⁴ do capitalismo e da burocracia no Ocidente moderno é uma ameaça à “essência da personalidade.”⁵³⁵ Weber identifica uma erosão da liberdade com a expansão das racionalidades instrumentais e formais que obstam uma conduta verdadeiramente individual.⁵³⁶ O burocrata, como indivíduo, não pode se deslindar do aparato no qual está atrelado, “ele é apenas uma única engrenagem em um mecanismo em moto contínuo que prescreve a ele uma rota de marcha essencialmente fixada”⁵³⁷ Neste sistema, cada uma das pequenas “engrenagens” busca tornar-se uma engrenagem maior no mecanismo social.⁵³⁸

Weber vê o “tipo humano” do especialista como em conflito com “um tipo mais antigo de homem cultivado.”⁵³⁹ Na qualidade de “engrenagem,” ele já nem é um ser humano completo, mas sim um “especialista sem espírito, gozador sem coração.”⁵⁴⁰ O “indivíduo completo” exaltado por Goethe, torna-se assim algo de uma era passada,⁵⁴¹ sendo gradualmente substituído por uma “máquina” cujo único propósito é o lucro.⁵⁴² Para Weber, indivíduo de “cultura” cada vez mais confronta a cultura formal como algo alienígena e hostil à sua própria completude ontológica.⁵⁴³

Neste ponto as implicações lógicas das formas de racionalidade encontradas na sociedade contemporânea dão lugar à crítica romântica da cultura instrumental. Weber repetidamente usou o termo “máquina” ao se referir à organização instrumental da sociedade para o propósito do lucro.⁵⁴⁴ A “máquina” é contrastada com o conceito de

⁵³³ WEBER, Max, 1985, p. 94.

⁵³⁴ WEBER, Max, 1978, p. 94, 138.

⁵³⁵ Cf. KOCH, 1993, p. 134.

⁵³⁶ Cf. WEBER, Max, 1978, p. 1149,1155.

⁵³⁷ WEBER, Max, 1946, p. 228.

⁵³⁸ Cf. TRUBEK, D. M. Reconstructing Max Weber’s Sociology of Law. *Stanford Law Review*, [s. l.], v. 37, n. 3, p. 919–936, 1985.

⁵³⁹ WEBER, Max, 1946, p. 228, 243.

⁵⁴⁰ WEBER, Max, 2004a, p. 110.

⁵⁴¹ *Ibid.*, p. 164, 165.

⁵⁴² WEBER, Max, 1978, p. 1156.

⁵⁴³ Cf. KOCH, 1993, p. 138.

⁵⁴⁴ WEBER, Max, 1978, p. 1156.

“individualidade.”⁵⁴⁵ A racionalidade instrumental do capitalismo, se deixada solta, criaria uma busca imparável por modos mais racionalmente eficientes de aumentar a produção, modos que não respeitam qualquer valor substantivo. A situação que se apresentava era o começo de uma “nova era de servidão.”⁵⁴⁶

Por um lado, estando condicionadas às “ideias,” o ‘individualismo político’ dos “direitos humanos” na Europa Ocidental [...] foi criado com base em convicções religiosas que condenavam autoridades humanas como uma idolatria blasfematória da criatura, convicções essas que a forma atual do “iluminismo” já não deixa surgir como fenômeno de massas. Por outro, era produto de uma crença otimista na harmonia natural entre os interesses dos indivíduos livres, crença que hoje é definitivamente destruída pelo capitalismo.⁵⁴⁷

No texto de 1905 sobre os desafios do constitucionalismo liberal na Rússia, Weber explica como, em sua visão, o processo de expansão do capitalismo e da burocracia, que em algum momento propiciaram a “liberdade moderna,” hoje não mais avançam as conquistas do Iluminismo, mas sim, as ameaçam. Neste texto, Weber faz uma das elaborações mais expressivas daquela preocupação que orienta tanto o seu trabalho científico quanto a sua atuação política: “a longo prazo, como serão possíveis [a democracia e a liberdade] sob o domínio do capitalismo?”

[Os] axiomas do ‘direito natural’ tampouco dão instruções *unívocas* para um programa social e econômico [...] Pelo contrário: por mais que a luta por esses valores ‘individualistas’ da vida tenha de contar, a cada passo, com as condições ‘materiais’ do ambiente, sua ‘realização’ não pode ser deixada a cargo do ‘desenvolvimento econômico’. Atualmente, seriam péssimas as perspectivas da ‘democracia’ e do ‘individualismo’ se, para seu ‘desenvolvimento, confiássemos na atuação das ‘leis’ de interesses *materiais*, pois eles apontam, de maneira mais clara possível, para o caminho oposto. Em toda parte, a *moradia* [jaula] *para a nova servidão* [*Das Gehäuse für die neue Hörigkeit*] está pronta: no *benevolent feudalism* americano, nas chamadas “instituições beneficentes” alemãs, no sistema fabril russo. [...] Ao mesmo tempo, a complexidade crescente da economia, a estatização ou “municipalização parcial” e o tamanho territorial do corpo do povo [*Volkskörper*] criam cada vez mais papelada, mais especialização para dividir o

⁵⁴⁵ WEBER, Max, 1946, p. 127.

⁵⁴⁶ WEBER, Max, 2014e, p. 203.

⁵⁴⁷ WEBER, Max, 2014f, p. 58–59.

trabalho e mais ensino profissionalizante na administração [...] Se as coisas dependessem *somente* das condições “materiais” e das “constelações de interesse” direta ou indiretamente por elas “criadas”, toda observação sóbria teria de chegar à conclusão de que todas as previsões meteorológicas na *economia* indicam uma crescente “perda de liberdade”. É extremamente ridículo atribuir ao alto capitalismo atual, [...] alguma “afinidade eletiva” com a “democracia” ou até com a “liberdade” (em *qualquer sentido da palavra*) [...] ⁵⁴⁸

A alternativa marxista para a libertação da opressão capitalista era vista por Max Weber como não mais do que uma panaceia.⁵⁴⁹ Ele observou que o regime revolucionário na Rússia já havia se tornado dependente dos serviços dos oficiais e funcionários czaristas e que, na verdade, a sua organização produtiva ainda era fundamentada em princípios capitalistas.⁵⁵⁰

Com efeito, os soviéticos conservaram, ou, melhor, restabeleceram, a figura do empreendedor amplamente remunerado, o trabalho forçado, o sistema Taylor, a disciplina no exército e na fábrica e chegam a lançar olhares para os capitais estrangeiros.⁵⁵¹

A Revolução bolchevique estava a importar do Ocidente as mais recentes ideias sobre organização administrativa burocrática⁵⁵² necessárias ao funcionamento de qualquer Estado moderno.

Hoje, no moderno Estado de massas [...] somos confrontados por um fenômeno muito mais amplo [do que a apropriação dos meios de produção pelo capital]. Este princípio fundamental da alienação do trabalhador dos meios de produção, na esfera econômica; dos meios de fazer a guerra, no

⁵⁴⁸ Ibid., p. 87–90.

⁵⁴⁹ Cf. MOMMSEN, W. J., 1989b, p. 39.

⁵⁵⁰ "o governo bolchevista, notoriamente composto de intelectuais que, em parte, estudaram aqui em Viena e na Alemanha, e entre os quais há poucos russos, passou agora a reintroduzir o sistema de salário por peça nas fábricas que ainda estão funcionando [...] com o argumento de não querer prejudicar a produtividade. Mantém os empresários na direção das empresas - porque apenas eles possuem o conhecimento específico - e lhes pagam subvenções consideráveis. Além disso, voltaram a pagar salários de oficiais a oficiais do antigo regime porque precisam de um exército e perceberam que isso não é possível sem oficiais instruídos. [...] E, por fim, obrigaram também uma parte da burocracia a trabalhar para eles, tirando-lhes a senha de racionamento do pão. WEBER, Max, 2014d, p. 377.

⁵⁵¹ WEBER, Max, 2011, n. 85.

⁵⁵² SPIERS, R.; LASSMAN, P. Introdução. In: ESCRITOS POLÍTICOS. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. IX–XXXII. p. XXII.; “para colocarem em marcha a máquina econômica estatal, viram-se eles condenados a adotar tudo quanto condenaram como instituições da classe burguesa, além disso, reintegraram nas velhas funções os agentes da antiga Ochrana (política secreta czarista,) transformando-os em instrumentos essenciais do poder político.” In: WEBER, Max, 2011, p. 84.; Cf. O Socialismo. In: ESCRITOS POLÍTICOS. São Paulo: Martins Fontes, 2014b. p. 343–388.

exército; dos meios de administrar, no serviço público; do dinheiro, em todas as esferas de produção; dos instrumentos de pesquisa, nas universidades e laboratórios, é o fundamento comum do Estado moderno apoiado no poder político e militar, e da empresa privada capitalista. Em ambos, o poder está nas mãos da autoridade a quem a burocracia (juízes, funcionários públicos, administradores, supervisores, pessoal de escritório, militares) obedece direta ou indiretamente. Essa é uma característica fundamental de nossas instituições, cuja existência e função, na teoria e na prática, está inseparavelmente ligada à concentração da propriedade dos meios de produção.⁵⁵³

Weber não via nada de atraente no socialismo. Aos seus olhos, ele simplesmente completaria na ordem econômica o que já havia acontecido na esfera dos meios políticos. Os estamentos feudais haviam sido expropriados de seus meios políticos e substituídos pelo funcionalismo assalariado do moderno Estado burocrático. O Estado tinha “nacionalizado” a posse das armas e dos meios administrativos. A socialização dos meios de produção simplesmente sujeitaria uma vida econômica ainda relativamente autônoma à administração burocrática do Estado:⁵⁵⁴ “No momento a ditadura do funcionário e não a do trabalhador está a caminho.”⁵⁵⁵

Onde o moderno funcionário com formação especializada começou a reinar, seu poder é simplesmente inquebrantável, porque toda a organização que provê as necessidades mais elementares da vida é talhada segundo seu rendimento. Teoricamente poder-se-ia pensar numa eliminação progressiva do capitalismo privado [...] supondo-se que um dia isso venha a acontecer, o que significaria na prática? Talvez o rompimento do invólucro [*Gehäuse/jaula/crosta*] de aço que constitui o moderno trabalho industrial? Não! Significaria, antes, que a *direção* das empresas estatizadas ou assumidas por outra forma de “economia coletiva” também seria burocratizada. [...] Se o capitalismo privado fosse eliminado, a burocracia estatal reinaria *sozinha*.⁵⁵⁶

A ênfase de Marx no trabalhador assalariado como “separado” dos meios de produção torna-se, na perspectiva de Weber, apenas um caso especial dentro de uma tendência universal. O soldado moderno está igualmente “separado” dos meios de violência; o cientista dos meios de pesquisa; o servidor público dos meios da administração. Weber procura, assim, relativizar a obra de Marx, colocando-a dentro de um contexto mais

⁵⁵³ WEBER, Max, 1971, p. 141.

⁵⁵⁴ GERTH; MILLS, 1982, p. 66–67.

⁵⁵⁵ WEBER, Max, 2014d.

⁵⁵⁶ WEBER, Max, 2014e, p. 202.

generalizado e mostrando que as conclusões de Marx se baseiam em observações tomadas de um “caso especial”, que é melhor visto como um caso numa ampla série de casos semelhantes. A série como um todo exemplificaria a tendência geral subjacente de burocratização.⁵⁵⁷ Para Weber, a “cartelização” da indústria sob orientação do Estado não resultaria na “dominação da indústria pelo Estado, mas a dominação do Estado pela indústria.”⁵⁵⁸

Deste modo, o capitalismo apresentava a vantagem sobre o socialismo de ser um sistema econômico baseado na competição e no conflito.⁵⁵⁹ Sob o socialismo, ele afirmou que as chances que a classe trabalhadora teria em fazer prevalecer os seus interesses nos conflitos de classe seriam ainda menores do que sob o capitalismo, pois a classe político-burocrática se confundiria com a classe capitalista de tal modo que não haveria nenhum espaço para opor uma à outra.⁵⁶⁰ “Não é possível,” diz Weber, “fazer greve contra o Estado.”⁵⁶¹

As burocracias privadas e públicas que hoje trabalham lado a lado e, pelo menos potencialmente, uma contra a outra, mantendo-se, portanto, mutuamente em xeque, se fundiriam numa única hierarquia. Por exemplo, como no Egito Antigo, só que agora de forma incomparavelmente mais racional e, portanto, mais inescapável.⁵⁶²

Ainda, a burocracia é a característica chave para a compreensão do tipo de dominação política característica do Estado moderno: a dominação “racional-legal.” A legitimação da autoridade racional-legal está fundada sobre “um sistema coerente de regras abstratas que, em geral, foram estabelecidas intencionalmente,”⁵⁶³ ou seja, a legitimidade da autoridade racional-legal depende do reconhecimento que o sistema jurídico lhe confere. O seu poder não pode ser justificado com um apelo à validade daquilo que “sempre existiu”, como faz a autoridade tradicional, pois é um *artefato* dependente da *forma* do comando expedido pela autoridade, do seu *status* enquanto ordem promulgada conforme um *procedimento formal correto* - independentemente do seu conteúdo

⁵⁵⁷ Cf. GERTH; MILLS, 1982, p. 68.

⁵⁵⁸ WEBER, Max, 2014d, p. 361.

⁵⁵⁹ WEBER, Max, 1978, p. 108.

⁵⁶⁰ MOMMSEN, W. J., 1989b, p. 39.

⁵⁶¹ WEBER, Max, 2014d, p. 362.

⁵⁶² WEBER, Max, 2014e, p. 202.

⁵⁶³ WEBER, Max, 1978, p. 227.

específico.⁵⁶⁴ Assim, sob a dominação racional legal, uma regra pode ser válida independente dela ser justa ou injusta, recente ou antiga, e “pode ser estabelecida por concordância ou por imposição.”⁵⁶⁵

A autoridade racional-legal se baseia na suposição de que as normas são criadas, e não descobertas, e na crença de que é este atributo - e tão somente ele - que confere a elas o seu *status* normativo. De forma contrastante, as normas que legitimam a autoridade tradicional necessariamente perdem sua força vinculante quando passam a ser vistas como invenções humanas. Elas não eram “criadas”, mas vistas como inerentes ao próprio mundo. Das duas formas de autoridade, somente a racional-legal reconhece a distinção básica entre fatos e valores, pois rejeita a premissa de que fatos, independentemente da interpretação dada a eles pelas pessoas, possam ser dotados de sentido ético autônomo.⁵⁶⁶ A concepção da *positividade da norma* da qual depende a autoridade racional-legal assim, sempre conflitará com uma justificação religiosa da ordem social.⁵⁶⁷

O positivismo jurídico, ao menos por hora, avançou irresistivelmente. A desapareção das velhas concepções do direito natural destruiu toda possibilidade de conferir ao direito uma dignidade metafísica em virtude das suas qualidades imanentes. Na grande maioria das suas disposições mais importantes, ela foi desmascarada de maneira escancarada, de fato, como o produto ou os meios técnicos de um compromisso entre interesses conflitantes.⁵⁶⁸

A reivindicação de legitimidade da autoridade racional-legal, portanto, opõe um grande desafio aos seres humanos na atribuição de sentido para as suas condutas: ao impor “autoconsciência” aos indivíduos na sua avaliação pessoal da autoridade de uma norma posta, a autoridade racional-legal destaca o verdadeiro alicerce de todas as formas de dominação. Adotar a positivação de valores como princípio de legitimação, contudo, depende de um julgamento normativo que as pessoas sujeitas a ela devem fazer sobre o valor desta autoconsciência: elas devem preferir instituições e princípios autoconscientes sobre aqueles que são inconscientes do seu próprio fundamento de

⁵⁶⁴ Cf. KRONMAN, 2009, p. 69.

⁵⁶⁵ WEBER, Max, 1978, p. 217.

⁵⁶⁶ Cf. KRONMAN, 2009, p. 81.

⁵⁶⁷ Cf. *ibid.*, p. 80.

⁵⁶⁸ WEBER, Max, 1978, p. 874–875.

autoridade.⁵⁶⁹ Todavia, os seres humanos não necessariamente encaram a autoconsciência como algo desejável, pois eles têm a “necessidade metafísica de um cosmos significativo,⁵⁷⁰ e a autoconsciência quanto à contingência das regras sociais contribui em precipitar o “desencantamento do mundo”, impondo às pessoas o “problema do significado.”⁵⁷¹

Mas Weber ainda se preocupava que a expansão da administração burocrática - cujo formalismo dissolve os valores pessoais sublimando-os na letra impessoal da lei - também implicaria num exercício do poder político sem responsabilidade. A expertise do tecnocrata tornara-se a força estrutural do Estado moderno, mas o seu “senso de honra e de status” consiste no gerenciamento dos negócios do Estado “*sine ira et studio*,”⁵⁷² “sem raiva nem paixão.” Para o burocrata, “*o único e último [...] que deve decidir sobre a condução de seus assuntos é a boa administração, do ponto de vista puramente técnico.*”⁵⁷³ Ele apenas segue ordens conforme prescrições formais, sob a responsabilidade de outrem. Assim, para Weber, ele trabalha para a produção da “jaula de ferro”, do “invólucro daquela servidão do futuro.” Weber lamenta que “Infelizmente, esse tipo de funcionário ocupa, na Alemanha, postos de direção. É a isso que damos o nome de ‘regime de funcionários.’”⁵⁷⁴

Tomar partido, lutar, apaixonar-se – *ira et studio* – são as características necessárias ao homem político, cuja atividade está subordinada a um princípio de responsabilidade “totalmente estranho, e mesmo oposto, ao que norteia o funcionário.” Um funcionário que considere errônea uma ordem que recebe do seu superior “pode – e deve – levantar objeções”. Mas se a instância superior insistir na instrução, “não será um dever, mas sim até uma *honra* cumpri-la.”⁵⁷⁵ A honra do chefe político, ao contrário da do funcionário, consiste justamente na *responsabilidade pessoal* exclusiva por tudo o que faz, responsabilidade que ele não pode rejeitar, nem delegar.⁵⁷⁶

É fácil observar que a sua eficiência tanto no âmbito da empresa pública, político-estatal, como na esfera da economia privada, tem limites internos

⁵⁶⁹ Cf. KRONMAN, 2009, p. 84–85.

⁵⁷⁰ WEBER, Max, 1946, p. 281.

⁵⁷¹ Ibid., p. 51.

⁵⁷² Cf. WEBER, Max, 2011, p. 67.

⁵⁷³ WEBER, Max, 2014e, p. 203.

⁵⁷⁴ WEBER, Max, 2011, p. 79.

⁵⁷⁵ WEBER, Max, 2014e, p. 206.

⁵⁷⁶ WEBER, Max, 2011, p. 78–79.

firmemente estabelecidos. O espírito de *liderança* do “empresário” aqui e o “político” ali, é algo diferente de um “funcionário,” [...] ele *deve* ser diferente [...] a diferença reside na natureza da responsabilidade [...] A luta pelo poder pessoal e a *responsabilidade* pessoal *pela sua causa* que resulta do poder, eis o elemento vital tanto do político quanto do empresário.⁵⁷⁷

Por outro lado, Weber considerava ingênuo acreditar que sob as circunstâncias da modernidade alguém poderia simplesmente optar por uma sociedade não burocrática. Na sua percepção, não havia espaço para modos de vida alternativos e não seria possível sustentar o nível de civilização e cultura alcançados nas sociedades industriais modernas sem os recursos técnicos e burocráticos de organização social. Estas técnicas eram infinitamente superiores às formas tradicionais de organização social, se consideradas como meios para se alcançar objetivos da melhor forma possível:⁵⁷⁸

a forma pura da organização administrativa burocrática, que é a variedade monocrática da burocracia, é, no que diz respeito à precisão, constância, rigor e confiabilidade em suas operações, superior à todas as outras formas de maquinação administrativa [...] Graças à intensidade e o escopo das suas operações, ela é capaz de ser aplicada a todos os tipos de tarefas administrativas. Assim, em um sentido puramente técnico, é capaz de atingir uma eficiência máxima, e portanto, em todos os aspectos, é formalmente a forma mais racional de exercitar a autoridade sobre os seres humanos ⁵⁷⁹

Considerando as futuras formas de organização política abertas à Alemanha nos anos do colapso da monarquia, e “tendo em vista o fato fundamental e irrefreável do avanço da burocratização”, Weber pergunta: “Como *será possível* salvar ainda *pelo menos alguns* restos de uma liberdade “individual” de ação *em algum* sentido, considerando essa tendência superpoderosa rumo à burocratização?”⁵⁸⁰

Estamos presos numa situação que caminha para isso, de modo que a questão não é como promover e apressar esse processo, mas ao contrário, como opor resistência para preservar a humanidade desse amesquinamento da alma, dessa dominação do modo de vida burocrático.⁵⁸¹

⁵⁷⁷ WEBER, Max, 2014e, p. 205–206.

⁵⁷⁸ Cf. MOMMSEN, W. J., 1989a, p. 109–110.

⁵⁷⁹ WEBER, Max, 1978, p. 223.

⁵⁸⁰ WEBER, Max, 2014e, p. 204.

⁵⁸¹ WEBER, Max, 1985, p. 94.

Weber já havia contestado a possibilidade de se confiar que leis econômicas ou históricas, tais como as professadas pelo liberalismo e pelo socialismo, produziriam, por si, liberdade e democracia. Nenhum conhecimento científico poderia oferecer uma resposta política à crescente ameaça à liberdade. Apenas a *vontade* poderia oferecer uma reação. Para Max Weber, a democracia e a liberdade

só são possíveis quando suportadas pela *vontade* permanente e determinada de uma nação de não se deixar governar como um rebanho de ovelhas. “Contra a corrente” das constelações materiais, somos “individualistas” e partidários de instituições “democráticas”. Quem pretende ser grimpá⁵⁸² de uma “tendência de desenvolvimento” deve abandonar o mais rápido possível esses ideais antiquados [...] Para obter uma resposta, basta perguntar se algum desenvolvimento material, sobretudo do capitalismo avançado de hoje, poderia conservar ou simplesmente recriar essas condições históricas singulares [da liberdade iluminista]. Não há nenhuma sombra de probabilidade de que a “socialização” [*Vergesellschaftung*] econômica como tal possa abrigar em seu seio seja o desenvolvimento de personalidades internamente “livres”, seja o de ideais “altruístas.”⁵⁸³

É, portanto, no âmbito de uma política “voluntarista,” isto é, uma política que não se deixa conduzir de maneira meramente técnica e formalista, conforme as “correntes de constelações materiais,” que a ameaça posta pela burocratização poderia ser endereçada. Contra a impessoalidade da burocracia, dever-se-ia fazer uma política pessoal, contra a sua “racionalidade formal,” uma política “substantivamente racional.” Isto é dizer uma política conduzida por um líder, orientado por uma “causa.”⁵⁸⁴ Conforme a teoria do conhecimento de Weber, apenas indivíduos possuem “vontade” e, portanto, podem tomar decisões políticas: “as grandes decisões da política são tomadas por *indivíduos*.”⁵⁸⁵ Só aquele que se coloca pura e simplesmente *ao serviço de sua causa* possui, [...] ‘personalidade.’⁵⁸⁶

⁵⁸² Grimpá é a “lâmina móvel de um cata-vento, ger. metálica, que, no alto de torres, casas etc., gira em torno de um eixo vertical e se destina a indicar a orientação do vento.”

⁵⁸³ WEBER, Max, 2014f, p. 87–90.

⁵⁸⁴ WEBER, Max, 2011, p. 26.

⁵⁸⁵ WEBER, Max, 2014e, p. 282.

⁵⁸⁶ WEBER, Max, 2011, p. 27–28.

O problema é que na Alemanha, em razão da “impotência do Parlamento [...] nenhuma personalidade dotada de temperamento de chefe lá permanece por longo tempo.”⁵⁸⁷

A situação atual de nossa vida parlamentar é uma herança dos muitos anos de *governo do príncipe* Bismarck na Alemanha [...] Bismarck não estava disposto a tolerar a seu lado *nenhum* poder, da natureza que fosse, que de algum modo tivesse independência para atuar, isto é, para agir de acordo com suas próprias responsabilidades. [...] Toda a sua política tinha em vista não permitir a consolidação de nenhum partido constitucional forte e, de alguma forma, independente.⁵⁸⁸

A democracia parlamentar alemã que estava se afirmando na outonada da Revolução de 1919 era, para Weber, uma “manifestação típica de uma democracia sem chefes”, que daria “aos grupos de interesse a possibilidade de forçarem as organizações políticas a incluir nas citadas listas alguns de seus empregados, de sorte que, ao fim, nos vemos diante de um Parlamento apolítico, onde não mais encontram lugar os verdadeiros chefes.”⁵⁸⁹

Para Weber haveria uma correlação entre a limitação da autoridade parlamentar e a limitação da burocracia. A democracia parlamentar é descrita por ele como eminentemente procedimental: o procedimento legislativo conforme a “racionalidade formal” é a fonte de legitimidade das leis parlamentares. A “objetivação geral” e a “sujeição a regras abstratas” típicas dos procedimentos legislativos parlamentares tornavam sua autoridade meramente “formal”, e “jamais uma crença.”⁵⁹⁰ É natural, portanto, que seu legalismo inerente encontre um ambiente perfeito nas estruturas burocráticas. Por isso, diz Weber, “no momento, não divisamos, no seio dos partidos alemães, outra coisa que não o domínio dos políticos [profissionais.]”⁵⁹¹ Assim, “só uma escolha cabe: ou uma democracia que admite como dirigente um verdadeiro chefe,” ou uma que “renega os chefes e cai sob o domínio dos ‘políticos profissionais,’ sem vocação, privados das qualidades carismáticas que produzem os chefes.”⁵⁹² Só o Presidente do *Reich*, Weber defendeu, “sob a condição de que sua eleição se fizesse por

⁵⁸⁷ Ibid., p. 100.

⁵⁸⁸ WEBER, Max, 2014e, p. 173, 180.

⁵⁸⁹ WEBER, Max, 2011, p. 92.

⁵⁹⁰ WEBER, Max, 1999, p. 142–147.

⁵⁹¹ WEBER, Max, 2011, p. 91–92.

⁵⁹² Ibid., p. 103–104.

plebiscito e não pelo Parlamento, poderia transformar-se em válvula de segurança face à carência de chefes.”⁵⁹³

⁵⁹³ Ibid., p. 91–92.

2.3 Carisma e rotinização

A convicção que orientava o pensamento político de Weber era que a sociedade estava ameaçada nos seus elementos mais básicos pelo processo universal de burocratização e racionalização em todos os âmbitos da vida.⁵⁹⁴ No fim deste processo, Weber acreditava que não seria mais possível falar em liberdade sob qualquer perspectiva.⁵⁹⁵ Mas ele não descreveu o processo conforme uma continuidade histórica dada. A racionalização era, antes, marcada por descontinuidades. Na tipologia de Weber, à burocracia se opõe o “carisma.”⁵⁹⁶

Formas rotineiras de vida podem se mostrar insuficientes para sustentar relações de dominação em uma situação crescente de tensões, pressões ou sofrimentos, e estruturas institucionais consolidadas podem se desintegrar. Weber aponta que situações históricas de grande “entusiasmo [...] desespero e esperança”⁵⁹⁷ produziram figuras carismáticas, tais como Jesus Cristo e Napoleão. Estes foram líderes carismáticos por possuírem um “dom de corpo e mente percebido por outros.”⁵⁹⁸ As pessoas lhes seguiram devido à crença nas suas qualidades pessoais extraordinárias.⁵⁹⁹ O carisma é aquilo que liga o líder ao desejo emocional dos seus seguidores por mudança.⁶⁰⁰

O termo ‘carisma’ será aplicado a certa qualidade de uma personalidade individual por virtude da qual ela é considerada extraordinária e tratada como se fosse dotada de poderes e qualidades supranaturais, sobre-humanas, ou pelo menos especificamente excepcionais. Estas são tais que não são acessíveis a pessoas ordinárias, mas vistas como de origem divina ou exemplares, e com base nessas qualidades o indivíduo a que se referem é tratado como um ‘líder.’⁶⁰¹

O carisma é profundamente hostil à ordem existente e se opõe a toda as rotinas institucionais. Tanto as da tradição quanto as sujeitas ao controle racional. As formas de organização burocráticas e tradicionais podem se opor em vários sentidos, mas ambas

⁵⁹⁴ Cf. MOMMSEN, W. J., 1989b, p. 29–30.

⁵⁹⁵ Cf. *ibid.*, p. 35.

⁵⁹⁶ GERTH; MILLS, 1982, p. 69–70.

⁵⁹⁷ WEBER, Max, 1978, p. 242.

⁵⁹⁸ *Ibid.*, p. 1112.

⁵⁹⁹ GERTH; MILLS, 1982, p. 70.

⁶⁰⁰ Cf. KOCH, 1993, p. 140.

⁶⁰¹ WEBER, Max, 1978, p. 241.

compartilham da pretensão de ser ordens estáveis: elas “têm em comum uma peculiaridade muito importante: permanência.”⁶⁰² Já o carisma desloca o direito vigente, substituindo-o por uma concepção substantiva de justiça. Jesus é o exemplo óbvio apontado por Weber daquele que veio para mudar a Lei: “está escrito...mas eu vos digo.”⁶⁰³ Para Weber, “o carisma é de fato a força criativa especificamente revolucionária da história.”⁶⁰⁴

Visto que é “extraordinária”, a autoridade carismática é claramente oposta a uma autoridade racional e particularmente burocrática, bem como a uma autoridade tradicional [...] Autoridade burocrática é especificamente racional no sentido de ser destinada a regras analisáveis intelectualmente; enquanto a autoridade carismática é especialmente irracional no sentido de ser estrangeira a todas as regras.⁶⁰⁵

A autoridade carismática reivindica sua legitimidade pela “devoção à santidade excepcional, heroísmo, ou caráter exemplar de uma única pessoa, e dos padrões normativos de ordem revelados por ela.”⁶⁰⁶ Diferentemente das relações burocráticas, que são formais e impessoais, a situação autenticamente carismática é direta e interpessoal. Gerth e Mills caracterizam a oposição nos seguintes contrastes: massa *versus* personalidade, a “rotina” *versus* empresário criador, as convenções das pessoas comuns *versus* a liberdade interior do pioneiro e do homem excepcional, as regras institucionais *versus* o indivíduo espontâneo, a monotonia do tédio da existência ordinária *versus* o voo imaginativo do gênio.⁶⁰⁷

A concepção que Weber tem do líder carismático seria uma continuação da “Filosofia da História” expressa em *Heroes and Hero Worship*, do historiador romântico Thomas Carlyle. A ideia central é a do indivíduo monumentalizado, que se torna o “soberano da História.”⁶⁰⁸ Weber cita Carlyle ao tratar dos “portadores da luta russa pela liberação,”⁶⁰⁹

⁶⁰² Ibid., p. 245.

⁶⁰³ Ibid., p. 243, 978, 1115.

⁶⁰⁴ Ibid., p. 1117.

⁶⁰⁵ Ibid., p. 244.

⁶⁰⁶ Ibid., p. 215.

⁶⁰⁷ Cf. GERTH; MILLS, 1982, p. 70–71.

⁶⁰⁸ Ibid.

⁶⁰⁹ “Milhares de anos tiveram de passar antes de você entrar na vida, e mais milhares esperam em silêncio pelo quê você vai fazer com a sua vida. Essas palavras, com as quais Carlyle, em sua crença ardente na personalidade, queria aclamar cada novo ser humano, podem ser aplicadas sem exagero [...] à situação atual da Rússia” WEBER, Max, 2014f, p. 92.

e na *Política como Vocação*, ele descreve os verdadeiros líderes políticos como homens que põem a mão “nos raios da roda da história.”⁶¹⁰

Conforme Gerth e Mills, a concepção de líder carismático evidenciada por Weber mantém uma continuidade com o conceito de “gênio” aplicado desde o Renascimento aos líderes artísticos e intelectuais. W.E.H Lecky teria ampliado o conceito para aplicá-lo não mais simplesmente aos criadores de símbolos, mas aos líderes da conduta humana: “Não só os homens de ideias, mas os homens ideais” passaram assim a ser objetos de atenção.⁶¹¹ Lecky se interessava pelo gênio como homem extraordinário que tenta transcender os limites impostos pela rotina cotidiana. Nisso, a sua elaboração prenuncia a ideia de “rotinização do carisma” elaborada por Weber.⁶¹² Para Lecky:

Surgem, de tempos em tempos, homens que tem para com a condição moral de sua época mais ou menos as mesmas relações que os homens de gênio têm para com a sua condição intelectual. Antecipam o padrão moral de uma época posterior, lançam conceitos de virtude desinteressada, de filantropia, desprendimento, que parecem não ter relação com o espírito de sua época, inculcam deveres e sugerem motivos de ação que parecem à maioria dos homens completamente quiméricos. Não obstante, o magnetismo de suas perfeições influi poderosamente sobre os seus contemporâneos. Acende-se o entusiasmo, um grupo de partidários se forma e muitos se emancipam das condições morais da sua época. Não obstante, os plenos efeitos desse movimento são transitórios. O primeiro entusiasmo esmorece, as circunstâncias ambientes retornam a sua ascendência, a fé pura é materializada, incrustada com concepções estranhas à sua natureza, deslocadas e deformadas, até que as suas características iniciais quase desapareçam. O ensinamento moral, sendo inadequado à sua época, torna-se inoperante até que sua civilização adequada tenha alvorecido; ou, na melhor das hipóteses, a fé se filtra tênue e imperceptivelmente através de um acúmulo de dogmas, e com isso acelera, de certo modo, o nascimento da condição que a exige.⁶¹³

Com o tempo, toda comunidade carismática terá de se adaptar à realidade. A isto Weber chama “rotinização.” Os seguidores da personalidade carismática, ao trabalhar para ele, fazem surgir uma organização administrativa. A comunidade carismática autêntica dá lugar a instituições que surgem do resfriamento dos estados de devoção e fervor

⁶¹⁰ WEBER, Max, 2011, p. 105.

⁶¹¹ Cf. GERTH; MILLS, 1982, p. 70–71.

⁶¹² Cf. WEBER, Max, 1978, p. 246.

⁶¹³ LECKY, W. E. H. **History of Rationalism Vol I**. New York: D. Appleton, 1867. p. 310.

extraordinários. A tendência à rotinização do carisma, na direção da tradicionalização ou da racionalização, parece ser inevitável: “É o destino do carisma. Toda vez que ele entra para as instituições permanentes da comunidade, dá acesso aos poderes da tradição ou da socialização racional”.⁶¹⁴ À medida que as doutrinas originais são popularizadas, ajustam-se intelectualmente às necessidades da camada que se torna o principal veículo da mensagem do líder. Se as suas ideias não forem adaptáveis, a despeito de seu mérito intrínseco, a mensagem deixará de influenciar a conduta de vida cotidiana. A ênfase de Weber quanto à “soberania do homem carismático,” neste sentido, não minimiza a mecânica das instituições.⁶¹⁵

Como uma estrutura permanente com um sistema de regras racionais, a burocracia é modelada para atender necessidades calculáveis e que acontecem periodicamente por meio de uma rotina normal.⁶¹⁶ [...] A rotinização do carisma, sob aspectos essenciais, é idêntica à adaptação às condições da economia, ou seja, às rotinas continuamente efetivas da vida de trabalho diária. Nisso a economia conduz, ao invés de ser conduzida.⁶¹⁷

Para Weber, uma “forma genuína de dominação implica um mínimo de aquiescência voluntária, isto é, um *interesse* (baseado em motivos ulteriores ou aceitação genuína) em obediência.”⁶¹⁸ “Os membros da estrutura administrativa podem ser destinados à obediência a seu superior (ou superiores) pelo costume, por laços afetivos, por um complexo material de interesses, ou por motivos ideais. A qualidade desses motivos determina largamente o tipo de dominação.”⁶¹⁹

O estado-maior administrativo, que representa externamente a organização de dominação política, tal como aliás qualquer outra organização, não se inclina a obedecer ao detentor do poder em razão apenas das concepções de legitimidade [tradicional, racional-legal ou carismática.] A obediência funda-se, antes, em duas espécies de motivo que se relacionam a interesses pessoais: retribuição material e prestígio social. De uma parte, a homenagem dos vassalos, a prebenda dos dignitários, os vencimentos dos atuais servidores públicos e, de outra parte, a honra do cavaleiro, os privilégios das ordens e a dignidade do servidor constituem a recompensa esperada; e o temor de perder o conjunto

⁶¹⁴ WEBER, Max, 1946, p. 253.

⁶¹⁵ WEBER, Max, 1978, p. 246–254, 1121–1123.

⁶¹⁶ Ibid., p. 245.

⁶¹⁷ Ibid., p. 254.

⁶¹⁸ Ibid., p. 212.

⁶¹⁹ Ibid., p. 212–213.

dessas vantagens é a razão decisiva da solidariedade que liga o estado-maior administrativo aos detentores do poder. E o mesmo ocorre nos casos de dominação carismática.⁶²⁰

O carisma, na qualidade de força autônoma de desinstitucionalização e revolução, não pode ser transformada em rotina, cristalizada em práticas sociais.⁶²¹ Neste sentido, Weber assinala que “de fato, em sua forma pura a autoridade carismática pode-se dizer existir somente *in statu nascendi*. Ela não pode estabilizar, mas tradicionaliza-se ou racionaliza-se, ou produz uma combinação de ambos.”⁶²² Assim, o carisma é somente uma irrupção de força criativa individual; ela é acionada pelo chamado de sua missão, jamais podendo ser “ensinada” ou “aprendida.”⁶²³

Aqui o pessimismo de Weber quanto ao futuro da liberdade é reforçado pelo destino que ele vê para o carisma no mundo moderno. Para Weber, a marcha da “máquina humana,” isto é, da burocracia, destrói todas as estruturas de dominação que não estão formalmente estruturadas⁶²⁴ - e se o carisma é a força criativa e revolucionária na história, a sua míngua na cultura racional moderna faz Weber concluir que haverá uma diminuição da capacidade das pessoas em transformar a sociedade e a si mesmas.⁶²⁵

E importa, sobretudo, não esquecer que à revolução animada de entusiasmo sucederá sempre a rotina cotidiana de uma tradição e que, nesse momento, o herói da fé abdicará e a própria fé perderá em vigor ou se transformará - esse é o mais cruel destino que pode ter – em elemento da fraseologia convencional dos pedantes e dos técnicos da política.⁶²⁶

A rotinização do carisma, sob as condições modernas da racionalização científica, econômica e política, se expande “de forma incomparavelmente mais racional e, portanto, mais inescapável”⁶²⁷ do que em qualquer outro momento histórico. No *Economia e Sociedade*, depois de estabelecer e classificar as liberdades modernas conforme os fatores que as produziram, Weber aponta que tais liberdades encontraram

⁶²⁰ WEBER, Max, 2011, p. 59–60.

⁶²¹ WEBER, Max, 1978, p. 1117.

⁶²² Ibid., p. 246.

⁶²³ Ibid., p. 249.

⁶²⁴ WEBER, Max, 1946, p. 244.

⁶²⁵ Koch KOCH, 1993, p. 142.

⁶²⁶ WEBER, Max, 2011, p. 119.

⁶²⁷ WEBER, Max, 2014e, p. 202.

sua última justificação na “glorificação carismática do direito natural e da razão”, e que nelas, o próprio carisma encontrou a sua “última forma.”⁶²⁸

Essa glorificação carismática da “Razão,” que encontrou expressão característica na apoteose de Robespierre, é a última forma que o carisma adotou no seu destino histórico. É claro que estes postulados da igualdade jurídica formal e de mobilidade econômica pavimentaram o caminho para a destruição de todo o direito patrimonial e feudal em favor de normas abstratas e, portanto, indiretamente da burocratização.⁶²⁹

A democracia moderna é descrita por Weber como o produto de uma “transformação antiautoritária do carisma” no princípio e na prática da soberania popular.⁶³⁰ É precisamente a correlação direta entre carisma e ação individual que Weber acha tão atraente na perspectiva da resposta carismática à rigidez e falta de responsabilidade política que caracterizam a regra burocrática. Uma vez que a efetividade do carisma repousa sobre a fé dos governados, a sua aprovação ao sucessor designado do líder carismático é indispensável.⁶³¹ A aclamação pelos governados pode se desenvolver em um sistema eleitoral regular, com sufrágio padronizado e eleição direta ou indireta, por método majoritário ou proporcional. “Apenas no Ocidente a eleição pelo governado gradualmente desenvolveu-se em um sistema representativo.”⁶³²

quando a organização carismática passa por uma racionalização progressiva, é perfeitamente possível que, ao invés do reconhecimento ser tratado como uma consequência de legitimidade, ele seja tratado como a base da legitimidade: legitimação democrática.⁶³³

No tópico sobre a dominação carismática em *Economia e Sociedade*, Weber se detém na “reinterpretação antiautoritária do carisma.”⁶³⁴ Ele explica que a figura do líder de partido eleito popularmente no Estado moderno, conforme uma *forma* constitucional jurídica e burocraticamente bem definida, representa um tipo de autoridade que transita

⁶²⁸ GERTH; MILLS, 1982, p. 70–71.

⁶²⁹ WEBER, Max, 1978, p. 1209.

⁶³⁰ Cf. ROTH, 1987, p. 83.

⁶³¹ WEBER, Max, 1978, p. 1125.

⁶³² Ibid., p. 1128.

⁶³³ Ibid., p. 267.

⁶³⁴ WEBER, Max, 1999, p. 175.

entre a dominação carismática e a racional-legal: “o tipo transitório mais importante é a dominação plebiscitária.”⁶³⁵

A “democracia plebiscitária” – o tipo mais importante de democracia de líderes – em seu sentido genuíno, é uma espécie de dominação carismática oculta sob a *forma* de uma legitimidade derivada da vontade dos dominados e que só persiste em virtude desta. O líder (demagogo) domina, na verdade, devido à lealdade e confiança de seu séquito político para com a sua *pessoa* como tal. Ele domina, inicialmente, os partidários que conquistou e, em seguida, no caso de estes o levarem ao poder, toda a associação. São representativos do tipo os ditadores das revoluções antigas e modernas [...] A rotinização do carisma revolucionário mostra, então, transformações semelhantes às que o correspondente processo produz nos demais casos.⁶³⁶

Mas Weber considerava ingênuo acreditar que sob as circunstâncias modernas o povo como um todo estaria na posição de determinar o seu próprio destino político por meio de eleições livres. O único traço que distinguia as democracias constitucionais de outras formas de dominação era o fato de que as primeiras tinham sistemas de eleição “formalmente livres;” em outras palavras, o povo escolhia os seus próprios “dominadores,” enquanto em outros sistemas a seleção da liderança política era sempre feita mais ou menos por uma classe dominante fechada. Democracia “em si, simplesmente significa a inexistência de desigualdade formal de direitos políticos entre as diferentes classes da população. Mas como as consequências disso são diversas!”⁶³⁷ Uma vez Weber expressou esta posição enfaticamente em uma carta a Robert Michels: “Quanto mais de resignação você terá de suportar? Conceitos como ‘vontade popular’ e a ‘genuína vontade do povo’ não existem mais para mim. Elas são ficções.”⁶³⁸ Em todo lugar, diz Weber, “a empresa política se põe, necessariamente, como empresa de interesses.” Isso quer dizer que um número pequeno de homens interessados na vida política, desejosos de participar do poder, aliciam seguidores e “se põem, à caça de sufrágios.” “A democracia moderna, sempre que for a democracia de um grande Estado,

⁶³⁵ Ibid., p. 176–177.

⁶³⁶ Ibid.

⁶³⁷ WEBER, Max, 2014d, p. 347.

⁶³⁸ Carta à Robert Michels, 4 de Agosto de 1908, Fondazione Luigi Einadi, Turin. apud MOMMSEN, W. J., 1989b, p. 31.

torna-se uma democracia burocratizada,⁶³⁹ e sem essa organização “não há como estruturar praticamente as eleições em grupos políticos amplos.”⁶⁴⁰

A estrutura e a organização moderna de partidos [...] é filha da democracia, do sufrágio universal, da necessidade de recrutar e organizar as massas, da evolução dos partidos no sentido de uma unificação cada vez mais rígida no topo e no sentido de uma disciplina cada vez mais severa nos diversos escalões. [...] O elemento novo e decisivo reside na circunstância de que esse imenso aparelho – a “máquina” [...] ou melhor: os responsáveis pela organização podem fazer frente aos parlamentares e estão mesmo em condição de impor, em medida considerável, a própria vontade. [...] Só aquele que a máquina se disponha a apoiar [...] poderá vir a transformar-se em chefe. Dito em outras palavras, a instituição dessas máquinas corresponde à instalação da democracia *plebiscitária*.⁶⁴¹

Ainda que Weber considerasse “um grande autoengano a ideia de que hoje possamos viver sem [as] conquistas dos tempos dos direitos humanos (nem a pessoa mais conservadora pode,)”⁶⁴² a sua concepção de democracia constitucional divergia do fundamento clássico da democracia sobre o direito natural. A democracia distingue-se de outras formas de dominação primariamente pelo fato de que nela o povo está na posição de escolher livremente aqueles líderes que parecem mais aptos do que os outros para representar seus interesses e objetivos. Mas ainda assim, de acordo com Weber, este fato não muda de maneira mensurável a estrutura de dominação. Para Weber, “qualquer noção de abolir a dominação do homem sobre o homem e por qualquer tipo de sistema socialista ou qualquer forma atenuada de “democracia” é utópica.”⁶⁴³

Quando os partidos são dirigidos e estimulados por chefes plebiscitários, ocorre uma “perda de espiritualidade,” ou mais claramente, ocorre uma proletarização espiritual dos seus partidários. Os partidos reunidos numa estrutura desse gênero só poderão ser úteis aos chefes se lhes derem obediência cega, isto é, se, tal como ocorre nos Estados Unidos da América, se curvarem

⁶³⁹ WEBER, Max, 2014d, p. 352.

⁶⁴⁰ WEBER, Max, 2011, p. 84.

⁶⁴¹ Ibid., p. 89.

⁶⁴² WEBER, Max, 2014e, p. 204.

⁶⁴³ Carta à Robert Michels, 4 de Agosto de 1908, Fondazione Luigi Einadi, Turin. apud MOMMSEN, W. J., 1989b, p. 31.

diante da máquina que não é perturbada nem pela vaidade dos homens de importância, nem pela pretensão de originalidade pessoal.⁶⁴⁴

Em toda atividade que reclama uma organização devotada ao chefe, uma das condições para que se alcance êxito é a despersonalização e o estabelecimento de uma rotina, em suma, a proletarização espiritual, no interesse da disciplina. Essa é a razão por que os partidários vitoriosos de um chefe que luta por suas convicções entram – e, de ordinário, rapidamente – em processo de degeneração, transformando-se em massa de vulgares aproveitadores.⁶⁴⁵

A característica da democracia com líder é, em geral, o caráter *emocional* específico da entrega e confiança das massas nele. Costuma-se seguir aquele que parece mais extra cotidiano, que mais promete e mais trabalha com meios incitativos. O traço utópico de todas as revoluções têm aqui sua base natural. “Também aqui estão os limites da racionalidade desse tipo de administração nos tempos modernos.”⁶⁴⁶ Do “ponto de vista psicológico,” uma das mais importantes forças motoras com que pode contar o partido político reside na “satisfação que o homem experimenta por trabalhar com a devoção de um crente em favor do êxito da causa de uma personalidade e não apenas em favor das abstratas mediocridades contidas num programa.” É exatamente nisso que “consiste o poder ‘carismático’ do chefe.”⁶⁴⁷

No âmbito econômico, o poder plebiscitário pode ser economicamente irracional, na medida em que reescreve as leis, substituindo a justiça formalmente instituída por uma concepção substantiva.⁶⁴⁸ Por outro lado, Weber menciona o potencial racional desse tipo de democracia: “A redefinição do carisma como antiautoritário conduz, em regra, ao caminho da racionalidade.” O dominador plebiscitário procurará geralmente “apoiar-se em um quadro de funcionários que opere com rapidez e sem atritos.” E tentará vincular os dominados a seu carisma como “ratificado”, ou por meio de honra e glória militar ou promovendo seu bem-estar material – em certas circunstâncias, pela combinação de ambas as coisas.”⁶⁴⁹ Para sustentar o seu *status*, portanto, o líder carismático precisa, “entregar” aos seus apoiadores. E isto, para Weber, demanda invariavelmente que ele rotinize a sua dominação.

⁶⁴⁴ WEBER, Max, 2011, p. 103.

⁶⁴⁵ Ibid., p. 120.

⁶⁴⁶ WEBER, Max, 1999, p. 177.

⁶⁴⁷ WEBER, Max, 2011, p. 89.

⁶⁴⁸ WEBER, Max, 1999, p. 178.

⁶⁴⁹ Ibid., p. 177.

O chefe não é senhor absoluto dos resultados de sua atividade, devendo curvar-se também às exigências de seus partidários. [...] Ele terá seus partidários sob domínio enquanto fê sincera em sua pessoa e na causa que defende seja depositada pelo menos por uma fração desses partidários, pois jamais ocorreu que sentimentos idênticos inspirem sequer a maioria de um grupo humano.⁶⁵⁰

Se a prova e o sucesso escapam ao líder por algum tempo, se ele parece abandonado por seu deus ou por seus poderes heroicos ou mágicos, sobretudo, se sua liderança não consegue beneficiar seus seguidores, é provável que sua autoridade carismática venha a desaparecer.⁶⁵¹

Conforme o diagnóstico de Weber, portanto, a cada passo em avanço dado pela cultura da racionalidade formal e instrumental diminui o papel do carisma na vida social⁶⁵² - “É o destino do carisma [...] recuar com o desenvolvimento de estruturas institucionais permanentes.”⁶⁵³ O autoritarismo que caracteriza o formalismo burocrático reduz o papel do carisma na cultura moderna.⁶⁵⁴ Isto se dá em razão do processo de ajustamento que deve ocorrer na cultura racional. O caráter instrumental e formal da sociedade de massas moderna estava a produzir um impacto revolucionário sobre o indivíduo.⁶⁵⁵ Todavia, essa era uma revolução “de fora para dentro:” os indivíduos podem até se ajustar à estrutura institucional, mas isto não constitui uma “vontade” revolucionária. Pode se tratar meramente de um cálculo instrumental sobre os melhores meios de sobrevivência na ordem social já existente. Ajustar-se às exigências externas da cultura formal instrumental requer disciplina, e ela prepara as pessoas para seguir ordens. A disciplina contém um componente substantivo que instila o valor do dever e da obrigação no sujeito, na medida em que ele se conforma às regras da organização de massa.⁶⁵⁶ A disciplina racional - que Weber indica ser originária da disciplina militar - é assim, a “força mais irresistível”, oposta ao carisma.⁶⁵⁷ Com o ajustamento dos indivíduos aos requerimentos externos das estruturas formais, tornam-se dependentes destas estruturas para a sua nova identidade, gerando apenas um resultado político possível: a aderência à conjuntos de normas internas e valores substantivos é substituída

⁶⁵⁰ WEBER, Max, 2011, p. 119.

⁶⁵¹ WEBER, Max, 1978, p. 242.

⁶⁵² Ibid., p. 1148.

⁶⁵³ Ibid., p. 1133.

⁶⁵⁴ Cf. WEBER, Max, 1946, p. 244.

⁶⁵⁵ Cf. KOCH, 1993, p. 140.

⁶⁵⁶ WEBER, Max, 1978, p. 1149.

⁶⁵⁷ KOCH, 1993, p. 141.

pelos requerimentos da cultura externa. “Ordem”, “controle”, “dever” e “disciplina” substituem os “valores mais sublimes” que agora recuam perante a marcha do racionalismo na cultura moderna.⁶⁵⁸ A transformação carismática, por outro lado, contém os elementos substantivos que faltam à adaptação meramente instrumental às circunstâncias formais da sociedade.⁶⁵⁹

A racionalização burocrática [...] tem sido uma das grandes forças revolucionárias [...] ela revoluciona com “meios técnicos”, em princípio, como faz toda reorganização econômica, “de fora para dentro”. Ela primeiro modifica as ordens materiais e sociais, e por meio delas as pessoas, ao transformar as condições de adaptação. [...] A crença carismática revoluciona ‘por dentro’ e molda as condições sociais e materiais conforme sua vontade revolucionária.⁶⁶⁰

Frente à essa situação trágica na qual o carisma, o veículo da transformação social, parece cada vez mais ameaçado, Weber acreditava que a postura responsável seria buscar preservar em todos os níveis da vida social o máximo de forças dinâmicas (ou valores substantivos variados para a agência humana) e promovê-las a todo custo.⁶⁶¹ No plano doméstico a tarefa mais importante do Estado deveria ser garantir, dentro de uma moldura jurídica definida, as estruturas pluralísticas que possibilitavam a livre competição entre interesses conflitantes. No âmbito econômico, isso significava sustentar uma economia de mercado na qual classe trabalhadora, classe capitalista e classe política fossem suficientemente fortes e autônomas para se contrabalançarem. No plano político, Weber reivindicou a liberalização do sistema constitucional em favor da abertura do máximo de espaço possível para que partidos políticos, grupos de interesse e organizações pudessem disputar seus ideais particulares ou interesses materiais.⁶⁶² No plano da política internacional, isto significava transformar a Alemanha em uma potência internacional capaz fazer frente à “divisão do poder no mundo” entre “os regulamentos de funcionários públicos russos, por um lado, e as convenções da *Society* anglo-saxônica, por outro, talvez com um toque de *raison* latina.”⁶⁶³

⁶⁵⁸ Ibid., p. 142.

⁶⁵⁹ Cf. *ibid.*, p. 141.

⁶⁶⁰ WEBER, Max, 1978, p. 1116.

⁶⁶¹ MOMMSEN, W. J., 1989b, p. 29–30.

⁶⁶² Ibid., p. 40.

⁶⁶³ WEBER, Max, 2014a, p. 97–99.

A sua defesa da instituição de um Presidente “plebiscitário”, um líder carismático para a República de Weimar, se dá neste contexto. O líder plebiscitário possui a capacidade de dominar o quadro administrativo e impor um conteúdo *substantivo* ao seu formalismo graças à sua legitimidade, que ele deriva da capacidade de vincular-se às crenças substantivas dos dominados pelo seu carisma.⁶⁶⁴ Só ele pode fazer uma política que não se resume à mera administração das coisas, que ameaça à liberdade humana. Ele, portanto, na medida em que defende uma causa, um valor substantivo, funciona como um contrapeso à irracionalidade substantiva da burocracia e do sistema econômico. Ao mesmo tempo, ele é contrapesado pelas demandas por racionalidade formal e instrumental do sistema econômico, e pelos interesses do povo e da “máquina partidária” que sustenta a sua liderança política.

⁶⁶⁴ WEBER, Max, 1999, p. 177.

2.4 O agnosticismo causal de Max Weber

Pelo que foi exposto até agora, poder-se-ia afirmar que as conclusões de Weber quanto ao destino do ser humano na cultura moderna eram inconsolavelmente pessimistas.⁶⁶⁵ Para ele o mundo estava se movendo na direção da “mecanização petrificada,”⁶⁶⁶ e os indivíduos estariam sendo transformado em “engrenagens” pelo mecanismo social.⁶⁶⁷ Mesmo no âmbito político, excepcionando-se os grandes indivíduos que reúnem as qualidades necessárias para pôr a “mão na roda da história,”⁶⁶⁸ as tendências burocratizantes apontam para a “proletarização espiritual”⁶⁶⁹ dos seguidores do líder e de todos os cidadãos, detentores passivos de direitos políticos. A hipótese de Mommsen parece ser corroborada pelos termos deste diagnóstico. A burocratização parece, no trabalho de Weber, um processo irreversível. Mas antes de afirmar qualquer conclusão, falta incorporar uma última consideração à descrição da esquemática histórica de Max Weber. Trata-se do seu “agnosticismo causal.”⁶⁷⁰

Weber rejeitava que fosse científica a reivindicação de que a história poderia ser compreendida como o produto de leis históricas.⁶⁷¹ Ele cautelosamente advertiu os seus leitores que “só estava preocupado com as linhas de desenvolvimento mais gerais” e, portanto, ignorava “o fato de que na realidade histórica os estágios de racionalidade construídos não seguiram em todo lugar a sequência aqui delineada, nem ocorreram em todo lugar, mesmo no Ocidente.”⁶⁷² O hábito da moderna *intelligentsia* política de disfarçar as suas aspirações partidárias sob uma “necessidade histórica,” e de apresentar tais formulações com a dramaticidade da “necessidade férrea,” era para Weber condenável. Ele indicava que este hábito era característico tanto do conservadorismo quanto do marxismo. Na direita política, o profeta do juízo final mais destacado nos últimos anos da vida de Weber foi Oswald Spengler, cuja construção morfológica dos ciclos culturais foi criticada por Weber como uma “intuição arbitrária,” que explorava a

⁶⁶⁵ Cf. KOCH, 1993, p. 136.

⁶⁶⁶ WEBER, Max, 2004a, p. 165–166.

⁶⁶⁷ WEBER, Max, 1946, p. 228.

⁶⁶⁸ WEBER, Max, 2011, p. 105.

⁶⁶⁹ Ibid., p. 120.

⁶⁷⁰ Cf. KRONMAN, 2009, p. 190.

⁶⁷¹ Cf. ROTH, 1987, p. 76.

⁶⁷² WEBER, Max, 1978, p. 882.

literatura científica com finalidades não científicas.⁶⁷³ Para Weber, Spengler era um “dileteante muito esperto e instruído.”⁶⁷⁴ Do outro lado, Weber exaltou Marx pela fertilidade científica da concepção materialista da história, mas apontou que o trabalho de Marx era maculado por um “monismo econômico.” Weber criticou o modelo histórico marxista - fundado na luta de classes e no papel revolucionário imputado ao proletariado – como infundado empiricamente e dogmático. Para Weber, o marxismo funcionaria como uma cosmovisão quase religiosa.⁶⁷⁵

O *Manifesto Comunista* [...] é um documento profético. Ele *profetiza* o declínio da economia privada – ou como se costuma dizer, da organização capitalista da sociedade – e a substituição desta sociedade em um primeiro momento (como fase transitória) por uma ditadura do proletariado. Por trás dessa fase transitória oculta-se, porém, a verdadeira esperança final: o proletariado não *pode*, por si mesmo, libertar-se da servidão sem pôr fim a *toda* dominação do homem pelo homem. Esta é a verdadeira profecia, a ideia central do manifesto, sem a qual ele jamais teria sido escrito. [...] Como se realizará esta profecia? [...] Somente é possível dizer que a sociedade atual está condenada a desaparecer, que desaparecerá em virtude de uma lei natural e que será substituída, em um primeiro momento, pela ditadura do proletariado. Mas o que se seguirá ainda é imprevisível, exceto a ausência de dominação do homem pelo homem. [...] o fim da forma atual da sociedade [...] se realizará estritamente de acordo com a lei natural. [...] Engels usou, certa vez, a seguinte imagem: do mesmo modo que, a seu tempo, o planeta Terra se precipitará sobre o Sol, a sociedade capitalista está condenada à destruição.⁶⁷⁶

A assim chamada “concepção materialista da história” com os elementos brutos de genialidade da primeira forma na qual ela apareceu, por exemplo, no *Manifesto Comunista*, ainda prevalece apenas na mente de leigos e dileteantes. Nestes círculos ainda se pode encontrar a condição peculiar de que a sua necessidade de uma explicação causal para um evento histórico nunca é satisfeita até que em algum lugar ou de algum modo causas econômicas sejam mostradas (ou pareçam) operar. Onde isto é, contudo, o caso, eles se contentam com a hipótese mais batida e as frases mais gerais, uma vez que eles então satisfizeram a sua necessidade dogmática de acreditar que o “fator” econômico é o “real”, o único “verdadeiro”, e o único que “em última instância é sempre decisivo.” [...] Sob a impressão da significação cultural profunda das

⁶⁷³ Cf. GERTH; MILLS, 1982, p. 90.

⁶⁷⁴ Cf. HERMAN, 1999, p. 258.

⁶⁷⁵ Cf. SEIDMAN, 1983, p. 271.

⁶⁷⁶ WEBER, Max, 2014d, p. 364–365.

transformações econômicas *modernas* e especialmente as implicações abrangentes da “questão trabalhista,” a tendência monística inevitável de todo tipo de pensamento que não é autocrítico naturalmente segue este caminho.⁶⁷⁷

Como visão da história mundial, o marxismo parecia oferecer uma teoria monocausal insustentável e, com isso, prejudicial a uma reconstrução adequada das conexões sociais e históricas. Marx, como economista, havia dado a uma perspectiva econômica parcial uma importância exagerada, e com isso reduzido a multiplicidade dos fatores causais a um teorema de fator único.⁶⁷⁸ Weber se opunha drasticamente a toda interpretação *monista* da História, ou seja, à imputação causal de fatores que atuassem como causas *únicas* determinantes da história. Em particular, com respeito ao “materialismo histórico,” ele sustentava que as fronteiras e a delimitação do econômico não eram totalmente nítidas.⁶⁷⁹ Um fenômeno poderia ser caracterizado como “econômico” só na medida em que o *interesse* do indivíduo se dirija a ele em sua significação como fenômeno econômico.⁶⁸⁰

Na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber busca provar que a ética protestante foi *uma* das causas que permitiram o aparecimento do capitalismo. Ele não refuta as causas econômicas codeterminantes, mas refuta que elas sejam as *únicas* operantes.⁶⁸¹

não cabe, contudo, evidentemente, a intenção de substituir uma interpretação causal unilateralmente “materialista” da cultura e da história por uma outra espiritualista, também ela unilateral. *Ambas são igualmente possíveis*, mas uma e outra, se tiverem a pretensão de ser, não a *etapa preliminar*, mas a conclusão da pesquisa, igualmente pouco servem à verdade histórica.⁶⁸²

Em vários dos seus escritos, Weber tenta apropriar o materialismo histórico, mas sempre dentro de uma moldura teórica multidimensional na qual ele funciona apenas como um programa de pesquisa científica.⁶⁸³ Como um “princípio heurístico:” “Veremos frequentemente que as formas estruturais de ação sociais possuem uma história do desenvolvimento [*Eigengesetzlichkeit*]. Em um caso dado, eles sempre

⁶⁷⁷ WEBER, Max, 1949, p. 68–69.

⁶⁷⁸ Cf. GERTH; MILLS, 1982, p. 64.

⁶⁷⁹ WEBER, Max, 1982b, p. 54.

⁶⁸⁰ Cf. SAINT-PIERRE, 1991, p. 73.

⁶⁸¹ Cf. *ibid.*, p. 74.

⁶⁸² WEBER, Max, 2004a, p. 167.

⁶⁸³ Cf. SEIDMAN, 1983, p. 271.

podem ser codeterminados por outras causas que não econômicas.”⁶⁸⁴ Weber, portanto, não nega a luta de classes e sua parte na história, mas não a considera parte da dinâmica central.⁶⁸⁵

O *Manifesto Comunista* [...] por mais que rejeitemos algumas de suas teses fundamentais (pelo menos *eu* rejeito,) é uma obra científica de primeira categoria. [...] Mesmo nas teses que rejeitamos, há um erro inspirador que, politicamente, teve amplas consequências, embora nem sempre agradáveis, mas teve para a ciência consequências muito férteis.⁶⁸⁶

Depois de um período de sobrestimação, hoje quase existe o perigo de subestimação quanto à sua [do materialismo histórico] capacidade de êxitos científicos, este é o resultado do acriticismo sem precedentes com que a interpretação econômica da realidade foi ampliada como método “universal,” no sentido de uma dedução de todos os fenômenos culturais, isto é, de tudo o que nestes é essencial para nós, como sendo, em última instância, economicamente condicionados.⁶⁸⁷

Max Weber não possuía uma tese simples da racionalização, ligando períodos anteriores com a modernidade. Ele observou “a evolução sociocultural como racionalização” por várias direções.⁶⁸⁸ Ao invés de sustentar uma concepção unitária – entidades históricas seguindo leis de desenvolvimento em estágios lícitos – desagregou a história do desenvolvimento em diversas partes e dimensões. Para Weber, a história é imprevisível não apenas porque não existem leis históricas em um sentido naturalista ou em razão dos choques infinitos entre as vontades humanas, mas porque as histórias do desenvolvimento podem se sobrepor e contrapor umas às outras. A história do racionalismo ocidental foi uma história de vários “fatores” juntando-se em uma concatenação improvável, mas mutuamente reforçadora.⁶⁸⁹ A modernidade, então, é uma época na qual várias linhas de racionalização se encontraram. Mas assim como o passado não foi predeterminado, o futuro permanece em aberto. A burocratização não obedece à uma “lei férrea”: “Até agora, o contínuo desenvolvimento da cultura europeia

⁶⁸⁴ WEBER, Max, 1978, p. 341.

⁶⁸⁵ GERTH; MILLS, 1982, p. 66–67.

⁶⁸⁶ WEBER, Max, 2014d, p. 364–365.

⁶⁸⁷ WEBER, Max, 1982b, p. 59.

⁶⁸⁸ Cf. ROTH, 1987, p. 85–87.

⁶⁸⁹ Cf. *ibid.*, p. 88.

não conheceu movimentos cíclicos completos nem um “desenvolvimento unilinear” orientado sem ambiguidades.”⁶⁹⁰

Deve permanecer uma questão em aberto se o poder da burocracia está aumentando nos Estados modernos nos quais ela está se espalhando [...] portanto, deve-se em cada caso histórico analisar em qual direção particular a burocratização se desenvolveu.⁶⁹¹

Exemplificativo do agnosticismo causal de Max Weber é a sua análise da relação reforçadora entre a racionalização da economia e do sistema jurídico. Ao tratar da relação entre o *Common Law* inglês (um direito “formalmente irracional” se comparado ao direito continental codificado) e o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra, ele parece contradizer a sua própria tese central:

A semelhança básica entre o desenvolvimento do capitalismo no Continente e na Inglaterra não foi capaz de eliminar os fortes contrastes entre esses dois tipos de sistemas jurídicos. E tampouco existe uma tendência visível de transformação do sistema jurídico inglês em direção ao do Continente sob o ímpeto da economia capitalista. Pelo contrário, onde quer que esses dois tipos de administração da justiça e educação jurídica tenham tido a oportunidade de competir um com o outro, como, por exemplo, no Canadá, o *Common Law* saiu na frente e sobrepujou a alternativa continental com muita rapidez. *Podemos concluir, portanto, que o capitalismo não foi um fator decisivo na promoção daquela forma de racionalização do direito que tem sido característica do Ocidente continental desde o aumento dos estudos romanistas nas universidades medievais.*⁶⁹²

Kronman comenta que o objetivo principal de Weber nestas considerações parece ser negativo: “demonstrar a inadequação de toda teoria que vá além da afirmação de que as condições jurídicas e econômicas, por vezes, exerceram uma influência recíproca, porém inespecífica, umas sobre as outras, e, em outros momentos, não houve influência alguma.”⁶⁹³ Para Kronman, o agnosticismo causal de Weber enfatiza a importância de especificar o nível de abstração teórica a que as suas visões se aplicam. Weber nega a existência de uma relação causal invariável entre as condições jurídicas e econômicas

⁶⁹⁰ “Agrargenschichte des Altertums”, *Handwörterbuch des Staatswissenschaften* (Iena, 1895-7), vol. I, p. 148. apud GERTH; MILLS, 1982, p. 69.

⁶⁹¹ WEBER, Max, 1978, p. 991.

⁶⁹² *Ibid.*, p. 892.

⁶⁹³ Cf. KRONMAN, 2009, p. 191–192.

predominantes em qualquer situação histórica, mas isso não significa que uma primazia causal não possa ser atribuída a fatores econômicos e jurídicos de modo individual, de acordo com cada caso. Interpretado deste modo, o agnosticismo causal de Weber consiste em um alerta contra os perigos da generalização específica e um lembrete de que qualquer análise dotada de sentido sobre as relações causais deve ser limitada a casos particulares.⁶⁹⁴

Weber é capaz de compatibilizar o fato de que é o interesse subjetivo do cientista que produz um recorte de objeto e a hipótese científica com a corroboração empírica dessa hipótese a partir de um dispositivo teórico chamado “tipo ideal.” Todos os conceitos da sociologia de Weber são tipos ideais: capitalismo, burocracia, líder carismático, racionalização, racionalidade substantiva etc. Weber via também a luta de classes de Marx como um dispositivo deste tipo.

O tipo ideal não é formado como uma média estatística da totalidade dos dados existentes nos fenômenos observados pelo cientista. Ele é obtido pelo realce unilateral de um ou de vários pontos de vista, e pela reunião de uma multidão de fenômenos singulares, difusos e discretos, que se encaixam naqueles pontos de vista dentro do quadro conceitual, em si unitário.⁶⁹⁵ Ele é uma construção que, cumprindo algumas exigências formais (“consistência lógica” e a “não-contradição interna”) deve apresentar em seu conteúdo as “características de uma utopia,”⁶⁹⁶ pois, sendo uma “sugerida ficção” e uma “exageração da realidade,” nunca pode ser encontrado na realidade.⁶⁹⁷ O cientista que está interessado por alguma conexão significativa para o seu ponto de vista tratará de construir esses esquemas afastando-se do fenômeno a ser estudado justamente nos aspectos que tem interesse em analisar. O sentido de guardar essa diferença entre o esquema conceitual e a realidade da conexão significativa é a possibilidade de medir e comparar tal fenômeno pela diferença que mantém com o seu tipo-ideal.⁶⁹⁸ O tipo ideal, em si mesmo, não é verdadeiro nem falso. O que lhe é propriamente atribuível é a sua *utilidade*.⁶⁹⁹

⁶⁹⁴ Cf. *ibid.*, p. 199.

⁶⁹⁵ WEBER, Max, 1982b, p. 79.

⁶⁹⁶ *Ibid.*

⁶⁹⁷ Cf. SAINT-PIERRE, 1991, p. 68.

⁶⁹⁸ WEBER, Max, 1982b, p. 80–82.

⁶⁹⁹ Cf. SAINT-PIERRE, 1991, p. 75.

Sua relação com os fatos empiricamente dados da vida consiste exclusivamente nisso: ali onde na realidade se comprova ou se supõe que em algum grau operam de fato conexões do tipo abstratamente representado naquela construção, [...] podemos ilustrar e tornar compreensível pragmaticamente a *especificação* de tal conexão em um *tipo-ideal*.⁷⁰⁰

A sua utilidade está em oferecer um marco conceitual que permita determinar em que medida uma determinada conexão significativa se aproxima ou distância desse quadro ideal, para que se possa decidir em que medida essa realidade pode ser classificada dentro de tal marco no sentido conceitual.⁷⁰¹

Com respeito à investigação, o conceito típico-ideal pretende guiar o juízo de imputação: não é uma hipótese, mas quer assinalar uma orientação à formação de uma hipótese. *Não constitui* uma *exposição da* realidade, porém, quer proporcionar meios de expressão unívocos para representá-la.⁷⁰²

Na *Ética Protestante*, o calvinismo é construído como um tipo ideal:

Inevitável, pois, o desvio por algumas considerações dogmáticas, desvio que o leitor pouco afeito à teologia com certeza parecerá tão penoso quanto precipitado e superficial pode parecer ao estudioso da teologia. E só podemos fazê-lo apresentando as ideias religiosas com a consistência lógica de um “tipo ideal,” que só raramente se deixa encontrar na realidade histórica. Precisamente *por causa* da impossibilidade de traçar limites nítidos na realidade histórica, nossa única esperança ao pesquisar *as mais coerentes* de suas formas é atinar com seus efeitos mais específicos.⁷⁰³

A única forma de traçar limites na realidade histórica é mediante a aplicação de tipos ideais, que destacariam os aspectos significativos para o ponto de vista “interessado” naquele segmento, ordenando e ilustrando o material histórico para onde a significação esteja presente. A aplicação confere à análise histórica a forma lógica e consistente própria do tipo ideal, permitindo refletir dentro deste marco lógico sobre a estrutura e conexão de sentido que se apresenta no fluir empírico dos acontecimentos. É por esse motivo que se pode falar com algum sentido das Ciências da Cultura como “objetivas” e “racionais.” Por exemplo, a “ação rigorosamente racional ajustada a fins,” aquela típica do *homo economicus*, pode servir às Ciências Sociais tanto por sua inteligibilidade

⁷⁰⁰ WEBER, Max, 1982b, p. 79.

⁷⁰¹ Ibid., p. 80.

⁷⁰² Ibid., p. 79.

⁷⁰³ WEBER, Max, 2004a, p. 90.

quanto por sua univocidade, como um tipo ideal mediante o qual se pode compreender a ação real, influída por irracionalidade de toda espécie como um desvio controlável do desenvolvimento esperado na ação racional típica.⁷⁰⁴ “Nessa *medida*, e somente por esse motivo de conveniência metodológica, o método da Sociologia ‘Compreensiva’ é ‘racionalista.’”⁷⁰⁵

Constitui este [tipo ideal] um quadro conceitual que não é a realidade histórica, pelo menos não a ‘verdadeira,’ e que muito menos está destinada a servir como esquema sob o qual se deverá subsumir a realidade como *espécimen*, mas que, diferentemente, tem o significado de um *conceito limite*, puramente ideal, com respeito ao qual a realidade é medida e comparada a fim de esclarecer determinados elementos significativos de conteúdo empírico.⁷⁰⁶

Weber acreditava que uma explicação causal completa de qualquer evento era impossível. Falar de “causalidade” em mais do que um sentido limitado era, portanto, altamente suspeito. Havia, contudo, um conceito que poderia explicar como dois fenômenos podem ter influência recíproca sem, necessariamente, representar uma causalidade linear. Ele encontrou tal conceito no seio do movimento literário *Sturm und Drang*. Em um romance chamado *Afinidades Eletivas*, Goethe propôs uma explicação das diferentes características de homens e mulheres. Ele descreveu as mulheres como possuindo uma compreensão de como “as coisas se sustentam juntas na vida.” As mulheres compreendem a “interdependência” dos eventos concretos, ideias e a relação entre passado e presente.⁷⁰⁷ No romance de Goethe as personagens femininas examinam a “interconexão” das suas vidas com aquelas de outros com quem elas entram em contato. Weber utilizaria essa noção de interconexão no seu estudo dos fenômenos sociais. A busca por “afinidades eletivas” tornou-se uma característica central da sua metodologia. Ele usou o termo “afinidade” para descrever uma condição de simbiose, ou suporte mútuo, entre duas ou mais ideias, práticas ou instituições. Tal dispositivo representava uma alternativa suave aos “fatos duros” da causalidade das ciências naturais. Por exemplo, no texto sobre os desafios do constitucionalismo russo em 1905, Weber diz que “É extremamente ridículo atribuir ao alto capitalismo atual, [...] alguma

⁷⁰⁴ Cf. SAINT-PIERRE, 1991, p. 70–71.

⁷⁰⁵ WEBER, Max, 1999, p. 5.

⁷⁰⁶ WEBER, Max, 1982b, p. 82.

⁷⁰⁷ GOETHE, J. von. *Elective Affinities*. New York: [s. n.], 1872. p. 5–6.

‘afinidade eletiva’ com a ‘democracia’ ou até com a ‘liberdade.’”⁷⁰⁸ Na *Ética Protestante*, que existe uma afinidade entre os componentes substantivos da crença Calvinista e o cálculo instrumental do capitalismo.⁷⁰⁹

Em face da enorme barafunda de influxos recíprocos entre as bases materiais, as formas de organização social e política e o conteúdo espiritual das épocas culturais da Reforma, procederemos tão-só de modo a examinar de perto se, e em quais pontos, podemos reconhecer determinadas “afinidades eletivas” entre certas formas de fé religiosa e certas formas da ética profissional.⁷¹⁰

O termo “afinidade” exprime a natureza de reforço mútuo entre Calvinismo e capitalismo.⁷¹¹ Fenômenos que não suportam um ao outro podem ou possuir uma relação neutra, ou podem existir em oposição lógica⁷¹². Essa relação antagonista é frequentemente descrita por termos como “tensão” ou “conflito”. Tensões, como contradições lógicas e conflitos, também existem entre instituições, ideias ou práticas. Por exemplo, o conceito de “irmandade” está em conflito com as demandas do cálculo instrumental encontrada no sistema econômico capitalista. Arte e erotismo, na sua orientação “mundana” estão em conflito com a orientação extramundana da religião.⁷¹³ Assim, a ideia de afinidade ou conflito entre ideias e instituições substituiu a “causalidade” no trabalho de Max Weber. Ele argumentou que a história era o entrelaçamento de uma variedade infinita de forças, cada uma exercendo alguma pequena influência em moldar a cultura. As vezes mesmo pequenos eventos podem ser significativos em moldar resultados históricos.⁷¹⁴ As afinidades e tensões entre várias forças sociais expressam a riqueza e a sutileza do desenvolvimento cultural e oferecem um método para explicar o curso da história na sociedade ocidental. O objetivo da investigação social era explicar a “singularidade” de uma condição social existente, e não a reduzir a uma generalidade.⁷¹⁵ Weber usou os conceitos de “afinidades” e “tensões” para explicar o desenvolvimento cultural sem ter de recorrer a uma noção

⁷⁰⁸ WEBER, Max, 2014f, p. 87–90.

⁷⁰⁹ KOCH, 1993, p. 131–132.

⁷¹⁰ WEBER, Max, 2004a, p. 83.

⁷¹¹ KOCH, 1993, p. 131.

⁷¹² Saint-Pierre comenta que Weber usa o termo “lógica” em um “sentido vago [...] e não no sentido em que hoje, a partir do desenvolvimento da lógica matemática, entendemos o mesmo.” SAINT-PIERRE, 1991, p. 74.

⁷¹³ WEBER, Max, 1946, p. 331, 342–345.

⁷¹⁴ Cf. WEBER, Max. **Roscher and Knies: The Logical Problems of Historical Economics**. New York: The Free Press, 1975. p. 103.

⁷¹⁵ WEBER, Max, 1949, p. 80.

linear de causalidade. A análise histórica e cultural não precisam buscar produzir “leis” causais reducionistas. O investigador pode criar conceitos e tipologias que podem então ser mostradas existir em interrelações complexas umas com as outras. Os conceitos de “afinidade” e “tensão,” na sua moldura teórica, permitem que esse método funcione.⁷¹⁶

Na ausência de leis “objetivas,” portanto, o “desenvolvimento geral da cultura”⁷¹⁷ deve ser reconstruído por meio de um interesse “subjetivo.” As “características mais gerais do desenvolvimento”⁷¹⁸ dos componentes de uma sociedade moderna complexa – direito, religião, economia e política – podem ser ordenadas em “estágios teóricos de desenvolvimento,”⁷¹⁹ de um dado ponto de vista, tal como a “racionalização geral da vida.”⁷²⁰ Assim, os estágios de desenvolvimento são construções teóricas e a noção de “história do desenvolvimento” [*Eigengesetzlichkeit*] é um dispositivo explanatório.

Conforme Gerth e Mills, “o legado e o impulso liberais de Weber impediram-no de tomar uma posição determinista.” Ele julgava que a liberdade consiste não em realizar supostas necessidades históricas, mas em escolhas deliberadas entre alternativas abertas. O futuro é, assim, “um campo de estratégia e não uma simples repetição ou desdobramento do passado.” Não obstante, as possibilidades do futuro não são infinitas. O indivíduo que toma decisão é moralmente responsável por elas. Esse homem pode ser mais do que uma simples roda na sua engrenagem ocupacional. Se for responsável, terá de tomar decisões informadas.⁷²¹

Conforme Guenther Roth, Weber não era um determinista quanto ao desenvolvimento histórico, nem um pessimista cultural que assumia a inevitabilidade do declínio. Ele não considerava que a racionalização burocrática levaria inexoravelmente à uma “jaula de ferro”, ainda que gostasse de advertir sobre os perigos da “egiptização.” Na verdade, argumenta Roth, a sua luta política pela democratização era baseada na crença de que é possível ter “responsabilidade perante a história.” A análise política envolve a identificação de tendência de desenvolvimento em dadas situações, mas elas não possuem valor prescritivo. Há uma “disparidade lógica absoluta entre o prognóstico do

⁷¹⁶ KOCH, 1993, p. 131–132.

⁷¹⁷ WEBER, Max, 1978, p. 375.

⁷¹⁸ Ibid., p. 883.

⁷¹⁹ Ibid., p. 882.

⁷²⁰ Ibid., p. 407.

⁷²¹ Cf. GERTH; MILLS, 1982, p. 90.

desenvolvimento e o que nós devemos fazer.”⁷²² Para Roth, quando Weber estudou as ‘tendências de desenvolvimento’ das condições da força de trabalho rural ao Leste do Elba, ele lidou com um aspecto da história do desenvolvimento do moderno capitalismo agrário, mas a sua proposta política foi contra as tendências deste desenvolvimento. Ele queria impedir que se espalhasse o capitalismo agrário e o influxo de trabalhadores poloneses por meio de um programa de assentamento para camponeses alemães subsidiado pelo Estado.⁷²³ Quando ele escrutinou a primeira Revolução Russa em 1905, declarou que “nós individualistas e partidários das instituições democráticas estamos nadando contra a corrente de constelações materiais. Quem quer que deseje ser grimpador de tendências desenvolvimentistas pode abandonar estes velhos ideais o mais rápido possível.”⁷²⁴

As tomadas de posição políticas de Weber, portanto, não são informadas por uma fé inabalável no *Declínio do Ocidente*, como para Spengler, nem na inevitável superação do capitalismo, como no marxismo. Elas são informadas pelo “pressuposto epistemológico transcendental do sujeito valorativo,”⁷²⁵ naquilo que ele tem de livre, isto é, de capaz de resistir às tendências e às constelações de interesses e opor a sua vontade a elas. A militância em favor da forma constitucional do Presidente Plebiscitário, que deriva a legitimidade da sua autoridade da aclamação popular, conforme o tipo ideal do líder carismático, deve ser vista como uma iniciativa que denota crença na liberdade humana. A sociologia weberiana, neste sentido, não deve ser compreendida como o aparato teórico que informa o vir a ser histórico, mas um dispositivo que Weber julgava ser o mais útil para uma tomada de posição política bem-informada.

Todavia, concordando com Ernest Kilker, “Weber pode e deve ser acusado de não ter pensado o suficiente sobre as potenciais ‘consequências não intencionadas’ da sua posição.”⁷²⁶ Ele não estava sucumbindo a um pessimismo determinista, no sentido de que qualquer que fosse a medida política tomada, os resultados seriam os mesmos, mas sim agindo ativamente para influenciar um futuro ainda em aberto. Max Weber viu o

⁷²² Weber, M. (1977), *Critique of Stalinism*, ed. and trans. G. Oaks (New York: Free Press). p.85. apud ROTH, 1987, p. 88.

⁷²³ Ibid.

⁷²⁴ WEBER, Max, 2014f, p. 87–90.

⁷²⁵ Cf. SAINT-PIERRE, 1991, p. 11.

⁷²⁶ KILKER, 1989, p. 445.

líder carismático como uma contra força a uma tendência histórica muito poderosa, se não inevitável. Concebeu-o como parte de um esforço de “separação sociológica dos poderes,” e neste sentido, sua atitude justifica-se como uma resposta política “realista” a uma ameaça considerada igualmente real. A questão, portanto, não deve ser descrita nos termos de um pessimismo meramente fatalista, mas de uma avaliação *exagerada* (tal como o tipo ideal é uma exageração de aspectos do real) dos perigos colocados pela racionalização e pela burocratização. Weber avaliou mal a dimensão desta ameaça e ofereceu um “remédio” potencialmente mais perigoso do que a efetiva “doença.” Neste sentido, tendo a concordar com a perspectiva de Mommsen. O pessimismo de Weber não era um pessimismo determinista, mas ainda assim era um pessimismo, no sentido de exagerar uma ameaça posta por uma tendência histórica para justificar uma contramedida desproporcionalmente perigosa. Os valores herdados da tradição romântica, podemos conjecturar, determinaram o recorte do seu objeto científico conforme os termos da crítica romântica à modernidade, e Weber viu neste diagnóstico o melhor instrumento para informar as suas *decisões* políticas.

A percepção da necessidade de uma ação política enérgica se dava também no contexto da “luta mundial pela sobrevivência” entre os Estados-nação europeus na corrida colonialista e na competição econômico-militar do começo do século XX; reforçando a percebida necessidade de um líder voluntarista, capaz de fazer frente à escalada da competição política, econômica e militar entre os Estados-nação. Para Weber, se a Alemanha não tomasse tais medidas enérgicas, no sentido de consolidar-se como uma grande potência no mínimo tão poderosa quanto suas concorrentes, estaria fadada a ser dominada por elas. A defesa do líder forte só poder ser compreendida tendo este contexto em vista. E este é o assunto do próximo capítulo.

CAPÍTULO III: NACIONALISMO

O objetivo deste capítulo é investigar a última das premissas da hipótese de Wolfgang Mommsen, segundo a qual Max Weber “consistentemente subordinava o ideal democrático constitucional aos interesses de poder nacional,” de modo que a democracia se tornou, para ele, um “conceito puramente funcional.”⁷²⁷ Conforme Mommsen, para Weber, os ideais democráticos seriam “menos importantes” do que a sua efetividade na promoção dos interesses nacionais.⁷²⁸ Weber favorecia a democracia parlamentar apenas porque ela prometia uma maior “eficiência” no âmbito da política internacional. Taticamente, acreditava que o Estado precisava ser legitimado pelas classes emergentes na nação alemã – burguesia e trabalhadores – para ser capaz de grandes feitos na *política externa*.⁷²⁹ Estes “grandes feitos”, portanto, seriam os objetivos últimos do pensamento político de Weber.

Em 1944, o social-democrata Jacob Peter Mayer, exilado na Inglaterra, já havia descrito a filosofia política de Weber como um “novo maquiavelismo da era de aço.” Para ele, a “*razão de estado* sempre foi o princípio determinante do pensamento político de Weber.” Mayer viu na concepção de Estado de Weber uma fase intermediária na tradição da *Realpolitik*, fundada na ideia de puro poder do Estado, que iria de Bismarck a Hitler.⁷³⁰

Para Raymond Aron, Weber teria “decidido de uma vez por todas que o valor supremo ao qual ele subordinaria tudo na política, o deus (ou demônio) ao qual ele tinha jurado lealdade, era a grandeza da nação alemã.” Por isso, Weber não seria “um liberal no sentido americano,” e nem, “estritamente falando, um democrata no sentido que os franceses, ingleses e americanos deram ao termo.”⁷³¹

⁷²⁷ MOMMSEN, W. J., 1984, p. 403.

⁷²⁸ Ibid., p. 392.

⁷²⁹ Ibid., p. 395.

⁷³⁰ MAYER, 1986, p. 47.

⁷³¹ ARON, R. **Main Currents in Sociological Thought**. New York: Penguin Books Ltd., 1967. p. 242, 248.

No mesmo sentido, Stephen Turner e Regis Factor, em *Max Weber and the dispute over reason and value*,⁷³² descreveram Weber como um nacionalista conforme o ideal dominante da era guilhermina. Dizem eles que os objetivos de Weber seriam:

juntar os cidadãos de mentalidade nacionalista sem considerações partidárias ao redor da ideia de que o fato consumado da unificação da raça alemã é apenas o começo de um desenvolvimento nacional maior, isto é, o desenvolvimento do povo alemão em uma potência cultural e política, como o povo britânico já era e os russos sem dúvida se tornariam.⁷³³

Para Perry Anderson, “Weber foi tão enfeitiçado pelo nacionalismo que ele nunca conseguiu teorizá-lo,”⁷³⁴ querendo com isso dizer que ainda que Weber fosse um ardente nacionalista, ele não possuía um conceito bem elaborado de nação, e por isso, irrefletidamente teria adotado a ideologia nacionalista dominante na Alemanha imperial. Kari Palonen, no artigo *Was Max Weber a ‘Nationalist’?* diz que, nos últimos anos de Weber, sua atitude positiva em relação ao Estado alemão seria mais forte do que sua atitude em relação à “nação” alemã, e que ele seria, sobretudo, um apologista do Estado⁷³⁵.

Por outro lado, autores como Fritz Ringer⁷³⁶, Richard Bellamy⁷³⁷, Carlos Eduardo Sell⁷³⁸ Wilhelm Hennis⁷³⁹, Ernest Kilker⁷⁴⁰ e Catherine Colliot-Thelène⁷⁴¹ contestam essa versão ou destacam nuances nela. Andreas Kalyvas dirá que

focar exclusivamente na versão [...] de que os interesses de Weber repousam somente na extensão do poder estatal por si próprio, que sua prontidão para recorrer a violência contém um ‘valor em si’ ou um ‘poder legítimo’, e que ‘o

⁷³² TURNER, S. P.; FACTOR, 1984, p. 13.

⁷³³ Anderson. P. *The Background of Anti-English Feeling in Germany, 1890-1902*. 1939: Wanschington, DC. American University Press. p. 200. Apud. Ibid.

⁷³⁴ ANDERSON, P. **A Zone of Engagement**. London: Verso Books, 1992. p. 205.

⁷³⁵ PALONEN, K. Was Max Weber a “Nationalist”? A Study in the Rhetoric of Conceptual Change. **Max Weber Studies**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 196–214, 2001. p. 210.

⁷³⁶ RINGER, 2004, p. 4.

⁷³⁷ BELLAMY, R. Liberalism and Nationalism in the thought of Max Weber. **History of European Ideas**, [s. l.], v. 14, n. 4, p. 499–507, 1992.

⁷³⁸ SELL, C. E. Em busca do centro democrático-progressista: o liberalismo agonístico de Max Weber. **Estudos Avancados**, [s. l.], v. 34, n. 100, p. 321–338, 2020.

⁷³⁹ HENNIS, W. **Max Webers Fragestellung. Studien zur Biographie des Werkes**. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1987.

⁷⁴⁰ KILKER, 1989.

⁷⁴¹ COLLIOT-THÉLÈNE, 1990.

direito do mais forte' constitui a única justificação válida da ação política é uma leitura insuficiente.⁷⁴²

Carlos Sell defende que o projeto de condução ética de Weber é menos nacionalista e mais uma tentativa de proteger, por meio da ação do Estado, um conceito de “personalidade” próximo da noção de *Bildung*, desenvolvida por Goethe.⁷⁴³ Fritz Ringer dirá o mesmo,⁷⁴⁴ qualificando o projeto moral de Weber como um *individualismo cultural*, que “ecoa Wilhelm von Humboldt e John Stuart Mill,” para quem uma comunidade intelectual aberta para uma pluralidade de crenças e modos de vida conflitantes é “precondição para o progresso intelectual.”⁷⁴⁵ Também Catherine Colliot-Thelène dirá que para Weber o poder nacional [*puissance*] não era desejável *per se* mas como um meio à serviço da grandeza humana,⁷⁴⁶ e Wilhelm Hennis defenderá que Weber estava interessado no nacionalismo e no Estado-nacional não porque era comprometido com eles como “valores últimos”, mas porque sob as “condições modernas,” a defesa do nacionalismo e do Estado-nacional haviam se tornado de fato inevitáveis e deveriam ser consideradas em todas as propostas “sóbrias” sobre como melhorar a “qualidade dos seres humanos” e sua “conduta de vida.”⁷⁴⁷ Turner e Factor qualificarão todas essas afirmações, apontando que defender a “liberdade,” no contexto alemão, é pensar nos termos de uma personalidade em livre desenvolvimento, o que não está necessariamente associada com a ideia de liberdade como autodeterminação política, tal como defendida pelo “liberalismo ocidental.”⁷⁴⁸

O próprio Wolfgang Mommsen reformularia o seu argumento, descrevendo o pensamento político de Max Weber não mais como estritamente nacionalista, mas como “antinômico.” Nele, liberalismo e nacionalismo seriam afirmados simultaneamente e em tensão irresolúvel. Weber estaria inclinado a “aceitar como a única solução viável a combinação dialética de posições antinômicas dentro de um sistema aberto onde cada indivíduo, agindo responsabilmente, teria de lidar com valores conflitantes.”⁷⁴⁹ De

⁷⁴² KALYVAS, A. Revisiting Weber's Concept of the Political. *In: DEMOCRACY AND THE POLITICS OF THE EXTRAORDINARY: MAX WEBER, CARL SCHMITT, AND HANNAH ARENDT.* Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 29–45. p. 34.

⁷⁴³ SELL, 2010, p. 329.

⁷⁴⁴ RINGER, 2004, p. 104.

⁷⁴⁵ *Ibid.*, p. 57.

⁷⁴⁶ COLLIOT-THÉLÈNE, 1990, p. 104,110.

⁷⁴⁷ HENNIS, 1987, p. 82–87.

⁷⁴⁸ TURNER, S. P.; FACTOR, 1984, p. 21.

⁷⁴⁹ MOMMSEN, W. J., 1989b, p. 43.

maneira semelhante, Carlos Sell descreverá o liberalismo de Weber como “agonístico,” como um projeto moderno “em aberto” no qual as possibilidades da liberdade estariam fundadas “através [de uma] síntese complexa, que não exclui tensões,” pois “a liberdade (...) requer sempre a luta.”⁷⁵⁰

A pergunta que o capítulo busca responder é se o compromisso de Max Weber com a “grandeza nacional” tinha ou não preponderância sobre o seu compromisso com a “liberdade” e com a democracia, em qualquer sentido dos dois termos.

⁷⁵⁰ SELL, 2020, p. 334.

3.1 Declarações do nacionalismo

Weber afirmou repetidamente que na sua hierarquia pessoal de valores, o ideal nacional tomava precedência sobre questões de ordem constitucional liberal.⁷⁵¹ Em 1917, por exemplo, ele publicou no jornal liberal *Frankfurter Zeitung* uma série de textos em favor de uma reforma constitucional parlamentarista. Nestes artigos, depois reunidos sob o título *Parlamento e governo na Alemanha reorganizada*, ele explica que os seus argumentos são, acima de tudo, nacionalistas.

Para quem as tarefas históricas da nação alemã não se encontram, por princípio, *acima* de todas as questões da *forma* do Estado, ou para quem considera essas tarefas a partir de um ângulo fundamentalmente diferente, os argumentos aqui apresentados não surtem efeito.⁷⁵²

Já em 1895, na sua palestra inaugural como professor de economia política na Universidade de Friburgo, *Estado-nação e política econômica*, ele expressou seu comprometimento com o nacionalismo em uma série de comentários: “tanto a política econômica de um Estado alemão quanto os critérios de valor usados por um teórico alemão da política econômica só podem ser alemães.”⁷⁵³

Os interesses políticos do [...] Estado-nação alemão, devem ter o voto final e decisivo nas questões relativas à política econômica alemã, incluídas aquelas que indagam se e até que ponto o Estado deve interferir na vida econômica ou em que momento se deve permitir o livre desenvolvimento das forças econômicas da nação.⁷⁵⁴ [...] aquele *critério de valor político* [...] para nós, nacionalistas econômicos, é o único a parecer soberano [...] O que nos importa é [...] colocar, acima de quaisquer outras considerações, os interesses econômicos e políticos que a nação sempre demonstra em relação ao *poder*.⁷⁵⁵

No texto *O significado de “neutralidade ética,”* Weber corrobora a tese de Mommsen, afirmando que há uma coerência necessária entre eleger o poder do Estado-nação como valor último e mostrar-se descomprometido com uma forma de governo específica:

⁷⁵¹ Cf. MOMMSEN, W. J., 1989b, p. 25.

⁷⁵² WEBER, Max, 2014e, p. 167.

⁷⁵³ WEBER, Max, 2014b, p. 21.

⁷⁵⁴ Ibid., p. 23.

⁷⁵⁵ Ibid., p. 29.

Alguém para quem o valor último é, por exemplo, o poder do Estado, pode ver uma constituição absolutista ou radicalmente democrática como o meio relativamente mais apropriado, dependendo das circunstâncias. Seria muito ridículo interpretar uma mudança de preferência de um destes tipos de constituição para a outro como uma mudança na própria avaliação “definitiva.”⁷⁵⁶

Em 1916, ao justificar a participação da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, Weber disse que “Eu vi a política apenas em uma moldura nacional – não apenas a política externa, mas toda política.”⁷⁵⁷ Em 1918, escreveu em uma carta que: “*Eu não daria um tiro ou concordaria em dar um vintém nos empréstimos de guerra se essa guerra fosse qualquer outra coisa que não uma guerra nacional.*”⁷⁵⁸ No mesmo ano, ao argumentar que o regime de sufrágio censitário na Prússia atrapalhava o avanço dos interesses nacionais, Weber pôs a questão de maneira ainda mais aguda: “Para mim, ‘democracia’ nunca foi um fim em si mesmo. Meu único interesse foi e permanece sendo a possibilidade de implementar uma política externa nacional realista para uma Alemanha forte.”⁷⁵⁹ Em *A futura forma de governo da Alemanha*, ele também parece afirmar o seu compromisso com o poder da nação acima do seu compromisso com uma forma de governo democrático: “No que me diz respeito, as formas de governo são apenas técnicas como qualquer outro mecanismo.”⁷⁶⁰ Até o fim da sua vida, Weber seguiu afirmando o seu compromisso com o nacionalismo. Em 1920 confessou a um discípulo que: “não tenho planos políticos exceto concentrar toda a minha força intelectual sobre um único problema: como conseguir novamente para a Alemanha um grande estado-maior.”⁷⁶¹ Assim, sua defesa tanto da democracia parlamentar quanto da democracia plebiscitária, seriam defesas técnicas, contingentes às circunstâncias, vistas como meios para realizar um outro valor que não a democracia por si: “as formas do Estado são para mim técnicas, como qualquer outro mecanismo. Eu atacaria o Parlamento e defenderia o monarca, se este último fosse um político ou desse sinais de querer sê-lo no futuro.”⁷⁶²

⁷⁵⁶ WEBER, Max, 1949, p. 22–23.

⁷⁵⁷ WEBER, Max, 1971, p. 157.

⁷⁵⁸ Ibid., p. 469.

⁷⁵⁹ Das Preussliche Wahlrecht. In MWG, I/15, p. 234. Apud. MOMMSEN, W. J., 1989b, p. 25.

⁷⁶⁰ WEBER, Max, 1971, p. 469.

⁷⁶¹ Stp. 276. apud. MAYER, 1986, p. 80.

⁷⁶² WEBER, Max, 1971, p. 469.

Mas há algumas passagens em que Weber parece contradizer esta postura comprometida com o poder nacional “acima de tudo e de todos.” Ou, ao menos, há passagens nas quais ele parece relativizar o significado deste nacionalismo e a relação entre nacionalismo e promoção do poder do Estado. Em *A nova Alemanha*, texto escrito em dezembro de 1918 que pondera sobre o futuro político do país na sequência da derrota na Primeira Guerra, Weber sugere que “Nossa política será, além do mais, necessariamente antinacionalista, não antinacional.”⁷⁶³ Na mesma época, em outro texto, ele parece opor sua compreensão de interesse nacional à outras compreensões de nacionalismo que compreendem o interesse nacional como a afirmação do poder militar alemão. Weber afirma que “estamos agora encarando a necessidade de uma reorientação completa da política externa. Ela deve ser nacional, mas não imperialista.”⁷⁶⁴ De maneira inequívoca, ele relativiza o compromisso do nacionalismo com a mera política de poder que busca conquista militar e territorial. Ele sugere que a Alemanha deve empreender

Uma clara renúncia dos sonhos imperialistas e a adoção de um ideal de nacionalidade autônoma. Autodeterminação de todas as áreas alemãs visando a unificação em um Estado independente para o propósito do cuidado pacífico das nossas próprias qualidades dentro da esfera da Liga das Nações.⁷⁶⁵

Estas passagens mostram que o nacionalismo de Weber, ou a sua afirmação do “interesse nacional acima de tudo” requer qualificações. Elas parecem mostrar um nacionalismo diferente das concepções “chauvinistas” da autoproclamada “*Realpolitik*,” vinculada à retórica de pura política de poder do Império Guilhermino, que foi radicalizada pela máquina de guerra hitlerista. O nacionalismo de Weber, ao contrário, parece ser um no qual “razões de Estado” admitem, ainda que ele os afirme apenas circunstancialmente, argumentos em favor de direitos humanos:

Por razões de Estado, também é possível impor às organizações partidárias determinações que, dependendo das circunstâncias, protegem os direitos da maioria contra a deslealdade de uma panelinha minoritária ou, ao contrário,

⁷⁶³ Ibid., p. 484–487.

⁷⁶⁴ Deutschlands politische Neuorientierung?, in MWS 1/16 (Mommsen and Schwentker [eds.] 1991): 113–15. p. 114. Apud. PALONEN, K. Was Max Weber a “Nationalist”? A Study in the Rhetoric of Conceptual Change. *Max Weber Studies*, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 196–214, 2001. p. 204.

⁷⁶⁵ WEBER, Max, 1971, p. 448–483.

protegem os direitos da minoria contra a violação, como ocorreu na América.⁷⁶⁶

Para melhor compreender o sentido deste nacionalismo, cumpre decompô-lo em ao menos dois grandes temas: O primeiro é o *realismo político* de Max Weber. Afinal, ele defendeu durante toda a sua vida que circunstâncias externas se impõem sobre o destino da nação (o que quer que “nação” seja) e a ameaçam, e estas circunstâncias precisam ser endereçadas. As demandas específicas feitas pelas condições “realistas” da política são aquilo que a transforma em um âmbito apartado da economia e da ética. O “interesse nacional” estaria sempre ligado ao reconhecimento das ameaças à nação e à necessidade de defendê-la. O segundo tema é o que Weber efetivamente compreende por nação. Qual a sua concepção positiva da nação? Nos seus primeiros textos políticos, Weber defendeu uma concepção de nação muito próxima daquela do nacionalismo chauvinista do Império. Essa concepção, contudo, parece ter mudado ao longo do tempo e se tornado mais pluralista, ainda que, ao mesmo tempo, mais indefinida. Uma vez que a teoria do conhecimento weberiana afirma a impossibilidade de racionalmente prescrever-se “valores,” Weber restaria impedido de afirmar qual seria o conteúdo positivo do “ideal nacional” a ser promovido. Se Weber é, de fato, um “nacionalista acima de tudo,” é importante investigar o que ele tanto valorizava na nação alemã.

⁷⁶⁶ WEBER, Max, 2014h, p. 119.

3.2 *Lasciate ogni Speranza: o destino como luta*

O ponto de partida do pensamento político de Max Weber é a ideia da luta perpétua. “Deve-se reconhecer a realidade fundamental da eterna e inelutável guerra dos homens contra os homens na terra.”⁷⁶⁷ Por este motivo, Jacob Peter Mayer disse que “para Max Weber (assim como para Heráclito) o conflito é o pai de tudo.”⁷⁶⁸ Neste sentido, para além do “pressuposto epistemológico transcendental do sujeito valorativo,”⁷⁶⁹ pode-se apontar um segundo pressuposto antropológico no seu pensamento político: a busca pelo poder e o desejo de realizar a própria vontade, mesmo sobre a resistência de outrem. Essa característica humana seria, para Weber, imutável: “Os ímpetus sociais na direção do poder e do prestígio, estão entre os componentes mais fundamentais e universais do efetivo curso do nosso comportamento interpessoal.”⁷⁷⁰ A luta constante é a base de todas as associações humanas e o futuro não promete paz nem felicidade, mas uma batalha inevitável e interminável na tentativa de expandir a própria cultura. Para Weber, portanto, deve-se agir com consciência disso: “As leis deste mundo”, diz ele, “por tempo indeterminado, incluem a possibilidade e a inevitabilidade das guerras.”⁷⁷¹

Dirigidos por um “desejo primordial” de *vontade de poder*, indivíduos enredam-se em dinâmicas de poder inevitáveis. Impulsionadas pelo “fervor desta influência emocional,” as pessoas esforçam-se para expandir a sua zona de influência e assegurar a sua sobrevivência.⁷⁷² Para satisfazer este impulso existencial “arcaico,” elas buscam

⁷⁶⁷ Minuta da assembleia dos representantes dos nacional-sociais, Erfurt, 1896. p.45. apud MOMMSEN, W. J., 1984, p. 41.; WEBER, Max, 1971, p. 28 f.

⁷⁶⁸ MAYER, 1986, p. 37.

⁷⁶⁹ Cf. SAINT-PIERRE, 1991, p. 11.

⁷⁷⁰ WEBER, Max, 1963, p. 236.

⁷⁷¹ WEBER, Max, 2014a, p. 101.

⁷⁷² “Camadas senhoriais feudais, bem como burocracias modernas de oficiais ou funcionários administrativos, são, correspondendo à sua natureza, as portadoras primárias dessa aspiração a ‘prestígio’, orientada puramente pelo poder, como tal, da formação política própria, pois este poder significa para eles poder pessoal e um sentimento de prestígio pessoal condicionado pelo poder, a expansão externa do poder, além de significar para os funcionários e oficiais o aumento das posições burocráticas e prebendas, o aumento das oportunidades de ascensão (para o oficial, até no caso de uma guerra perdida) e, para os senhores feudais, a obtenção de novos objetos tributáveis para o sustento de seus descendentes. Foram estas oportunidades [...] que o Papa Urbano II invocou em sua conclamação à cruzada. [...] essa aspiração ao ‘prestígio’ é um fenómeno divulgado em todas as formações específicas de poder e também, por isso, nos políticos”; “O pathos dessa influência emocional [...] fundamenta-se naquele sentimento de prestígio que nas formações políticas, ao alcançarem um ahistória rica em posições poderosas, se estende para baixo até as massas pequeno-burguesas. O apego ao prestígio político pode enlaçar-se com uma crença específica em certa responsabilidade, própria da grande potência como tal, perante os pósteros, pela forma de distribuição de poder e prestígio entre a comunidade política própria e as alheias” WEBER, M.

controlar qualquer alteridade que lhes faça oposição, destruir raízes de resistência potenciais e efetivas, e assimilar diferenças dentro de uma organização política unitária mais ampla.⁷⁷³

O poder [*Macht*] é a probabilidade que um ator dentro de uma relação social estará em uma posição de avançar a sua vontade apesar da resistência, independente da base sobre a qual essa probabilidade repousa.⁷⁷⁴

Max Weber duvidava que a paz poderia ser estabelecida como resultado de um progresso moral humano, baseado em princípios universais. Para ele, todo fenômeno político deveria ser encarado em termos de uma inevitável “luta.”⁷⁷⁵ “Quando se fala em paz,” isto significa “nada mais do que uma mudança na forma do conflito, nos antagonistas ou nos objetos do conflito, ou finalmente nas chances de *seleção*.”⁷⁷⁶ A luta perpassa todos os âmbitos da existência humana. Ela não acontece apenas entre as nações, mas entre grupos, culturas, empresas econômicas, classes sociais, indivíduos e mesmo no interior do indivíduo. Para Weber, a força de caráter das pessoas é mensurada nos termos da sua habilidade de enfrentar esse fato sem ilusões consoladoras.⁷⁷⁷

o conflito não pode ser excluído da vida social. Pode-se mudar os seus meios, seu objeto, mesmo a sua direção fundamental e os seus portadores, mas ele não pode ser eliminado. Pode haver, ao invés de um combate exterior entre pessoas que se antagonizam por objetos externos, um combate interior por valores

Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 2. São Paulo: Editora UNB, 2004. p. 162–163, 172.

⁷⁷³ “Camadas senhoriais feudais, bem como burocracias modernas de oficiais ou funcionários administrativos, são, correspondendo à sua natureza, as portadoras primárias dessa aspiração a ‘prestígio’, orientada puramente pelo poder, como tal, da formação política própria, pois este poder significa para eles poder pessoal e um sentimento de prestígio pessoal condicionado pelo poder, a expansão externa do poder, além de significar para os funcionários e oficiais o aumento das posições burocráticas e prebendas, o aumento das oportunidades de ascensão (para o oficial, até no caso de uma guerra perdida) e, para os senhores feudais, a obtenção de novos objetos tributáveis para o sustento de seus descendentes. Foram estas oportunidades [...] que o Papa Urbano II invocou em sua conclamação à cruzada. [...] essa aspiração ao ‘prestígio’ é um fenômeno divulgado em todas as formações específicas de poder e também, por isso, nos políticos”; “O pathos dessa influência emocional [...] fundamenta-se naquele sentimento de prestígio que nas formações políticas, ao alcançarem um ahistória rica em posições poderosas, se estende para baixo até as massas pequeno-burguesas. O apego ao prestígio político pode enlaçar-se com uma crença específica em certa responsabilidade, própria da grande potência como tal, perante os pósteros, pela forma de distribuição de poder e prestígio entre a comunidade política própria e as alheias” WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 2.** São Paulo: Editora UNB, 2004. p. 162–163, 172.

⁷⁷⁴ WEBER, Max, 1978, p. 53, ver tb. 926.

⁷⁷⁵ Cf. BELLAMY, 1992, p. 506.; Cf. SPIERS; LASSMAN, 2014, p. XXXI.

⁷⁷⁶ WEBER, Max, 1949, p. 27. minha ênfase.

⁷⁷⁷ Cf. SPIERS, R.; LASSMAN, P. Introdução. *In*: ESCRITOS POLÍTICOS. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. IX–XXXII. p. XV.

subjetivos entre pessoas que se amam e com ele, ao invés de compulsão exterior, controle interior (na forma de uma devoção erótica ou caridosa). Ou ele pode tomar a forma de um conflito subjetivo dentro da própria mente de um indivíduo. Ele sempre está presente e a sua influência é frequentemente maior quando é menos notado, i.e., quanto mais o seu curso tomar a forma de um autoengano ou passividade complacente, ou quando opera como “seleção.”⁷⁷⁸

Uma tal interpretação naturalista da psicologia humana foi repetidamente apontada como expressão de uma variação particular de darwinismo social.⁷⁷⁹ Para Weber, o conflito e a competição conduzem à “seleção” [*Auslese*] de certas qualidades. A frase que Weber usa “*Kampf ums Dasein*” [luta pela existência] pertence, como o *Auslesprozess* (processo de seleção), ao vocabulário dos argumentos darwinistas sobre a “sobrevivência do mais adaptado” na competição inevitável pelos recursos do ambiente. Ainda assim, na nota D de *Estado-nação e política econômica*, ele diz não aprovar o uso acrítico de conceitos das ciências naturais às ciências culturais.⁷⁸⁰ Mommsen aponta que

Weber não hesitou em empregar a terminologia darwinista da ‘luta pela existência’ e da ‘sobrevivência do mais apto’ [...] ainda que depois ele tenha rejeitado com não científicas e lutado contra todas as teorias e conceitos biológicos no campo das ciências sociais.⁷⁸¹

Na esfera econômica, sua visão do conflito e seleção perpétuos se traduzia na aceitação da concepção predominante da economia política de seu tempo, que compreendia a própria disciplina como uma batalha interminável contra a escassez.⁷⁸² Em *Estado-nação e política econômica*, Weber afirmou que não há “nenhum trabalho de política econômica que se baseie em esperanças otimistas de felicidade,”⁷⁸³ e que o economista não deve ter ilusões quanto à superação desta situação, pois “no que se refere ao sonho

⁷⁷⁸ WEBER, Max, 1949, p. 27.

⁷⁷⁹ Cf. GUZZINI, 2017.; Cf. KALYVAS, 2008, p. 33.; Cf. SPIERS; LASSMAN, 2014.

⁷⁸⁰ nota 5 WEBER, Max, 2014b, p. 4.

⁷⁸¹ MOMMSEN, W. J., 1984, p. 41.; Na sua explicação do conceito de seleção na primeira parte do *Economia e Sociedade*, Weber adverte contra usar termos como “adaptabilidade para a sobrevivência” ou “sobrevivência do mais forte,” pois eles conduziriam à introdução de “julgamentos de valor acríticos na investigação empírica.” WEBER, Max, 1978, p. 40.

⁷⁸² Cf. SPIERS; LASSMAN, 2014, cap. XV.

⁷⁸³ WEBER, Max, 2014b, p. 20.

de paz e de felicidade humana, encontram-se escritas as seguintes palavras sobre o portal do futuro desconhecido da história humana: *lasciate ogni speranza*.⁷⁸⁴

Enquanto a economia liberal tradicional sustentava que o *laissez-faire* dissolveria o conflito entre as nações ao vincular diferentes países por laços mercadológicos de vantagem mútua, Weber argumentou que ao invés de paz doméstica e internacional, o *laissez-faire* criava, dentro dos países, a luta de classes, e entre os Estados, as guerras comerciais e o imperialismo.⁷⁸⁵ A paz que pretensamente seguiria do estabelecimento “para além das fronteiras nacionais, [de] uma comunidade econômica que abrange nações”⁷⁸⁶ significava apenas “o deslocamento da forma de luta ou do inimigo na batalha, ou das circunstâncias da batalha [...] e nada mais.”⁷⁸⁷ Não se sabe, diz ele, se este processo deve ser visto “como uma atenuação ou, antes, como uma interiorização e uma exacerbação dessa luta.”⁷⁸⁸ Weber compartilhava da opinião, comum entre os economistas políticos da época, de que o mundo de Estados industriais estava entrando em uma fase de disputa brutal por recursos e mercados.⁷⁸⁹ Tratar da economia em termos de luta permite que Weber, no contexto da Primeira Guerra Mundial, afirme o trabalho e a produção econômica como parte da condução da própria guerra. Tratava-se, para ele, apenas de “outra forma da luta do homem com o homem.”⁷⁹⁰

Os trabalhadores nas indústrias modernas, além de lutarem as *guerras* com o seu trabalho, também lutam em outros contextos pela sua sobrevivência econômica, sujeitos a outros processos de seleção. Em *O Socialismo*, ele explica que “em oposição, por exemplo, a uma plantação com trabalho escravo ou ao trabalho forçado de um castelo feudal, a empresa industrial moderna se baseia em um processo de *seleção* extraordinariamente rigoroso.” O trabalhador é instalado na máquina e ganha um salário por peça, e se não aproveitar plenamente a capacidade da máquina, é substituído por “um homem que saiba aproveitar a sua capacidade.”⁷⁹¹ O empresário está igualmente sujeito à seleção. Nos ramos da indústria em que a “concorrência é intensa” o empresário, se não *seleccionar* os seus trabalhadores conforme o critério da maior

⁷⁸⁴ Ibid.

⁷⁸⁵ Ibid., p. 19–20.

⁷⁸⁶ Ibid., p. 21.

⁷⁸⁷ Wissenschaftslehre, p. 517. apud. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 40.

⁷⁸⁸ WEBER, Max, 2014b, p. 22.

⁷⁸⁹ Cf. SPIERS; LASSMAN, 2014, cap. XIX.

⁷⁹⁰ WEBER, Max, 2014a, p. 101.

⁷⁹¹ WEBER, Max, 2014d, p. 358–359.

eficiência e menor salário, está sujeito ele próprio a não conseguir se manter no mercado: “se eu pagar a cada um de vocês apenas um tanto a mais, todo o lucro que eu poderia pagar aos acionistas desapareceria da minha contabilidade e eu não conseguiria manter as atividades da empresa porque não obteria nenhum crédito no banco.”⁷⁹²

A inescapabilidade da luta e da seleção também se manifestam no âmbito da cultura, da nacionalidade e, - na fase inicial do pensamento político de Weber - também da raça. A palestra *Estado-nação e política econômica* é apresentada como uma ilustração do “papel desempenhado pelas diferenças raciais entre as nacionalidades na luta econômica pela existência.”⁷⁹³ Nela, Weber narra a situação dos camponeses alemães que são expulso de sua gleba “na luta silenciosa e monótona da vida econômica cotidiana.”⁷⁹⁴ A internacionalização da economia, que produzia a oferta de mão de obra polonesa e contribuía para a emigração dos camponeses alemães, seria, portanto, apenas uma outra forma das “nações se enfrentarem [...] pela afirmação da própria cultura.” Assim, diz Weber, “não são a paz nem a felicidade que temos de transmitir aos nossos descendentes, e sim a *eterna luta* pela conservação e pelo crescimento do nosso caráter nacional.”⁷⁹⁵

O que vemos em ação parece ser um *processo de seleção*. Há muito tempo ambas as nacionalidades encontram-se nas mesmas condições de existência. A consequência disso [foi] uma ter dado lugar à outra, de a nacionalidade vitoriosa ter sido a que apresentou maior capacidade de adaptação às condições de vida econômicas e sociais.⁷⁹⁶

Weber acredita que na modernidade “as lutas políticas e comerciais das nações pela dominação mundial estão sendo lutadas com crescente intensidade.”⁷⁹⁷ Em *Entre duas leis*, de 1916, ele justificou a participação da Alemanha na Primeira Guerra Mundial sobre a realidade da ameaça da seleção nacional-cultural: se a Alemanha não lutasse, “o poder no mundo – e isso significa, em última instância, o poder de determinar a natureza da cultura do futuro [será] dividido [...] entre os regulamentos de funcionários públicos russos, por um lado, e as convenções da *Society* anglo-saxônica, por outro,

⁷⁹² Ibid., p. 358.

⁷⁹³ WEBER, Max, 2014b, p. 4.

⁷⁹⁴ Ibid., p. 19–22.

⁷⁹⁵ Ibid.

⁷⁹⁶ Ibid., p. 14.

⁷⁹⁷ WEBER, Max, 1949, p. 69.

talvez com um toque de *raison* latina.”⁷⁹⁸ Os inimigos, acreditava Weber, não permitiriam aos alemães e às pequenas nações da Europa central “cultivar tranquilamente os [seus] valores culturais.”⁷⁹⁹

O conflito pela cultura, assim, denota a onipresença da luta também no âmbito das ideias, dos valores e das visões de mundo: “os mais elevados ideais, que nos movem mais vigorosamente, sempre são formados apenas na luta com outros ideais que são tão sagrados para os outros quanto os nossos são para nós.”⁸⁰⁰ De modo que as “diversas ordens de valores se defrontam no mundo em luta incessante.” Este é o “politeísmo de valores,” a “luta que opõe os deuses das diferentes ordens.”⁸⁰¹ Para Weber, “Quem se encontra no ‘mundo [...] não pode experimentar outra coisa a não ser a luta entre uma pluralidade de conjuntos de valores [e] sempre se encontrará na luta contra um ou vários dos outros deuses deste mundo.”⁸⁰² Os “mais elevados ideais, que nos movem mais vigorosamente, sempre são formados apenas na luta com outros ideais que são tão sagrados para os outros quanto os nossos são para nós.”⁸⁰³ Esta luta para Weber não pode ser decidida pela ciência pois não possui resposta objetiva. Apenas a própria luta pode definir o seu resultado.

Uma abordagem não empírica orientada à interpretação do significado, ou em outras palavras, uma axiologia genuína não pode, ao avançar, subestimar o fato de que um sistema de ‘valores,’ não importa o quão bem ordenado, não está apto a lidar com a questão crucial do assunto. Trata-se realmente de uma questão não apenas de alternativas entre valores, mas uma luta de morte irreconciliável entre “Deus” e o “Diabo.” Entre estes, nem relativização nem meio-termo são possíveis.⁸⁰⁴

Finalmente, a política também é luta. Só n’*A Política como Vocação*, Weber usa o termo “luta” repetidas vezes.⁸⁰⁵ A comunidade política é uma na qual “a ação social se

⁷⁹⁸ WEBER, Max, 2014a, p. 98.

⁷⁹⁹ Ibid., p. 99.

⁸⁰⁰ WEBER, Max, 1949, p. 57.

⁸⁰¹ WEBER, M. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2011. p. 41.

⁸⁰² WEBER, Max, 2014a, p. 101–102.

⁸⁰³ WEBER, Max, 1949, p. 57.

⁸⁰⁴ Ibid., p. 16–17.

⁸⁰⁵ A atividade política é uma na qual ocorrem “lutas entre concepções de mundo e entre opiniões de partidos.” A política é “luta pelo poder,” o processo de concentração do poder político nas mãos do príncipe é descrito como “luta,” As rivalidades partidárias para controlar a distribuição de empregos são “lutas,” assim como são “lutas” as disputas entre tendências particularistas e centralistas na Alemanha. O homem político “luta” com ira et studio. A disputa entre a forma de organização partidária de notáveis e a

propõe a, mediante o emprego da força física, manter reservados, para a dominação ordenada pelos seus participantes, um território e as pessoas que nele sem encontram.”⁸⁰⁶ O conceito de dominação [*Herrschaft*] é crucial para o pensamento político de Weber e seu sentido, grosso modo, é o de uma ordem que será obedecida. Ela é definida como “a probabilidade que um comando com o conteúdo dado específico será obedecido por um dado grupo de pessoas.”⁸⁰⁷ Tal dominação é melhor realizada pelo Estado do que por qualquer outra forma de organização, pois a forma “moderna e racionalizada de organização” do Estado “tornou possíveis realizações em muitas esferas que não poderiam ter sido aproximadas por qualquer outro tipo de organização social.”⁸⁰⁸ Assim, depois do advento do Estado, qualquer outra forma de dominação restou superada e fadada ao fracasso, e a subordinação sociopolítica dos indivíduos ao nível de Estados-nações tornou-se ineliminável.⁸⁰⁹ Para Weber, portanto, são a luta perpétua e a inevitabilidade da violência que produzem o Estado, e se a “violência estivesse ausente,” “o conceito de Estado teria também desaparecido.”⁸¹⁰

Se a violência é um fato e é o meio determinante da política, e se o Estado é o instrumento mais eficiente para a sua administração, então a política passa a ser entendida como “o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado.”⁸¹¹ A política doméstica e internacional, diz Weber, são orientadas na direção da aquisição do “*pragma* de poder,” que se materializa na “instância organizacional superior do Estado.”⁸¹² Aqueles que exercem o poder político precisam lutar por ele e são selecionados nesta luta: “a essência de toda a política é a *luta, o recrutamento de aliados e de seguidores.*”⁸¹³ “Em todos os lugares”, diz Weber, “à exceção dos pequenos cantões rurais em que os detentores do poder são periodicamente eleitos – a empresa política se põe, necessariamente como empresa de interesses.”⁸¹⁴ O político, assim, é

“máquina” plebiscitária também é uma “luta,” e no interior da máquina partidária, luta-se pela nomination. As classes, para Weber como para Marx, lutam. O chefe de um partido político “luta” pelas suas convicções. WEBER, Max, 2011, p. 44, 59, 62, 63, 71, 68, 73, 75, 78, 91, 96, 118, 120.

⁸⁰⁶ WEBER, Max, 2004b, p. 155. Adaptado para clareza

⁸⁰⁷ WEBER, Max, 1978, p. 53.

⁸⁰⁸ WEBER, Max, 1949, p. 49.

⁸⁰⁹ Cf. BELLAMY, 1992, cap. 506.

⁸¹⁰ WEBER, Max, 2011, p. 46.

⁸¹¹ Ibid.

⁸¹² WEBER, Max, 2014a, p. 101.

⁸¹³ WEBER, Max, 2014e, p. 221–222.

⁸¹⁴ WEBER, Max, 2011, n. 84.

aquele que busca capturar os meios da “violência física”, ou seja, o aparato do Estado,⁸¹⁵ mas para ser bem sucedido, não basta que ele imponha a sua autoridade sobre as massas a partir de meios violentos, pois para que possa sustentar o monopólio da violência de maneira estável, a sua autoridade precisa ser legítima. O Estado, diz Weber, “só pode existir” sob a condição de que “os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores.”⁸¹⁶ Considerando-se a inevitabilidade das guerras, o Estado,

também precisa estar em condições de convocar seus cidadãos à luta pela própria existência e pela própria honra, se necessário for. Para tanto não bastam provisões de munição e de outros materiais nem os órgãos oficiais necessários; a nação também precisa ter *disposição mental* para defender esse Estado como se fosse *seu*.⁸¹⁷

A concepção da política como conflito perpétuo é um fator que deve ser considerado na seleção dos líderes políticos. Para Weber, “o crucialmente importante é que estão preparados para a liderança política apenas pessoas que foram selecionadas pela luta política.”⁸¹⁸ Neste sentido, ele considerava o conflito político desejável, pois é por meio dele que “surgem grandes indivíduos.”⁸¹⁹ A “luta pelo poder pessoal e a *responsabilidade* pessoal *pela sua causa* que resulta do poder é o elemento vital tanto do político quanto do empresário.”⁸²⁰

Ao mesmo tempo, a afirmação da violência como fato imutável, e da conseqüente e necessária luta pelo poder, tornavam Weber cético quanto à possibilidade da emancipação humana das relações de dominação produzidas pela violência. Considerando as duas tendências diagnosticadas por ele: a tendência na direção da centralização do poder e a tendência na direção da dependência de “máquinas” executivas de organizações burocratizadas, Weber acreditava que haveria uma crescente centralização da autoridade nas mãos de líderes e de sua “equipe.” Isso não significa

⁸¹⁵ o Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão. (...) ao longo desse processo de expropriação que se desenvolveu, com êxito maior ou menor, em todos os países do globo, nota-se o aparecimento de uma nova espécie de “políticos profissionais”. Ibid., p. 52.

⁸¹⁶ Ibid., p. 57.

⁸¹⁷ WEBER, Max, 2014h, p. 161.

⁸¹⁸ WEBER, Max, 2014e, p. 278.

⁸¹⁹ WEBER, Max, 1971, p. 18,20.

⁸²⁰ WEBER, Max, 2014e, p. 206.

que a democracia tornou-se impossível. O modelo de democracia defendido por Weber, neste contexto, é o da “democracia de massas:” significa que o líder político “conquista a confiança e a fé das massas na sua pessoa e, portanto, em seu poder, por meio da demagogia de *massa*.”⁸²¹ Na democracia, há uma “a inexistência de desigualdade formal de direitos políticos entre as diferentes classes da população.”⁸²² Ela é compreendida como o exercício da soberania popular por meio da representação, a partir de eleições competitivas nas quais os líderes lutam pela supremacia política angariando votos. Neste sistema, as elites políticas, autorizadas pelo voto das massas, obtêm a autonomia necessária para governar de maneira racional, consistente e responsável. Ainda assim, a participação do povo na sua autodeterminação política resta circunscrita apenas ao voto.⁸²³

Hoje vemos esses partidos políticos lutando pelo poder também nas prefeituras, nas cooperativas, nas administrações de assistência médica etc. [...] Uma coisa é clara: por toda parte onde há cédulas de voto e propaganda eleitoral, os partidos *políticos* como tais já estão predispostos a se tornarem representantes dessa luta.⁸²⁴

Em uma carta para Robert Michels, Weber afirma que “qualquer noção de abolição da dominação do homem sobre o homem (...) é utópica.” Conceitos como ‘vontade popular’ e a ‘genuína vontade do povo’ não existem mais para mim. Elas são ficções.”⁸²⁵

O Estado, na qualidade de instrumento, de aparato da força e da dominação, é descrito por Weber como despido de qualquer conteúdo normativo ou substantivo necessário. Não há nem valores nem fins que ele precise realizar, nem preocupações éticas únicas à sua natureza.⁸²⁶ O Estado, neste sentido, seria meramente um instrumento técnico e neutro para a realização de qualquer fim político.⁸²⁷ Uma vez que ele não carrega nem

⁸²¹ Ibid., p. 280.

⁸²² WEBER, Max, 2014d, p. 347.

⁸²³ Cf. PAKULSKI, J. The Weberian Foundations of Modern Elite Theory and Democratic Elitism. **Historical Social Research/ Historische Sozialforschung**, [s. l.], v. 37, n. 1, p. 38–56, 2012. p. 43.

⁸²⁴ WEBER, Max, 2014h, p. 120–121.

⁸²⁵ Carta à Robert Michels, 4 de Agosto de 1908, Fondazione Luigi Einadi, Turim. apud MOMMSEN, W. J., 1989b, p. 31.

⁸²⁶ WEBER, Max, 2011, p. 45.

⁸²⁷ o Estado por si não possui valor intrínseco, que é um instrumento puramente técnico para a realização de outros valores somente dos quais ele deriva o seu valor, e que ele pode reter esse valor apenas na medida em que ele não busca transcender este status meramente auxiliar WEBER, Max, 1949, p. 45–47.

representa nenhum objetivo específico ou valor inerente, “pode facilmente ser colocado a trabalhar para qualquer um que saiba como ganhar controle sobre ele.”⁸²⁸

o Estado não se deixa definir por seus fins. Em verdade, quase que não existe uma tarefa de que um agrupamento político qualquer não se haja ocupado alguma vez; de outro lado, não é possível referir tarefas das quais se possa dizer que tenham sempre sido atribuídas, com exclusividade, aos agrupamentos políticos hoje chamados Estados ou que se constituíram, historicamente, nos precursores do Estado moderno. Sociologicamente, o Estado não se deixa definir a não ser pelo específico meio que lhe é peculiar, tal como é peculiar a todo outro agrupamento político, ou seja, o uso da coação física.⁸²⁹

Se o Estado detém o monopólio dos meios legítimos de violência, nenhuma violência legítima pode existir acima do Estado. Portanto, no âmbito das relações internacionais, os Estados estão em uma situação permanente de guerra potencial. Weber vê a irrupção das guerras como uma consequência das estruturas das sociedades, que por sua vez são moldadas pela própria possibilidade da guerra.⁸³⁰ Para ele, portanto, há uma ligação clara entre a necessidade de defender unidades políticas, a crescente monopolização dos meios de violência e a racionalização das organizações.⁸³¹

O fim absoluto do Estado é salvaguardar (ou transformar) a distribuição interna e externa do poder; em última instância, este fim deve parecer sem sentido para qualquer religião universalista de salvação. Este fato tem se mantido e ainda se mantém, ainda mais, na política internacional. É absolutamente essencial a cada associação política que ela apele à violência crua dos meios coercitivos face a estrangeiros assim como face aos inimigos internos. [...] a força e a ameaça de força inevitavelmente geram mais força [e] o próprio sucesso da força, ou a ameaça da força, depende em último grau sobre as relações de poder.⁸³²

No âmbito da política internacional, Weber distinguia os Estados em *Machtstaaten*, “Estados-potência”, tais como a Alemanha, Rússia, Inglaterra e Estados Unidos, e *Kleinstaaten*, “pequenos Estados,” como a Dinamarca, Holanda ou a Suíça. Na sua visão, apenas as grandes potências eram verdadeiros agentes na política mundial, e os

⁸²⁸ WEBER, Max, 1978, p. 988.

⁸²⁹ WEBER, Max, 2011, p. 45.

⁸³⁰ Cf. *ibid.*, p. 36.

⁸³¹ Cf. GUZZINI, 2017, p. 109–111.

⁸³² WEBER, Max, 1946, p. 334.

pequenos Estados eram dependentes do equilíbrio de poder entre os grandes.⁸³³ Era preciso, portanto, que os Estados vissem a si mesmos conforme as suas estaturas e agissem conforme a sua “responsabilidade.” Neste sentido, os Estados também devem realizar a sua *vocação*. Diferentemente das pequenas nações, a Alemanha tinha de lançar o seu “peso na balança dessa questão de história.”⁸³⁴

Um povo numericamente “maior,” organizado sob o regime da força (*Machtstaat*), depara, devido a essas características, com tarefas completamente diferentes daquelas dos povos como os suíços, os dinamarqueses, os holandeses e os noruegueses. [...] por suas características, esses povos têm deveres distintos⁸³⁵

Toda política “realista”, a verdadeira *Realpolitik*, tem o seu ponto de partida na consciência desta responsabilidade.⁸³⁶ É preciso, portanto, que os líderes das nações demonstrem *maturidade política*, isto é, “a compreensão e a capacidade de colocar acima de quaisquer outras considerações os interesses econômicos e políticos que a nação sempre demonstra em relação ao poder.”⁸³⁷ A “nação”, para Weber, tem um “interesse permanente” em ser “forte,” e o Estado-nação é a “organização mundana do poder da nação.”⁸³⁸

⁸³³ Cf. PALONEN, 2001, p. 208.

⁸³⁴ WEBER, Max, 2014a, p. 97–99.

⁸³⁵ Ibid., p. 97.

⁸³⁶ WEBER, Max, 1949, p. 23–24.

⁸³⁷ WEBER, Max, 2014b, p. 27.

⁸³⁸ Ibid., p. 29.

3.3 A autonomia do âmbito político

Mommsen comenta que a preocupação de Max Weber com o poder pode ser mais bem compreendida se considerarmos as circunstâncias do desenvolvimento histórico do pensamento liberal na Alemanha. Em 1848, os fins idealistas dos liberais envolvidos na “primavera dos povos” não puderam ser realizados na Alemanha porque os revolucionários burgueses careciam do poder militar necessário para implementá-los. A burguesia subsequentemente testemunhou o modo como Bismarck, apoiado no poder do Estado prussiano, não se furtou de fazer guerras com a Dinamarca, Áustria, e França para a partir delas alcançar o objetivo mais importante da sua malfadada revolução liberal: a unificação da Alemanha em um Estado-nacional. Como resultado, sob o impacto da política vitoriosa de Bismarck, a burguesia alemã incorporou significativamente ao seu ideário a “política de poder” de Bismarck. A *Realpolitik*, compreendida nestes termos, tornou-se o ideal dominante de toda uma geração de pensadores burgueses alemães.⁸³⁹ Bismarck estabeleceu os fundamentos desta tradição política em um discurso perante o Parlamento prussiano em 1862:

A posição da Prússia na Alemanha não será determinada pelo seu liberalismo, mas pelo seu poder [...] a Prússia deve concentrar as suas forças e mantê-las até o momento favorável, que já veio e foi várias vezes. Desde os tratados de Viena, nossas fronteiras foram mal planejadas para um corpo político saudável. Não será por meio de discursos e decisões majoritárias que as grandes questões do nosso tempo serão decididas – este foi o grande erro de 1848 e 1849 – mas por ferro e sangue. [*Eisen und Blut*]⁸⁴⁰

Imerso no espírito de seu tempo, Max Weber viu o mundo político emergir impregnado por uma violência inerradicável, relações de poder assimétricas e intermináveis estratégias de dominação. A política é vista por ele como uma esfera ou âmbito da atividade humana que faz demandas específicas, distintas daquelas feitas pela economia, pela moral e pela religião.⁸⁴¹ Para Weber, a ética e a política pertenciam a âmbitos separados, que não podem comandar as mesmas ações pelos mesmos motivos.⁸⁴² A característica distintiva da política é que, “a missão [que ela] pode desempenhar na

⁸³⁹ Cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 42.

⁸⁴⁰ BISMARCK, O. von. **Excerpt from Bismarck’s “Blood and Iron” Speech (1862)**. [S. l.: s. n.], [s. d.].

⁸⁴¹ Cf. KALYVAS, 2008.

⁸⁴² Cf. MAYER, 1986, p. 26.

economia global da conduta de vida”⁸⁴³ só pode ser conduzida por meio da força “por trás da qual se perfilha *a violência*.”⁸⁴⁴ É a necessidade da violência que dá à política o seu fardo ético particular.

*A ética talvez não seja a única coisa no mundo que é normativamente ‘válida.’ Outras esferas de valores existem paralelamente nas quais valores podem ser realizados apenas por alguém que tome a ‘responsabilidade’ ética para si. Isto é especialmente verdadeiro na esfera da ação política. Na minha opinião, seria covardia negar as tensões com a ética que existem nessa esfera fazendo recurso à uma *Weltanschauung* [cosmovisão] universal.*⁸⁴⁵

É preciso ser um santo ou, pelo menos desejar sê-lo e viver como Jesus, como os Apóstolos, como São Francisco de Assis e seus companheiros, para que a ética adquira sentido e exprima uma dignidade. Caso contrário, não a terá. [...] se a ética acósmica do amor nos diz: “Não resistas ao mal pela força,” o político, ao contrário, dirá: “Deves opor-te ao mal pela força ou serás responsável pelo triunfo que ele alcance.”⁸⁴⁶

Já em 1884, Max Weber contestou a doutrina da relação entre religião e Estado da filosofia “unitarista” do teólogo William Ellery Channing. Channing ensinava que o objetivo final de todas as instituições humanas era o desenvolvimento e a proteção do ser humano, criado à imagem de Deus. O espírito humano seria maior e mais sagrado que o Estado, e não se poderia permitir nunca que o primeiro fosse sacrificado ao segundo. Conforme Channing, a liberdade civil e política deveriam servir à liberdade espiritual, e não haveria tensão entre a ética individual cristã e a ética do Estado. A vida das comunidades seria determinada pela mesma lei da vida espiritual individual. O poder estatal *per se* não teria direito à existência.⁸⁴⁷ Weber objetava. As exigências que a moralidade cristã faz sobre os indivíduos são fundamentalmente diferentes e independentes das exigências políticas que o Estado faz sobre eles. Escrevendo à mãe, ele comenta:

⁸⁴³ WEBER, Max, 2011, p. 96.

⁸⁴⁴ Ibid., p. 98.

⁸⁴⁵ Wissenschaftslehre, p. 504. apud MOMMSEN, W. J., 1984, p. 44.

⁸⁴⁶ WEBER, Max, 2011, p. 111.

⁸⁴⁷ Cf. MAYER, 1986, p. 26.

Semelhantes teorias não deixam de ter seu perigo, pois facilmente criam uma brecha entre os postulados ostensivos do cristianismo e as consequências e pressuposições que a ordem cívica dos Estados exige e sempre exigiu.⁸⁴⁸

Um componente essencial da visão política de Weber é a ideia “trágica” de que a violência não pode ser evitada a menos que nos “retiremos completamente do mundo.” “O pacifismo de certas ‘damas’ americanas (de ambos os sexos!) é realmente o *cant*⁸⁴⁹ mais fatal que já foi proclamado e defendido.”⁸⁵⁰ Na *Política como Vocação*, ele exemplifica este ponto de vista descrevendo a situação dos *Quakers*, uma “seita que professa um pacifismo radical” e que buscou erigir na Pensilvânia um “Estado que se propunha a não utilizar a força em suas relações exteriores.” A experiência revelou-se “trágica” quando, na Guerra da Independência norte-americana eles restaram impedidos de pegar em armas para defender ideais que eram “idênticos aos por eles cultivados.”⁸⁵¹ O pacifista que depõe as armas, diz Weber, ao privar a sua comunidade política da “possibilidade de resistência,” terá como resultado o descrédito da “paz e não da guerra.”⁸⁵²

Toda a política é orientada aos fatos materiais do interesse dominante do Estado, ao realismo, e ao fim autônomo de manter a distribuição externa e interna do poder. Mas apenas dessa forma o âmbito da política adquire uma dinâmica própria singularmente racional, uma vez brilhantemente formulada por Napoleão, que parece totalmente estranha para cada ética de irmandade.⁸⁵³

Como resultado da história e da geografia europeias, Weber acreditava que a Alemanha não tinha alternativa a não ser aceitar sua “*responsabilidade diante da história*.”⁸⁵⁴ - “Seria um erro grave pensar que um complexo político como o *Reich* alemão poderia abraçar, mediante uma decisão *voluntária*, uma política pacifista como aquela praticada na Suíça.”⁸⁵⁵ Em *A transição da Rússia para um pseudoconstitucionalismo*, de 1906, Weber afirma que em uma época de conflito entre potências imperiais como aquele em

⁸⁴⁸ Jugendbriefe, p. 192. apud *ibid*.

⁸⁴⁹ “discurso hipócrita.”

⁸⁵⁰ WEBER, Max, 2014a, p. 100.

⁸⁵¹ WEBER, Max, 2011, p. 118.

⁸⁵² *Ibid.*, p. 112.

⁸⁵³ WEBER, Max, 1963, p. 235.

⁸⁵⁴ cf. SPIERS; LASSMAN, 2014, p. XIX.

⁸⁵⁵ WEBER, Max, 2014a, p. 99.

que viviam no começo do século XX, era dever da Alemanha afirmar-se também como uma potência.⁸⁵⁶ Assim, apesar de lamentar a Primeira Guerra Mundial, ele não hesitou em justificá-la: “nós tivemos de arriscar essa guerra para poder ter uma voz no processo de decisão sobre o futuro do mundo.”⁸⁵⁷

Uma vez que a Áustria havia sido ameaçada, a única escolha que cabia à Alemanha era “parar a roda no último momento possível antes da [sua] destruição.” Caso contrário, a própria Alemanha seria a próxima a ser atropelada pela Rússia. Era necessário “dar outro rumo ao impulso expansionista dos russos.” Weber argumentou que “a mera existência de uma grande potência como a nossa constitui um obstáculo para outros *Machtstaaten*.” Este, disse Weber, “é o destino, e nenhum palavrório pacifista poderá alterá-lo.” Os pacifistas não compreendem “a tragicidade dos deveres históricos de um povo organizado como *Machtstaat*.”⁸⁵⁸

Assim, quando a guerra foi proclamada, Weber compartilhou do entusiasmo nacionalista que tomou a Alemanha no fim do verão de 1914: “qualquer que seja o resultado, *essa guerra é grandiosa e maravilhosa*.”⁸⁵⁹ Para ele, havia valor no entusiasmo patriótico da nação, na união e na disposição para fazer sacrifícios em nome da pátria.

Nós provamos que somos uma grande nação cultural. Um povo que vive em um meio civilizado e ainda assim é capaz de ascender aos horrores da guerra (o que não é uma realização para um homem negro no Senegal!) e voltar tão honradamente como a maioria do nosso povo o faz – isso é verdadeiramente humano.⁸⁶⁰

A Alemanha, na qualidade de um *Machtstaat*, experimentava inevitavelmente o que Jacob Burckhardt havia chamado de “caráter diabólico do poder.”⁸⁶¹ A posse e o uso deste poder envolviam decisões e atos que seriam nefastos ou imorais,⁸⁶² de modo que era necessário que “o indivíduo que [se compromete] com a política” soubesse que isto

⁸⁵⁶ WEBER, Max, 1971, p. 91–92.

⁸⁵⁷ Ibid., p. 176.

⁸⁵⁸ WEBER, Max, 2014a, p. 100–101.

⁸⁵⁹ Lebensbild. p.530. Apud MOMMSEN, W. J., 1984, p. 191.

⁸⁶⁰ WEBER, Max, 1971, p. 458.

⁸⁶¹ WEBER, Max, 2014a, p. 97.

⁸⁶² Cf. SPIERS; LASSMAN, 2014, p. XIX.

significa comprometer-se “com os instrumentos do poder e da violência” e tivesse clareza sobre estar “concluindo um pacto com potências diabólicas.”⁸⁶³ Para Weber,

Quem deseje dedicar-se à política [...] deve tomar consciência desses paradoxos éticos e da responsabilidade quanto àquilo que ele próprio poderá transformar-se sob pressão desses paradoxos. Repito que ele se compromete com potências diabólicas que atuam com toda a violência. [...] Quem deseja a salvação da própria alma ou de almas alheias deve, portanto, evitar os caminhos da política que, por vocação, procura realizar tarefas muito diferentes, que não podem ser concretizadas sem violência. O gênio, ou demônio da política vive em estado de tensão extrema com o Deus do amor e também com o Deus dos cristãos [...] Essa tensão pode, a qualquer tempo, explodir em conflito insolúvel.⁸⁶⁴

Na *Política como Vocação*, Weber menciona elogiosamente uma passagem das *Histórias Florentinas* de Maquiavel, na qual os habitantes de Florença, sob interdito do papa, guerreavam contra os estados papais. “Eles preferiram a grandeza da cidade à salvação das suas almas.”⁸⁶⁵ Neste sentido, Weber parece ter aceitado “a eliminação completa da ética do raciocínio político,” como consequência do “pragmatismo inescapável de toda ação.”

Na análise final, apesar de toda a “política de bem-estar,” a totalidade do curso das funções políticas interiores do Estado, da justiça e administração, é repetidamente e inevitavelmente regulada pelo pragmatismo objetivo das “razões do estado.” O fim absoluto do estado é proteger (ou transformar) a distribuição interna e externa de poder; em última instância, este fim deve parecer sem sentido para qualquer religião de salvação universalista. Este fato manteve-se e ainda se mantém, ainda mais quanto à política externa. É absolutamente essencial para toda associação política apelar à crua violência dos meios coercitivos em face de estrangeiros assim como face a inimigos internos. [...] Conforme o pragmatismo inescapável de toda ação, todavia, força e ameaça da força inevitavelmente geram mais força. “Razões do Estado” portanto seguem suas próprias leis internas e externas. O próprio sucesso da força, ou da ameaça da força, depende em último grau das relações de poder e

⁸⁶³ WEBER, Max, 2011, p. 116.

⁸⁶⁴ Ibid., p. 120.

⁸⁶⁵ Ibid., p. 120–121.

não do “certo” ético, mesmo onde se acredita possível descobrir critérios objetivos para este “certo.”⁸⁶⁶

Em alguns textos, Weber relaciona a *Realpolitik*⁸⁶⁷ com a ideia de responsabilidade, ambas compreendidas com uma “adaptação ao possível,” um cálculo cuidadoso do agente quanto aos meios apropriados e as consequências prováveis envolvidas na ação que visa a obtenção o seu objetivo.⁸⁶⁸ Para Weber, o político responsável deve ser um agente orientado para o sucesso das suas ações, e deve estar apto a escolher os melhores meios para realizar o seu objetivo, conforme uma ética consequencialista.⁸⁶⁹ Todo político é confrontado com o problema de empregar meios “moralmente suspeitos” para atingir um fim que ele acredita ser bom. A preocupação com a situação concreta o obrigará a fazer compromissos constantes entre os seus valores e as possibilidades de realizá-los.⁸⁷⁰ Neste sentido, o político responsável deve ter plena consciência da “irracionalidade ética do mundo,”⁸⁷¹ ao invés de, frente à consequências indesejadas, eximir-se da responsabilidade: “Não eu, mas o mundo é que é estúpido e vulgar; a responsabilidade pelas consequências não cabe a mim, porém àqueles a cujo serviço estou.”⁸⁷²

A política é um jogo duro, e aqueles que tomam para si a responsabilidade em pôr a mão nos raios da roda do desenvolvimento político da pátria devem ter nervos de aço e não devem ser sentimentais ao praticar a política mundana. Aqueles que desejam se envolver na política mundana devem sobretudo não ter

⁸⁶⁶ WEBER, 1946, p. 334.

⁸⁶⁷ Mas ele faz a ressalva que o termo é “inteiramente ambíguo enquanto termo científico, ainda que perpetuamente recorra como uma ‘explicação’ (da ocorrência de certas visões éticas em certos grupos sociais sob certas condições) e como uma ‘valoração’ (e.g., desta visões éticas efetivamente existentes que são ditas objetivamente ‘apropriadas’ e portanto objetivamente ‘corretas’ e valorosas.)”WEBER, Max, 1949, p. 25. Ainda, ele também atacará os partidários da “política de puro poder” como herdeiros ilegítimos da tradição da *Realpolitik*: “Aquele tipo de alemão ‘saturado’ que jamais suportaria não fazer parte da ‘causa vitoriosa’, com peito inchado pela consciência sublime de sua qualidade de praticante da *Realpolitik*.” WEBER, Max, 2014f, p. 77.

⁸⁶⁸ “existem problemas éticos específicos que a ética não pode decidir com base nos seus próprios pressupostos. Estes incluem sobretudo, as questões básicas (...) (b) se a responsabilidade sobre as consequências previsíveis da ação deem ser tomadas em consideração. (...) toda a *Realpolitik* [tem seu ponto de partida] desta [questão]”; “Num certo sentido, ação política bem-sucedida é sempre a ‘arte do possível’. Ainda que o possível seja frequentemente alcançado apenas pelo esforço de obter o impossível que reside para além dele.” WEBER, Max, 1949, p. 16, 23–24.

⁸⁶⁹ Cf. KALYVAS, 2008, p. 33–34.

⁸⁷⁰ Cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 44.

⁸⁷¹ WEBER, Max, 2011, p. 103.

⁸⁷² *Ibid.*, p. 122.

ilusões [...] e reconhecer a realidade fundamental da guerra eterna e inelutável na terra, do homem contra o homem.⁸⁷³

Assim, o líder político confronta-se com a escolha entre dois princípios éticos distintos: “a ética da convicção” e a “ética da responsabilidade.” A ética da responsabilidade se traduz na ideia de que “devemos responder pelas previsíveis consequências dos nossos atos.” O partidário da ética da responsabilidade diz “Essas consequências são imputáveis à minha própria ação.” Ele “contará com as fraquezas comuns do homem,” pois “não temos direito de pressupor a bondade e a perfeição do homem,” e entenderá que “não pode lançar a ombros alheios as consequências previsíveis de sua própria ação.”⁸⁷⁴

Descrevendo a posição de certos grupos de radicais democratas no texto sobre o constitucionalismo russo de 1906, Weber descreveu também a ética da convicção: para os democratas radicais na Rússia, a política era uma questão de “*Fiat justitia, pereat mundus*” [faça-se justiça ainda que pereça o mundo]. Eles afirmavam que “só podemos requerer o que é justo [pois] é melhor viver durante gerações na escuridão cultural do que cometer uma injustiça política.”⁸⁷⁵ Para Weber, estes grupos fracassariam e acabariam vendo a “reação impor-se completamente” sobre os seus objetivos. Weber ironiza: assim estes grupos ganhariam “o direito de regalar-se com palavras impetuosas por mais uma geração,” e inebriar-se com o seguinte pensamento: “como há gente terrivelmente ruim no mundo.”⁸⁷⁶ Weber aponta que a postura política deles professa uma

“rejeição absoluta da ética do êxito’ [Essa rejeição] significa que somente o imperativo ético incondicional pode valer como uma possível estrela-guia da ação positiva. [...] as únicas possibilidades existentes são a luta pela justiça ou a autoabnegação ‘sagrada.’ Como *todos* os valores que não os éticos foram excluídos, volta inconscientemente a ter força aquele ditado bíblico que mais profundamente penetrou não apenas na alma de Tolstoi, mas também naquela do povo russo em geral: ‘Não resista ao mal.’”⁸⁷⁷

⁸⁷³ WEBER, Max, 1971, p. 28.

⁸⁷⁴ WEBER, Max, 2011, p. 113–114.

⁸⁷⁵ WEBER, Max, 2014f, p. 54.

⁸⁷⁶ Ibid., p. 80.

⁸⁷⁷ Ibid., p. 54.

Em “linguagem religiosa,” explica Weber, a ética da convicção é uma na qual “o cristão cumpre seu dever e, quanto aos resultados da ação, confia em Deus.” Quando as consequências de um ato praticado por pura convicção “se revelam desagradáveis,” diz Weber, o partidário de tal ética “não atribuirá responsabilidade ao agente, mas ao mundo, à tolice dos homens ou à vontade de Deus, que assim criou os homens.” O partidário da ética da convicção só se sentirá “responsável” pela necessidade de “velar em favor da chama da doutrina pura, a fim de que ela não se extinga, de velar, por exemplo, para que se mantenha a chama que anima o protesto contra a injustiça social.” Os atos do político movido pela ética da absoluta “só devem ter valor exemplar, [mas se] considerados do ponto de vista do objetivo essencial, aparecem como totalmente irracionais, visam apenas a este fim: estimular perpetuamente a chama da própria convicção.”⁸⁷⁸ Se existe “um problema que a ética absoluta não se ocupa, esse é o problema das consequências.”⁸⁷⁹

Para Max Weber, o protótipo do movimento político fundado em uma ética absoluta era o anarquismo, que nega a primazia do Estado e executa atos revolucionários fundados puramente nas suas convicções sobre a injustiça básica da estrutura social moderna, sem se preocupar com o sucesso ou com os efeitos concretos das suas ações. Aos olhos de Weber, um assassinato perpetrado por um anarquista não servia a nenhum propósito concreto. Era meramente uma afirmação exterior da crença na verdade dos ensinamentos anarquistas.⁸⁸⁰

Weber também dá como exemplo o sindicalista socialista “apegado à verdade da ética da convicção,” cuja atitude “não terá outro efeito senão o de fazer aumentarem as possibilidades de reação, de retardar a ascensão de sua classe e de rebaixá-la ainda mais.”⁸⁸¹ Em *O Socialismo*, Weber aponta que os sindicalistas eram frequentemente apoiados por intelectuais atraídos pelo romantismo inerente à greve geral. Eles vislumbravam a esperança de uma revolução como fonte de “encantamento” em um mundo cujo “desencanto” sentiam plenamente.⁸⁸²

⁸⁷⁸ WEBER, Max, 2011, p. 113–114.

⁸⁷⁹ Ibid., p. 113.

⁸⁸⁰ Wissenschaftlehre, p. 514. apud MOMMSEN, W. J., 1984, p. 46.

⁸⁸¹ WEBER, Max, 2011, p. 113.

⁸⁸² Cf. SPIERS; LASSMAN, 2014, p. XXII.

Para citar novamente o sindicalista: não faz nem mesmo sentido lógico criticar nos termos do “valor instrumental” uma ação que – se consistente – deve ser guiada pelo seu “valor intrínseco.” A principal preocupação do sindicalista realmente consistente deve ser preservar nele certas atitudes que parecem para ele ser absolutamente valorosas ou sagradas, assim como induzi-las em outrem, sempre que possível. O fim último das suas ações, que estão de fato condenadas de começo ao fracasso absoluto, são dar a ele a certeza de que todas as suas atitudes são “genuínas,” i.e., que possuem o poder de “se provar” em ação e mostrar que não são mera bravata.⁸⁸³

Para Weber, uma política internacional à altura da responsabilidade histórica da Alemanha demandava que a sua condução fosse feita por líderes responsáveis. Mas sua avaliação era que a situação da atual política alemã havia sido determinada por Bismarck, que agindo sempre graças a um poder “extraparlamentar”, deixou um legado de desinteresse pela política e pelo *Reichstag*. Os parlamentares acostumaram-se “a permitir que o grande líder decidisse,” e com isso se instituiu uma classe política “habituada a submeter-se.” Tal situação, para Weber, desencorajava o surgimento de novos líderes “estadistas,”⁸⁸⁴ e o “verdadeiro poder” acabou “nas mãos da burocracia militar e civil”⁸⁸⁵ dominada pela aristocracia prussiana.⁸⁸⁶

⁸⁸³ WEBER, Max, 1949, p. 23–24.

⁸⁸⁴ WEBER, Max, 1971, p. 138.

⁸⁸⁵ Ibid.

⁸⁸⁶ WEBER, Max, 1946, p. 373.

3.4 Interesse nacional e política responsável

A palestra *A Política como Vocação* foi proferida em Munique em janeiro de 1919, que naquele momento era a capital da breve e recém proclamada “República da Baviera,” presidida pelo líder revolucionário Kurt Eisner.⁸⁸⁷ Politicamente, Weber tratou Eisner como um rival, mas sociologicamente, como um objeto de estudo. Ele chegou a incluí-lo nos exemplos de líderes carismáticos no *Economia e Sociedade*: “Finalmente, [a tipologia do líder carismático] inclui o tipo do *littérateur*, tal como Kurt Eisner, que é atropelado pelo próprio sucesso demagógico.”⁸⁸⁸

Em um discurso em meados de novembro de 1918, Eisner declarou suas convicções políticas: “Como socialistas [...] nós queremos eliminar as restrições estabelecidas pela estrutura econômica para que todos possam desenvolver os seus talentos e tornarem-se criativos, cheios de ideais e afortunados no trabalho.”⁸⁸⁹ Eisner era um pacifista, e ao assumir o poder tentou persuadir os ingleses e os franceses de que o novo governo era dirigido por alemães progressistas não envolvidos na conflagração da guerra, que representavam uma chance sólida de reconstruir a Alemanha como uma boa vizinha. Os aliados, defendia ele, não deveriam punir o novo governo com sanções cujo alvo era a velha monarquia e o exército. O novo regime desejava reconhecer os pecados dos seus predecessores, e em troca reivindicava que o ônus das reparações deveria ser aliviado.⁸⁹⁰ Para avançar este objetivo, Eisner instruiu sua equipe a localizar os documentos relacionados com a deflagração da guerra e publicá-los.⁸⁹¹ Aceitar a cláusula de culpa pela guerra, acreditava, permitiria aos bávaros e os alemães em geral seguir em frente para construir o socialismo e uma sociedade onde cada um pudesse realizar o seu

⁸⁸⁷ Quando Max Weber deu a sua palestra *A Política como Vocação*, Eisner já havia perdido a eleição, mas ainda não tinha entregado o cargo nem sido assassinado. A situação sobre o novo governo da Baviera permanecia completamente incerta. Weber havia recusado o primeiro convite do Reitor da Universidade de Munique para falar sobre política aos estudantes, mas quando o Reitor lhe respondeu que em caso de recusa Eisner seria convidado em seu lugar, Weber - que estava longe de considerar Eisner um exemplo de político com vocação - cedeu. Cf. OWEN; STRONG, 2004, p. xxxv.

⁸⁸⁸ WEBER, Max, 1978, p. 242.

⁸⁸⁹ HOPKINS, N. Charisma and Responsibility : Max Weber , Kurt Eisner , and the Bavarian Revolution of 1918. *Max Weber Studies*, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 185–211, 2007. p. 194.

⁸⁹⁰ *Ibid.*, p. 193.

⁸⁹¹ *Ibid.*, p. 194.

potencial.⁸⁹² Na palestra, contudo, Weber condenou tal atitude como mais uma expressão da ética absoluta, politicamente irresponsável:

Há, por fim, o dever de verdade. É também ele incondicional, do ponto de vista da ética absoluta. Daí se retirou a conclusão de que se impunha publicar todos os documentos, principalmente os que humilham o próprio país, para pôr em evidência, à luz dessas testemunhas insubornáveis, o reconhecimento de uma culpabilidade unilateral, incondicional e que se despreocupa com as consequências. O político entenderá que essa maneira de agir, a julgar pelos resultados, longe de lançar luz sobre a verdade, irá obscurecê-la, pelos abusos e pelo desencadeamento de paixões que provocará.⁸⁹³

O apoio popular que Eisner experimentou era alimentado pelo *carisma* derivado da sua visão e seus ideais, mas ele logo enredou-se nas questões práticas da política e fracassou em fazer o sistema produzir empregos, bem-estar social e progresso nas negociações de paz. O domínio insuficiente dos meios necessários à condução da administração logo tornou a sua posição interina no governo completamente insustentável.⁸⁹⁴ Em fevereiro ele foi assassinato por um aristocrata reacionário.⁸⁹⁵

Nas suas críticas aos socialistas, Max Weber antecipou profeticamente a fragmentação da esquerda e o desastre político da República de Weimar. Ele duvidava que o Partido Social-Democrata estivesse à altura do tamanho e da representatividade que possuía. Weber apostava que, quando o partido ingressasse na administração (o que lhe havia sido vedado até a queda da monarquia), então “sérios problemas surgiriam” para ele, pois a sua “impotência política” era evidente, uma vez que o partido “busca o poder político, mas falha no controle do único meio efetivo de poder, o poder militar [...] e quanto mais pensa em governar simplesmente como um partido político, e não com objetividade, mais cedo é desacreditado.”⁸⁹⁶

Weber também criticava a irresponsabilidade política da direita conservadora. Conforme a sua visão, era ela que tinha sido responsável pela deflagração e pela má condução da guerra. Quando a Primeira Guerra Mundial explodiu, Weber

⁸⁹² Ibid., p. 204–205.

⁸⁹³ WEBER, Max, 2011, p. 113.

⁸⁹⁴ MOMMSEN, H., 1996, p. 47.

⁸⁹⁵ HOPKINS, 2007, p. 197.

⁸⁹⁶ Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik, pp. 409 et seq. apud MAYER, 1986, p. 50.

responsabilizou a inépcia da diplomacia alemã: “Centenas de milhares estão sangrando em razão da incapacidade vergonhosa da nossa diplomacia.”⁸⁹⁷

A classe dos proprietários rurais da Alemanha, consistindo particularmente de aristocratas residentes na região à Leste do Elba, são os dominadores políticos que conduzem o Estado Alemão. A Câmara Alta prussiana representa estas classes, e o direito de eleição por classes também lhes deu uma posição determinante no Parlamento prussiano. Esses *Junker* imprimem o seu caráter sobre a alta burocracia, assim como sobre os oficiais prussianos e sobre a diplomacia alemã, que está quase exclusivamente nas mãos desses nobres. [...] Suas simpatias e antipatias explicam muitas das pressuposições mais importantes da política externa alemã.⁸⁹⁸

Em *Sufrágio e democracia na Alemanha*, de 1917, Weber atacou a direita por seus “projetos supostamente realistas, porém mal concebidos, [que] sempre acabam por não reconhecer a atuação autocrática dos interesses políticos.”⁸⁹⁹ Os “literatos inspirados por Treitschke”, reclamava Weber, idolatravam Bismarck “não em razão da nobreza do seu intelecto de líder, mas exclusivamente em razão do impacto da sua violência e [...] sua real ou aparente crueldade.”⁹⁰⁰ A doutrina da ‘pura política de poder’ [*Machtpolitik*] defendida por Treitschke⁹⁰¹ e pelos seus discípulos não era, para Weber, “digna deste nome,” pois tendia a afirmar a dominação da aristocracia prussiana mesmo quando os interesses desta classe eram contrários aos verdadeiros interesses nacionais alemães.⁹⁰² O Partido Conservador era o responsável pela continuidade do “regime personalista” e

⁸⁹⁷ Carta a Tönnies em 15 de outubro de 1914. In: WEBER, Max, 1971, p. 458.

⁸⁹⁸ WEBER, Max, 1946, p. 373.

⁸⁹⁹ WEBER, Max, 2014g, p. 120.

⁹⁰⁰ WEBER, Max, 1971, p. 311.

⁹⁰¹ O pensamento político de Treitschke pode ser resumido no seguinte parágrafo de “A grandeza da guerra”: “É de fato o idealismo político que fomenta a guerra, onde o materialismo a rejeita. Que perversão da moralidade é querer banir o heroísmo da vida humana. (...) Aqueles que pregam besteiras sobre a paz eterna não compreendem a vida da raça ariana, os arianos são antes de tudo corajosos. Eles sempre foram homens o suficiente para proteger pela espada o que eles conquistaram pelo intelecto. Ao historiador que vive no reino da Vontade, é bastante claro que o avanço de uma paz perpétua é fundamentalmente reacionário. Ele vê que banir a guerra da história seria banir todo o progresso e o vir-a-ser. É apenas nos períodos de exaustão, aborrecimento e estagnação mental que se flerta com o sonho de uma paz perpétua (...) o Deus vivo garantirá que a guerra sempre volte como um remédio terrível para a humanidade” Treitschke, H. *The Greatness of War*. In PERRY, M.; BERG, M.; KRUKONES, J. **Sources of European History Since 1900**. [S. l.]: Wadsworth, Cengage Learning, 2011. p. 43.

⁹⁰² BELLAMY, 1992, p. 502.

“dileitante” do Kaiser, que impedia a realização de uma “política mundial” responsável.⁹⁰³

Tive muitas oportunidades para estudar as ideias e crenças da minha geração, e dos que são pouco mais velhos do que nós. É claro que existem entre nós muitos indivíduos *blasés* que são antissemitas por serem também ignorantes; muitos idealistas que, sob a influência de Treitschke, tornaram-se fanáticos nacionalistas e místicos; e outros ainda, que adotaram a moda do chamado realismo e exibem, ostensivamente, sua arrogância viril. Essa gente, cujo interesse por política é muito recente [...] faz muito estardalhaço⁹⁰⁴.

Quando estourou a Primeira Guerra Mundial, a maioria dos acadêmicos alemães a saudou com entusiasmo apaixonado. Eles caracterizaram o conflito como uma “guerra cultural” em nome de uma alternativa alemã aos valores “ocidentais,” contra “o racionalismo democrático francês” e o “comercialismo individualista britânico.” As chamadas “ideias de 1914,”⁹⁰⁵ neste sentido, foram concebidas pela maioria dos intelectuais alemães como uma luta contra “as ideias de 1789.”⁹⁰⁶ Eles defendiam que os alemães não precisavam de democracia parlamentar porque possuíam uma “ideia romântica da individualidade,” onde “liberdade” não significava participar dos negócios da política, mas cultivar-se. A Primeira Guerra havia sido descrita como uma luta existencial entre diferentes cosmovisões: conservadorismo *versus* liberalismo, espiritualidade *versus* materialismo, valores tradicionais *versus* modernidade burguesa.⁹⁰⁷ Thomas Mann, por exemplo, nas *Reflexões do homem apolítico*, declarou que o modo de vida tipicamente alemão estava sendo ameaçado pela influência estrangeira. Para Mann, “o homem está rapidamente tornando-se inglês.” Neste sentido, a presente Guerra Mundial era “a rebelião da Alemanha contra o espírito ocidental:”

O espírito político [entendido] como o esclarecimento democrático e a “civilização humanitária” não são apenas psicologicamente antialemães; também são necessariamente hostis politicamente à Alemanha [...] Futuros historiadores demonstrarão o papel que os *illuminati* internacionais, que as lojas maçônicas globais tiveram [...] na preparação espiritual e na efetiva

⁹⁰³ WEBER, Max, 1971, p. 455 et seq.

⁹⁰⁴ Weber, Max. Jugendbriefe. p. 298. Citado por MAYER, 1986, p. 30.

⁹⁰⁵ RUTKEVIČ, A. M. The ideas of 1914. **Studies in East European Thought**, [s. l.], v. 66, n. 1–2, p. 1–15, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11212-014-9203-4p.1-2>.

⁹⁰⁶ BENDERSKY, J. W. **Carl Schmitt: Theorist for the Reich**. New Jersey: Princeton University Press, 1983. p. 17.

⁹⁰⁷ Ibid.

conflagração desta Guerra Mundial, a guerra da ‘civilização’ contra a Alemanha.⁹⁰⁸

Para a vasta maioria dos conservadores, a obrigação “apolítica” de pregar a causa nacional também implicava um dever de defender anexações territoriais extensivas, especialmente da Bélgica. Ainda que Weber tivesse tomado parte no entusiasmo nacionalista dos seus colegas, ele se mostrou um grande crítico da ideia de anexações territoriais. Sua preocupação era que a posição diplomática e econômica da Alemanha seria seriamente prejudicada caso ela fosse bem-sucedida nesta empresa.⁹⁰⁹ Weber mostrou-se abismado com a “covardia moral” daqueles políticos incapazes de se posicionar contra a histeria dos fomentadores da guerra. Ele não podia tolerar o fato de que decisões fatídicas eram tomadas sem considerar as consequências prováveis, e insistiu que todos os “cálculos” pertinentes fossem feitos com muito cuidado e que a responsabilidade de todos os envolvidos nestes cálculos fosse “formalmente documentada.”⁹¹⁰ A anexação da Bélgica, em particular, lhe parecia uma “loucura inacreditável.” As anexações territoriais no Leste e a incorporação dos povos eslavos ao *Reich* também eram irresponsáveis, e Weber argumentou que elas apenas antagonizariam 15 milhões de pessoas, transformando-as em inimigos mortais da Alemanha. Se a guerra fosse assim conduzida, afirmou, o seu “resultado principal seria que a *bota da Alemanha pisaria nos dedos de todos na Europa.*” Mesmo no caso de vitória, seria uma “vitória de Pirro a perpetuar o isolamento diplomático da Alemanha e a hostilidade dos seus vizinhos europeus.”⁹¹¹ Weber amargurou-se com a campanha pública em favor da guerra submarina total, que era dirigida pelos líderes militares e pela direita política. Sua resposta veio no memorando *A guerra submarina total*, enviado ao Ministério das Relações exteriores e para quase vinte parlamentares, no qual apontava que uma tal política provavelmente traria os Estados Unidos para a guerra, como de fato aconteceu, e os ingleses então poderiam apoiar-se nos vastos recursos do seu novo aliado. Os alemães poderiam esperar “muitas centenas de milhares de voluntários americanos bem armados e atleticamente treinados.” Qualquer estimativa

⁹⁰⁸ MANN, T. **Reflections of a nonpolitical man**. New York: The Ungar Publishing Company, 1987. p. 18.

⁹⁰⁹ cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 194.

⁹¹⁰ WEBER, Max, 1971, p. 146–154.

⁹¹¹ *Ibid.*, p. 117, 124.

realista da capacidade da Alemanha de produzir submarinos adicionais fazia com que o bloqueio naval da Inglaterra parecesse “utópico.”⁹¹²

Weber defendia a necessidade da afirmação da Alemanha como uma potência mundial, contudo, enquanto as elites imperiais e a burguesia advogavam a expansão da marinha alemã, ele apontava que o imperialismo que se seguiria seria conduzido apenas para aumentar o prestígio doméstico e o poder e das classes dominantes. Este tipo de empresa, defendeu, estava mais associado a um “capitalismo de butim” monopolístico do que com o fomento de um sistema econômico dinâmico, baseado no empreendimento privado e na competição econômica. Era este que Weber considerava estar conforme o interesse nacional. Weber concedeu que uma guerra vitoriosa aumentaria o prestígio cultural da nação, mas afirmou que isso não necessariamente avançaria o desenvolvimento da cultura nem dos interesses políticos e econômicos nacionais.⁹¹³ No *Economia e Sociedade*, Weber descreveu a condução de guerras expansionistas como um instrumento que avançava os interesses das indústrias armamentistas em se tornar credoras dos Estados, pois conflitos militares resultavam em lucros para estes grupos independentemente do resultado das guerras.⁹¹⁴ Já antes da guerra, Weber defendia que a futura influência política da Alemanha residiria na sua habilidade de fazer alianças, ao invés de demonstrações de poder militar.⁹¹⁵

Para Weber não havia dúvidas de que a Alemanha era e deveria continuar sendo uma grande potência. Esta era a causa última da guerra: “Nossa honra,” não expansão territorial nem ganho econômico que estavam em jogo. Ele defendeu que a

⁹¹² Ibid., p. 146–154.

⁹¹³ cf. BELLAMY, 1992, p. 504–506.

⁹¹⁴ Cf. “A expansão violenta, mediante a guerra, e os respectivos armamentos, desde que os meios materiais para realizá-la não sejam fornecidos (...) pelos próprios participantes, mas pela comunidade política como tal, criam a ocasião mais rendosa para enormes empréstimos e aumentam as oportunidades de lucro dos credores capitalistas do Estado (...) E ali onde o grupo definitivo dos credores do Estado veio a formar uma camada muito ampla de proprietários de valores públicos – situação característica da atualidade -, criam tais oportunidades para os bancos ‘emissores’. No mesmo sentido estão orientados os interesses dos fornecedores de material bélico. Dessa maneira, aparecem potências econômicas interessadas no surgimento de conflitos bélicos como tais, sem se importar com as consequências que trazem para a comunidade própria. (...) estão economicamente interessados na guerra quando mêm, tanto na guerra perdida quanto na vencida (...) O predomínio de tais oportunidades de lucro vai aumentando, à custa dos lucros que podem ser obtidos mediante a troca comum de bens privados (...) Sem dúvida, todo investimento de capital na produção de maquinaria e material bélicos cria possibilidades de emprego e renda (...) Mas subtrai o capital a outros modos de emprego e dificulta a cobertura das necessidades noutras áreas (...) Nos países pouco carregados com custos militares e particularmente também nos pequenos Estados, não é rara uma expansão econômica maior (...) do que nas grandes potências” WEBER, Max, 2004b, p. 164–171.

⁹¹⁵ Cf. BELLAMY, 1992, p. 504–506.

sobrevivência da Alemanha era vital não apenas para ela própria, mas também para “as pequenas nações ao nosso redor que vivem à sombra do nosso poder.”

O que seria da independência dos escandinavos, dos holandeses, do povo de Tessin, se a Rússia, França, Inglaterra, Itália não tivessem de respeitar os nossos exércitos? Apenas o equilíbrio das grandes potências, umas contra as outras, garante a liberdade dos pequenos Estados.⁹¹⁶

Para Weber, a tarefa da Alemanha era talhar e manter um espaço intersticial em meio à luta cultural internacional. O que estava em jogo era “a determinação do caráter da civilização do futuro.” Weber via os predicamentos históricos mundiais do começo do século XX como um ponto de virada tão importante quanto a Batalha de Maratona. O resultado da batalha entre a “chibata russa” o “materialismo anglo-saxão” e a alternativa alemã, ainda emergente, ajudaria a decidir o futuro do ocidente. Se a Rússia saísse vitoriosa, então poder-se-ia esperar a dominação do ocidente pelo coletivismo burocrático. Uma tal predição e probabilidade estava fundamentado nas “regras de experiência” histórica da cultura e poder político russos, assim como do seu estatuto de superpotência emergente. Weber via a disputa entre a Rússia, a Alemanha e os Estados Unidos como um teatro da história mundial.⁹¹⁷

Mas a contenção do imperialismo russo deveria ser feita pelo estabelecimento, nas fronteiras orientais da Alemanha, de um número de estados independentes para as nações integrantes do Império Russo, com a Alemanha garantindo a sua autodeterminação nacional.⁹¹⁸ Era possível vislumbrar uma federação germano-polonesa baseada em uma relação de favorecimento econômico e garantias militares. Mas para que um tal arranjo pudesse ser alcançado, Weber enfatizou a necessidade da aceitação da completa autonomia polonesa.⁹¹⁹ Weber, portanto, defendeu que a visão de uma “Alemanha grande” tinha de ser abandonada para que o Estado alemão pudesse atuar como o campeão das nações menores.⁹²⁰ Em nome do interesse nacional, portanto, ele

⁹¹⁶ WEBER, Max, 1971, p. 170–172.

⁹¹⁷ Cf. KILKER, 1989, p. 435.

⁹¹⁸ Cf. NORKUS, Z. **Max Weber on nations and nationalism: Political economy before political sociology**. [S. l.]: University of Toronto Press Inc., 2004. p. 408.

⁹¹⁹ Cf. WEBER, Max, 1971, p. 112–129.

⁹²⁰ Ibid., p. 157–177.

passou a defender a criação de uma entidade política que compreendia uma pluralidade de nacionalidades autônomas.⁹²¹

Na opinião de Weber, a situação da Alemanha era completamente diferente daquela de Estados pequenos, como a Suíça e Dinamarca. Diferentemente dos nacionalistas “comuns,” ele rejeitava a concepção de que, de alguma maneira, pequenos Estados fossem “menos valiosos,” do ponto de vista cultural. Na verdade, ele agradece o fato de existirem comunidades alemãs fora do *Reich*. Nesses Estados menores (a Suíça é um exemplo), “outras virtudes podem florescer: não apenas as simples virtudes do cidadãos [*Bürgertugenden*] e a autêntica democracia”, mas também “valores muito mais íntimos e, não obstante, eternos.”⁹²² Mesmo um “alemão tão autêntico” quanto o escritor Gottfried Keller, diz Weber, jamais teria “chegado a ser tão especial e singular dentro de um acampamento militar, como necessariamente é o nosso Estado.”⁹²³

Um povo numericamente “maior,” organizado como um Estado sob o regime da força [*Machtstaat*], depara, devido a essas características, com tarefas completamente diferentes daquelas de povos como os suíços, os dinamarqueses, os holandeses e os noruegueses. Sem dúvida há uma enorme diferença entre essa afirmação e a ideia de que um povo “pequeno” em número e poder é menos “valioso” ou menos “importante” perante o fórum da história. É que simplesmente, por suas características, esses povos têm deveres distintos e, por isso, outras possibilidades culturais.⁹²⁴

Weber defendeu que a Alemanha tinha uma responsabilidade nacional de defender a cultura da Europa central contra a dupla ameaça das futuras hegemonias russa e anglo-americana. Escrevendo durante a Primeira Guerra Mundial, parece óbvio a Weber que um Estado alemão impotente seria inútil na defesa não somente da cultura alemã, mas também da autonomia cultural da Europa central.⁹²⁵ Caberia às grandes potências preservar a sua herança cultural, pois a existência de pequenas nacionalidades só seria possível sob a sua hegemonia protetiva.⁹²⁶

⁹²¹ Cf. RINGER, 2004, p. 54.

⁹²² WEBER, Max, 2014a, p. 98.

⁹²³ Ibid., n. 98.

⁹²⁴ Ibid., p. 97.

⁹²⁵ Cf. SPIERS; LASSMAN, 2014, p. XX.

⁹²⁶ Cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 65.

Em *Entre duas leis*, ele afirma que as “gerações futuras” de alemães responsabilizarão apenas à Alemanha se “o poder no mundo [...] for dividido, sem luta alguma, entre os regulamentos de funcionários públicos russos, por um lado, e as convenções da *Society* anglo-saxônica, por outro.”⁹²⁷ Por isso que a nação alemã tinha o dever de se lançar “energicamente contra a inundação do mundo inteiro por esses dois poderes.” Rejeitar essas exigências seria afirmar que a unificação alemã foi um “um luxo caro, inútil e prejudicial à cultura, que não deveríamos ter-nos permitido e que teríamos de abandonar quanto antes em favor de [...] um desmembramento em pequenos cantões politicamente impotentes.” Ao criar o *Reich*, os alemães fizeram uma escolha e assumiram deveres dos quais não poderiam se subtrair “*sem passar vergonha.*” Se abdicassem das pretensões de poder, os alemães só poderiam aguardar para ver por quanto tempo “nossos vizinho nos permitiriam cultivar tranquilamente os valores culturais de povos pequenos.”⁹²⁸ No artigo em que fazia uma avaliação da política externa de Bismarck, em 1915, Weber chegou a afirmar que

um Estado não precisa necessariamente ser um ‘Estado-nação’ no sentido de que oriente os seus interesses exclusivamente em favor de uma única nacionalidade dominante’. O Estado poderia “servir os interesses culturais de várias nacionalidade de um jeito que estivesse em harmonia completa com a nacionalidade dominante.”⁹²⁹

Os objetivos de uma política responsável tal como defendidos por Weber, portanto, consistiam em defender a nação, como uma unidade sociocultural, da ameaça colocada por outras nações, como unidades socioculturais, na luta política mundial por poder. A nação, portanto, deve ser protegida. A política responsável é essencialmente defensiva, no sentido de que reconhece a realidade inevitável da luta pelo poder e busca proteger a sua cultura nacional. Como um ideal a ser buscado, esta *Realpolitik* nacionalista só possui um conteúdo negativo, pois não afirma positivamente quais devem ser os valores nacionais a serem defendidos contra a ameaça a eles colocada por outras nações. Assim compreendido, o nacionalismo não pode ser o valor último de Weber, ainda que ele o tenha afirmado repetidas vezes.

⁹²⁷ WEBER, Max, 2014a, p. 97–99.

⁹²⁸ Ibid.

⁹²⁹ WEBER, Max, 1971, p. 128.

Havia uma distância consciente entre o nacionalismo de Max Weber e a justificação da política nacional de poder característica da época guilhermina, que, conforme Weber, “fazia do poder um objeto em si.”⁹³⁰ Aquele tipo de nacionalismo havia levado “necessariamente a uma falta de consciência sobre todas as questões culturais.” Os nacionalistas conservadores tentavam compensar sua “total falta de ideal cultural e o estreitamento desavergonhado dos seus horizontes espirituais” engajando-se em demonstrações nacionalistas “do tipo mais desprezível.” Weber deplorava “a fenda entre a *vacuidade* do sentimento nacional de muitos de nossos estudantes e a intensidade das nossas necessidades nacionais culturais.”⁹³¹ Para Weber, “Os ideais de Treitschke ficaram para trás há muito tempo.”⁹³² Na *Política como Vocação*, ele expressamente condena o político que “encontra forma de gozo na simples posse do poder.”⁹³³

Por certo que o simples politiqueiro do poder, objeto, também entre nós, de um culto cheio de fervor, pode alcançar grandes efeitos, mas tudo se perde no vazio e no absurdo. Os que criticam a “política do poder” têm, nesse ponto, inteira razão. A súbita derrocada moral de certos representantes típicos dessa atitude permitiu que fôssemos testemunhas da fraqueza e da impotência que se dissimulam por detrás de certos gestos cheios de arrogância, mas inteiramente inúteis. Política dessa ordem não passa jamais de produto de um espírito embotado, soberanamente superficial e medíocre, incapaz de apreender qualquer significação da atividade humana. Nada, aliás, está mais afastado da consciência do trágico, de que se penetra toda ação, e, em especial, toda ação política, do que essa mentalidade.⁹³⁴

Conforme Kilker, o “nacionalismo” não para Weber era um fim em si, mas um meio para realizar fins culturais mais elevados. Aqueles que abraçam o Estado como seu valor último equivocam-se quanto à sua natureza.⁹³⁵ No fim do ensaio *O Significado da Neutralidade Ética*, Weber observa que “nas últimas décadas” e especialmente durante a presente guerra, o prestígio do Estado aumentou tremendamente. Ele sozinho, “de todas as diversas associações” recebeu poder “legítimo” sobre a “vida, morte e

⁹³⁰ Cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 65.

⁹³¹ Lebensbild. p. 414 et seq. apud *ibid.*, p. 66.

⁹³² WEBER, Max, 2014e, p. 335.

⁹³³ WEBER, Max, 2011, n. 65.

⁹³⁴ *Ibid.*, n. 107–108.

⁹³⁵ Cf. KILKER, 1989, p. 434.

liberdade”⁹³⁶ As suas agências usam este poder contra inimigos externos e internos. Nos tempos de paz, o Estado é o “maior empreendedor da vida econômica.” Na guerra, ele possui o poder completo sobre os bens econômicos disponíveis. Inevitavelmente as pessoas concluem que ele é o “valor último,” e que toda ação social deve ser avaliada nos termos dos seus interesses. Contudo, Weber insiste que o Estado não é o valor último, mas um instrumento técnico. Ele não possui valor intrínseco, mas é uma ferramenta para a realização de outros valores dos quais deriva o seu valor. Neste sentido, o seu *status* é auxiliar.⁹³⁷

Na esfera dos julgamentos de valor, é possível sustentar significativamente a função de que o poder do Estado deve ser aumentado para fortalecer o seu poder para eliminar obstáculos, enquanto sustenta que o Estado por si não possui valor intrínseco, que é um instrumento puramente técnico para a realização de outros valores somente dos quais ele deriva o seu valor, e que ele pode reter esse valor apenas na medida em que ele não busca transcender este status meramente auxiliar.⁹³⁸

A política responsável precisa, portanto, garantir o poder do Estado para proteger a nação. Mas uma política meramente responsável, que reconhece e endereça as demandas de poder do Estado, não pode encerrar, por si, o sentido e o valor da nação. A concepção de nação, para poder corresponder ao “valor último” de Weber, parece demandar mais do que a mera responsabilidade política em relação às demandas feitas pela violência e vontade de poder. A pergunta que Weber precisa responder, portanto, é “o que é uma nação?”

⁹³⁶ WEBER, Max, 1949, p. 46–47.

⁹³⁷ Ibid., p. 47.

⁹³⁸ Ibid., p. 45–47.

3.5 O que é uma nação?

Em 1892, Weber publicou os resultados de uma pesquisa patrocinada pela *Verein für Sozialpolitik* sobre as condições dos trabalhadores rurais nas áreas ao Leste do Elba na Alemanha. Nela, discutiu a controversa questão da defesa da cultura alemã perante a “infiltração eslava, sobretudo polonesa.”⁹³⁹ Na palestra inaugural de 1895, no contexto do mesmo estudo, Weber demonstrou acreditar de fato que havia uma superioridade cultural alemã a ser mantida perante a imigração polonesa. A mistura que fez entre nacionalidade, raça e cultura, fica evidente nas passagens em que refere, por exemplo, à densidade populacional polonesa nos territórios alemães, pelo termo *Polentum*,⁹⁴⁰ que denota tanto o conjunto do povo polonês quanto um tipo de caracterização cultural nacional polonesa, equivalente em português ao termo “polonismo” ou “polonidade.” No texto, *Polentum* é contraposto a *Deutschum*, termo de sentido idêntico, mas contrastantemente germânico. A escolha dos termos implica que para Weber a competição entre esses dois grupos populacionais é também uma competição entre conjuntos de características nacionais e valores culturais.⁹⁴¹ Quando ele diz que “nos solos ruins, o latifúndio senhorial era o detentor da cultura,”⁹⁴² isto implica que também a sofisticação técnica ou prática dos meios agrícolas é sintomática da cultura geral ou do caráter do povo a que se refere.⁹⁴³

Não podemos permitir que duas nacionalidades [*Nationalitäten*] compitam de maneira totalmente livre no mesmo território se elas possuem uma constituição corporal diferente, - falando de forma absolutamente concreta - se os seus estômagos são construídos diferentemente. Nossos trabalhadores não podem competir com os trabalhadores poloneses. As necessidades dos nossos trabalhadores teriam de decair completamente para um nível cultural mais baixo. Similarmente, nosso empreendimento cultural não é competitivo porque ele teria que decair completamente para um nível cultural mais baixo para competir com os empreendimentos agrícolas da Rússia, Argentina e da América. Em economias nacionais desorganizadas pelo capitalismo, situações

⁹³⁹ Cf. SPIERS; LASSMAN, 2014, p. X.

⁹⁴⁰ WEBER, Max, 2014b, p. 6.

⁹⁴¹ Ibid., n. 7, p.6.

⁹⁴² Ibid., p. 8.

⁹⁴³ KILKER, 1989, p. 436.

ocorrem em que a cultura mais elevada não é superior, mas mais fraca na luta contra uma cultura mais baixa pela existência.⁹⁴⁴

Uma política de colonização das terras da Prússia ao Leste do rio Elba seria recomendável pois “Poucos vilarejos, cada qual com uma dúzia de propriedades alemãs, podem eventualmente *germanizar* várias milhas quadradas, obviamente desde que se impeça a entrada de reforços proletários vindos do Leste.”⁹⁴⁵ O governo deveria tomar medidas para proteger a nação da onda polonesa, independentemente das consequências econômicas que isto traria.⁹⁴⁶ A economia política com critério nacionalista teria por objetivo, portanto, realizar ideais culturais, e para Weber toda a cultura estaria ligada ao princípio nacional.⁹⁴⁷ Seu objetivo era preservar o povo alemão, sua singularidade cultural e seus modos de organização social distintivos.⁹⁴⁸ Para ele, “[A] nacionalidade alemã no Leste deve ser protegida.⁹⁴⁹”

Poderemos tratar com nossos amigos poloneses e esperamos elevar ao nível da cultura alemã o proletariado polonês do interior – mas isso é impossível enquanto contínuas invasões de enxames de nômades do leste destroem regularmente esse trabalho cultural.⁹⁵⁰

Nesta perspectiva, Weber via o Estado-nacional como pré-requisito para o desenvolvimento cultural e a ferramenta que torna todos os atos sociais criativos possíveis.⁹⁵¹ Nações seriam para ele indivíduos históricos cujo complexo de características forma uma *Kultur* distintiva. Isto inclui não apenas arte e literatura, mas modos de vida, padrões de pensamento e outros fenômenos considerados propriedades únicas de seus membros. “Nação,” neste período do trabalho de Weber, seria, portanto, caracterizada como “uma população que se distingue por algumas características físicas e psíquicas, uma história comum, unidade territorial de manutenção econômica em uma economia de mercado mundial, e um Estado que é forte o suficiente para participar na luta mundial por ‘espaço vital.’” Ao se referir a grupos que carecem destas duas últimas

⁹⁴⁴ Die landliche Arbeitsverfassung." In Gesammelte Aufsätze zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte. Hrsg. Weber, Marianne. 2. Aufl. Tübingen: J.C.B. Mohr (Paul Siebeck). p. 457. apud NORKUS, 2004, n. 406.

⁹⁴⁵ WEBER, Max, 2014b, p. 18. Nt. E.

⁹⁴⁶ MOMMSEN, W. J., 1984, p. 39.

⁹⁴⁷ KILKER, 1989, p. 433.

⁹⁴⁸ MOMMSEN, W. J., 1984, p. 64.

⁹⁴⁹ WEBER, Max, 2014b, p. 19.

⁹⁵⁰ Gesammelte Aufsätze zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte. p 457 citado por MAYER, 1986, p. 32.

⁹⁵¹ MOMMSEN, W. J., 1984, p. 49.

características (por exemplo os poloneses no seu tempo), Weber usa o termo “nacionalidade” [*nationalität*] e não “nação.”⁹⁵²

A partir dos anos 1900, Weber começa a mostrar-se cada vez mais cético quanto a todas as tentativas de fundamentar a identidade nacional em qualidades físicas ou psicológicas. Em uma carta circular aos seus “colegas de Friburgo,” ele qualificou a sua palestra de 1895 como “imatura,” e criticou-a como um “nacionalismo zoológico.”⁹⁵³ Estudando a situação da Rússia, Weber ficou impressionado com os trabalhos do federalista ucraniano Dragomanov, que defendia que o Estado russo concedesse um amplo grau de autonomia cultural para nações individuais como a Polônia e a Lituânia dentro do bloco russo.⁹⁵⁴ “*A razão de Estado,*” diz Mommsen, “comandava-o a se preocupar especificamente com a Rússia, pois se ela adotasse um regime constitucional seria um vizinho mais poderoso e mais ameaçador à Alemanha.” Weber teria percebido que o liberalismo russo poderia ser bem-sucedido em trazer o movimento nacional polonês em cooperação leal com a União Imperial Russa, e antecipou um crescimento extraordinário de poder para o Império Russo se ele fosse bem-sucedido em fazer com que as nacionalidades não russas se tornassem suas membras voluntárias.⁹⁵⁵

A sua compreensão do ideal de nação passa, a partir daí, a receber uma conotação mais subjetivista: um grupo de status que luta por uma posição mais elevada na ordem das coisas do mundo. A reversão da postura chauvinista quanto aos poloneses é o principal exemplo dessa mudança. Se entre 1893 e 1898 Weber mal reconhecia aos poloneses uma civilização digna de ser chamada de cultura nacional,⁹⁵⁶ - e ele próprio admite que “era conhecido como um inimigo dos poloneses”⁹⁵⁷ - a partir de 1908 ele se torna o seu campeão e defensor.⁹⁵⁸ Pode-se perceber a transformação da compreensão de “nação” no pensamento de Weber ao comparar a palestra inaugural com a primeira parte do *Economia e Sociedade*, onde Weber critica as concepções que relacionam etnicidade e

⁹⁵² NORKUS, 2004, p. 407.

⁹⁵³ “Freiburger Kollegen,” Brief 15.11.1911, in his Gesamtausgabe. Abteilung II: Briefe (1911) 1911-1912. Hrsg. Lepsius, Rainer R. M. und Mommsen Wolfgang J. in Zusammenarbeit mit Rudhard, Birgit und Schon, Manfred. Tübingen: J.C.B.Mohr (Pauliebeck), S.352-357. p. 356. Citado por *ibid.*, p. 408.

⁹⁵⁴ Cf. BELLAMY, 1992, p. 505.

⁹⁵⁵ Cf. NORKUS, 2004, p. 408.

⁹⁵⁶ Cf. MOMMSEN, W. J., 1984, n. 52.

⁹⁵⁷ WEBER, Max, 1971, p. 173.

⁹⁵⁸ Cf. *ibid.*, n. 173-8.

nacionalidade, questionando mesmo a possibilidade de uma análise científica da primeira.

Em resumo, encontramos unidos, na ação comunitária "eticamente" condicionada, fenômenos que uma consideração sociológica realmente exata - que aqui nem tentamos - teria que separar cuidadosamente [...] Fazendo isto, arremessar-se-ia definitivamente pela borda o conceito coletivo de "étnico". Pois é um coletivo completamente inútil para toda investigação realmente exata. [...] O conceito de comunidade "étnica," que logo se volatiliza na formação de conceitos exatos, corresponde neste aspecto, até certo grau, a outro, para nós o mais carregado de sensações emotivas: o de "nação," logo que procuramos concebê-lo sociologicamente.⁹⁵⁹

Weber observou que a autoidentificação étnica de um grupo raramente baseava-se em uma verdadeira homogeneidade "de sangue," mas sim meramente na crença subjetiva em tal homogeneidade. A crença na comunidade étnica, diz Weber surge primariamente de um destino político comum, e não de parentesco antropológico objetivo.⁹⁶⁰ Na continuidade da descrição da relação entre etnicidade e nação, Weber aponta qual definição das duas, apesar das suas deficiências, lhe parece a mais apropriada:

chamaremos grupos "étnicos" aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que essa se torne importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva.⁹⁶¹

A "nação" é um conceito que, se for possível defini-lo inequivocamente, jamais pode ser definido na base das qualidades comuns empíricas daqueles que se consideram seus membros. Em primeiro lugar, significa, sem dúvida, no sentido daqueles que o empregam, que de certos grupos de pessoas pode ser esperado, diante de outros, um sentimento de solidariedade específico, pertencendo, portanto, à esfera dos valores.⁹⁶²

⁹⁵⁹ WEBER, Max, 1999, p. 275.

⁹⁶⁰ WEBER, Max, 2004b, p. 172–173.

⁹⁶¹ WEBER, Max, 1999, p. 270.

⁹⁶² Ibid., p. 172.

Em uma passagem irônica, ele enfatiza que “por toda parte, precisamente os ‘nacionalistas’ extremamente radicais são muitas vezes de origem estrangeira.”⁹⁶³ No mesmo espírito, em *Parlamento e governo na Alemanha reorganizada*, Weber ataca o “desertor inglês” germanófilo, proto-nazista, Houston Stewart Chamberlain,⁹⁶⁴ por querer ensinar à nação “o que é ‘germanismo.’”⁹⁶⁵ Weber também passou a rejeitar a definição de nação como uma comunidade linguística. Os alsacianos, por exemplo, ainda que linguisticamente alemães, sentiam-se ligados à França por causa da experiência comum da Revolução Francesa.⁹⁶⁶ No lugar de língua e etnia, Weber passou a enfatizar a importância das memórias coletivas para a consolidação do ideal de nação. Tais memórias, defendeu, tornam-se a base para a consolidação de uma “comunidade de destino político” que transcende diferenças de classe e estamento, e podem também transcender diferenças étnicas - como foi precisamente o caso dos alsacianos germanófonos que compartilharam com os franceses a Revolução de 1789 e as Guerras Napoleônicas.⁹⁶⁷

a comunidade política faz parte daquelas comunidades cuja ação social, pelo menos em regra, encerra certa coação, mediante a ameaça e a destruição da vida e da liberdade de ação, tanto de estranhos quanto dos próprios participantes. Trata-se aqui da seriedade da morte que o indivíduo, eventualmente, deve enfrentar, no interesse da comunidade. E é isso também que cria seus fundamentos sentimentais permanentes. Um destino político comum – isto é, em primeiro lugar, lutas políticas comuns de vida e morte – cria vínculos de memória muitas vezes mais fortes do que os vínculos da comunidade cultural, linguística ou de sangue. São estes que dão o matiz decisivo à “consciência nacional.”⁹⁶⁸

Para Weber, também a divisão entre grupos nacionais é parte de uma hierarquia de prestígio social. Ao tentar definir mais concretamente a singularidade dos “sentimentos nacionais,” ele os descreve como aquilo que alguém sente quanto ao “prestígio do

⁹⁶³ WEBER, Max, 2004b, p. 173.

⁹⁶⁴ Chamberlain, casado com a filha de Richard Wagner, fundou a “sociedade Gobineau alemã,” introduzindo o antissemitismo no ideário racista e pessimista cultural de Arthur De Gobineau. Ele é um dos pais espirituais do nazismo. In. HERMAN, 1999, p. 77–83.

⁹⁶⁵ WEBER, Max, 2014e, n. 340.

⁹⁶⁶ WEBER, Max, 2004b, p. 172–173.

⁹⁶⁷ WEBER, Max, 1978, p. 395–397.

⁹⁶⁸ WEBER, Max, 2004b, p. 156.

poder” ou o “prestígio cultural” do seu “próprio” Estado nacional.⁹⁶⁹ Os Estados, como pessoas, lutam por prestígio e honra e são divididos em uma hierarquia informal de prestígio. O título de honra para o estamento nacional mais alto no tempo de Weber era o de “Grande Potência” [*Grossmacht*.]

Sempre encontramos, junto com o conceito de “nação,” a referência à relação com o “poder” político, e evidentemente o “nacional” é, portanto – se for algo homogêneo –, uma espécie particular de comoção que, num grupo humano unido por uma comunidade de língua, de confissão, de costumes ou de destino, se vincula à ideia da organização de uma unidade política poderosa própria, já existente ou ainda aspirada, e que se torna tanto mais específica quanto mais ênfase se põe no ‘poder.’⁹⁷⁰

O conceito de nação de Weber parece implicar que a coerência da comunidade nacional depende do sucesso do Estado com o qual a comunidade se identifica na luta internacional por poder e prestígio. Fracassos recorrentes e sistemáticos e humilhações nacionais contínuas afetam a lealdade nacional. Quando o nacional para de acreditar que estes fracassos são “temporários,” uma identidade nacional específica não é mais objeto de orgulho e torna-se mais provavelmente um estigma.⁹⁷¹ A “nação” existe onde o orgulho no poder ou nas realizações culturais “da sua própria” nação transcende interesses de classe, estamentos e em alguns casos diferenças étnicas.⁹⁷² Neste sentido, Weber reconhece no *Economia e Sociedade* que a agressão beligerante bem-sucedida normalmente incrementa o prestígio e o poder doméstico dos grupos estamentais que a conduziram no tempo de guerra.⁹⁷³ Mas nesta luta por prestígio nacional, poder militar e econômico já não são os únicos recursos eficientes.⁹⁷⁴ O prestígio nacional também está presente onde a nação desenvolve e avança a sua cultura.

O prestígio da França no mundo inteiro está baseado no tesouro que ela salvou de seu passado aristocrático e que, apesar da terrível decadência da arte oficial,

⁹⁶⁹ WEBER, Max, 1978, p. 395, 910–912, 925–926.

⁹⁷⁰ WEBER, Max, 1999, p. 277.

⁹⁷¹ Cf. NORKUS, 2004, n. 398.

⁹⁷² Cf. *ibid.*, n. 397.

⁹⁷³ WEBER, Max, 1978, p. 910–921.

⁹⁷⁴ Cf. NORKUS, 2004, n. 408.

continuou a cultivar nos círculos íntimos de sua criação artística e da formação estética do tipo humano francês.⁹⁷⁵

“Cultura”, de acordo com Weber, é uma rede de crenças, sentidos substantivos, valores coletivos, práticas diárias, e significações simbólicas que descrevem a unidade e identidade de uma sociedade. Esta rede é irredutível à sua existência física, biológica ou econômica. Significações culturais são constitutivas do âmbito simbólico, porque elas não são nem redutíveis nem dedutíveis de referenciais “reais” ou “objetivos.” Cultura não é apenas um conjunto de representações do real, mas a “cola” da vida social, que mantém juntas ideias, valores, crenças, e práticas dentro de um todo coerente e confere um significado comum para uma multitude de práticas e relações sociais aparentemente não relacionadas.⁹⁷⁶ A cultura é aquilo que dá aos indivíduos

a capacidade e a vontade de tomar atitudes deliberadas em relação ao mundo e dar a elas *significado*. Qualquer que esse significado possa ser, ele nos levará a conectar certos fenômenos da existência humana à sua luz e responder a eles como sendo (positivamente ou negativamente) significativos.⁹⁷⁷

O que quer que esse sentido seja, ele nos levará a julgar certos fenômenos da existência humana a sua luz e responder a eles como sendo (positiva ou negativamente) significativos.”⁹⁷⁸ Weber explicitamente reconheceu que o Estado também poderia ser “a forma mais importante para a regulação normativa da vida cultural.”⁹⁷⁹ Portanto, junto da definição repressiva e realista de poder, ele adicionou uma versão mais ampla: “a palavra poder [...] em última análise significa o poder de determinar o caráter da cultura.”⁹⁸⁰

Em suas manifestações mais antigas e mais enérgicas, [a ideia de nação] continha [...] a lenda de uma “missão” providencial, cuja realização [...] era possibilitada, precisa e exclusivamente, mediante o cultivo de um modo de ser peculiar. Por isso, essa missão – desde que procura justificar-se a si mesma pelo valor de seu conteúdo – somente pode ser imaginada [...] como específica missão “cultural.” A superioridade ou, pelo menos o caráter insubstituível dos

⁹⁷⁵ WEBER, Max, 2014g, p. 140.

⁹⁷⁶ KALYVAS, 2008, p. 35.

⁹⁷⁷ WEBER, Max, 1949, p. 81.

⁹⁷⁸ Ibid.

⁹⁷⁹ Ibid., p. 67–69.

⁹⁸⁰ WEBER, Max, 2014a.

“bens culturais”, que somente podem ser conservados e desenvolvidos mediante o cultivo do modo de ser peculiar, é o ponto em que se costuma amarrar o significado de “nação.”⁹⁸¹

⁹⁸¹ WEBER, Max, 2004b, p. 175.

3.6 Cultura nacional e legitimidade

Depois de estudar o liberalismo russo sob o Czar, Weber afasta-se das concepções nacionalistas chauvinistas típicas do Império guilhermino e se aproxima do ideal de nação prevalente na Europa ocidental, que inclui cada cidadão que subjetivamente reconhece sua relação com o Estado, sem referência a ancestralidade. Trata-se da concepção de nação que Ernst Renan descreveu como “*plebiscite de tous les jours*.”⁹⁸²

Para Renan a nação é

Uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas, que são realmente uma, constituem essa alma e princípio espiritual. Uma está no passado, a outra, no presente. Uma é a posse em comum de um rico tesouro de memórias; a outra é o consentimento real, o desejo de viver juntos, a vontade de continuar a valorizar a herança indivisa e compartilhada [é preciso] ter feito grandes coisas juntos e desejar fazer mais, essas são as condições essenciais para um povo. Nós amamos a nação na proporção dos sacrifícios a que concordamos, dos danos que sofremos. [...] A existência de uma nação (você me perdoará essa metáfora) é um plebiscito diário, assim como a existência contínua de um indivíduo é uma afirmação perpétua da vida.⁹⁸³

A nação passa a ser compreendida por Weber como “uma comunidade baseada sobre um sentimento [*gefölmässige Gemeinschaft*], para qual o Estado de cada nacional seria sua expressão adequada; portanto, [a nação] normalmente tende a trazer à tona este Estado.”⁹⁸⁴ Weber, assim, universaliza a conexão entre “nação” e “Estado.”⁹⁸⁵ A nação liga-se ao Estado pela crença compartilhada dos nacionais na *legitimidade* da autoridade do Estado. O Estado é, afinal de contas, “é a comunidade humana que reivindica o *monopólio do uso legítimo da violência física*.”⁹⁸⁶

“Dominação,” [*Herrschaft*] Weber argumentou, “é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas

⁹⁸² Cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 51.

⁹⁸³ RENAN, E. *Qu'est-ce qu'une nation?* Paris: Calmann Lévy, 1882.

⁹⁸⁴ “Diskussionsrede zum Vortrag von P. Barth ‘Die Nationalität in ihrer soziologischen (1912) Bedeutung’ auf dem zweiten Deutschen Soziologentag in Berlin,” Max Weber, *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik*, Tübingen: J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), S. 484-486. Citado por NORKUS, 2004, p. 394.

⁹⁸⁵ Cf. PALONEN, 2001, n. 206.

⁹⁸⁶ WEBER, Max, 2011, p. 56.

indicáveis.”⁹⁸⁷ Mas a dominação *legítima* não repousa na obediência resultante do medo do uso (ou a ameaça do uso) da violência, ou em motivações de auto interesse e considerações prudenciais ou utilitárias.⁹⁸⁸ Na verdade, a legitimidade de um sistema de dominação depende da *crença* na validade deste sistema.⁹⁸⁹ Weber distinguiu entre “dominação em virtude de uma constelação de interesses” e “dominação em virtude de autoridade.”⁹⁹⁰ Ao fazê-lo, ele alude a uma concepção de política que é mais ampla e substantiva do que a mera luta pelo poder. Como ele aponta, “‘legitimidade’ originalmente devia pouco à violência – no sentido de que a violência não era vinculada por normas.”⁹⁹¹ A política, conseqüentemente, não pode ser completamente capturada pela racionalidade instrumental, pela violência, pela ação orientada para fins, ou pela ética da responsabilidade. Ela também cai sob a rubrica da racionalidade orientada para valores, e neste sentido faz fronteira com a “ética da convicção.”⁹⁹²

Visto desse ponto de vista, a crença na legitimidade da dominação é diretamente extraída e condicionada pelos valores culturais hegemônicos prevalentes em uma sociedade. Aqueles que podem determinar o conteúdo e a orientação de uma formação cultural tem uma probabilidade mais alta de influenciar como as pessoas agem e de determinar o que em uma dada sociedade será considerado uma autoridade legítima.⁹⁹³ No final da *Política como vocação*, Weber aponta que na política, para “atingir o possível,” é necessário “tentar o impossível.”⁹⁹⁴ Ao defender as suas convicções substantivas e valores, os políticos buscam exercer o *carisma* que rompe com os

⁹⁸⁷ WEBER, Max, 1999, p. 33.

⁹⁸⁸ WEBER, Max, 1978, p. 943. e.g., “o banco credor, todavia, não pretende exercer ‘autoridade,’ i.e., reivindicar ‘submissão’ da parte do dominado sem considerar os seus próprios interesses; eles simplesmente perseguem os seus próprios interesses e os realizam melhor quanto a pessoa dominada, agindo com liberdade formal, persegue racionalmente o seu próprio interesse tal como é forçado sobre ele pelas circunstâncias objetivas.”

⁹⁸⁹ Por “dominação”, compreenderemos, então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (“mandado”) do “dominador” ou dos “dominadores” quer influenciar as ações de outras pessoas (“do dominado” ou dos “dominados”), e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações (“obediência”). WEBER, Max, 2004b, p. 191.

⁹⁹⁰ WEBER, Max, 1978, p. 943.

⁹⁹¹ Revela-se a importância, originalmente pequena, da legitimidade da violência, no sentido de correspondência a certas normas, [...] Dessa situação desenvolve-se uma violência legítima, em primeiro lugar, somente contra os companheiros que, por traição, desobediência ou covardia, atuam contra a confraternidade WEBER, 2004, p. 158.

⁹⁹² KALYVAS, 2008, p. 34.

⁹⁹³ Cf. SCHLUCHTER, 1981, n. 26–28.

⁹⁹⁴ WEBER, Max, 2011, n. 123.

“mecanismos que são hostis à vida, para longe da escravização da rotina sem vida da existência diária,” para com isso inspirar as massas a segui-los.⁹⁹⁵

A política mostra-se permeada por um conjunto de significados culturais e ideacionais que condicionam o conteúdo axiológico da crença na autoridade.⁹⁹⁶ Por essa razão, Weber defende que o conceito de Estado não pode ser compreendido cientificamente sem um estudo correspondente da “crença na validade efetiva ou normativa das regras e das relações de autoridade de alguns seres humanos para com outros. Esta crença é parte consciente, parte experimentada, e parte passivamente aceita pelas pessoas.”⁹⁹⁷

A posição moderna das associações políticas baseia-se no prestígio que lhes concede a crença específica, difundida entre os participantes, numa especial sacração, dada pela “conformidade à lei” [legitimidade] da ação social por elas ordenada. E isso também e precisamente quando esta ação compreende coação física, incluindo o poder sobre vida e morte: trata-se, no tocante a essa situação, do reconhecimento específico da sua legitimidade.⁹⁹⁸

Esta ênfase na crença na legitimidade da autoridade complexifica o âmbito da política,⁹⁹⁹ que passa a ser visto também como âmbito da luta entre grupos competidores pela influência e controle da cultura, pela transformação das orientações subjetivas, representação, e atitudes, e pela disseminação de uma nova cosmovisão. A luta cultural promove a construção de identidades políticas e a geração de valores e significados sobre os quais a autoridade política legítima repousa. Weber classificou essa dimensão carismática da política com o termo *metanoia*, definida como o poder do carisma de “ser uma transformação com ponto de partida íntimo,” significando “uma modificação na direção da consciência das ações, com orientação totalmente nova de todas as atitudes diante de todas as formas de vida e diante do ‘mundo’ em geral.”¹⁰⁰⁰ A crença

⁹⁹⁵ O próprio predicado negativo, expresso nas palavras “apenas uma paixão,” podem ser considerados como uma degradação do que é mais genuíno e apropriado na vida, da única, ou em qualquer caso, da estrada real que distancia do “valor” impessoal ou supra pessoal – mecanismos que são hostis à vida, para longe da escravização da rotina sem vida da existência diária e da pretensão das irrealidades impostas de cima para baixo WEBER, Max, 1949, p. 17.

⁹⁹⁶ WEBER, Max, 2004b, p. 327.

⁹⁹⁷ WEBER, Max, 1949, p. 99.

⁹⁹⁸ WEBER, Max, 2004b, p. 157.

⁹⁹⁹ Cf. KALYVAS, 2008, p. 36.

¹⁰⁰⁰ Cf. SCHLUCHTER, 1981, p. 38.; WEBER, 1999, p. 161.; “O carisma [...] desde que exerça seus efeitos específicos, manifesta seu poder revolucionário ‘de dentro para fora’, a partir de uma metanóia central do modo de pensar dos dominados. [...] o carisma, em suas formas de manifestação supremas, rompe todas as regras e toda a tradição e mesmo inverte todos os conceitos de santidade. [...] neste

na legitimidade da autoridade política deve ser compreendida como parte destas atitudes centrais.¹⁰⁰¹

Esta segunda concepção de política explica por que Weber atacava a pura política de poder.¹⁰⁰² É interessante considerar que uma das principais objeções de Weber contra a política de poder não tem como objeto a sua falta de limites ou seu caráter arbitrário, mas o seu *déficit simbólico* e sua inabilidade de influenciar as representações coletivas e realizar valores culturais. A política de poder, ao buscar de poder como fim em si mesmo, consiste em um desperdício do poder como tal. Os meios da política tornaram-se os fins do político. Essa subversão da relação entre meios e fins envolve um uso do poder que carece de suporte simbólico apropriado e falha em influenciar orientações valorativas. Neste sentido, a política de poder carece de uma “missão cultural.”¹⁰⁰³ O poder nu e cru dificilmente pode ser considerado *significativo*. É difícil imaginar que o poder pelo próprio poder será reconhecido como exemplar ou obrigatório para os cidadãos. É necessário uma *crença* em um valor. Este valor, contudo, pode ser extraído da mais variada gama possível. Ele pode ser derivado da crença em

fins nacionais ou humanitários, sociais, éticos ou culturais, profanos ou religiosos [...] Seja qual for o caso, uma crença qualquer é sempre necessária,

sentido puramente empírico e não-valorativo, é o carisma, de fato, o poder revolucionário especificamente ‘criador’ da história.” 2004, p. 328.

¹⁰⁰¹ Cf. KALYVAS, 2008, p. 36.

¹⁰⁰² “Cabe aqui examinar mais detalhadamente a circunstância de que a ideia de ‘nação’, em seus portadores, se encontra em relações muito íntimas com interesses de ‘prestígio’. Em suas manifestações mais antigas e mais enérgicas, ela continha, de alguma forma, às vezes oculta, a lenda de uma ‘missão’ providencial, cuja realização cabia àqueles aos quais se dirigia o páthos de seus representantes, além das ideias de que essa missão era possibilitada, precisa e exclusivamente, mediante o cultivo do modo de ser peculiar. Por isso, essa missão - desde que procura justificar-se a si mesma pelo valor de seu conteúdo - somente pode ser imaginada. Em forma consequente, como específica missão ‘cultural’. A superioridade ou, pelo menos, o caráter insubstituível dos ‘bens culturais’, que somente podem ser conservados e desenvolvidos mediante o cultivo do modo de ser peculiar, é o ponto em que se costuma amarrar a significação de ‘nação’, e portanto é óbvio que, do mesmo modo que os poderosos da comunidade política provocam a ideia do Estado, aqueles que numa ‘comunidade cultural’ (o que significa aqui: um grupo de pessoas às quais, em virtude de seu modo de ser peculiar, estão acessíveis, de modo específico, determinadas obras consideradas ‘bens culturais’) usurpam a liderança - os intelectuais, portanto, como por enquanto queremos chama-los - estão em grau específico predestinados a propagar a ideia ‘nacional’. Este é o caso quando aqueles portadores da cultura [...] [rascunhos sobre o prestígio cultural e o prestígio de poder estarem intimamente relacionados] WEBER, 2004, p. 175.

¹⁰⁰³ Entre a afirmação enfática, a rejeição enfática e, por fim, a indiferença total diante da ideia de “nação” (tal como a deve sentir, por exemplo, o luxemburguês, e como é própria dos povos nacionalmente “não-despertados”) há uma escala ininterrupta de atitudes muito diversas e extremamente variáveis a esse respeito, também nas diferentes camadas sociais dentro dos grupos aos quais a linguagem corrente atribui a qualidade de “nações”. [...] Não apenas as razões em que se apoia a crença de constituir uma “nação” própria, como também o comportamento empírico que resulta na realidade da pertinência ou não-pertinência a determinada “nação” são qualitativamente muito diversos. O “sentimento nacional” do alemão, do francês, do russo não funciona da mesma forma. WEBER, 2004, p. 174.

pois, caso contrário- e ninguém pode negá-lo – a inanidade da criatura eclipsará até mesmo o êxito político aparentemente mais sólido.¹⁰⁰⁴

A política de poder empobrece a política porque reduz a política ao “cultivo sem convicção de uma ‘manutenção do Estado’ puramente formal sem *nenhum* objetivo substantivo.”¹⁰⁰⁵ Em *Sufrágio e democracia na Alemanha* Weber argumenta que é necessário à política ao menos um *mínimo* de moralidade: “Por certo, a política não é um negócio ético. Mesmo assim, há um grau mínimo de vergonha e decência que nem mesmo na política pode ser violado impunemente.”¹⁰⁰⁶ Neste sentido, ele compreendeu os choques entre os partidos políticos alemães como sendo não apenas conflitos sobre o poder estatal, interesses econômicos ou de classe, vantagens materiais, autopreservação, ou mera sobrevivência, mas também “lutas para consecução de metas objetivas”¹⁰⁰⁷ e entre “cosmovisões”.¹⁰⁰⁸

na Alemanha, existem partidos que possuem uma doutrina política, de sorte a poderem afirmar, ao menos com *bona fides* subjetiva, que seus membros são representantes de uma “concepção de mundo.” Entretanto, os dois mais importantes partidos desse tipo, o *Centrum* e a Social-Democracia, são, infelizmente, partidos que, de momento, se destinam a ser minoritários [...] ¹⁰⁰⁹

Um conceito amplo do âmbito político pode ser traçado a partir da crítica que Weber faz das versões prevalentes do liberalismo político e do marxismo, que buscavam assimilar o político ao âmbito econômico.¹⁰¹⁰ Por exemplo, no caso dos movimentos socialistas e da política trabalhista, Weber repudiava a ideia de que existiam exclusivamente buscando avançar interesses materiais e benefícios econômicos. Antecipando discursos contemporâneos sobre valores pós-materiais, como reconhecimento e identidade, ele observou que

Pode-se pensar o que quiser da greve. Quase sempre é uma luta por interesses, por salários, mas também por coisas ideais, por honra, como a entendem os

¹⁰⁰⁴ WEBER, Max, 2011, p. 96.

¹⁰⁰⁵ Max Weber, *Gesammelte Aufsätze zur Sociologie und Sozialpolitik*, Tübingen: J.C.B. Mohr, 1924, p. 360. Citado por KALYVAS, 2008, p. 37.

¹⁰⁰⁶ WEBER, Max, 2014c, p. 106.

¹⁰⁰⁷ WEBER, Max, 2011, p. 57.

¹⁰⁰⁸ *Ibid.*, p. 36.

¹⁰⁰⁹ *Ibid.*, p. 101.

¹⁰¹⁰ Cf. KALYVAS, 2008, p. p.38.

trabalhadores [...]. O sentimento de honra de camaradagem¹⁰¹¹ entre companheiros numa fábrica ou no mesmo ramo de atividade mantém as pessoas unidas, e este sentimento é algo que, afinal de contas, também se baseia a união das corporações oficiais, ainda que em outra direção.¹⁰¹²

Em uma carta para Robert Michels, Weber aconselhou-o a tomar como objeto de estudo

a posição da Social-Democracia ou do movimento socialista sobretudo como um partido de *cultura*. O movimento certamente queria criar e *acreditava ter criado não apenas os seus próprios resultados sociais*, mas também o seu próprio conteúdo *cultural*. *Qual* conteúdo? De qual ética ou perspectiva *última*? Ela queria um substituto para a *religião*, mesmo ser uma religião ele próprio. Em que *sentido*? Ainda é esse o caso?¹⁰¹³

Tratando do projeto de constituição dos liberais russos, Weber elogia os seus esforços pelas suas qualidades culturais, apesar da sua irrealizabilidade. Ele diz que os liberais russos rememoram os esforços do “Parlamento alemão em 1848 e a Assembleia Nacional de Frankfurt.”¹⁰¹⁴

Os caminhos dos democratas liberais social-reformistas na Rússia são cheios de renúncias.¹⁰¹⁵ [...] Ainda que não haja certeza, é bem provável que no futuro próximo eles tenham de se conformar com a ideia de que, pelo menos na forma que assumiu até agora, talvez o movimento do liberalismo dos *zemstvos* ‘pertença’ provisoriamente ‘à história’, um movimento que foi brilhante à sua maneira e motivo de orgulho para a Rússia, do mesmo modo como para nós alemães, é o Parlamento de Frankfurt. [...] Apenas dessa maneira o liberalismo ‘ideológico’ pode permanecer um ‘poder’ intangível a ataques externos no campo de suas ideias. [...] Sem dúvida, o marxismo tomará em grande parte o seu lugar. Mas o trabalho requerido pelo enorme e fundamental problema agrário não pode absolutamente ser realizado com os recursos intelectuais do marxismo, [...] parece ser uma questão vital que o liberalismo continue encontrando sua vocação na luta contra o *centralismo*, tanto o burocrático quanto o jacobino, e na divulgação entre as massas da antiga ideia fundamental e idealista dos “direitos humanos inalienáveis,” que, para nós europeus ocidentais, tornaram-se tão “triviais” quanto o pão preto para quem tem comida

¹⁰¹¹ Em alemão, há duas palavras para “camarada”. *Genosse* é o termo empregado no mundo do trabalho profissional, particularmente no socialismo) e *Kamerad*, para soldados. A expressão de Weber (“*Kameradschaft der Genossen*”) deliberadamente mistura as duas.

¹⁰¹² WEBER, Max, 2014d, p. 346–347.

¹⁰¹³ Weber to Michels, May 30, 1914. Citado por KALYVAS, 2008, p. 37.

¹⁰¹⁴ WEBER, Max, 2014f, p. 43.

¹⁰¹⁵ *Ibid.*, p. 76–77.

farta.”¹⁰¹⁶ [...] Por essa razão, acima de todas as diferenças de caráter nacional e provavelmente – não devemos negá-lo de muitos interesses nacionais-, não podemos observar sem profunda comoção e simpatia a luta russa pela libertação e seus defensores, seja qual for a sua “orientação” ou “classe.”¹⁰¹⁷

Analisando as pretensões “iluministas” dos liberais russos, Weber apontou que o programa da democracia burguesa foi talhado para familiarizar os camponeses “não apenas com ‘o direito’ no sentido objetivo, mas também com os ‘direitos’ no sentido subjetivo, que para ele significam os ‘direitos humanos’ do individualismo inglês.” Uma concepção “tão real das coisas quanto a do liberalismo social-reformista teria de lutar energicamente para capturar o ‘amplo’ caráter da mente russa.”¹⁰¹⁸

Aquele tipo de alemão ‘saturado’, que jamais suportaria não fazer parte da ‘causa vitoriosa’, com o peito inchado pela consciência sublime de sua qualidade de praticante da *Realpolitik*, só poderia olhar com pena para um movimento como esse. Pois, além de tudo, os instrumentos de poder externos dessas pessoas são escassos [...] ¹⁰¹⁹ [o esforço do liberalismo russo é] sintomático de um modo particular de pensamento político entre patriotas russos excepcionalmente capazes e idealistas, a quem somos completamente solidários, independentemente de qualquer sucesso, consideradas as enormes dificuldades em sua situação, que seu trabalho, por fim, venha a ter. [...] O fato de que eles, em geral, não simpatizam com a cultura alemã [...] e que são predominantemente hostis à Alemanha em assuntos políticos, nada muda minha atitude.¹⁰²⁰

Em um mundo organizado, burocrático, e desencantado tal como o descrito por Weber, o canal mais importante para a expressão da individualidade humana é o comprometimento consciente com um valor ou uma causa. O “resultado final da política”, diz ele, “raramente corresponde [à intenção do agente e,] frequentemente, a relação entre o resultado final e a intenção primeira é simplesmente paradoxal.”¹⁰²¹ Assim, um verdadeiro político deve ser responsável perante as demandas do poder, mas também deve estar comprometido com uma causa. Weber diz comover-se muito profundamente

¹⁰¹⁶ Ibid., p. 85–86.

¹⁰¹⁷ Ibid., p. 92.

¹⁰¹⁸ Ibid., p. 70–71.

¹⁰¹⁹ Ibid., p. 77.

¹⁰²⁰ Ibid., p. 38.

¹⁰²¹ WEBER, Max, 2011, p. 96.

Diante da atitude de um homem maduro – seja velho ou jovem – que se sente, de fato e com toda a alma, responsável pelas conseqüências de seus atos e que, praticando a ética da responsabilidade, chega, em certo momento, a declarar: “não posso agir de outro modo; detenho-me aqui.” Tal atitude é autenticamente humana e é comovedora. [...] vemos assim que a ética da convicção e a ética da responsabilidade não se contrapõem, mas se completam e, em conjunto, formam o homem autêntico, isto é, um homem que pode aspirar à “vocaçãõ política.”¹⁰²²

O problema é que, segundo Weber, não se pode “provar” por recursos intelectuais que uma causa seja superior a qualquer outra. “Quanto à natureza da causa em nome da qual o homem político procura e utiliza o poder, nada podemos adiantar: ela depende das convicções pessoais de cada um.”¹⁰²³ O que parece ser realmente importante é a existência de uma causa que possa oferecer o significado interior essencial para a conduta genuinamente política.

Para Weber, não pode haver valores universalmente válidos nem formas perfeitas de governo. Não há um ponto arquimediano ou critério definitivo de legitimação para regimes políticos. Não é surpreendente que a tipologia da legitimidade dos regimes políticos, na qual a sua persistência é explicada nos termos das crenças das pessoas na sua legitimidade, deixa a questão axiológica definitiva como uma resposta individual baseada em valores pessoais. Weber nunca formulou claramente quais aspectos da cultura alemã mereciam ser defendidos na luta política, exceto pela sua potencialidade distintiva.¹⁰²⁴ Tratava-se, conforme Kilker, não de um ideal a ser preservado, mas um ideal em aberto, a ser alcançado. O ideal cultural de Weber representava uma aspiração cultural para o futuro ao invés de uma realidade presente.¹⁰²⁵

Já em 1895, ao descrever os seus objetivos nacionalistas, Weber afirmou que na qualidade de uma ciência que “que trata dos *seres humanos*,” a economia política se preocupa com a “*qualidades dos seres humanos*” criadas pelas condições econômicas e sociais de existência.¹⁰²⁶ O trabalho dos economistas políticos só teria sentido se este

¹⁰²² Ibid., p. 122.

¹⁰²³ Ibid., p. 96.

¹⁰²⁴ Cf. TURNER, S. P.; FACTOR, 1984, p. 79–80.

¹⁰²⁵ Cf. KILKER, 1989, p. 440.

¹⁰²⁶ WEBER, Max, 2014b, p. 21.

fosse “cuidar do futuro de nossos descendentes”¹⁰²⁷ Seu papel é o de ser “precursores da geração futura”, uma geração que deverá poder reconhecer “o caráter *de seus próprios antepassados* em nosso caráter.”¹⁰²⁸

A questão que nos move além do túmulo de nossa própria geração não é como se sentirão os homens do futuro, mas como *serão*. [buscamos] aquelas características que, a nosso ver, constituem a grandeza humana e a nobreza de nossa natureza¹⁰²⁹.

Eu creio que nós devemos evitar buscar produzir sentimentos positivos de contentamento por meio de legislação social. Nós desejamos e só podemos desejar outra coisa, aquilo que é digno no homem, autorresponsabilidade, aspiração pelo legado espiritual e moral da humanidade, é isso que desejamos preservar e apoiar.¹⁰³⁰

Para Weber, a democracia não era simplesmente um meio para escolher líderes, mas também um método para *selecionar* entre valores que lutam entre si. A democracia é um meio de oferecer um modelo cabível de conduta “para toda a nação, até o seu estrato mais baixo.” Ela era uma necessidade política porque oferecia ao menos a possibilidade de criação de novas formas culturais, e uma “decisão” entre modelos de cultura concorrentes.¹⁰³¹ Foi em razão do seu desespero político que Weber invoca o líder plebiscitário.¹⁰³² Com a queda da monarquia e a tradicional irresponsabilidade do Parlamento, um tal líder demagógico estaria em posição de avançar uma ética nacional¹⁰³³ face à derrota desastrosa da Alemanha na guerra, e defender a liberdade e o individualismo frente ao assalto coletivista do socialismo. O líder político com uma base de poder independente, fundada sobre o voto massivo da população transcenderia os interesses de classe e ofereceria um ponto focal de união nacional e cultural. Ele poderia oferecer novos objetivos nacionais perante o aparato burocrático, ao inspirar a reorientação interna das convicções da população na direção de uma única medida

¹⁰²⁷ Ibid., p. 20.

¹⁰²⁸ Ibid., p. 21.

¹⁰²⁹ Ibid., p. 20.

¹⁰³⁰ apud MOMMSEN, W. J., 1984, p. 101.

¹⁰³¹ Cf. KILKER, 1989, p. 444.

¹⁰³² Ibid., p. 440.

¹⁰³³ Marianne Weber, Max Weber: A Biography, trans, by Harry Zohn (NY: Wiley and Sons, 1975), p. 63 apud *ibid.*

valorativa.¹⁰³⁴ A “pátria,” escreveu em 1917, “não jaz como múmia nos túmulos de nossos antepassados, mas deve, sim, viver como a terra de *nossos descendentes*.”¹⁰³⁵

¹⁰³⁴ Ibid.

¹⁰³⁵ WEBER, Max, 2014e, p. 337.

3.7 Seleção de líderes, parlamentarização e democracia plebiscitária

No ensaio *O Significado da Neutralidade Ética*, Weber explica o seu critério para a avaliação do valor de uma dada sociedade:

Apenas uma coisa é indisputável: cada tipo de ordem social, sem exceção, deve, se deseja-se *avaliá-la*, ser examinada com referência às oportunidades que ela oferece a *certos tipos de pessoa* para ascender a posições de superioridade por meio da operação de vários fatores seletivos objetivos e subjetivos.¹⁰³⁶

Max Weber defendia que “cabe às camadas política e economicamente dirigentes [...] representar o sentido político [da nação], e esta é a *única* razão que pode justificar politicamente a sua existência.”¹⁰³⁷ Uma *aristocracia autêntica*, diz Weber, “consegue marcar um povo inteiro com o seu ideal de nobreza, tanto em sua opinião quanto em sua orientação,” pois “as camadas plebeias imitam o seu ‘gesto.’” Assim, uma aristocracia cultural “pode obter resultados político altamente valiosos na liderança de um Estado.”¹⁰³⁸ A aristocracia prussiana era a “portadora cultural” da nação, contudo, na visão de Weber, o modelo de caráter que ela oferecia era inapropriado para a *democratização*, compreendida como emulação universal pelos membros do Estado-nação. Neste sentido, Weber reclama que “não existe na Alemanha *nenhuma aristocracia* de amplitude e tradição política suficientes.”¹⁰³⁹

Não restam dúvidas de que uma camada de proprietários senhoriais, como existia na Inglaterra e semelhante àquela que na antiga Roma formava o núcleo da nobreza senhorial, é na política nacional uma portadora insubstituível de tradição, instrução e moderação política. *Mas onde* a encontramos entre nós? Quantos desses proprietários senhoriais existem na Alemanha, sobretudo na Prússia? Onde está sua tradição política? Do ponto de vista político, eles praticamente não têm *nenhuma* importância, e *menos ainda na Prússia*.¹⁰⁴⁰ [...] não existe na Alemanha *nenhuma aristocracia* de amplitude e tradição política suficientes. [...] Do ponto de vista da política nacional [...] ao contrário das convenções românicas ou anglo-saxônicas, as convenções [da nobreza alemã] não são absolutamente apropriadas para servir de *modelo* à nação inteira,

¹⁰³⁶ WEBER, Max, 1949, p. 27.

¹⁰³⁷ WEBER, Max, 2014b, p. 28.

¹⁰³⁸ WEBER, Max, 2014g, p. 138–139.

¹⁰³⁹ *Ibid.*, p. 153.

¹⁰⁴⁰ *Ibid.*, p. 146–147.

incluídas as camadas mais baixas, nem para *uniformizar* seus gestos até a obtenção de um “povo de senhores” [*Herrenvolk*] autoconfiante em seu modo de se comportar [...] ¹⁰⁴¹

Desde a unificação alemã, os grandes proprietários rurais do Leste tinham sido a fonte não apenas do poder econômico, mas também do poder político da Alemanha. ¹⁰⁴² A transformação das relações econômicas patriarcais em empreendimentos capitalistas, contudo, minou a sua influência sobre os trabalhadores e enfraqueceu a sua posição no âmbito econômico nacional, na medida em que a agricultura perdeu espaço para os centros manufatureiros urbanos. Weber defendeu que era perigoso que uma classe econômica em decadência permanecesse politicamente dominante, e no longo prazo, que isto era incompatível com os interesses da nação. Quaisquer que tenham sido os méritos dos *Junker*, para Weber, eles não já tinham mais a capacidade para liderar e inevitavelmente abusariam do seu poder político, para compensar suas perdas econômicas e sociais. ¹⁰⁴³ “Grandes empreendimentos que só se mantêm à custa dos alemães merecem a ruína.” ¹⁰⁴⁴ Weber ironizou que os próprios latifundiários “criticam a perpetuação de sua [própria] propriedade particular ao exigirem que o Estado os liberte do risco e da responsabilidade por suas terras – únicas razões que justificam sua posse -, concedendo-lhes o monopólio de cultivar cereais e pagando-lhes uma contribuição anual de meio bilhão de marcos.” ¹⁰⁴⁵ O modo de vida feudal da aristocracia prussiana, fundado em privilégios tradicionais e leis tarifárias protetivas, para Weber, freava a modernização política. Assim, a realização dos ideais culturais nacionais por ele vislumbrados requeriam não a preservação, mas a *destruição* dos valores e formas institucionais tradicionais da Alemanha. ¹⁰⁴⁶

Até o presente a dinastia no Estado prussiano apoiou-se politicamente no estamento dos *Junker* prussianos. [...] Ainda hoje na Prússia, muitos caminhos que levam à influência e ao poder, bem como aos ouvidos do monarca, estão abertos a esse estamento, mas não a qualquer cidadão. Nem sempre os *Junker* usaram esse poder de maneira que pudessem justificá-lo perante a história. Por isso não vejo por que um intelectual burguês devia amá-lo. No entanto, apesar

¹⁰⁴¹ Ibid., p. 152–154.

¹⁰⁴² WEBER, Max, 2014b, p. 23.

¹⁰⁴³ Ibid., p. 29.

¹⁰⁴⁴ Ibid., p. 17.

¹⁰⁴⁵ Ibid.

¹⁰⁴⁶ Cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 135.

de tudo isso, a força de seus instintos políticos foi um dos capitais mais poderosos que puderam ser empregados a serviço dos interesses de poder do Estado. Fizeram seu trabalho e hoje se encontram em agonia econômica, da qual nenhuma política econômica do Estado poderia resgatá-los para reconduzi-los a seu caráter social anterior.¹⁰⁴⁷

Ainda assim, a aristocracia prussiana permanecia o grupo mais importante na sociedade alemã. Era a ela que Weber responsabilizava pelos fracassos econômicos e diplomáticos da Alemanha, assim como pela má condução da guerra.¹⁰⁴⁸

O regime de sufrágio de três classes da Prússia era o bastião constitucional que sozinho permitia à nobreza prussiana reter sua posição privilegiada e sua influência indireta sobre a política do *Reich*.¹⁰⁴⁹ O regime dividia os contribuintes de cada distrito eleitoral em três grupos, conforme a quantidade de impostos pagos. O grupo que pagava o terço superior tinha direito a fazer um terço dos votos, e assim por diante. O efeito disso era que 15% da população controlava dois terços dos votos. O sistema era uma fonte de grande inflexibilidade no Parlamento, especialmente em combinação com os efeitos das mudanças populacionais. Em 1907, um deputado Conservador precisava de 18 mil votos para ser eleito, enquanto um deputado Social-Democrata precisava de 70 mil. Deste modo, os trabalhadores alemães tinham uma baixa representação no *Reichstag*.¹⁰⁵⁰

Para responder às demandas que o destino impôs sobre a Alemanha, Weber considerava imperativo que ela possuísse lideranças políticas qualificadas. Estes lideranças, contudo, devido à confortável manutenção dos privilégios dos *Junker*, estavam indisponíveis. A começar pelo próprio *Kaiser*. Em 1889 Weber escreveu ao tio: “Se ao menos o jovem Imperador tivesse alguma consistência!”¹⁰⁵¹ Em 1892 ele expressa as suas inquietudes ainda mais francamente:

E como se pode falar de nossa situação e de nossas perspectivas? Ambas dependem de um fator imponderável: a personalidade o *Kaiser* [...] Ele está obviamente lidando com política do ponto de vista de um jovem tenente. [...] sua teimosia e seu desastroso senso de poder causaram uma desorganização tão inaudita nos altos escalões administrativos que as repercussões sobre toda a

¹⁰⁴⁷ WEBER, Max, 2014b, p. 29.

¹⁰⁴⁸ BELLAMY, 1992, p. 502.

¹⁰⁴⁹ MOMMSEN, W. J., 1984, p. 392.

¹⁰⁵⁰ TURNER, S. P.; FACTOR, 1984, p. 9–10.

¹⁰⁵¹ Jugendbriefe p.323. apud MAYER, 1986, p. 33.

administração não podem ser evitadas. [...] e não há mais nenhum questionamento da autoridade do Governo do *Reich*.¹⁰⁵²

Para Weber, “o desprezo com que somos vistos enquanto nação (na Itália, nos EUA, em toda parte), desprezo justificado – o que é decisivo – porque toleramos o regime desse homem, tornou-se de grande significado para a política mundial.” A continuação de um regime de governo exercido exclusivamente pelo *Kaiser* e pelos burocratas nomeados por ele, para Weber, “ameaça nossa posição no mundo.” O regime alemão da monarquia constitucional “é o engodo pelo qual há uma década os partidos dominantes, o de Centro, os Conservadores e os Nacional-Liberais, foram incorporados ao regime de domínio pessoal do nosso constitucionalismo de fachada.”¹⁰⁵³

a política externa da Alemanha é uma prova de que uma monarquia que governa com um sufrágio baseada em classes (pois o Estado hegemônico da *Prússia* era e continua sendo o dirigente decisivo da política alemã) é recordista em liderança influenciada por estados de ânimo puramente pessoais, emocionais e irracionais. Para provar isso, basta comparar o zigue-zague ineficaz da barulhenta política alemã nas últimas décadas com a tranquilidade da política externa inglesa em saber exatamente o que quer.¹⁰⁵⁴

Mas Weber não era, de forma alguma, um inimigo da monarquia. No Congresso em St. Louis, nos Estados Unidos, em 1905, ele defendeu a monarquia alemã, argumentando que a sua superioridade sobre o regime republicano residia na vantagem formal de que “a posição mais alta no Estado estava permanentemente ocupada” e, portanto, “limites saudáveis eram colocados sobre a sede de poder de políticos pessoalmente ambiciosos.”¹⁰⁵⁵

Se, em países velhos e civilizados como a Alemanha, a necessidade de um exército forte surge para que se mantenha a independência, isto significa, para as instituições políticas, o apoio à uma monarquia hereditária. Um seguidor resoluto das instituições democráticas – como eu sou – não pode desejar remover a dinastia onde ela foi preservada. Pois em Estados militarizados, se essa não for a única forma historicamente estabelecida, na qual a dominação Cesarista de *parvenus* militares pode ser evitada, ela ainda é a melhor. A França é continuamente ameaçada por tal dominação; dinastias são

¹⁰⁵² Jugendbriefe, pp. 345 ss. apud *ibid*.

¹⁰⁵³ WEBER, Max, 1971, p. 451 ss.

¹⁰⁵⁴ WEBER, Max, 2014h, p. 159.

¹⁰⁵⁵ Cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 289.

pessoalmente interessadas na preservação dos direitos e do governo legal. A monarquia hereditária [...] garante a um Estado que é obrigado a militarizar-se a maior liberdade aos seus cidadãos – a maior que se pode ter em uma monarquia – e enquanto a dinastia não se tornar degenerada, ela terá o apoio político da maioria da nação.¹⁰⁵⁶

Em 1917, contudo, Weber acreditava que a dinastia havia abandonado completamente os seus deveres durante a guerra. O *Kaiser* Guilherme II havia fracassado completamente em realizar a única função em nome da qual Weber o defendeu perante a América republicana: o Imperador não havia impedido o “domínio militar.”¹⁰⁵⁷ Ao invés disso, no último ano do conflito, os alemães viviam sob a dominação dos Generais Hindenburg e Ludendorff, em uma ditadura militar do Supremo Comando.¹⁰⁵⁸

Inconformado com o modo como a guerra estava sendo conduzida pelo Imperador e pelos políticos nomeados por ele, Weber contou a um amigo que “assim que a guerra terminar, eu insultarei o *Kaiser* até que ele me processe, e então os estadistas responsáveis, Büllow, Tirpitz, e Benthmann-Hollweg, serão compelidos a fazer declarações sob juramento.”¹⁰⁵⁹ O problema de Weber, portanto, não era com a monarquia, mas com o monarca:

Não me importo com a forma do Estado, se somente políticos, e não tolos diletantes como Guilherme II e congêneres, governassem o país [...] No momento não vejo outra saída além da parlamentarização impiedosa - nem que seja apenas para imobilizar estes incompetentes. Os funcionários públicos devem ser subordinados ao Parlamento. Completamente e sem exceção. São técnicos, [...] as formas do Estado são para mim técnicas, como qualquer outro mecanismo. Eu atacaria o Parlamento e defenderia o monarca, se este último fosse um político ou desse sinais de querer sê-lo no futuro.¹⁰⁶⁰

Nos últimos anos da Primeira Guerra Mundial, a principal preocupação de Weber era a sobrevivência do Estado e da nação alemã. Repetindo um tema central da palestra inaugural, ele ressaltou que a Alemanha é uma nação desprovida de educação e vontade política, e que as medidas governamentais tomadas durante a guerra apenas haviam deixado esse fato mais evidente. Para Weber, o crucialmente importante era que apenas

¹⁰⁵⁶ WEBER, Max, 1946, p. 370.

¹⁰⁵⁷ WEBER, Max, 1971, p. 450.

¹⁰⁵⁸ Cf. MOMMSEN, W. J., 1984, p. 291.

¹⁰⁵⁹ WEBER, Max, 1946, p. 22.

¹⁰⁶⁰ WEBER, Max, 1971, p. 469.

peçoas que foram selecionadas pela *luta* política estariam preparadas para a liderança política.¹⁰⁶¹

A essência de toda a política" [...] é a *luta*, o *recrutamento de aliados e de seguidores unitários* [...] No exército, o treinamento prepara para a luta e pode gerar líderes militares. Para o político moderno, porém, a palaestra [escola de luta ou ginásio] adequada é a luta no parlamento por seu partido no país.¹⁰⁶²

O que nos interessa aqui [é que o monarca] como tal, *nunca* é um político formado na luta entre os partidos ou na diplomacia. Não apenas toda a sua educação, mas principalmente a sua posição no Estado contrapõe-se a isso. Não ganhou a sua coroa na luta entre os partidos, e a luta pelo poder no Estado não é o seu elemento vital natural, como sempre é para o político. O monarca não aprende as condições de luta descendo ele mesmo à arena, sentindo-as na própria carne, pois, devido ao seu privilégio, vive afastado das brutalidades da luta.¹⁰⁶³

O problema político fundamental, para Weber, era como evitar a substituição da genuína atividade política pela administração burocrática e pelo voluntarismo de um líder todo poderoso. Isto, em um moderno Estado de massas, colocava a natureza e o papel do Parlamento na da ordem do dia: “*Como tornar o parlamento capaz de assumir o poder? Qualquer outra coisa é secundária.*”¹⁰⁶⁴ Weber descreveu democratização e a parlamentarização como medidas necessárias ao tipo de política que faria da Alemanha uma verdadeira potência no mundo. Apenas “*povos de senhores [Herrenvolk]*¹⁰⁶⁵ *são chamados a intervir no mecanismo de desenvolvimento do mundo,*” reclamou Weber. “Se povos que não possuem essa qualidade tentam fazê-lo, não apenas levantarão contra eles o instinto de proteção das demais nações, como fracassarão internamente nessa tentativa.”¹⁰⁶⁶

¹⁰⁶¹ WEBER, Max, 2014e, p. 278.

¹⁰⁶² Ibid., p. 221–222.

¹⁰⁶³ Ibid., p. 209.

¹⁰⁶⁴ Ibid., p. 242.

¹⁰⁶⁵ “Por ‘povo de senhores’ não entendemos aquela expressão feia de *parvenu* no rosto de pessoas cujo sentimento de dignidade nacional lhes permita, e também à sua nação, aprender de um desertor inglês, como o senhor H. St. Chamberlain, o que é ‘germanismo.’” In. Ibid., p. 340. Chamberlain, casado com a filha de Richard Wagner, fundou a “sociedade Gobineau alemã,” introduzindo o antissemitismo no ideário racista e pessimista cultural de Arthur De Gobineau. Ele é um dos pais espirituais do nazismo. In. HERMAN, 1999, p. 77–83.

¹⁰⁶⁶ WEBER, Max, 2014e, p. 340.

A “*vontade de impotência*” [entendida como a manutenção de um regime no qual monarquia e administração não são responsáveis perante o Parlamento] dentro do país, pregada pelos literatos, é incompatível com a “vontade de poder” no mundo, que se manifestou de maneira tão ruidosa. Se a nação não se sente madura para assumir a responsabilidade que um povo de setenta milhões tem em relação a seus descendentes, [essa] é uma questão que será respondida no mesmo sentido e no mesmo momento em que é colocada a questão da reestruturação interna da Alemanha. Se a nação não ousar uma coisa, poderá então rejeitar também a outra, pois politicamente não levaria a nada. *Nesse caso*, esta guerra, que é a luta pela participação de *nossa* nação na responsabilidade pelo futuro do mundo, teria sido então “sem sentido” e um mero massacre, e seria igualmente qualquer futura guerra alemã. Teríamos que buscar nossas tarefas em outra parte e nos “reorientar” *neste* sentido.¹⁰⁶⁷

Era necessário, portanto, que os *Junker* renunciassem ao seu domínio político. Para Weber, “outras camadas da sociedade terão que tomar para si a responsabilidade de cuidar do futuro político da Alemanha.”¹⁰⁶⁸ “Os alemães”, Weber defendeu “são um *povo de plebeus*, ou se preferir, um povo burguês [*bürgerlich*], e somente nessa base poderia crescer uma ‘forma alemã’ específica.”¹⁰⁶⁹ Mas Weber temia este desenvolvimento porque que as “classes em *direção às quais* se move o poder econômico e, com ele, o direito à liderança política, ainda não tem maturidade política para assumir a direção do Estado.”¹⁰⁷⁰ Para ele, a questão mais decisiva para a Alemanha era se a burguesia iria finalmente ter a maturidade e a vontade para assumir a liderança sobre a política da nação “que o seu desenvolvimento econômico parecia ditar.”¹⁰⁷¹ A origem da sua imaturidade, aponta Weber, está no seu passado *apolítico*. A burguesia não havia criado “o Estado alemão com a sua própria força,” e depois da conquista da unidade nacional por Bismarck, uma parte dela passou a ansiar pelo “surgimento de um novo César,” enquanto outra “submergiu há muito tempo naquele caráter filisteu da política.”¹⁰⁷²

Depois que a unidade da nação foi conquistada [...] a geração em crescimento da burguesia alemã, embriagada pelo êxito e sedenta de paz, foi tomada por um

¹⁰⁶⁷ Ibid., p. 341.

¹⁰⁶⁸ Ibid., p. 339.

¹⁰⁶⁹ WEBER, Max, 2014g, p. 155.

¹⁰⁷⁰ WEBER, Max, 2014b, p. 29.

¹⁰⁷¹ MOMMSEN, W. J., 1984, p. 392.

¹⁰⁷² WEBER, Max, 2014b, p. 32.

espírito peculiarmente ‘anistórico’ e apolítico. A história alemã parecia ter chegado ao seu fim.¹⁰⁷³

Em nenhum outro lugar que não na Alemanha, Weber argumentou, “a admiração mais irrestrita da personalidade de um político tem levado alguma nação orgulhosa a sacrificar em favor dele e de forma tão radical suas próprias convicções objetivas.”¹⁰⁷⁴ Todo o trabalho de política doméstica de Bismarck, para Weber, teve por objetivo “não permitir a consolidação de nenhum partido constitucional forte.”¹⁰⁷⁵ Weber preocupava-se com o fato de que “o trabalho de educação política de um século não pode ser recuperado em uma década,”¹⁰⁷⁶ e desejava resgatar o ímpeto político que a burguesia alemã havia expressado durante a Revolução de 1848. “Levaremos gerações para *eliminar* as repercussões dessa decomposição da ética burguesa [...] Teremos de nos esforçar para voltar a alcançar o nível da *antiga* ética!”¹⁰⁷⁷

Quem, por amor de si próprio e pelas mais profundas razões de fé, colocar *toda* forma de domínio autoritário acima de *todos* os interesses políticos da nação, que o confesse. Não há argumentos contra ele. Mas que não venha, em vez disso, com o palavrório presunçoso sobre o antagonismo entre a “ideia alemã de Estado” e aquela “da Europa Ocidental.” [...] Somente uma falta lamentável de confiança na força inerente à nação alemã [*Deutschum*] pode levar alguém a supor que a essência alemã seria questionada se compartilhássemos com outros povos certas instituições tecnicamente adequadas ao Estado. Isso para não falar do fato de que nem o parlamentarismo é alheio à história alemã, nem qualquer um dos sistemas que se opõem a ele é próprio exclusivamente da Alemanha.¹⁰⁷⁸

Weber preocupava-se igualmente com a maturidade política da classe operária. Bismarck também havia cometido erros políticos ao lidar com os sindicatos, pois, com suas leis antissocialistas, não atentou ao fato de que “um Estado que pretenda fundar o espírito de seu exército de massas em *honra e camaradagem*” não pode esquecer que também, na vida cotidiana, nas “lutas econômicas dos operários,” que o “senso de *honra e camaradagem* gera as únicas forças morais decisivas para a educação

¹⁰⁷³ Ibid., p. 31.

¹⁰⁷⁴ WEBER, Max, 2014e, p. 173.

¹⁰⁷⁵ Ibid., p. 180.

¹⁰⁷⁶ WEBER, Max, 2014b, p. 33.

¹⁰⁷⁷ WEBER, Max, 2014g, p. 117.

¹⁰⁷⁸ WEBER, Max, 2014e, p. 170–171.

das massas e que, por isso, é preciso deixá-las atuar livremente.”¹⁰⁷⁹ Os líderes trabalhistas disponíveis, resultantes desta estrutura que os afastou da responsabilidade pelo poder, eram, para Weber, uma “panelinha de jornalistas,” que carecia da “energia catilínaria que leva à *ação*.” Neles, Weber não identificava “o menor soro da poderosa paixão *nacional*,” pois eram carentes dos grandes instintos de poder.¹⁰⁸⁰

Do ponto de vista econômico, as camadas mais altas da classe operária alemã estão muito mais maduras do que o egoísmo das classes proprietárias gostaria de admitir, e com razão ela exige a liberdade de defender seus interesses também na forma da luta aberta e organizada pelo poder econômico. Todavia, *do ponto de vista político*, ela está infinitamente menos madura do que pretende fazer crer uma panelinha de jornalistas que deseja monopolizar a sua liderança.¹⁰⁸¹

Os partidos socialistas de outros países, argumentou, “eram ‘mais nacionais’ do que o nosso (outrora) *porque* não estavam excluídos da direção do Estado.”¹⁰⁸² Neste sentido, a parlamentarização foi reivindicada por Weber como “parte da política nacional, e não da política de partidos.” “A longo prazo”, projetou, “o sufrágio igual funcionaria igualmente bem se desse a seus eleitos a responsabilidade de pessoas *que de fato participam de maneira decisiva do poder do Estado*. Por toda parte, partidos democráticos que participam do governo são portadores do nacionalismo.”¹⁰⁸³ O melhor modo de se obter os líderes necessários à nação seria se “os líderes dos partidos no parlamento participassem de maneira responsável do exercício do poder *dentro* do Estado. [...] nenhum partido, seja qual for seu programa, assume a liderança *efetiva* de um Estado sem se tornar nacional.” Ainda, Weber defendeu a necessidade da garantia ao Parlamento do poder de inquérito, pois as práticas das comissões parlamentares também serviam à “seleção de chefes.”¹⁰⁸⁴

O nacionalismo crescente das massas, em particular, só é natural numa era que, cada vez mais, democratiza a participação nos bens da cultura nacional, cujo portador é, sem dúvida, o *idioma* nacional. Já o grau realmente modesto de participação efetiva e precária que concedemos aos representantes da

¹⁰⁷⁹ Ibid., p. 184.

¹⁰⁸⁰ WEBER, Max, 2014b, p. 34.

¹⁰⁸¹ Ibid., p. 33.

¹⁰⁸² WEBER, Max, 2014h, p. 136–138.

¹⁰⁸³ WEBER, Max, 2014g, p. 105.

¹⁰⁸⁴ Ibid., p. 95.

democracia radical durante a guerra foi suficiente para fazê-los trabalhar a serviço de uma política *nacional* real [*sachlich*]. Isso em forte contraste com a plutocracia da Dieta Prussiana, que no terceiro ano de guerra realmente não tinha nada melhor a fazer além de discutir uma lei para *enobrecer lucros de guerra*. »¹⁰⁸⁵

A democratização ainda era necessária para que os soldados que retornassem do front não se insurgissem contra o Estado e precipitassem uma revolução, tal como aquela que ocorreu na Rússia:

Num “Estado autoritário” burocrático com pseudo parlamentarismo, há somente duas alternativas: deixar a maioria dos cidadãos sem direitos nem liberdade, “administrando-os” como se fossem um rebanho, ou integrá-los ao Estado como *cogovernantes*. Porém, um *povo de senhores* [*Herrenvolk*] – e somente este *tem permissão para* praticar uma “política internacional” – não tem *nenhuma* escolha nesse sentido. Pode-se muito bem impedir a democratização (por ora), pois grandes interesses, preconceitos e covardia estão aliados para combatê-la. No entanto, logo veríamos que isso aconteceria às custas de todo o futuro da Alemanha. Todas as forças das massas se engajariam então *contra* um Estado no qual são apenas objeto, e não participantes. Para alguns círculos, as consequências políticas inevitáveis podem ser interessantes. Mas certamente não o são para a pátria.¹⁰⁸⁶

Por fim, a parlamentarização serviria ao propósito de preservar a monarquia, pois “*Todos os monarcas modernos não parlamentares estão expostos ao risco de achar que, no interesse de seu prestígio, precisam fazer propaganda de sua pessoa com discursos,*” assim como precisam fazer os líderes políticos em estados democráticos. Contudo, “um dos pontos fortes do sistema parlamentar é preservar o monarca dessa exposição de sua pessoa.”¹⁰⁸⁷

Nos meses que seguiram à Revolução de novembro, do fim de 1918 a março de 1919, Weber fez uma enérgica campanha em favor do Partido Democrata Alemão [*DDP*], e viajou à conferência de paz em Versalhes. Ele ficou consternado com as desordens revolucionárias e aterrado com os pacifistas alemães que acompanhavam a *Entente* na reivindicação de que a Alemanha era a única responsável pela guerra. Ele pregou “dignidade” na derrota. Quando os termos do Tratado de Versalhes começaram a se

¹⁰⁸⁵ WEBER, Max, 2014g, p. 105.

¹⁰⁸⁶ WEBER, Max, 2014h, p. 165–166.

¹⁰⁸⁷ WEBER, Max, 2014g, p. 139.

definir, o seu ultraje e pessimismo se aprofundaram. Ele recomendou um programa de cooperação entre os Social-Democratas revisionistas e os elementos progressistas da classe média alemã.¹⁰⁸⁸ Weber insistiu na necessidade de cooperação política entre a classe trabalhadora moderada e a classe média progressista. Novos partidos políticos teriam de ser formados sem os políticos que haviam feito campanha contra a democracia ocidental, em favor de anexações territoriais extensivas e guerra submarina ilimitada. A Alemanha teria de abandonar os seus sonhos imperialistas e cultivar as tradições nacionais dentro da Liga das Nações.¹⁰⁸⁹

Depois da queda da monarquia, ele entreteve poucas esperanças de que um governo exclusivamente parlamentar seria hábil em oferecer as condições políticas para uma liderança dinâmica na Alemanha.¹⁰⁹⁰ Seriam pequenas as chances de surgir no *Reichstag* “chefes de um partido parlamentar” como William Gladstone ou Abraham Lincoln.¹⁰⁹¹ Sob uma democracia estritamente parlamentar, Weber previa a emergência de uma “democracia sem líderes” (*führerlos*), caracterizada pelo domínio de políticos que não possuíam aquelas qualidades carismáticas internas necessárias a um verdadeiro líder. A sua demanda por um governo plebiscitário forte e um sistema parlamentar de representação seriam então os elementos complementares de uma democracia parlamentar eficiente, que visava realisticamente preservar a autodeterminação dos cidadãos.¹⁰⁹² O papel do Parlamento e do sistema constitucional garantiriam que os conflitos políticos seriam mantidos dentro de certos limites, e o Presidente, líder carismático, estaria em posição para ir além do Parlamento e do aparato burocrático e, com sua visão, estabelecer os fins últimos da política nacional, apelando diretamente às massas.¹⁰⁹³

Na palestra *A Política como Vocação*, Weber volta-se para as qualidades “interiores” necessárias àqueles líderes que vivem “para a política,” e não meramente “da política.” Ele identificou três qualidades necessárias à *vocação* política: paixão, responsabilidade e senso de proporção, sendo a última a determinante. Trata-se da “faculdade de permitir

¹⁰⁸⁸ cf. RINGER, 2004, p. 72–74.

¹⁰⁸⁹ Weber, “Deutschlands künftige Staatsform,” in MWG I: 16,99-109,112-16, 145-46, esp.103, 105-9, 116. Apud. Ibid., p. 74.

¹⁰⁹⁰ BAEHR, 1989, p. 21.

¹⁰⁹¹ Cf. HERRERA, 2012, p. 33.

¹⁰⁹² cF. MOMMSEN, W. J., 1989b, p. 33–34.

¹⁰⁹³ Ibid., p. 42.

que os fatos ajam sobre si no recolhimento e na calma interior do espírito, sabendo, por consequência, *manter* à distância os homens e as coisas.”¹⁰⁹⁴ Mas o líder também deve exibir um engajamento apaixonado pela sua causa. Somente ela dá significado à conduta política em um mundo cada vez mais “desencantado.” Para Weber, o líder político genuíno está, em última análise, coagido, não pelas instituições governamentais, mas por aquele poderoso compromisso interno que direciona sua vocação. Sua ética de respeito à vocação transcendia a “vontade de poder” no seu sentido cru. Ele manteve os valores éticos aristocráticos tradicionais: *Vornehmheit* [distinção], *Anstand* [decência] e aversão à *Gemeinheit* [baixeza].¹⁰⁹⁵

A política é um esforço tenaz e enérgico para atravessar grossas vigas de madeira. Tal esforço exige, a um tempo, paixão e senso de proporções. É perfeitamente exato dizer [...] que não se teria jamais atingido o possível, se não se houvesse tentado o impossível. Contudo, o homem capaz de semelhante esforço deve ser um chefe e não apenas um chefe, mas um herói, no mais simples sentido da palavra. E mesmo os que não sejam uma coisa nem outra devem armar-se da força de alma que lhes permita vencer o naufrágio de todas as suas esperanças. Importa, entretanto, que se armem desde o presente momento, pois de outra forma não virão a alcançar nem mesmo o que hoje é possível. Aquele que esteja convencido de que não se abaterá nem mesmo que o mundo, julgado do seu ponto de vista, se revele demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para merecer o que ele pretende oferecer-lhe, aquele que permaneça capaz de dizer “a despeito de tudo!”, aquele e só aquele tem a “vocação” para a política.¹⁰⁹⁶

Em maio de 1919, em meio à guerra civil que sucedeu a instauração do governo republicano, Weber conseguiu um encontro pessoal com o General Ludendorff, ditador *de facto* da Alemanha durante a guerra, e futuro conspirador com Hitler do *Putsch da Cervejaria*, em 1924. Na entrevista, Ludendorff censurou-lhe e ao jornal liberal *Frankfurter Zeitung*, pela sua insistência na “democracia.” Weber respondeu:

Weber: V. acredita que julgo ser uma democracia essa situação porca que temos no momento?

Ludendorff: Se essa é a sua opinião, talvez possamos chegar a um entendimento.

Weber: Mas a anterior condição porca não era também uma monarquia.

¹⁰⁹⁴ WEBER, Max, 2011, p. 94.

¹⁰⁹⁵ Cf. SPIERS; LASSMAN, 2014, p. XXIX.; WEBER, Max, 2014g, p. 157.

¹⁰⁹⁶ WEBER, Max, 2011, p. 123–124.

Ludendorff: O que entende, por democracia?

Weber: Numa democracia o povo escolhe um líder no qual confia. O escolhido diz, então: “Agora calem-se e obedeçam-me.” O povo e o partido deixam então de ter liberdade de interferir em sua atuação.

Ludendorff: Eu poderia gostar dessa democracia.

Weber: Mais tarde, o povo pode fazer o julgamento. Se o líder tiver cometido erros – à força com ele!

Na mesma conversa, contudo, Weber pediu a Ludendorff, que na qualidade de *líder* da nação, se responsabilizasse pelas consequências da guerra e se entregasse aos americanos:

Ludendorff: Como pode esperar que eu faça algo semelhante?

Weber: A honra da nação só pode ser salva se V. entregar-se.

Ludendorff: A nação pode atirar-se no lago. Que ingratidão! [...]

Weber decepcionou-se profundamente com a baixa “estatura humana” de Ludendorff. “Se ele voltasse a interferir na política,” ponderou, “teríamos de combatê-lo sem remorsos.”¹⁰⁹⁷

¹⁰⁹⁷ WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1982a. p. 57–58.

CONCLUSÃO:

Antinomias, antagonismos e paradoxos “até onde se puder aguentar”

A presente dissertação buscou investigar nas manifestações políticas, sociológicas e metodológicas de Max Weber elementos para uma *filosofia política*, a partir do estudo das três características do seu pensamento que Wolfgang Mommsen apontou serem as que possibilitaram uma recepção (unilateral, mas consistente) dos seus argumentos pelos antiliberais alemães que precederam culturalmente o nazismo. Conforme Mommsen, Carl Schmitt teria podido se apropriar do conceito de Presidente Carismático-plebiscitário de Weber em razão do seu agnosticismo moral, pessimismo histórico e nacionalismo. O presente trabalho buscou elementos para compreender quais compromissos éticos e formas de governo poderiam ser derivadas licitamente do pensamento político de Weber, e se estas seriam ou não compatíveis com o uso que dele foi feito.

A primeira resposta, mais imediata, que este trabalho pode oferecer para a questão proposta, é que Weber de fato não defendeu nenhuma forma de governo ou princípio moral que, visto como um valor em si, fosse capaz de obstar a instauração de uma ditadura plebiscitário-carismática apoiada em “maus valores.” As formas de governo, para Weber, são instrumentos mais ou menos eficientes para a realização de valores humanos, e o comprometimento com estes valores é sempre uma decisão irracional.

Na sociologia política de Weber, os valores avançados com maior ou menor eficácia pelas diferentes formas de governo são geralmente sustentados por elites políticas que lutam umas com as outras por poder. A política, portanto, faz uma demanda específica sobre todos aqueles que desejam se envolver com ela: a luta pelo poder exige o recurso à violência. Assim, antes de tudo, o político é alguém que terá de fazer, necessariamente, uso da violência. Contudo, a violência não é, por si, recurso suficiente para sustentar nenhuma dominação política estável. É necessário que as elites políticas que lutam pelo poder sustentem causas ou valores com as quais as massas, dominadas politicamente por elas, sejam capazes de se identificar, para com isso reconhecer a autoridade legítima dos seus dominadores. Assim, a *legitimidade* da autoridade confunde-se, no pensamento de Weber, com a *eficiência* das elites em sustentar a sua própria dominação política. No mundo pré-moderno, onde as sociedades eram

integradas eticamente por cosmovisões universais, a autoridade legítima o era precisamente em razão desta integração. No mundo moderno, contudo, onde a orientação ética da sociedade fragmenta-se crescentemente em esferas de valor autônomas e muitas vezes contraditórias, a democracia mostrar-se-ia um melhor instrumento para a manutenção da identificação dos *dominados* com os valores propostos pelos *dominadores*. Note-se que, neste sentido, na teoria de Weber a democracia não é (ainda que possa ser no âmbito pessoal de cada um) necessariamente, por si, o *valor* que garante a legitimidade da autoridade, mas meramente um instrumento para a manutenção de uma *legitimidade* apoiada no valor ou causa defendida pelo líder político, qualquer que seja.

A *luta pelo poder*, todavia, ao fazer demandas intermináveis aos pretendentes à política, os obriga a se organizar da maneira mais eficiente possível, para assim sustentar o seu poder contra os concorrentes que desejam tomar-lhe para si. É necessário, portanto, que as elites políticas se organizem em aparatos burocráticos, dado que o modo de organização burocrática é aquele que oferece a maior eficiência para a realização de qualquer fim. Para Weber, não apenas a política, mas todos os âmbitos da vida humana, na medida em que são *luta*, requerem uma organização que vise a eficiência crescente. A burocratização, neste sentido, funciona para Weber como uma parte, talvez a mais importante, em uma crescente corrida armamentista para a *luta* que é a própria vida. É em razão desta dinâmica de competição e *seleção* que a mentalidade burocrática se espalha e permeia cada vez mais âmbitos da vida humana.

A crescente burocratização, por sua vez, ao exacerbar a racionalidade instrumental sobre a racionalidade substantiva, ameaça a capacidade das pessoas em dar *significado* às suas vidas. Significado este que também serve à legitimação da autoridade que exerce a dominação política. Com a sua defesa do Presidente plebiscitário como líder carismático, Weber parece buscar uma mitigação dessa perda de *significado*. Era necessário outorgar a um indivíduo, um líder, poder suficiente para ser capaz de ultrapassar as demandas instrumentais impostas pela burocracia, e estabelecer outros valores que não aqueles avançados por ela. Estes valores seriam produto da sua “grande personalidade.”

Aqui podemos afirmar um primeiro valor com o qual Weber necessariamente se comprometeu: contra a instrumentalização de todos os âmbitos da vida, é necessário

afirmar valores, quaisquer que sejam. Contra a *máquina* produzida pela racionalidade instrumental, Weber defende o *humano*, que alimenta a razão substantiva.

A *luta* empreendida por Weber ao longo da sua vida parece ser uma luta contra o processo que ameaça a capacidade humana de dar sentido à própria existência, tal como ele o descreveu ao tratar do *problema de Tolstói*. As respostas que ofereceu a esse problema no âmbito da política, contudo, são meramente imperfeitas: o carisma do líder político eventualmente se rotinizará e deixará de exercer a influência motivacional que outrora exerceu sobre os seus seguidores. O líder carismático-plebiscitário de Weber, portanto, não resolve *definitivamente* o *problema de Tolstói*. Por isso ele propõe conjuntamente, no âmbito pessoal de cada indivíduo, a busca e a entrega a uma *vocação*. Contudo, Weber identificou no âmbito da política uma segunda forma apta a oferecer uma resposta mais *definitiva* ao problema do significado: a guerra. Em um mundo que desencanta crescentemente a capacidade da religião de oferecer aos seus fiéis uma comunidade de sentimento e *sentido*, a nação ameaçada passa a funcionar como a sua substituta secular. A guerra nacional oferece aos compatriotas um destino compartilhado que está igualmente apto a oferecer *sentido* aqueles que morrem por ela.

em contraste com a economia, a política pode vir a competir diretamente com a ética religiosa em pontos decisivos. Como a ameaça consumada de violência entre modernas comunidades políticas, a guerra cria um *pathos* e um sentimento de comunidade. A guerra, portanto, cria uma comunidade de sacrifício incondicionalmente devotada entre os combatentes e deslança ativamente sentimentos de massa de compaixão e amor por aqueles em necessidade. E, como um fenômeno de massa, estes sentimentos rompem com todas as barreiras de associação naturalmente dadas. [...] Ainda, a guerra faz algo com o soldado que, no seu significado concreto, é único: o faz experimentar um sentido consagrado de morte que é característico apenas à morte na guerra. A comunidade do exército no campo de batalha hoje sente-se [...] uma comunidade até a morte, e a maior do seu tipo. [...] A morte no campo de batalha difere-se desta morte meramente inevitável [do indivíduo ordinário na sua vida ordinária] porque na guerra [...] o indivíduo pode acreditar que ele sabe que está morrendo “por” algo. O porquê e o portanto do seu enfrentamento com a morte pode, regra geral, ser tão indubitável a ele que o problema do ‘significado’ da morte nem lhe ocorra. [...] Apenas aqueles que

perecem “atuando na sua vocação” estão na mesma situação que o soldado que encara a guerra no campo de batalha.¹⁰⁹⁸

Weber, assim, para além da insistência na necessária identificação valorativa entre *dominadores e dominados* na política – um expediente sempre imperfeito sob as condições de um mundo que se racionaliza - encontra dois outros meios hábeis, complementares àquela identificação, para encarar o problema da falta de sentido para a vida no mundo moderno: a *vocação* e a *guerra*.

Aqui entramos no âmbito da hipótese e da conjectura, mas também é aqui que finalmente podemos falar daquela consistência que Wolfgang Mommsen apontou ser unilateral, mas ainda assim afirmável, entre *O Conceito do Político* de Carl Schmitt e o pensamento político de Max Weber. Rejeitando o investimento na *ética vocacional* que caracterizou o projeto de vida de Weber, Schmitt afirmou a “possibilidade real de aniquilamento físico” como o instrumento eficiente para integrar as esferas de valor outrora fragmentadas pelo avanço da modernidade, que ameaçam a capacidade humana de dar sentido à vida. Rejeitando a necessidade de encarar de maneira heroica as demandas contraditórias que a ética vocacional impõe sobre cada indivíduo - e que Weber afirmou constituírem o desafio do nosso tempo ao homem *maduro*; Schmitt teria postulado “o político,” ou seja, a “decisão política fundamental entre amigo e inimigo,” como meio apto a restituir aquela certeza sobre o sentido compartilhado da ação social de uma dada comunidade política.¹⁰⁹⁹ A solução em favor da decisão fundamental de inimizade política oferecida por Schmitt parece ser o expediente apto a satisfazer aquela “fome de totalidade” descrita pelo historiador Peter Gay como característica do ambiente cultural da Alemanha no começo do século XX.¹¹⁰⁰ Assim como para Weber, para Schmitt, a guerra é, aos que morrem voluntariamente nela, uma ferramenta para a resolução do *problema de Tolstói*. Mas Jeffrey Herf em *O Modernismo Reacionário*, argumenta que

A esperança de Schmitt era poupar a política de ser engolfada pela redoma das tendências de “neutralização e despolitização” que, temia ele, substituiriam a política pela administração. (Nessa busca, Schmitt a rigor se portava como um weberiano de direita, não obstante se tratasse de um caso em que Weber teria

¹⁰⁹⁸ WEBER, Max, 1946, p. 335.

¹⁰⁹⁹ SCHMITT, C. *O Conceito do Político*. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 51, 54, 59, 63.

¹¹⁰⁰ Cf. GAY, 2001.

rejeitado a teoria política de Schmitt como exemplo de política fundada em uma ética da convicção, e não em uma ética da responsabilidade.)¹¹⁰¹

O ponto de Herf, de que Weber consideraria a teoria de Schmitt como uma que promove a política irresponsável, é plausível. Contudo, não acredito que seja certo que a descrição conceitual que Weber fez da ética da responsabilidade necessariamente precluiria a possibilidade da busca da morte significativa pela guerra, e nem - dado o seu agnosticismo de valores - da busca pela morte significativa em uma guerra motivada pelos ideais do nazifascismo. (É importante reiterar: isso não significa que Weber pessoalmente, conforme os seus compromissos pessoais de valor, apoiaria uma tal empresa. Trata-se apenas de uma consideração sobre a consistência entre a formulação analítica da ética da responsabilidade com os fins do nazismo.) A ética da responsabilidade de Weber apenas exige que a decisão seja bem-informada quanto às suas possíveis consequências, e que estas sejam assumidas pessoalmente por aquele que as tomou.

No projeto de pesquisa que dá continuidade a este trabalho: *Cisão, Decisão e Suicídio: o líder forte e a aceleração da modernidade no pensamento de Max Weber, Carl Schmitt e o nazismo* (que pode ser acessado [AQUI](#)), argumentarei que o projeto de Hitler, desde o começo e de maneira consciente, foi empreender uma guerra quixotesca contra “o mundo moderno e as suas potencialidades,”¹¹⁰² cujo resultado seria inevitavelmente – dado avanço inexorável da burocracia, da rotinização do carisma, da globalização e da economia de mercado - a autodestruição física da nação alemã, para que o seu legado cultural ou “espiritual” pudesse sobreviver às demandas “neutralizadoras” da modernidade.¹¹⁰³ O engajamento da população alemã no esforço de guerra seria, neste sentido, um indício da *legitimidade* de Hitler, no sentido weberiano do termo, e a realização do seu objetivo último - um tipo específico de sacrifício romântico de proporções wagnerianas - seria indício do seu sucesso em compatibilizar a “ação racional orientada a fins” com a “ação racional orientada a valores.” É uma questão em aberto se o suicídio de Hitler deve ser lido como uma evasão ou assunção da responsabilidade pelos seus atos. Mas se concordarmos que se trata do segundo caso,

¹¹⁰¹ HERF, 1993, p. 137.

¹¹⁰² Cf. STRAUSS, 1999.

¹¹⁰³ Cf. WEGNER, B. The Ideology of Self-destruction Hitler and the choreography of defeat. **German Historical Institute London Bulletin**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 18–33, 2004.

poder-se-ia vislumbrar uma tal coisa como uma “decisão suicidária responsável.” Para que este seja o caso, contudo, é necessário desconsiderar a literalidade do pressuposto antropológico weberiano da “luta pela sobrevivência,” interpretando-o como uma luta pela sobrevivência “da cultura.” No testamento político ditado à Martin Bormann no *bunker* nazista em Berlim, Hitler, citando Clausewitz, descreve as suas decisões como que visando “inspirar as próximas gerações.”¹¹⁰⁴ Assim, a persistência do nazismo no imaginário cultural moderno seria outro indício do seu sucesso.

Mas para melhor responder à pergunta que motiva este trabalho, deve-se também considerar os engajamentos práticos da vida de Max Weber: nos seus comprometimentos de valor substantivos, Weber foi além do mero relativismo de valores e posicionou-se incontestavelmente em defesa do liberalismo político, lutando pela democracia parlamentar, pelo sufrágio universal, pela liberdade de cátedra, pelos direitos das mulheres e pela manutenção da economia de mercado frente ao socialismo – compreendido como um passo adiante no processo de burocratização das relações econômicas. Se no último ano da sua vida Weber declarou-se um adversário político do General Ludendorff, é inegável que ele seria um inimigo de morte de Hitler. Observando-se o exemplo da sua vida de cientista e militante político, a única conclusão possível é a afirmação do seu comprometimento com o tipo de liberalismo político capaz propiciar o “livre desenvolvimento” da “personalidade” humana. Neste sentido, o *Herrenvolk* defendido por Weber não se concretizaria em uma sociedade em que uma elite governa massas “escravizadas,” mas em uma “nação de senhores” em que cada indivíduo tem a “chance” para determinar seu próprio destino e o de seu país.

Um segundo valor pode ser identificado na filosofia política de Weber. Este valor pode, inclusive, ser visto como uma mera extensão do primeiro, ainda que Weber nunca o tenha erigido expressamente como um *princípio* político, pois isto faria como que ele comprometesse o seu agnosticismo. Trata-se de um valor eminentemente liberal: a manutenção perpétua do *conflito entre valores*, buscando garantir entre eles a maior paridade de armas possível.

Nos seus engajamentos práticos, Weber buscou, de maneira consistente com o seu agnosticismo de valores e com o diagnóstico do fato inevitável da *luta* humana, a pluralidade de valores conflitantes no mundo. No plano da ação, esta pluralidade requer

¹¹⁰⁴ Cf. WEGNER, 2004.

indivíduos livres e autônomos, que precisam fazer escolhas éticas e ser coerentes com elas. No plano das organizações sociais, era necessário sustentar a liberdade para a articulação e expressão de múltiplas demandas públicas por interesses diversos. No âmbito constitucional, a preservação da pluralidade demandava um regime de freios e contrapesos nos quais os poderes exercem vigilância constante uns sobre os outros. O ponto de referência definitivo de Weber parece ser o da luta política mundial entre grandes potências. Os compromissos de Weber no pós-guerra, incluindo a sua rejeição do Tratado de Versalhes, parecem referir ao perigo de se substituir um equilíbrio entre poderes competidores pela afirmação hegemônica de algum deles. Assim, não seria tanto o destino da Alemanha, mas a presença de uma pluralidade de “potências” na teatro internacional, a principal ansiedade de Weber depois da Primeira Guerra Mundial. Neste sentido, parece-me justificado caracterizar Weber menos como um “nacionalista” do que como um apologista do Estado-nação no concerto das grandes potências. O tipo de liberalismo político defendido por Weber, ainda que nunca erigido em princípio normativo, parece ser aquilo que Wolfgang Mommsen chama de “liberalismo antinômico,”¹¹⁰⁵ e que Carlos Sell chama de “liberalismo de conflito,”¹¹⁰⁶ no qual o próprio liberalismo político tem de ser constantemente desafiado e defendido na *luta* entre visões de mundo. Assim, não haveria garantias, inclusive, da sua sobrevivência.

Aqui nos deparamos com mais uma antinomia, pois se tivesse sido erigida em princípio político, a manutenção da paridade de armas no combate entre grupos, valores, interesses derrotaria a natureza fatídica do próprio combate, que por definição precisa pressupor a vitória de algo ou alguém em algum momento. Por outro lado, afirmando-se o caráter meramente instrumental do combate, como meio para a realização de algum outro fim supremo a ser realizado, restaria derrotado o agnosticismo moral que informa o tipo de liberalismo político defendido por Weber na sua vida prática. Os dois pressupostos antropológicos afirmados por Weber, se levados às suas últimas consequências, são contraditórios entre si: o ser humano não parece poder ser, simultaneamente, um ser necessariamente violento, por um lado, e por outro, um ser racional, capaz de representar uma norma ou valor para si próprio e agir conforme. A saída que Weber encontrou para afirmar estes dois pressupostos ao mesmo tempo foi

¹¹⁰⁵ Cf. MOMMSEN, W. J., 1989b.

¹¹⁰⁶ Cf. SELL, 2020.

descrever o segundo como um pressuposto metodológico, meramente “lógico-formal,” necessário para o desenvolvimento da sua sociologia descritiva, enquanto afirmou o como uma regra de prudência, a ser considerada “responsavelmente” por todos aqueles que se engajam na política. Weber, assim, furta-se de afirmar que a racionalidade humana poderia, como é o caso em toda a tradição contratualista do liberalismo político, oferecer uma possibilidade de superação da sua natureza violenta. Tivesse considerado a liberdade humana como mais do que um pressuposto metodológico, Weber poderia afirmar expressamente uma utopia política conforme os valores que efetivamente informaram a sua curiosidade científica e sua militância política. O motivo pelo qual ele não o fez resta para mim um mistério.

Carlos Herrera aponta que a disputa pela “herança weberiana” na República de Weimar, foi expressada no antagonismo teórico, mas também pessoal, entre os dois maiores juristas da Alemanha da primeira metade do século XX: o antiliberal Carl Schmitt, e o “liberal desencantado,” Hans Kelsen.¹¹⁰⁷ Acredito que a posição pessoal de Weber quanto ao destino do liberalismo político e da democracia pode ser muito bem expressada pelas considerações de Kelsen sobre a necessidade e as condições da *Defesa da democracia*.

À luz dessa situação, a questão que também se levanta é se [...] a democracia não deveria defender a si mesma, mesmo contra um povo que não a quer mais, mesmo contra uma maioria que está unida em nada mais do que na vontade de destruir a democracia. Colocar essa questão já é respondê-la negativamente. Uma democracia que busca manter-se contra a vontade da maioria, possivelmente mesmo pelo uso da violência, deixou de ser uma democracia [...] ele que é a favor da democracia não pode permitir-se ser levado à uma contradição fatal de buscar uma ditadura para salvar a democracia. Deve-se permanecer fiel à sua bandeira, mesmo se o navio está afundando; e, enquanto ela afunda para as profundezas, pode-se apenas sustentar a esperança de que a liberdade ideal é indestrutível e que ela virá novamente à vida, ainda mais apaixonadamente, o tanto mais quanto afundar.¹¹⁰⁸

Para Turner e Factor, Weber “acreditava ter descoberto os limites da razão.” A sua concepção de racionalidade como um raciocínio quase dedutivo, a sua devoção a

¹¹⁰⁷ Cf. HERRERA, 2012.

¹¹⁰⁸ ‘Verteidigung der Demokratie’ in Hans Kelsen, *Verteidigung der Demokratie. Abhandlungen zur Demokratietheorie*, ed. Matthias Jestaedt and Oliver Lepsius (Tübingen: Mohr Siebeck, 2006), 229. apud VINX, 2015, p. 20.

distinções filosóficas padrão, especialmente a distinção entre meios e fins, o transformam em um “filho da filosofia do século XIX.” “Vocabulários,” dizem eles, também podem ser “jaulas” e o *pathos* da carreira de Weber seria, em parte, “o *pathos* da sua dependência intelectual neste conjunto de ideias filosóficas.” Weber tomou o vocabulário do século XIX que produziu estes paradoxos como uma espécie de destino ao qual ele deveria se submeter.¹¹⁰⁹ E ele nunca negou tal situação paradoxal! Em repetidas ocasiões afirmou que é o destino do homem moderno ter de lidar simultaneamente com ideais e orientações valorativas diferentes, que conflitam dentro do seu próprio coração.¹¹¹⁰ Na *Política como Vocação*, ele disse que o político que sustenta as contradições entre as demandas éticas e políticas, mas segue a sua vocação “ainda assim,” não é apenas um político, mas um herói.¹¹¹¹ O sentido deste heroísmo é aquilo que separa radicalmente a postura de Weber daquela expressa pelo antiliberalismo alemão do começo do século XX. Parece-me que Weber não considerava digno, heroico ou maduro, superar completa e efetivamente o *problema de Tolstói*.

Assim, o terceiro valor que desejo apontar como necessário à compreensão do pensamento e da vida de Weber é a integridade intelectual e a consistência prática com ela: é necessário não enganar a si mesmo quando se toma uma decisão, qualquer que seja, e é necessário levá-la até as suas últimas consequências, e mesmo quando estas levam a contradições, é necessário ter clareza quanto a elas. Acredito que Weber via a si mesmo sob essa ótica, e neste sentido é eloquente a crítica feita a ele por Raymond Aron, para quem

o niilismo nietzschiano no qual ele chega talvez seja menos o objeto de uma escolha resoluta do que a consequência quase involuntária de um princípio, aos seus olhos fundamental: a impossibilidade de demonstrar cientificamente um julgamento de valor ou um imperativo moral.¹¹¹²

Logo depois de terminar a palestra *A Ciência como Vocação*, Weber foi abordado por seu jovem amigo Karl Jaspers e pelo jurista Richard Thoma. Thoma disse-lhe que a sua palestra implicava que ele não sabia nem o que ciência significava, nem porque ele a

¹¹⁰⁹ Cf. TURNER, S. P.; FACTOR, 1984, p. 232.

¹¹¹⁰ Cf. MOMMSEN, W. J., 1989b, p. 29.

¹¹¹¹ WEBER, Max, 2011, p. 123–124.

¹¹¹² ARON, 1963, p. 35.

perseguia. Jaspers reporta que Weber, “visivelmente magoado,” respondeu-lhe: “Bem, se você insiste: persigo a ciência para ver o quanto se pode aguentar, mas é melhor não falar de tais coisas.”¹¹¹³ O comentário do weberiano brasileiro, Flavio Pierucci, em *O desencantamento do mundo*, parece-me informativo da missão especial que Weber estabeleceu para a própria vida:

Acossado assim por Weber e sua clarividência ante o progresso inevitável da ciência, ando me perguntando: abraçar “a ciência como vocação” não será o mesmo que assumir o desencantamento como uma missão pessoal, vendo nele um destino não apenas “epocal,” não apenas civilizacional, mas “o destino de sua alma,” isto é, o pesquisador científico se pensando como *desencantador* profissional, o cientista devendo se ver como um *Entzauberer* num tempo em que voltam a pulular os *charmiers* de toda espécie? Por que não encarar tal desafio de veras? Sob a égide mais *fatal* dos processos culturais que a imaginação histórica passou a vivenciar com a chegada dos tempos modernos – “o desencantamento do mundo pela ciência” – por que não abraçar tal sorte se de resto estamos fadados a ela, por que não obedecer de bom grado a esse imperativo que nos designa portadores pessoais da desmagificação do mundo? Destino. *Amor fati*. Des(a)tino.¹¹¹⁴

¹¹¹³ Hannah Arendt/Karl Jaspers Correspondence 1926-1969. Edited by Lotte Kohler and Hans Saner. Translated by Robert and Rita Kimber (New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1992). Jaspers to Arendt, pp. 660-1. apud OWEN; STRONG, 2004, p. xxix–xxx.

¹¹¹⁴ PIERUCCI, 2003, p. 165–166.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ANDERSON, P. **A Zone of Engagement**. London: Verso Books, 1992.

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARON, R. Introduction. *In: LE SAVANT ET LE POLITIQUE*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1963. p. 5–52.

ARON, R. **Main Currents in Sociological Thought**. New York: Penguin Books Ltd., 1967.

BAEHR, P. Weber and Weimar: The Reich President Proposals. **Politics**, [s. l.], n. 9, p. 20–25, 1989.

BELLAMY, R. Liberalism and Nationalism in the thought of Max Weber. **History of European Ideas**, [s. l.], v. 14, n. 4, p. 499–507, 1992.

BENDERSKY, J. W. **Carl Schmitt: Theorist for the Reich**. New Jersey: Princeton University Press, 1983.

BISMARCK, O. von. **Excerpt from Bismarck's "Blood and Iron" Speech (1862)**. [S. l.: s. n.], [s. d.].

CALDWELL, P. **Popular Sovereignty and the Crisis of German Constitutional Law: The Theory and Practice of Weimar Constitutionalism**. London: Duke University Press, 1997.

COLLIOT-THÉLÈNE, C. **A Sociologia de Max Weber**. Petrópolis: Vozes, 2014.

COLLIOT-THÉLÈNE, C. Max Weber, la leçon inaugurale de 1895, ou: Du nationalism à la sociologie comparative. **Les Cahiers de Fontenay**, [s. l.], n. 58–59, p. 103–121, 1990.

DESCARTES, R. **Princípios de Filosofia**. São Paulo: Rideel, 2007.

ENGELBREKT, K. What Carl Schmitt picked up in Weber's seminar: A historical controversy revisited. **European Legacy**, [s. l.], v. 14, n. 6, p. 667–684, 2009.

FERRY, L. **Le désenchantement du monde**. [S. l.]: Fremaux & Assoc. FR, 2016.

FREUND, J. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GAY, P. **Weimar Culture: The outsider as insider**. New York, London: W.W. Norton & Company, 2001.

GERTH, H. H.; MILLS, C. W. Introdução: o Homem e sua Obra. *In: ENSAIOS DE SOCIOLOGIA*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982. p. 15–89.

GOETHE, J. von. **Elective Affinities**. New York: [s. n.], 1872.

GROSS, R. **Carl Schmitt et les Juifs**. 1. ed. Paris: Presse Universitaire de Paris, 2005.

GUZZINI, S. Max weber's power. *In: MAX WEBER AND INTERNATIONAL RELATIONS*. [S. l.]: Cambridge University Press, 2017. p. 97–118.

HENNIS, W. **Max Weber: Essays in Reconstruction**. London: Allen & Unwin, 1988.

HENNIS, W. **Max Webers Fragestellung. Studien zur Biographie des Werkes**. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1987.

HERF, J. **O Modernismo Reacionário: Tecnologia, Cultura e Política na República de**

Weimar e no 3º Reich. Campinas: Editora Ensaio, 1993.

HERMAN, A. **A ideia de decadência na história ocidental.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

HERRERA, C. M. A Herança Weberiana. *In: A POLÍTICA DOS JURISTAS: DIREITO, LIBERALISMO E SOCIALISMO EM WEIMAR.* São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012. p. 19–44.

HIRST, P. Q. **Evolução Social e Categorias Sociológicas.** São Paulo: Zahar, 1977.

HOLMES, S. **The Anatomy of Antiliberalism.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1993.

HOPKINS, N. Charisma and Responsibility : Max Weber , Kurt Eisner , and the Bavarian Revolution of 1918. **Max Weber Studies**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 185–211, 2007.

HUBER, F. **Promise me You'll Shoot Yourself: The Mass Suicide of Ordinary Germans in 1945.** Melbourne: Text, 2019.

JACOBSON, A.; SCHLINK, B. **Weimar: A Jurisprudence of Crisis.** Los Angeles: University of California Press, 2000.

JÜNGER, E.; WOLIN, R. Total Mobilization. *In: THE HEIDEGGER CONTROVERSY.* Cambridge: MIT Press, 1993. p. 119–139.

KALYVAS, A. Revisiting Webe's Concept of the Political. *In: DEMOCRACY AND THE POLITICS OF THE EXTRAORDINARY: MAX WEBER, CARL SCHMITT, AND HANNAH ARENDT.* Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 29–45.

KENNEDY, E. **Constitutional Failure.** Durham and London: [s. n.], 2004.

KILKER, E. Max Weber and Plebiscitarian Democracy: A Critique of the Mommsen Thesis. **International Journal of Politics, Culture and Society**, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 429–465, 1989.

KIM, S. H. **Max Weber.** *In: THE STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY.* [S. l.: s. n.], 2017.

KOCH, A. M. Rationality, Romanticism and the Individual: Max Weber's "Modernism" and the Confrontation with "Modernity". **Canadian Journal of Political Science**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 123–144, 1993.

KOHN, H. Treitschke: National Prophet. **The Review of Politics**, [s. l.], v. 7, n. 4, p. 418–440, 1945.

KOLB, E. **The Weimar Republic.** London and New York: Routledge, 2005.

KOYRÉ, A. **From the Closed World to the Infinite Universe.** [S. l.]: John Hopkins University Press, 1957.

KRONMAN, A. T. **Max Weber.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

LECKY, W. E. H. **History of Rationalism Vol I.** New York: D. Appleton, 1867.

LOUREIRO, I. M. **A Revolução Alemã 1918 - 1923.** São Paulo: Unesp, 2005.

LÖWY, M. **La cage d'acier du capitalisme.** [S. l.]: Adèle van Reeth et Olivier Guérin, 2014.

LUKÁCS, G. **A Destruição da Razão.** São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

MACINTYRE, A. **After Virtue.** Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2007.

MANN, T. **Reflections of a nonpolitical man.** New York: The Ungar Publishing Company, 1987.

- MAYER, J. P. **Max Weber e a Política Alemã**. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.
- MCCORMICK, J. P. **Carl Schmitt's Critique of Liberalism: Against Politics as Technology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MOMMSEN, H. **The Rise and Fall of Weimar Democracy**. Chapel Hill & London: The University of North Carolina Press, 1996.
- MOMMSEN, W. J. **Max Weber and German Politics 1890 -1920**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1984.
- MOMMSEN, W. J. Max Weber on Bureaucracy and Bureaucratization: Threat to Liberty and Instrument of Creative Action. *In: THE POLITICAL AND SOCIAL THEORY OF MAX WEBER: COLLECTED ESSAYS*. Great Britain: The University of Chicago Press, 1989a. p. 109–121.
- MOMMSEN, W. J. The Antinomial Structure of Max Weber's Political Thought. *In: THE POLITICAL AND SOCIAL THEORY OF MAX WEBER: COLLECTED ESSAYS*. Great Britain: The University of Chicago Press, 1989b. p. 24–44.
- NEUMANN, F. **Behemoth: The Structure and Practice of National Socialism 1933-1944**. Chicago: Oxford University Press, 2009.
- NIETZSCHE, F. **The Gay Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- NORKUS, Z. **Max Weber on nations and nationalism: Political economy before political sociology**. [S. l.]: University of Toronto Press Inc., 2004.
- OWEN, D.; STRONG, T. B. Max Weber's Calling to Knowledge and Action. *In: THE VOCATION LECTURES: "SCIENCE AS A VOCATION" "POLITICS AS A VOCATION"*. Indiana: Hackett Publishing Company, 2004. p. ix–lxii.
- PADOVER, S. K. Treitschke: Forerunner of Hitlerism. **Pacific Historical Review**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 161–170, 1935.
- PAKULSKI, J. The Weberian Foundations of Modern Elite Theory and Democratic Elitism. **Historical Social Research/ Historische Sozialforschung**, [s. l.], v. 37, n. 1, p. 38–56, 2012.
- PALONEN, K. Was Max Weber a "Nationalist"? A Study in the Rhetoric of Conceptual Change. **Max Weber Studies**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 196–214, 2001.
- PASCAL, R. **The German Sturm und Drang**. Manchester: Manchester University Press, 1953.
- PERRY, M.; BERG, M.; KRUKONES, J. **Sources of European History Since 1900**. [S. l.]: Wadsworth, Cengage Learning, 2011.
- PIERUCCI, A. F. **O Desencantamento do Mundo: Todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- RENAN, E. **Qu'est-ce qu'une nation?** Paris: Calmann Lévy, 1882.
- RINGER, F. **Max Weber: an Intellectual Biography**. Chicago: Chicago University Press, 2004.
- ROTH, G. Rationalization in Max Weber's Developmental History. *In: MAX WEBER, RATIONALITY AND MODERNITY*. New York: Routledge, 1987. p. 75–91.
- RUNCIMAN, D. **Weber on Leadership: The Profession and Vocation of Politics, 1919**. London: Talking Politics - History of Ideas, 2020.
- RUTKEVIČ, A. M. The ideas of 1914. **Studies in East European Thought**, [s. l.], v. 66, n. 1–

2, p. 1–15, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11212-014-9203-4>

SAFRANSKI, R. **Romantismo: Uma Questão Alemã**. São Paulo: Estão Liberdade, 2010.

SAINT-PIERRE, H. **Max Weber: Entre a Paixão e a Razão**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

SCHLUCHTER, W. **The Rise of Western Rationalism**. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1981.

SCHMITT, C. **Constitutional Theory**. Durham and London: Duke University Press, 2008.

SCHMITT, C. **Legality and Legitimacy**. [S. l.]: Duke University Press, 2004.

SCHMITT, C. **O Conceito do Político**. Petrópolis: Vozes, 1992.

SCHMITT, C. The Age of Neutralizations and Depoliticizations. *In*: THE CONCEPT OF THE POLITICAL EXPANDED EDITION. Chicago: The University of Chicago Press, 2007. p. 80–97.

SCHMITT, C. The Guardian of the Constitution: Schmitt on pluralism and the president as the guardian of the constitution. *In*: THE GUARDIAN OF THE CONSTITUCION: HANS Kelsen AND CARL SCHMITT ON THE LIMITS OF CONSTITUTIONAL LAW. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 125–173.

SEIDMAN, S. Modernity, meaning, and cultural pessimism in Max Weber. **Sociology of Religion: A Quarterly Review**, [s. l.], v. 44, n. 4, p. 267–278, 1983.

SELL, C. E. Em busca do centro democrático-progressista: o liberalismo agonístico de Max Weber. **Estudos Avancados**, [s. l.], v. 34, n. 100, p. 321–338, 2020.

SELL, C. E. MAX WEBER: DEMOCRACIA PARLAMENTAR OU PLEBISCITÁRIA? **Revista Sociologia Política**, [s. l.], v. 18, n. 37, p. 137–147, 2010.

SHAFIR, G. The incongruity between Destiny and Merit: Max Weber on Meaningful Existence and Modernity. **The British Journal of Sociology**, [s. l.], v. 36, n. 4, p. 516, 1985.

SPIERS, R.; LASSMAN, P. Introdução. *In*: ESCRITOS POLÍTICOS. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. IX–XXXII.

STERN, F. **The Politics of Cultural Despair: A Study in the Rise of the Germanic Ideology**. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1974.

STRAUSS, L. German Nihilism. **Interpretation**, [s. l.], v. 26, p. 353–378, 1999.

STRAUSS, L. **Natural Right and History**. Chicago: Chicago University Press, 1953.

TENBRUCK, F. H.; WEBER, M. The Problem of Thematic Unity in the Works of Max Weber. **The British Journal of Sociology**, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 316, 1980. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/589370>

TRUBEK, D. M. Reconstructing Max Weber's Sociology of Law. **Stanford Law Review**, [s. l.], v. 37, n. 3, p. 919–936, 1985.

TURNER, S. P. ; FACTOR, R. A. **Max Weber and the Dispute over reason and value: a study in philosophy, ethics, and politics**. London: Routledge and Kegan Paul plc, 1984.

TURNER, S. P.; FACTOR, R. A. **Max Weber and the dispute over reason and value: a study in philosophy, ethics, and politics**. London: Routledge and Kegan Paul, 1984.

VINX, L. **The Guardian of the Constitution: Hans Kelsen and Carl Schmitt on the Limits of Constitutional Law**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2015. (Cambridge Studies in Constitutional Law).

WARREN, M. Max Weber's Liberalism for a Nietzschean World. **The American political Science Review**, [s. l.], v. 82, n. 1, p. 31–50, 1988.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004a.

WEBER, Max. **Ancient Judaism**. [S. l.]: The Free Press, 1967.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2011.

WEBER, Max. Comentário de Max Weber sobre a burocratização em 1909. *In*: MAX WEBER E A POLÍTICA ALEMÃ. Brasília: Universidade de Brasília, 1985. p. 93–96.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 1**. Brasília: Editora UNB, 1999.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 2**. São Paulo: Editora UNB, 2004b.

WEBER, Max. **Economy and Society**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1978.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982a.

WEBER, Max. **Ensayos sobre metodología sociológica**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1982b.

WEBER, Max. Entre duas leis. *In*: ESCRITOS POLÍTICOS. São Paulo: Martins Fontes, 2014a. p. 97–102.

WEBER, Max. **From Max Weber: Essays in Sociology**. New York: Oxford University Press, 1946.

WEBER, Max. **General Economic History**. Glencoe: The Free Press, 1950.

WEBER, Max. **Gesammelte Politische Schriften**. Tübingen: J.C.B MOHR, 1971.

WEBER, Max. O Estado-nação e a política econômica. *In*: ESCRITOS POLÍTICOS. São Paulo: Martins Fontes, 2014b.

WEBER, Max. O Presidente do Reich. *In*: ESCRITOS POLÍTICOS. São Paulo: Martins Fontes, 2014c. p. 383–389.

WEBER, Max. O Socialismo. *In*: ESCRITOS POLÍTICOS. São Paulo: Martins Fontes, 2014d. p. 343–388.

WEBER, Max. Parlamento e governo na Alemanha reorganizada. *In*: ESCRITOS POLÍTICOS. São Paulo: Martins Fontes, 2014e. p. 167–342.

WEBER, Max. **Political Writings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WEBER, Max. **Roscher and Knies: The Logical Problems of Historical Economics**. New York: The Free Press, 1975.

WEBER, Max. Sobre a situação da democracia constitucional da Rússia. *In*: ESCRITOS POLÍTICOS. São Paulo: Martins Fontes, 2014f. p. 37–96.

WEBER, Max. Sufrágio e democracia na Alemanha. *In*: ESCRITOS POLÍTICOS. São Paulo: Martins Fontes, 2014g. p. 103–166.

WEBER, Max. Sufrágio e Democracia na Alemanha. *In*: MAX WEBER E A POLÍTICA ALEMÃ. São Paulo: Martins Fontes, 2014h. p. 103–166.

- WEBER, Max. **The Methodology of the Social Sciences**. Glencoe: The Free Press, 1949.
- WEBER, Max. **The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism**. London: Routledge, 1992.
- WEBER, Max. **The Protestant Ethic Debate: Max Weber's Replies to his Critics, 1907-1910**. Liverpool: Liverpool University Press, 2001.
- WEBER, Max. **The Religion of China: Confucianism and Taoism**. Glencoe: The Free Press, 1951.
- WEBER, Max. **The Religion of India**. Glencoe: The Free Press, 1958.
- WEBER, Max. **The Sociology of Religion**. London: Methuen & Co Ltd, 1963.
- WEBER, Max. Zur Psychophysik der industriellen Arbeit. *In*: WEBER, Marianne (org.). **Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik**. Tübingen: [s. n.], 1988. p. 61–66.
- WEBER, Max; WELLS, G. C. The Reich President. **Social Research**, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 125–132, 1986.
- WEGNER, B. The Ideology of Self-destruction Hitler and the choreography of defeat. **German Historical Institute London Bulletin**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 18–33, 2004.
- WILLEY, T. E. **Back to Kant: The Revival of Kantianism in German Social and Historical Thought 1860 - 1914**. Detroit: Wayne State University Press, 1978.
- WOLIN, R. Carl Schmitt: Political Existentialism, and the Total State. **Theory and Society**, [s. l.], v. 19, n. 4, p. 389–416, 1990.
- WOLIN, R. Carl Schmitt: The Conservative Revolutionary Habitus and the Aesthetics of Horror. **Political Theory**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 424–447, 1992.
- ZARKA, Y. C. **Un détail nazi dans la pensée de Carl Schmitt**. Paris: Presse Universitaire de France, 2005.